PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DE RORAIMA

DJE

Assinado de forma digital por TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE RORAIMA:34812669000108

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Boa Vista, 29 de maio de 2017
Disponibilizado às 20:00 de 26/05/2017

ANO XX - EDIÇÃO 5985

Composição

Desª. Elaine Cristina Bianchi
Presidente

Des. Mozarildo Monteiro Cavalcanti
Vice-Presidente

Des. Mauro José do Nascimento Campello
Corregedor-Geral de Justiça

Des. Cristóvão José Suter Correia da Silva
Diretor da Escola do Judiciário de Roraima

Des. Ricardo de Aguiar Oliveira
Des. Almiro José Mello Padilha
Desª. Tânia Vasconcelos
Des. Leonardo Pache de Faria Cupello
Des. Jefferson Fernandes da Silva
Des. Jésus Nascimento
Membros

Telefones Úteis

Plantão Judicial 1ª Instância
(95) 9 8404 3085

Plantão Judicial 2ª Instância
(95) 9 8404 3123

Justiça no Trânsito
(95) 9 8404 3086

Presidência
(95) 3198 2811

Núcleo de Relações Institucionais
(95) 3198 2830

Secretaria-Geral
(95) 3198 4102

Secretaria de Gestão Administrativa
(95) 3198 4112

Secretaria de Infraestrutura e Logística
(95) 3198 4109

Secretaria de Tecnologia da Informação
(95) 3198 4141

Secretaria de Orçamento e Finanças
(95) 3198 4123

Secretaria de Gestão de Pessoas
(95) 3198 4152

Secretaria de Gestão Estratégica
(95) 3198 4131

Elízio Ferreira de Melo
Secretário-Geral

Ouvidoria
0800 280 9551

Vara da Justiça Itinerante
(95) 3198-4184
(95) 9 8404 3086 (trânsito)
(95) 9 8404 3099 (ônibus)

A STI visando a melhoria contínua dos serviços prestados ao atendimento informa a mudança da central de ramais, que traz os seguintes Benefícios:



- ✅Aumento de linhas para atendimento;
- ✅Melhoria no gerenciamento das chamadas;
- ✅Chamadas em espera;
- ✅Gravação das chamadas recebidas.

Com isso a partir do dia 17/11/2016 o Telefone da Central de Serviços da TI passara a ser **3198-4141**.

Lembramos que através do site da Milldesk **(tjrr.milldesk.com)**, você tem um atendimento mais rápido, abrindo os seus chamados automaticamente com poucos clique.

tjrr.milldesk.com

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO

Expediente de 26/05/2017

PUBLICAÇÃO DE PAUTA PARA JULGAMENTO

A Excelentíssima Senhora Desembargadora Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima torna público, para ciência dos interessados, que na 9ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, a se realizar no dia 07 de junho de 2017, quarta-feira, às nove horas, na sala de Sessões do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, localizado na Praça do Centro Cívico nº 296, Centro, ou na sessão subsequente, será julgado o processo a seguir:

MANDADO DE SEGURANÇA N.º 0000.16.001114-4
IMPETRANTE: SEBASTIANA SANTOS SILVA
DEFENSORA PÚBLICA: DR.ª TERESINHA LOPES DA SILVA AZEVEDO - OAB/RR 426
IMPETRADO: SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. JOSÉ RUYDERLAN FERREIRA LESSA - OAB/RR 386
RELATORA: DESEMBARGADORA TÂNIA VASCONCELOS

PUBLICAÇÃO DE DECISÃO

MANDADO DE SEGURANÇA N.º 0000.17.001273-6.
IMPETRANTES: TEMAIR CARLOS DE SIQUEIRA E OUTRO.
ADVOGADO: DR. FRANCISCO DIEGO SOUZA DO NASCIMENTO - OAB/RR 1482.
IMPETRADOS: PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA E OUTROS
RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO OLIVEIRA.

DECISÃO

Trata-se de mandado de segurança, com pedido de liminar, em que figuram como impetrantes TEMAIR CARLOS DE SIQUEIRA e FERNANDO MARCO RODRIGUES DE LIMA, e impetrados o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, o PRESIDENTE DA MESA DIRETORA e a ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Os impetrantes argumentam, em síntese, que são Procuradores do Estado e que, em razão da recente promulgação da Emenda Constitucional n.º 50, de 10 de maio de 2017, à Constituição do Estado de Roraima, estão impedidos de exercer a advocacia privada e de perceber os honorários de sucumbência, situação que lhes trará prejuízos imediatos de ordem profissional, financeira e contratual.

Aduzem ser cabível o mandado de segurança, por não estarem questionando lei em tese, e sim os seus efeitos, sobretudo em razão da emenda constitucional padecer de inconstitucionalidade formal (vício de iniciativa) e material (ofensa ao princípio da igualdade e supressão do direito à percepção de honorários de sucumbência).

Requerem o deferimento de liminar, para "garantir aos impetrantes o direito de exercerem a advocacia - com o impedimento parcial do art. 30, I, da Lei Federal n.º 8.906/94, bem como para perceberem sua respectiva quota-parte relativa aos honorários advocatícios sucumbenciais", e, no mérito, a concessão definitiva da segurança, declarando-se, de forma incidental, a inconstitucionalidade formal e material da EC n.º 50/2017.

Juntaram documentos (fls. 22/76), incluindo o comprovante de recolhimento das custas (fls. 84/86).

Vieram-me os autos conclusos.

É o breve relato. Decido.

Em análise preliminar, conheço da impetração.

Tribunal Pleno - Tribunal Pleno

Id77iwjUIYvtm27FWdEyWLkAlyI=

Tribunal Pleno - Tribunal Pleno

Sabe-se que o mandado de segurança não pode ser utilizado para questionar ato normativo de efeitos abstratos. Entretanto, em princípio, a impetração não ataca norma abstrata, considerando que a EC n.º 50/2017 se apresenta como norma proibitiva de efeitos concretos, porque prescinde da prática de qualquer outro ato administrativo para que as suas determinações operem efeitos imediatos na condição jurídico-funcional dos impetrantes (STF, MS 25938, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, julgado em 24/04/2008, DJe-172 DIVULG 11-09-2008 PUBLIC 12-09-2008 EMENT VOL-02332-02 PP-00370 RTJ VOL-00207-01 PP-00276).

Sobre o tema, ensina Hely Lopes Meirelles que "por leis e decretos de efeitos concretos entendem-se aqueles que trazem em si mesmos o resultado específico pretendido, tais como (...) as que proíbem atividades ou condutas individuais".

Nesse sentido, há precedentes desta Corte de Justiça, mutatis mutandis: TJRR - MS n.º 0000.12.001085-5, Rel. Des. Almiro Padilha, Tribunal Pleno, j. 21/11/2012, DJe 28/11/2012, pp. 02/03; TJRR - MS n.º 0000.12.001147-3, Rel. Des. Almiro Padilha, Tribunal Pleno, j. 21/11/2012, DJe 28/11/2012, pp. 03/04).

Por outro lado, admito a legitimidade passiva apenas do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, pois é ele quem a representa, cabendo-lhe a defesa institucional do Poder, bem como preside as reuniões e executa as decisões da Mesa Diretora (RIALE/RR, arts. 22 e 23, IV, "a" e "d"), sendo certo que, nos órgãos colegiados, considera-se coator o dirigente que subscreve o ato impugnado e responde por sua execução.

Dito isso, verifico, em cognição sumária, que existe inconstitucionalidade formal da EC n.º 50/2017, por violação ao art. 63, III e IV, da CE/RR, pois é da competência privativa do Governador a iniciativa para propor projeto de lei sobre regime jurídico dos servidores e funcionamento da administração pública (no caso, a Procuradoria-Geral do Estado), o que se aplica também a emendas à Carta Estadual (STF, ADI 4284, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Tribunal Pleno, julgado em 09/04/2015, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-113 DIVULG 12-06-2015 PUBLIC 15-06-2015; ADI 3777, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 19/11/2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-026 DIVULG 06-02-2015 PUBLIC 09-02-2015).

Em tal contexto, prima facie, o Poder Legislativo invadiu a competência privativa do Poder Executivo Estadual.

Assim, considero relevante a fundamentação do pedido, pois a emenda constitucional em apreço, com possível vício de iniciativa, opera efeitos concretos e imediatos na condição jurídico-funcional dos impetrantes.

Do mesmo modo, constato que, se mantido o ato coator até a apreciação definitiva da causa, haverá lesão grave e de difícil reparação, consistente na obrigatoriedade de desvinculação dos impetrantes de causas administrativas e/ou judiciais conduzidas no exercício da advocacia privada, bem como no impedimento de receberem honorários sucumbenciais, o que certamente provocará prejuízos de ordem profissional, financeira e contratual.

ISTO POSTO, presentes os requisitos do art. 7.º, III, da Lei n.º 12.016/09 (fumus boni juris e periculum in mora), concedo a medida liminar, para garantir aos impetrantes o direito de exercerem a advocacia privada (observado o art. 30, I, da Lei n.º 8.906/94) e de perceberem suas quotas-partes relativas aos honorários de sucumbência, até o julgamento final do mandamus.

Notifique-se o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima para prestar as informações de estilo, no prazo de 10 (dez) dias.

Intime-se, por mandado, o Procurador-Geral do Estado, nos termos do 7.º, II, da Lei n.º 12.016/09.

Após, voltem-me os autos conclusos.

Publique-se e cumpra-se.

Id77iwjUIYvtm27FWdEyWLkAlyI=

Boa Vista, 25 de maio de 2017.

Des. RICARDO OLIVEIRA
Relator

PETIÇÃO N.º 0000.17.001188-6
AUTOR: DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL
RÉU: A APURAR
RELATOR: DESEMBARGADOR LEONARDO CUPELLO

Segredo de Justiça

DECISÃO

Cuida-se de Petição enviada pela Delegada de Polícia Civil lotada na Delegacia de Repressão a Crimes Contra a Administração Pública - DRCAPSR/DP/RR, sediada em Boa Vista-RR, encaminhado pelo Ofício n.º 222/2017/DPE/DRCAP/PCRR, requisitando autorização para abertura de Inquérito e consequente investigação contra os Deputados Estaduais I.R.M, J.R.P, J.R de A.B e F. S. de G.N.

Conforme a Petição e documentos anexos, trata-se de possível prática de crime de peculato, falsificação de documento público, lavagem de dinheiro e organização criminosa, cuja ação penal é pública, praticados, em tese, pelos Parlamentares Estaduais acima elencados.

Acompanha a Petição os documentos de fls. 09/53.

Dado vista (fl. 55) à Procuradora Geral de Justiça esta exarou o Parecer de fls.57, nos seguintes termos, "in verbis": "Assim, considerando a imprescindibilidade de realização de diligências, a fim e viabilizar elementos de convicção aptos a subsidiar eventual ação penal, o Ministério Público manifesta-se favoravelmente à abertura de Inquérito policial, devendo os autos serem encaminhados à delegacia de origem, para que diligencie no sentido de se obter elementos acerca da materialidade dos crimes e outros relevantes à elucidação do fato delituoso noticiado" (fl. 57).

Vieram os autos conclusos.

É o relatório.

Passo a Decidir.

Destaque-se, desde logo, que a presente Petição tem por escopo o requerimento de autorização para início de investigação e consequentemente a abertura de Inquérito Policial contra Parlamentares Estaduais, que detém foro por prerrogativa de função, conforme a Constituição da República Federativa do Brasil e Constituição Estadual.

Com efeito, nos termos do art. 77 da Constituição Estadual, c.c art. 196, do Regimento Interno deste Egrégio Tribunal de Justiça, compete a este Colendo Tribunal de Justiça processar e julgar originariamente, nos crimes comuns e de responsabilidade os Deputados Estaduais.

Vejamos o teor da redação do artigo 77, da Constituição Estadual do Estado de Roraima e do art. 196, do Regimento Interno deste Egrégio Tribunal de Justiça:

Art. 77. Compete ao Tribunal de Justiça:
(...) omissis.
X - processar e julgar, originariamente:
a) nos crimes comuns e de responsabilidade, o Vice-Governador do Estado, os Secretários de Estado, os Comandantes-Gerais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, os Juízes Estaduais, os membros do Ministério Público e os Prefeitos, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral;
b) nos crimes comuns, os Deputados Estaduais e os Diretores-Presidentes das entidades da Administração Estadual Indireta; (- grifo nosso -).

Tribunal Pleno - Tribunal Pleno

Id77iwjUIYvtm27FWdEyWLkAlyI=

Tribunal Pleno - Tribunal Pleno

Art. 196. Nos processos por crimes comuns e de responsabilidade originária do Tribunal de Justiça, a denúncia, a queixa ou a representação, quando esta for indispensável ao exercício da primeira, obedecerão ao que dispõem a Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990, o COJERR, o Código de Processo Penal, no que for aplicável, e será dirigida ao Presidente do Tribunal de Justiça, que distribuirá, na forma regimental.

Como cediço, o inquérito para investigar fatos em tese praticados por Deputados Estaduais, na qualidade de coautor ou autor, não só é supervisionado pelo Tribunal de Justiça, como tem tramitação eminentemente judicial e não obedece ao processamento dos ordinários inquéritos policiais.

É sabido que a prerrogativa de foro é uma garantia voltada não para os interesses dos titulares de cargos relevantes, mas, sobretudo, para a própria regularidade das instituições em razão das atividades funcionais por eles desempenhadas, prerrogativa esta prevista na Constituição Estadual (art. 77, da CE).

Vejamos a lição de Hely Lopes, no sentido de que tais prerrogativas têm por escopo garantir o livre exercício da função do agente político. Percebeu o ilustre administrativista, sobretudo, a peculiaridade da situação dos que governam e decidem - os chamados agentes políticos -, em comparação àqueles que apenas administram e executam encargos técnicos e profissionais. Nas palavras de Hely:

"Realmente, a situação dos que governam e decidem é bem diversa da dos que simplesmente administram e executam encargos técnicos e profissionais, sem responsabilidade de decisão e opções políticas. Daí por que os agentes políticos precisam de ampla liberdade funcional e maior resguardo para o desempenho de suas funções. As prerrogativas que se concedem aos agentes políticos não são privilégios pessoais; são garantias necessárias ao pleno exercício de suas altas e complexas funções governamentais e decisórias. Sem essas prerrogativas funcionais os agentes políticos ficariam tolhidos na sua liberdade de opção e decisão, ante o temor de responsabilização pelos padrões comuns da culpa civil e do erro técnico a que ficam sujeitos os funcionários profissionalizados" (Direito Administrativo Brasileiro, São Paulo: Malheiros Editores, 29ª edição, 2004, cit., p. 78).

Não é outro o ethos da prerrogativa de foro entre nós, conforme se extrai da lição de Victor Nunes:

"A jurisdição especial, como prerrogativa de certas funções públicas, é, realmente, instituída não no interesse da pessoa do ocupante do cargo, mas no interesse público do seu bom exercício, isto é, do seu exercício com o alto grau de independência que resulta da certeza de que seus atos venham a ser julgados com plenas garantias e completa imparcialidade. Presume o legislador que os tribunais de maior categoria tenham mais isenção para julgar os ocupantes de determinadas funções públicas, por sua capacidade de resistir, seja à eventual influência do próprio acusado, seja às influências que atuarem contra ele. A presumida independência do tribunal de superior hierarquia bilateral, garantia contra e a favor do acusado". (grifo nosso)

No Direito brasileiro, vigoram os princípios do juiz natural e da igualdade de todos perante a lei, sendo proibido o juízo ou tribunal de exceção, mas são legítimos os foros por prerrogativa de função.

Nesse contexto, a iniciativa do procedimento investigatório deve ser confiada ao Delegado de Polícia Civil, contando com a supervisão do Desembargador-Relator dessa Corte.

É dizer, a Polícia Civil não está autorizada a abrir de ofício inquérito policial para apurar a conduta de parlamentares estaduais.

Vejamos escólio da lição do professor e doutrinador Renato Brasileiro, em seu Manuel de Processo Penal, In verbis:
"Ocorre que na Questão de Ordem suscitada no Inq. 2.411, esse entendimento foi modificado pelo plenário do STF, que passou a entender que a autoridade policial não pode indiciar parlamentares sem prévia autorização do ministro-relator do inquérito, ficando a abertura do próprio procedimento investigatório (inquérito penal originário) condicionada à autorização do Relator. Nos casos de competência originária dos Tribunais, a atividade de supervisão judicial deve ser desempenhada durante toda a tramitação das investigações, desde a abertura dos procedimentos investigatórios até o eventual oferecimento, ou não, de denúncia pelo titular da ação. Daí por que foi anulado o ato de indiciamento promovido pela autoridade policial em face de parlamentar federal sem prévia autorização do ministro Relator.

Id77iwjUIYvtm27FWdEyWLkAlyI=

Tribunal Pleno - Tribunal Pleno

Portanto, a partir do momento em que determinado titular de foro por prerrogativa de função passe a figurar como suspeito em procedimento investigativo, impõe-se a autorização do Tribunal (por meio do Relator) para prosseguimento das investigações. Assim, caso a autoridade policial que preside determinada investigação pretenda intimar autoridade que possui foro por prerrogativa de função, em razão de outro depoente ter afirmado que o mesmo teria cometido fato criminoso, deve o feito ser encaminhado previamente ao respectivo Tribunal, por está caracterizado procedimento de natureza investigativa contra titular de foro por prerrogativa de função (...).

Se é essa a nova posição do Supremo quanto à necessidade de autorização de Ministro Relator do Supremo para a abertura de investigações ou para o indiciamento de parlamentares federais, mutatis mutandis, deve se aplicar o mesmo raciocínio às demais hipóteses de competência especial por prerrogativa de função em inquéritos originários de competência de outros Tribunais, como, por exemplo, o Superior Tribunal de Justiça, os Tribunais Regionais Federais e os Tribunais de Justiça." (Lima, Renato Brasileiro de; Manual de processo penal; volume único/Renato Brasileiro de Lima - 5. Ed.rev.,ampl. E atual. - Salvador: Ed. JusPodivm, 217, pag. 152/153).

Neste contexto, a outorga constitucional de competência originária para processar e julgar determinadas autoridades detentoras de foro por prerrogativa de função, não se limita ao processo criminal em si mesmo, mas, em rendição ao princípio dos poderes implícitos, estende-se à fase apuratória pré-processual, de sorte que cabe à Corte o correlato controle jurisdicional dos atos investigatórios, consoante firmado pelo STF [Rcl 2349/TO, T2, DJ de 05/08/2005 e Rcl 1150/PR, Tribunal Pleno, DJ de 06/12/2002].

Pela lógica da simetria, no exercício de competência penal originária do Tribunal de Justiça deste Estado para julgar parlamentar por crime comum [CE, art. 77, V, b. c.c art. 196, do RI], a atividade de supervisão judicial deve ser constitucionalmente desempenhada durante toda a tramitação das investigações desde a abertura dos procedimentos investigatórios até o eventual oferecimento, ou não, de denúncia pelo dominus litis.

Vejamos o seguinte entendimento jurisprudencial acerca da matéria:
ELEIÇÕES 2010. HABEAS CORPUS. PENAL. CRIME. CORRUPÇÃO ELEITORAL. ART. 299 DO CE. RÉU. DEPUTADO ESTADUAL. FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO. INQUÉRITO POLICIAL. SUPERVISÃO JUDICIAL, DESDE A INSTAURAÇÃO, ATÉ A DENÚNCIA. NULIDADE ABSOLUTA. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. CONCESSÃO DA ORDEM. 1. Em regra, é excepcional o trancamento da ação penal por meio de habeas corpus, o que ocorre quando evidenciadas a atipicidade da conduta, a extinção da punibilidade, a ilegitimidade da parte ou a ausência de condições para o exercício da ação penal, na seara eleitoral, previstas no art. 358 do Código Eleitoral. 2. No presente caso está evidenciada a excepcionalidade apta ao trancamento da ação penal, já que a presença de autoridade com prerrogativa de foro no polo passivo, deputado estadual, demanda o exercício do poder-dever de supervisão judicial das investigações no foro competente para a apreciação e o julgamento da ação penal. 3. A mencionada supervisão judicial do inquérito deve ser observada durante toda a tramitação das investigações, desde sua abertura até o eventual oferecimento da denúncia pelo Ministério Público, não sendo permitida, por essa razão, a abertura de inquérito de ofício pela autoridade policial, tal como realizado no caso concreto. 4. Por não ter havido supervisão judicial sobre a instauração do inquérito, verifica-se a ocorrência de nulidade absoluta, portanto, inconvalidável, a qual retira a validade de todos os atos subsequentes a sua instauração. 5. Ordem de habeas corpus concedida para trancar a ação penal, sem prejuízo do art. 358, parágrafo único, do CE. (TSE - HC: 57378 RO, Relator: Min. LUCIANA CHRISTINA GUIMARÃES LÓSSIO, Data de Julgamento: 23/09/2014, Data de Publicação: DJE - Diário de justiça eletrônico, Tomo 203, Data 28/10/2014, Página 70/71).

Assim, consoante já fixou o STF, a abertura de investigação contra detentor da prerrogativa de ser processado e julgado originariamente pela Corte [foro por prerrogativa de função] depende de autorização do próprio Tribunal, procedimento de iniciativa do Procurador-Geral de Justiça, e cujo trâmite deve obedecer ao regramento estabelecido no regimento interno do deste Egrégio Tribunal de Justiça.

Diante do exposto, autorizo a abertura de Inquérito Policial em desfavor dos seguintes Parlamentares Estaduais: I.R.M, J.R.P, J.R de A.B e F. S. de G.N, devendo a atividade de supervisão judicial ser

Id77iwjUIYvtm27FWdEyWLkAlyI=

constitucionalmente desempenhada durante toda a tramitação das investigações (isto é, desde a abertura dos procedimentos investigatórios até o eventual oferecimento, ou não, de denúncia pelo dominus litis).

Estipulo o prazo de 90 (noventa) dias para que a autoridade policial conclua as investigações e consequentemente conclua o Inquérito Policial.

Dê-se ciência à douta Procuradoria de Justiça.

Encaminhem-se os autos à Delegada de Polícia responsável pelas investigações, devendo ser preservado o segredo de justiça já determinado por este Relator.

Boa Vista, 25 de maio de 2017.

Leonardo Pache de Faria Cupello
Des. Relator

PUBLICAÇÃO DE DESPACHO

INQUÉRITO POLICIAL N.º 0000.16.001013-8
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA
INVESTIGADO: A APURAR
RELATOR: DESEMBARGADOR LEONARDO CUPELLO

Segredo de Justiça

DESPACHO

1 - Concedo prazo de 90 (noventa) dias, conforme requerido às fls. 345;

2 - Cumpra-se.

Boa Vista, 25 de maio de 2017.

Leonardo Pache de Faria Cupello
Desembargador
Relator

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0000.17.001310-6
IMPETRANTE: ETRA DOS ANJOS CARDOSO E MARIA LAUANY LEAL COSTA
ADVOGADO: DR. ANTONIO XIMENES DE MACEDO NETO - OAB/RR 1044
IMPETRADO: O ESTADO DE RORAIMA
RELATOR: DESEMBRGADOR MOZARILDO CAVALCANTI

DESPACHO

Trata-se de Mandado de Segurança impetrado contra o Estado de Roraima.

Sabe-se que autoridade coatora é aquela que ordena ou omite a prática do ato impugnado. A entidade a qual pertence o impetrado ingressará nos autos como litisconsorte, por seus procuradores.

A Lei nº 12.016/09 dispõe:

Art. 6o A petição inicial, que deverá preencher os requisitos estabelecidos pela lei processual, será apresentada em 2 (duas) vias com os documentos que instruírem a primeira reproduzidos na segunda e indicará, além da autoridade coatora, a pessoa jurídica que esta integra, à qual se acha vinculada ou da qual exerce atribuições.

§ 3o Considera-se autoridade coatora aquela que tenha praticado o ato impugnado ou da qual emane a ordem para a sua prática.

Tribunal Pleno - Tribunal Pleno
Id77iwjUIYvtm27FWdEyWLkAlyI=

Por isso, determino a intimação das impetrantes para que corrijam o polo passivo da ação, no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento da petição inicial (CPC, art. 321).

Boa Vista - RR, 24 de maio de 2017.

Des. Mozarildo Monteiro Cavalcanti
Relator

PUBLICAÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NO MANDADO DE SEGURANÇA N.º 0000.16.001295-1
AGRAVANTE: ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. ANTONIO PEREIRA COSTA - OAB/RR 2014-B
AGRAVADA: CLÍNICA MÉDICA ESPECIALIZADA LTDA - ME
ADVOGADO: DR. ANDRÉ LUIS GALDINO - OAB/RR 297-B

FINALIDADE: Intimação da parte agravada para apresentar resposta no prazo legal.

DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N.º 0000.16.000216-8
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA
RÉ: CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
PROCURADOR JURÍDICO: DR. ÁLVARO DIEGO OLIVEIRA REIS - OAB/RR 1473
RELATOR: DESEMBARGADOR MOZARILDO CAVALCANTI

FINALIDADE: Intimação das partes para apresentarem memoriais ou requerer ao relator a inclusão do feito na pauta de julgamento presencial, caso pretenda fazer sustentação oral, com antecedência mínima de 2 (dois) dias, nos termos do art. 110 e incisos do RITJRR.

DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N.º 0000.16.001831-3
AUTORA: PREFEITA DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA
PROCURADORA DO MUNICÍPIO: DR.ª MARCELA MEDEIROS QUEIROZ FRANCO - OAB/RR 433
RÉU: CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
PROCURADOR JURÍDICO: DR. RONALD ROSSI FERREIRA - OAB/RR 467
RELATOR: DESEMBARGADOR MOZARILDO CAVALCANTI

FINALIDADE: Intimação das partes para apresentarem memoriais ou requerer ao relator a inclusão do feito na pauta de julgamento presencial, caso pretenda fazer sustentação oral, com antecedência mínima de 2 (dois) dias, nos termos do art. 110 e incisos do RITJRR.

MANDADO DE SEGURANÇA PJE N.º 0600020-33.2017.8.23.0000
IMPETRANTE: DENNIS LIMA JACINTO
ADVOGADO: DR. SAMUEL ALMEIDA COSTA - OAB/RR 1320
IMPETRADO: COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. CLÁUDIO BELMINO R. EVANGELISTA - OAB/RR Nº 314-B
RELATOR: DESEMBARGADOR ALMIRO PADILHA

FINALIDADE: Intimação das partes para apresentarem memoriais ou requerer ao relator a inclusão do feito na pauta de julgamento presencial, caso pretenda fazer sustentação oral, com antecedência mínima de 2 (dois) dias, nos termos do art. 110 e incisos do RITJRR.

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO, BOA VISTA, 26 DE MAIO DE 2017.

RONALDO BARROSO NOGUEIRA
Diretor de Secretaria

Tribunal Pleno - Tribunal Pleno

Id77iwjUIYvtm27FWdEyWLkAlyI=

SECRETARIA DAS CÂMARAS REUNIDAS

Expediente de 26/05/2017

PUBLICAÇÃO DE DECISÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000.17.000783-5 - BOA VISTA/RR
AGRAVANTE: MASAMY EDA
ADVOGADA: DRA. IANA PEREIRA DOS SANTOS - OAB/RR 868
AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA - MPERR
RELATORA: DESA. TÂNIA VASCONCELOS

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento, interposto por Masamy Eda contra decisão proferida pelo MM. Juiz de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Boa Vista que, nos autos da ação civil pública n.º 0809661-65.2016.8.23.0010, indeferiu o pedido de constrição judicial sobre o imóvel de matrícula nº 70, sendo mantido a indisponibilidade do veículo TOYOTA HILUX SW4, placa NAV1577, de sua propriedade, a fim de garantir o resultado útil do processo.
Em suas razões recursais, afirma a recorrente que o imóvel apresentado para substituir o bem sobre o qual recai a medida da indisponibilidade é de valor superior e é garantia para ressarcimento.
Argumenta, ainda, que não tem interesse em permanecer com o veículo conscrito, pois se desvaloriza com o tempo perante o mercado de compra e venda de veículos.
Por fim, requer, o deferimento do efeito suspensivo, para sustar os efeitos da decisão que decretou a indisponibilidade de bens, ou ainda, em liminar, a determinação da indisponibilidade sobre o imóvel de propriedade do agravado registrado no Cartório de Registro de Imóveis, sob a matrícula nº. 70, e afastamento da medida constritiva imposta sobre o veículo TOYOTA HILUX SW4, placa NAV1577 e, no mérito, o provimento total para reformar a decisão agravada.
Juntou aos autos os documentos obrigatórios e aqueles que entendeu necessários ao deslinde da controvérsia.
A Procuradoria de Justiça manifestou-se às fls. 71/74, pela rejeição das razões apresentadas, e manutenção da decisão a quo.
Vieram-me os autos.
É o sucinto relato.
DECIDO.
Recebo o agravo e defiro o seu processamento, pois presentes os requisitos dos arts. 1.016 e 1.017 do Código de Processo Civil.
É sabido que para a concessão do efeito suspensivo devem estar presentes dois requisitos legais, quais sejam periculum in mora e o fumus boni juris. Ausente um deles é de rigor o seu indeferimento.
Analisando os autos não vislumbro, de início, o perigo na demora que permita a concessão do efeito pretendido. Isso porque não há lesão que justifique a suspensão da decisão impugnada ou ainda da substituição do bem.
Ademais, à primeira vista, verifica-se que a decisão agravada encontra-se bem fundamentada, não havendo elementos que autorizem a concessão do efeito suspensivo pleiteado.
ISSO POSTO, indefiro o pedido de efeito suspensivo.
Intime-se a parte Agravada para, querendo, apresentar contrarrazões, na forma do art. 1.019, II do CPC/2015.
Após, conclusos.
Publique-se e intimem-se.
Boa Vista, 23 de maio de 2017.

Desa. Tânia Vasconcelos
Relatora

Câmara - Única
zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

Câmara - Única

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000.17.001293-4 - BOA VISTA/RR
AGRAVANTE: JOSÉ MARTINS RODRIGUES FILHO
ADVOGADO: DR. DEUSDEDITH FERREIRA ARAÚJO - OAB/RR 550
AGRAVADO: KAUÃ OLIVEIRA MARTINS
ADVOGADO: DR. ERNESTO HALT - OAB/RR 153B
RELATORA: DESA. TÂNIA VASCONCELOS

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto em face de decisão proferida pelo MM. Juiz de Direito da 2ª Vara de Família da Comarca de Boa Vista que, nos autos da ação de alimentos n.º 0811033-15.2017.8.23.0010, fixou os alimentos provisórios em favor do agravado no importe de 17% dos rendimentos brutos mensais do agravante.
Irresignado, o recorrente alega, em síntese, que aludido valor é excessivo e que o dever de sustento da criança é responsabilidade dos pais e não somente de um deles.
Requer a aplicação do efeito suspensivo ao presente recurso para suspender a decisão atacada ou, alternativamente, que os alimentos provisórios sejam reduzidos a 10% (dez por cento) dos seus rendimentos brutos mensais.
É o breve relato.
DECIDO.
Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.
É sabido que para a concessão do efeito suspensivo devem estar presentes dois requisitos legais, quais sejam periculum in mora e o fumus boni juris. Ausente um deles é de rigor o seu indeferimento.
Analisando os autos não vislumbro, de início, a fumaça do bom direito que permita a concessão do efeito pretendido ou mesmo a redução pleiteada. Isso porque, o valor fixado não me parece, a priori, demasiado, haja vista a possibilidade financeira do agravante demonstrada nos contracheques anexados aos autos.
De igual forma, não há nenhuma demonstração de que o recorrente pague outras pensões alimentícias que justifiquem a redução do valor nesse momento.
Por outro lado, creio que o perigo da demora é inverso, pois o deferimento do efeito pretendido poderia gerar maiores prejuízos ao agravado, que ficaria sem provisões financeiras para arcar com seu sustento e suas necessidades básicas até o julgamento final do presente agravo.
ISSO POSTO, indefiro o pedido de efeito suspensivo.
Intime-se a parte agravada para, querendo, apresentar contrarrazões, na forma do art. 1.019, II do CPC/2015.
Publique-se. Intimem-se.
Boa Vista-RR, 23 de maio de 2017.

Desa. Tânia Vasconcelos
Relatora

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000.17.000974-0 - BOA VISTA/RR
AGRAVANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES MUNICIPAIS DE BOA VISTA - RR
ADVOGADA: DRA. SILAS CABRAL DE ARAÚJO FRANCO - OAB/RR 413
AGRAVADO: O MUNICIPIO DE BOA VISTA - RR
PROCURADOR DO MUNICÍPIO: DR. GUTEMBERG DANTAS LICARIÃO - OAB/RR 187N
RELATORA: DESA. TÂNIA VASCONCELOS

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto em face de decisão proferida pelo MM. Juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Boa Vista que, nos autos da Ação Obrigacional de não

zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

fazer n.º 0801947-20.2017.8.23.0010, indeferiu liminar para suspender a redução dos vencimentos e remanejamentos dos "substituídos/ agravantes" que recebiam adicional noturno e insalubridade
Irresignado, o Agravante alega, em síntese, que a redução do pagamento dos vencimentos da parte agravante viola o Princípio administrativo da motivação, legalidade e razoabilidade, bem como o direito líquido e certo à irredutibilidade de vencimentos.
Requer antecipação da tutela ao presente recurso para determinar que a parte agravada se abstenha de remanejar a ora agravante se seus atuais locais de trabalho e/ou alterar os turnos de trabalho, até que seja comprovada uma motivação legal, bem como se abstenha de reduzir os valores pagos a título de adicional noturno e insalubridade
É o breve relato.
DECIDO.
Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.
É sabido que para a concessão do efeito suspensivo devem estar presentes dois requisitos legais, quais sejam periculum in mora e o fumus boni juris. Ausente um deles é de rigor o seu indeferimento.
Analisando os autos não vislumbro, de início, a fumaça do bom direito que permita a concessão do efeito pretendido ou mesmo a redução pleiteada. Isso porque, embora aleguem que o cargo no qual ocupam faça jus ao adicional pretendido e a insalubridade, não demonstra às atribuições do cargo, a fim de vincular o recebimento de tais pedidos.
ISSO POSTO, indefiro o pedido de efeito suspensivo.
Intime-se a parte agravada para, querendo, apresentar contrarrazões, na forma do art. 1.019, II do CPC/2015.
Publique-se. Intimem-se.
Boa Vista-RR, 22 de maio de 2017.

Desa. Tânia Vasconcelos
Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0000.17.001241-3 - BOA VISTA/RR
APELANTE: JOSINEI DOS SANTOS FONSECA
ADVOGADO: DR. EMERSON ARCANJO PINTO SANT'ANNA - OAB/RR 1.293N
APELADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO: DR. JOÃO ALVES BARBOSA - OAB/RJ 134.307N
RELATORA: DESA. TÂNIA VASCONCELOS

DECISÃO

Trata-se Apelação Cível interposta por Josinei dos Santos Fonseca em face de sentença proferida pelo Juízo da 3.ª Vara Cível, que julgou improcedente o pedido inicial, em razão da parte autora, apesar de devidamente intimada, não ter comparecido ao exame pericial, prova essencial para o deslinde da causa.
Aduz a parte apelante que a Lei 11.945/09 é inconstitucional, pois é incabível prever indenização proporcional ao grau da lesão, ofende direitos fundamentais, além de favorecer explicitamente ao consórcio de seguradoras.
Alega que tal norma ofende a dignidade da pessoa humana e que o valor devido é o teto máximo previsto na lei.
Requer o conhecimento e provimento do presente recurso para reformar a sentença a quo, julgando totalmente procedente o pleito autoral.
Em sede de contrarrazões, a apelada pugna pela manutenção da sentença em sua integralidade.
Vieram os autos conclusos.
É o breve relato.
Decido, na forma autorizada pelo art. 90, IV, do RITJRR.
O recurso não deve ser conhecido.

Câmara - Única
zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

Isso porque, o art. 932, III, do NCPC autoriza o não conhecimento do recurso que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida.
Cumpre esclarecer que é indispensável que o recurso confronte os fundamentos da sentença que contrariam os interesses do recorrente. Sem tais fundamentos não se pode conhecer da irresignação.
No presente caso, a parte recorrente apresentou razões genéricas e dissociadas dos fundamentos do decisum, alegando inconstitucionalidade da lei, bem como ofensa à dignidade da pessoa.
Porém, dos autos constata-se que o MM. juiz julgou improcedente o pedido porque o apelante não se desincumbiu do seu ônus probatório, uma vez que a perícia não foi realizada, em razão da ausência do apelante, apesar de devidamente intimado, conforme EP 59.
Entretanto, em suas razões recursais, a parte apelante nada falou sobre a sua ausência à perícia e o seu ônus probatórios, que foram os fundamentos centrais da sentença monocrática.
Assim, verifica-se que o presente recurso não ataca os fundamentos da sentença, ferindo diretamente o princípio da dialeticidade.
Nesse sentido é o entendimento jurisprudencial pátrio:
"APELAÇÃO CÍVEL. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. RAZÕES RECURSAIS. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. AUSÊNCIA. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.
O recurso deve ser apresentado com os fundamentos de fato e de direito que deram causa ao inconformismo, ou seja, deve fazer referência direta aos fundamentos do pronunciamento judicial. Evidenciado nos autos que as razões recursais não se relacionam com o cerne do que foi decidido, não deve ser conhecida a apelação interposta." (TJMG – 9ª Câmara Cível, ApCi nº 1.0000.16.094377-5/001, Rel. Des. Amorim Siqueira, j. 21.02.2017, não conheceram, unânime, DJe 10.03.2017)
"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO. PRELIMINAR SUSCITADA DE OFÍCIO. FALTA DE INTERESSE RECURSAL. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. OFENSA. APELAÇÃO NÃO CONHECIDA. SENTENÇA MANTIDA.
Verificado que os fundamentos da peça recursal não estão em consonância com aquilo que foi arguido e discutido nos autos, como também decidido na sentença recorrida, o não conhecimento do recurso é medida que se impõe.
Recurso não conhecido." (TJMG – 10ª Câmara Cível, ApCi nº 1.0148.13.008995-3/001, Rel. Des. Vicente de Oliveira Silva, j. 29.11.2016, não conheceram, unânime, DJe 16.12.2016)
Do exposto, não conheço do recurso, nos termos do art. 932, III, do NCPC.
Publique-se. Intimem-se.
Boa Vista (RR), 22 de maio de 2017.

Desa. Tânia Vasconcelos
Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0000.17.000670-4 - BOA VISTA/RR
APELANTE: WESLEY FERREIRA LIMA DA SILVA
ADVOGADO: DR. GIOBERTO DE MATOS JÚNIOR - OAB/RR 787N
APELADO: BANCO ITAUCARD S/A
ADVOGADA: DRA. CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES - OAB/RR 375A
RELATORA: DESA. TÂNIA VASCONCELOS

DECISÃO

Trata-se de apelação cível interposta por Wesley Ferreira Lima da Silva contra sentença proferida pelo MM. Juiz da 2.ª Vara Cível, que julgou improcedente a Ação Revisional de Contrato Bancário n.º 0805869-74.2014.8.23.0010.
Afirma o apelante que o decisum contraria jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no que pertine à taxa de juros pactuada no contrato em questão.

Câmara - Única
zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

Ao final, requer o conhecimento e provimento do recurso para reformar integralmente a sentença vergastada, dando total procedência ao pedido inicial.
Em contrarrazões, o apelado pugna pelo desprovimento do recurso.
Vieram-me os autos conclusos.
É o relatório.
Autorizada pelo art. 90 , V do RITJRR.
Analisando os autos, observa-se que a sentença a quo encontra conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça que consolidou o entendimento de que as instituições financeiras públicas e privadas não estão sujeitas à taxa de juros do Decreto n.º 22.626/33, mas sim às fixadas pelo Conselho Monetário Nacional, nos termos dos incisos VI e IX do art. 4.º da Lei n.º 4.595/64 (Súmula n.º 596/STF), o que as autoriza a cobrar, a esse título, percentual maior que 12% ao ano.
Assim, a taxa de 1,76% a.m, pactuada no contrato em questão, não se caracteriza como abusiva, estando dentro da média do mercado no período, o que impossibilita a pretendida revisão.
Nesse sentido:
"DIREITO PROCESSUAL CIVIL E BANCÁRIO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CLÁUSULAS DE CONTRATO BANCÁRIO. INCIDENTE DE PROCESSO REPETITIVO. JUROS REMUNERATÓRIOS. CONFIGURAÇÃO DA MORA. JUROS MORATÓRIOS. INSCRIÇÃO/MANUTENÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. DISPOSIÇÕES DE OFÍCIO. DELIMITAÇÃO DO JULGAMENTO. - Constatada a multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica questão de direito, foi instaurado o incidente de processo repetitivo referente aos contratos bancários subordinados ao Código de Defesa do Consumidor, nos termos da ADI n.º 2.591-1. - Exceto: cédulas de crédito rural, industrial, bancária e comercial; contratos celebrados por cooperativas de crédito; contratos regidos pelo Sistema Financeiro de Habitação, bem como os de crédito consignado. - Para os efeitos do § 7º do art. 543-C do CPC, a questão de direito idêntica, além de estar selecionada na decisão que instaurou o incidente de processo repetitivo, deve ter sido expressamente debatida no acórdão recorrido e nas razões do recurso especial, preenchendo todos os requisitos de admissibilidade. - Neste julgamento, os requisitos específicos do incidente foram verificados quanto às seguintes questões: i) juros remuneratórios; ii) configuração da mora; iii) juros moratórios; iv) inscrição/manutenção em cadastro de inadimplentes e v) disposições de ofício.(...)
I - JULGAMENTO DAS QUESTÕES IDÊNTICAS QUE CARACTERIZAM A MULTIPLICIDADE.
ORIENTAÇÃO 1 - JUROS REMUNERATÓRIOS
a) As instituições financeiras não se sujeitam à limitação dos juros remuneratórios estipulada na Lei de Usura (Decreto 22.626/33), Súmula 596/STF;
b) A estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade;
c) São inaplicáveis aos juros remuneratórios dos contratos de mútuo bancário as disposições do art. 591 c/c o art. 406 do CC/02;
d) É admitida a revisão das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais, desde que caracterizada a relação de consumo e que a abusividade (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada - art. 51, §1º, do CDC) fique cabalmente demonstrada, ante às peculiaridades do julgamento em concreto. (...)." (REsp 1.061.530/RS, Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, DJe de 10.03.2009)
"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO BANCÁRIO.AÇÃO REVISIONAL. JUROS REMUNERATÓRIOS. COBRANÇA ABUSIVA. LIMITAÇÃO.NÃO COMPROVAÇÃO. SÚMULA 83/STJ. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS.REQUISITOS PREENCHIDOS. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 5 E 7/STJ.PRECEDENTES. JUROS DE MORA. PERCENTUAL CONTRATADO EM 1% AO MÊS.POSSIBILIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. RAZOABILIDADE DA FIXAÇÃO.INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.
1. É entendimento consolidado no STJ que a circunstância de a taxa de juros remuneratórios praticada pela instituição financeira exceder a taxa média do mercado não induz, por si só, a conclusão de cobrança abusiva, consistindo a referida taxa em um referencial a ser considerado,

Câmara - Única
zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

e não em um limite que deva ser necessariamente observado pelas instituições financeiras. Na hipótese, não comprovada a índole abusiva, é incabível a pretendida limitação.
Precedentes.
2. Quanto à capitalização mensal dos juros, a jurisprudência desta eg. Corte pacificou-se no sentido de que sua cobrança é admitida nos contratos bancários celebrados a partir da edição da Medida Provisória nº 1.963-17/2000, reeditada sob o nº 2.170-36/2001, qual seja, 31/3/2000, desde que expressamente pactuada.
(...)
6. Agravo interno a que se nega provimento.
(AgInt no AREsp 797.118/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 21/03/2017, DJe 07/04/2017)
Esta Corte de Justiça também se posiciona:
" DIREITO DO CONSUMIDOR - APELAÇÃO CÍVEL - REVISIONAL DE CONTRATO - AFASTADA A PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA POR AUSÊNCIA DE RELATÓRIO - TAXA DE JUROS - MÉDIA DE MERCADO - PRECEDENTES DO STJ - MANUTENÇÃO DA TAXA DE JUROS PACTUADA - APELO QUE SE LIMITA A IMPUGNAR O CAPÍTULO DA SENTENÇA REFERENTE À TAXA DE JUROS APLICADA - INEXISTÊNCIA DE OBRIGAÇÃO DE DEVOLUÇÃO DE VALORES - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJRR - AC 0010.14.805847-1, Rel. Des. JEFFERSON FERNANDES DA SILVA, Câmara Cível, julg.: 15/09/2016, DJe 21/09/2016, p. 07)
"APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO - TAXA DE JUROS INFERIOR À MÉDIA DE MERCADO - LEGALIDADE (...)1. Tratando-se de taxa de juros inferior à média de mercado, não se cogita da alegada abusividade. (...) Unânime. (TJRR - AC 0010.13.717940-3, Turma Cível, Relator: Des. Cristóvão Suter - p. 13.05.2016)
ISSO POSTO, estando a sentença em perfeita sintonia com a jurisprudência do STJ, NEGO PROVIMENTO ao recurso, com fulcro no art. 932, VIII do CPC/2015.
Publique-se e intimem-se.
Boa Vista (RR), 22 de maio de 2017.

Desa. Tânia Vasconcelos
Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0000.17.000814-8 - BOA VISTA/RR
APELANTE: BRUNO APARECIDO JESUS DOS SANTOS
ADVOGADO: DR. JOHN PABLO SOUTO SILVA - OAB/RR 506N
APELADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO: DR. ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES - OAB/RR 393A
RELATORA: DESA. TÂNIA VASCONCELOS

DECISÃO

Trata-se Apelação Cível interposta por Bruno Aparecido Jesus dos Santos em face da sentença proferida pelo Juízo da 2.ª Vara Cível, que julgou improcedente o pedido inicial ao argumento de inexistência de sequelas decorrentes do acidente de trânsito em questão.
Irresignada, a parte recorrente afirma que há provas da lesão permanente, tanto que a seguradora reconheceu a lesão, todavia não efetuara o pagamento no valor devido, motivo pelo qual o mesmo pugna pelo provimento do recurso para anular a sentença, com o consequente retorno dos autos ao juízo de primeiro grau para designação de nova perícia médica a ser realizada por outro profissional cadastrado no sistema do Tribunal.
Contrarrazões pelo desprovimento do recurso e manutenção integral da sentença.
É o breve relato.
Decido, na forma autorizada pelo art. 90, V, do RITJRR.
Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.
Em que pesem os argumentos do recorrente, razão não lhe assiste.

Câmara - Única
zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

Analisando os autos, o laudo pericial, emitido por médica credenciada com conhecimento técnico para tal e elaborado nos moldes legais, concluiu que a lesão decorrente do acidente não deixara sequelas ao recorrente, mas tão somente dano estético, fato que levou o magistrado a julgar o pedido improcedente.

De acordo com a Lei n. 6.194/74, que dispõe sobre o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, os danos cobertos pelo seguro são aqueles que resultam em morte, invalidez permanente, seja ela total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares.

Ou seja, a lei não contempla as lesões passíveis de cura por qualquer medida terapêutica, é preciso ter perdas anatômicas ou funcionais de caráter permanente para fazer jus ao seguro. Portanto, se houve cura sem sequelas, incabível a indenização.

Neste sentido é o entendimento pacificado na jurisprudência pátria:

"RECURSO DE APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. INVALIDEZ OU INCAPACIDADE NÃO CARACTERIZADA. AUSÊNCIA DO DEVER DE INDENIZAR. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

Conclusivo o laudo pericial quanto à inexistência de invalidez permanente, impossível a condenação à cobertura securitária pelo DPVAT.

Não há falar-se em indenização do seguro obrigatório DPVAT, se não restou comprovada a invalidez permanente a que se refere o artigo 3º, alínea "b", da Lei n. 6.194/74, especialmente se o médico legista, ao responder o quesito formulado no Laudo Pericial que indagava se, em razão do sinistro, decorreu incapacidade permanente para o trabalho, ou enfermidade incurável, ou perda ou inutilização de membro, sentido ou função ou deformidade permanente, afirma que não.

Ante a ausência de prova acerca da alegada invalidez permanente da autora, bem como de sua incapacidade para o trabalho, tem-se por indevida a indenização prevista na Lei n. 6.194/74." (TJMT – 2ª Câmara Cível – ApCi nº 20812/2017, Rel. Des. Sebastião de Moraes Filho, j. 29.03.2017, unânime, negaram provimento, DJe 04.04.2017)

"CÍVEL. APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT. LAUDO PERICIAL QUE AFASTOU A EXISTÊNCIA DE INVALIDEZ. EM QUALQUER GRAU. EM DECORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÃNSITO. DIREITO AO RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT NÃO CONFIGURADO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA CONFIRMADA. RECURSO NÃO PROVIDO." (TJPR – 10ª Câmara Cível, ApCi nº 15435353, Rel. Des. Lilian Romero, j. 02.02.2017, negaram provimento, unânime, DJe 03.03.2017)

Cumpre ressaltar que em relação à alegada incapacidade técnica do perito, esta deve ser alegada na primeira oportunidade em que cabe à parte falar nos autos, sob pena de preclusão, nos termos do art. 278, do CPC, que dispõe:

"Art. 278. A nulidade dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão."

No presente caso, a parte recorrente foi intimada da nomeação da perita judicial no EP n° 43 e manteve-se silente. Ademais, embora também intimada do resultado do laudo, o mesmo apresentou qualquer impugnação (EP nº 58).

Dessa forma, qualquer manifestação acerca da matéria encontra-se vedada, diante da ocorrência da preclusão temporal,

Este é o entendimento pacificado nesta Corte de Justiça:

"APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO DPVAT– ALEGAÇÃO DE SUSPEIÇÃO DA PERITA NOMEADA PELO JUÍZO A QUO APRESENTADA SOMENTE EM SEDE RECURSAL – PRECLUSÃO TEMPORAL – INDEFERIMENTO DE NOVA PERÍCIA – AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE FORMA ESPECÍFICA - PREVALÊNCIA DO LAUDO PERICIAL – O AUTOR NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS DE DEMONSTRAR O FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO ALEGADO – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 373, INCISO I, DO NCPC – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO CONHECIDO, MAS DESPROVIDO." (TJRR – AC 0000.17.000715-7, Rel. Des. JEFFERSON FERNANDES DA SILVA, Câmara Cível, julg.: 04/05/2017, DJe 08/05/2017, p. 13)

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - ALEGAÇÃO DE SUSPEIÇÃO DO PERITO NOMEADO PELO JUÍZO A QUO APRESENTADA SOMENTE EM SEDE RECURSAL - MATÉRIA PRECLUSA (ART. 148, §1º, DO

Câmara - Única
zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

CPC) - AUSÊNCIA DE PROVAS CABAIS CONTRÁRIAS AO RESULTADO DO LAUDO PERICIAL - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.(TJRR – AC 0010.16.800378-7, Rel. Des. ALMIRO PADILHA, Câmara Cível, julg.: 28/04/2017, DJe 05/05/2017, p. 30)

Por fim, cumpre destacar que o magistrado não está vinculado a uma ou a outra prova produzida nos autos, podendo formar sua convicção com base em todo arcabouço probatório do processo, conforme dispõe o art. 371, do NCPC.

Nesse sentido, é o entendimento firmado nos tribunais pátrios:

"PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/1973 NÃO CONFIGURADA. AUXÍLIO-ACIDENTE. NEXO CAUSAL E DE INCAPACIDADE LABORAL RECONHECIDOS. LAUDO PERICIAL. LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO DO JUIZ. PRETENSÃO DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ.

1. No que se refere à alegada afronta ao disposto no art. 535, inciso II, do CPC/1973, o julgado recorrido não padece de omissão, porquanto decidiu fundamentadamente a quaestio trazida à sua análise, não podendo ser considerado nulo tão somente porque contrário aos interesses da parte.

2. Hipótese em que a Corte de origem, com base no contexto fático-probatório, entendeu devida a concessão do auxílio pretendido. Desse modo, rever a conclusão a que chegou o acórdão impugnado é inviável no Superior Tribunal de Justiça, ante o óbice da Súmula 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial."

3. O STJ possui jurisprudência firme e consolidada de que, com base no livre convencimento motivado, pode o juiz ir contra o laudo pericial, se houver nos autos outras provas em sentido contrário que deem sustentação à sua decisão. g.n.

4. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido." (STJ – 2ª Turma – REsp nº 1658344, Rel. Min. Herman Benjamin, j. 28.03.2017, negaram provimento, unânime, DJe 18.04.2017)

"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. REVISÃO DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. NÃO VINCULAÇÃO DO JUIZ A LAUDO PERICIAL. LIVRE CONVENCIMENTO.

1. O Tribunal a quo consignou que, ainda que o laudo pericial tenha concluído pela aptidão laboral da parte autora, as provas dos autos demonstram a efetiva incapacidade definitiva para o exercício da atividade profissional (fl. 152, e-STJ).

2. Para modificar o entendimento firmado no acórdão recorrido, seria necessário exceder as razões colacionadas no acórdão vergastado, o que demanda incursão no contexto fático-probatório dos autos, vedada em Recurso Especial, conforme Súmula 7 desta Corte: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial".

3. Cabe ressaltar que, quanto à vinculação do Magistrado à conclusão da perícia técnica, o STJ possui jurisprudência firme e consolidada de que, com base no livre convencimento motivado, pode o juiz ir contra o laudo pericial, se houver nos autos outras provas em sentido contrário que deem sustentação à sua decisão. g.n.

4. Recurso Especial não conhecido." (STJ – 2ª Turma – REsp nº 1651073, Rel. Min. Herman Benjamin, j. 14.03.2017, não conheceram, unânime, DJe 20.04.2017)

Do exposto, nego provimento ao apelo, na forma do art. 90, V, do RITJRR.

Publique-se. Intimem-se.

Boa Vista (RR), 18 de maio de 2017.

Desa. Tânia Vasconcelos
Relatora

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000.17.001191-0 - BOA VISTA/RR
AGRAVANTE: DAGOBERTO DA SILVA GONÇALVES e Outros
ADVOGADO: DR. MACLISON LEANDRO CARVALHO DAS CHAGAS - OAB/RR 1.198
AGRAVADO: SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA - RR
RELATORA: DESA. TÂNIA VASCONCELOS

Câmara - Única
zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto em face de decisão proferida pelo MM. Juiz de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Boa Vista que denegou o pedido liminar de emissão do ITBI em nome do agravante, Gustavo Abreu Vieira, formulado nos autos do Mandado de Segurança n.º 0822870-04.2016.8.23.0010.
Afirma o agravante, em síntese, que o pedido liminar não se confunde com o mérito, nem tampouco inexiste conexão entre a causa de pedir e o pedido.
Argumenta, ainda, que a vasta documentação anexada aos autos demonstram elementos suficientes para o deferimento da liminar pretendida.
Por fim, requer a concessão da antecipação da tutela, para suspender a exigibilidade do crédito tributário e, no mérito, pela confirmação da medida e o provimento definitivo do recurso.
É o breve relatório. DECIDO.
Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.
É sabido que para a concessão da antecipação da tutela pretendida devem estar presentes dois requisitos legais, quais sejam, a probabilidade do direito e o perigo de dano ou de resultado útil do processo. Ausente um deles é de rigor o seu indeferimento.
ISSO POSTO, indefiro a antecipação da tutela pretendida.
Intimem-se os agravantes para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão do registro público do imóvel em questão.
Intimem-se os agravados, no endereço indicado na inicial, para, querendo, apresentar contrarrazões, na forma do art. 1.019, II do CPC/2015.
Publique-se. Intimem-se.
Boa Vista, 23 de maio de 2017.

Desa. Tânia Vasconcelos
Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.16.804014-4 - BOA VISTA/RR
APELANTE: INARIO SOUZA
ADVOGADO: DR. WALDECIR SOUZA CALDAS JUNIOR E OUTROS - OAB/RR 957N
APELADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO: DR. ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES - OAB/RR 393A
RELATORA: DESA. TÂNIA VASCONCELOS

DECISÃO

Trata-se Apelação Cível interposta por Inário Souza em face da sentença proferida pelo Juízo da 2.ª Vara Cível, que julgou improcedente o pedido inicial ao argumento de inexistência de sequelas decorrentes do acidente de trânsito em questão.
Irresignada, a parte recorrente afirma que há provas da lesão permanente, tanto que a seguradora reconheceu a lesão, todavia não efetuara o pagamento no valor devido, motivo pelo qual o mesmo pugna pelo provimento do recurso para anular a sentença, com o consequente retorno dos autos ao juízo de primeiro grau para designação de nova perícia médica.
Contrarrazões pelo desprovimento do recurso e manutenção integral da sentença.
É o breve relato.
Decido, na forma autorizada pelo art. 90, V, do RITJRR.
Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.
Em que pesem os argumentos do recorrente, razão não lhe assiste.
Analisando os autos, o laudo pericial, emitido por médica credenciada com conhecimento técnico para tal e elaborado nos moldes legais, concluiu que a lesão decorrente do acidente não deixara sequelas ao recorrente, fato que levou o magistrado a julgar o pedido improcedente.
De acordo com a Lei n. 6.194/74, que dispõe sobre o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, os danos cobertos pelo seguro são aqueles

Câmara - Única
zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

que resultam em morte, invalidez permanente, seja ela total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares.
Ou seja, a lei não contempla as lesões passíveis de cura por qualquer medida terapêutica, é preciso ter perdas anatômicas ou funcionais de caráter permanente para fazer jus ao seguro. Portanto, se houve cura sem sequelas, incabível a indenização.
Neste sentido é o entendimento pacificado na jurisprudência pátria:
"RECURSO DE APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. INVALIDEZ OU INCAPACIDADE NÃO CARACTERIZADA. AUSÊNCIA DO DEVER DE INDENIZAR. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.
Conclusivo o laudo pericial quanto à inexistência de invalidez permanente, impossível a condenação à cobertura securitária pelo DPVAT.
Não há falar-se em indenização do seguro obrigatório DPVAT, se não restou comprovada a invalidez permanente a que se refere o artigo 3º, alínea "b", da Lei n. 6.194/74, especialmente se o médico legista, ao responder o quesito formulado no Laudo Pericial que indagava se, em razão do sinistro, decorreu incapacidade permanente para o trabalho, ou enfermidade incurável, ou perda ou inutilização de membro, sentido ou função ou deformidade permanente, afirma que não.
Ante a ausência de prova acerca da alegada invalidez permanente da autora, bem como de sua incapacidade para o trabalho, tem-se por indevida a indenização prevista na Lei n. 6.194/74." (TJMT – 2ª Câmara Cível – ApCi nº 20812/2017, Rel. Des. Sebastião de Moraes Filho, j. 29.03.2017, unânime, negaram provimento, DJe 04.04.2017)
"CÍVEL. APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT. LAUDO PERICIAL QUE AFASTOU A EXISTÊNCIA DE INVALIDEZ. EM QUALQUER GRAU. EM DECORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÃNSITO. DIREITO AO RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT NÃO CONFIGURADO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA CONFIRMADA. RECURSO NÃO PROVIDO." (TJPR – 10ª Câmara Cível, ApCi nº 15435353, Rel. Des. Lilian Romero, j. 02.02.2017, negaram provimento, unânime, DJe 03.03.2017)
Cumpre ressaltar que em relação à alegada incapacidade técnica do perito, esta deve ser alegada na primeira oportunidade em que cabe à parte falar nos autos, sob pena de preclusão, nos termos do art. 278, do CPC, que dispõe:
"Art. 278. A nulidade dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão."
No presente caso, a parte recorrente foi intimada da nomeação da perita judicial no EP n° 22 e manteve-se silente.
Dessa forma, qualquer manifestação acerca da matéria encontra-se vedada, diante da ocorrência da preclusão temporal,
Este é o entendimento pacificado nesta Corte de Justiça:
"APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO DPVAT– ALEGAÇÃO DE SUSPEIÇÃO DA PERITA NOMEADA PELO JUÍZO A QUO APRESENTADA SOMENTE EM SEDE RECURSAL – PRECLUSÃO TEMPORAL – INDEFERIMENTO DE NOVA PERÍCIA – AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE FORMA ESPECÍFICA - PREVALÊNCIA DO LAUDO PERICIAL – O AUTOR NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS DE DEMONSTRAR O FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO ALEGADO – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 373, INCISO I, DO NCPC – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO CONHECIDO, MAS DESPROVIDO." (TJRR – AC 0000.17.000715-7, Rel. Des. JEFFERSON FERNANDES DA SILVA, Câmara Cível, julg.: 04/05/2017, DJe 08/05/2017, p. 13)
APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - ALEGAÇÃO DE SUSPEIÇÃO DO PERITO NOMEADO PELO JUÍZO A QUO APRESENTADA SOMENTE EM SEDE RECURSAL - MATÉRIA PRECLUSA (ART. 148, §1º, DO CPC) - AUSÊNCIA DE PROVAS CABAIS CONTRÁRIAS AO RESULTADO DO LAUDO PERICIAL - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.(TJRR – AC 0010.16.800378-7, Rel. Des. ALMIRO PADILHA, Câmara Cível, julg.: 28/04/2017, DJe 05/05/2017, p. 30)
Por outro lado, embora o recorrente tenha impugnado o laudo (EP nº 36), seus argumentos não são hábeis para demonstrar a nulidade da perícia, uma vez que críticas genéricas ao trabalho e qualificação da profissional não são suficientes para desqualificar o resultado.

Câmara - Única
zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

Por fim, cumpre destacar que o magistrado não está vinculado a uma ou a outra prova produzida nos autos, podendo formar sua convicção com base em todo arcabouço probatório do processo, conforme dispõe o art. 371, do NCPC.
Nesse sentido, é o entendimento firmado nos tribunais pátrios:
"PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/1973 NÃO CONFIGURADA. AUXÍLIO-ACIDENTE. NEXO CAUSAL E DE INCAPACIDADE LABORAL RECONHECIDOS. LAUDO PERICIAL. LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO DO JUIZ. PRETENSÃO DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ.
1. No que se refere à alegada afronta ao disposto no art. 535, inciso II, do CPC/1973, o julgado recorrido não padece de omissão, porquanto decidiu fundamentadamente a quaestio trazida à sua análise, não podendo ser considerado nulo tão somente porque contrário aos interesses da parte.
2. Hipótese em que a Corte de origem, com base no contexto fático-probatório, entendeu devida a concessão do auxílio pretendido. Desse modo, rever a conclusão a que chegou o acórdão impugnado é inviável no Superior Tribunal de Justiça, ante o óbice da Súmula 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial."
3. O STJ possui jurisprudência firme e consolidada de que, com base no livre convencimento motivado, pode o juiz ir contra o laudo pericial, se houver nos autos outras provas em sentido contrário que deem sustentação à sua decisão. g.n.
4. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido." (STJ – 2ª Turma – REsp nº 1658344, Rel. Min. Herman Benjamin, j. 28.03.2017, negaram provimento, unânime, DJe 18.04.2017)
"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. REVISÃO DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. NÃO VINCULAÇÃO DO JUIZ A LAUDO PERICIAL. LIVRE CONVENCIMENTO.
1. O Tribunal a quo consignou que, ainda que o laudo pericial tenha concluído pela aptidão laboral da parte autora, as provas dos autos demonstram a efetiva incapacidade definitiva para o exercício da atividade profissional (fl. 152, e-STJ).
2. Para modificar o entendimento firmado no acórdão recorrido, seria necessário exceder as razões colacionadas no acórdão vergastado, o que demanda incursão no contexto fático-probatório dos autos, vedada em Recurso Especial, conforme Súmula 7 desta Corte: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial".
3. Cabe ressaltar que, quanto à vinculação do Magistrado à conclusão da perícia técnica, o STJ possui jurisprudência firme e consolidada de que, com base no livre convencimento motivado, pode o juiz ir contra o laudo pericial, se houver nos autos outras provas em sentido contrário que deem sustentação à sua decisão. g.n.
4. Recurso Especial não conhecido." (STJ – 2ª Turma – REsp nº 1651073, Rel. Min. Herman Benjamin, j. 14.03.2017, não conheceram, unânime, DJe 20.04.2017)
Do exposto, nego provimento ao apelo, na forma do art. 90, V, do RITJRR.
Publique-se. Intimem-se.
Boa Vista (RR), 17 de maio de 2017.

Desa. Tânia Vasconcelos
Relatora

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000.17.000650-6 - BOA VISTA/RR
AGRAVANTE: RAIMUNDA DOS SANTOS MOTA
DEFENSORA PÚBLICA: DRA. PAULA REGINA PINHEIRO CASTRO LIMA
AGRAVADO: POSTAL SAÚDE
ADVOGADO: DR. FRANCISCO DE OLIVEIRA SANTOS - OAB/MG 74.659
RELATORA: DESA. TÂNIA VASCONCELOS

DECISÃO

Câmara - Única
zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=
SICOJURR - 00057053

Câmara - Única

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por Raimunda dos Santos Mota contra decisão proferida pelo MM. Juiz de Direito da 5ª Vara Cível que, em análise de pedido de majoração de astreintes por descumprimento de ordem judicial, deferiu o pedido, porém estipulou prazo de 07 (sete) dias de incidência da multa.
Argumenta a agravante, em síntese, que o §4º, do art. 537, do CPC não estipula prazo para a incidência multa, devendo esta perdurar enquanto a decisão que a estipulou não for cumprida.
Aduz, ainda, que a intimação da Agravada por meio de AR poderá causar danos irreparáveis à Agravante em razão da demora no seu processamento e que há uma representação da empresa nesta cidade.
Requereu a concessão da liminar para que a multa aplicada incida por prazo indeterminado e que a intimação da Agravada seja feita por meio de Oficial de Justiça nesta Capital.
Ao final, pugna pelo recebimento do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, e manter a liminar eventualmente concedida, bem como para que o valor da multa seja bloqueado das contas da Agravada até a data da majoração acima referida.
Às fls. 105, indeferi a liminar pleiteada.
Às fls. 111/122, a Agravada informou, em contrarrazões, que a liminar guerreada foi devidamente cumprida, não subsistindo mais os argumentos que motivaram o agravo.
Tal alegação foi confirmada pela Defensora Pública que assiste a recorrente, consoante se verifica à fl. 155.
É o breve relato.
Vieram-me os autos conclusos.
DECIDO.
Da análise do que nos autos consta, observa-se que o conhecimento do mérito do presente agravo não mais se justifica.
Isso porque houve o cumprimento, por parte da Agravada, da liminar deferida em primeira instância e que motivou a interposição do recurso em ecomento.
EX POSITIS, não subsistindo mais os motivos da insurgência da recorrente, com fulcro no art. 932, III do NCPC c/c art. 90, IV do RITJRR, julgo prejudicado o recurso em virtude da perda de seu objeto.
Publique-se. Intimem-se.
Boa Vista (RR), 25 de maio de 2017.

Desa. Tânia Vasconcelos
Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.15.836194-8 - BOA VISTA/RR
APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO: DR. ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES - OAB/RR 393A
APELADO: JUCIELE RODRIGUES GOES
ADVOGADO: DR. EMERSON ARCANJO PINTO SANT'ANNA - OAB/RR 1.293N
RELATORA: DESA. TÂNIA VASCONCELOS

DECISÃO

Trata-se Apelação Cível interposta pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A em face de sentença proferida pelo Juízo da 1.ª Vara Cível, que julgou parcialmente procedente o pedido inicial condenando-a ao pagamento de R$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), extinguindo o feito, com resolução de mérito, nos termos do art. 269, I, do CPC/73.
Inconformada, a parte recorrente alega que a sentença deve ser reformada pois o MM. Juiz não observou a divergência entre o perito judicial e o assistente técnico.
Aduz que o valor devido já foi pago administrativamente, inexistindo qualquer quantia a ser complementada.

zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

Requer pelo provimento do recurso para cassar a sentença monocrática, julgando improcedente a ação.
Sem Contrarrazões.
É o breve relato.
Decido, autorizada pelo art. 90 do RITJRR.
Em que pesem os argumentos da apelante, o recurso não merece prosperar.
Isso porque a simples divergência entre os laudos do perito e do assistente técnico da parte não se mostra motivo suficiente para desconstituir o laudo elaborado pelo perito judicial, se tal divergência refere-se apenas ao percentual a ser aplicado em relação ao grau de incapacidade permanente da vítima.
Ademais, não foi requerida nova perícia, nem apresentadas provas capazes de demonstrar desacerto na conclusão do perito.
Nesse sentido é a jurisprudência desta Corte de Justiça:
"APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSUAL CIVIL. COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. DIVERGÊNCIA ENTRE O LAUDO ELABORADO PELO EXPERT JUDICIAL E O PARECER DO ASSISTENTE TÉCNICO. RECORRENTE NÃO REQUEREU NOVA PERÍCIA NEM SUSCITOU QUALQUER NULIDADE. PREVALÊNCIA DO LAUDO PERICIAL. PROFISSIONAL A QUE SE ATRIBUI CONDIÇÃO DE IMPARCIAL. RECURSO CONHECIDO MAS DESPROVIDO.
1. A simples divergência entre o laudo apresentado pelo assistente técnico da parte, dissociado de outros elementos de prova aptos a corroborar tal conclusão, não se afigura suficiente para infirmar o laudo elaborado pelo perito judicial, o qual além de estar equidistante dos interesses das partes encontra-se apto a laborar de forma absolutamente imparcial. (g.n)
2. Recurso conhecido, mas desprovido." (TJRR – AC 0010.15.815766-8, Rel. Des. JEFFERSON FERNANDES DA SILVA, Câmara Cível, julg.: 13/10/2016, DJe 18/10/2016, p. 22)
"APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSUAL CIVIL. COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. BOLETIM DE OCORRÊNCIA DEVE SER AVALIADO EM CONJUNTO COM OS DEMAIS ELEMENTOS DO CONTEXTO PROBATÓRIO. LAUDO PERICIAL QUE CORROBORA AS LESÕES SOFRIDAS. DIVERGÊNCIA ENTRE O LAUDO ELABORADO PELO EXPERT JUDICIAL E O PARECER DO ASSISTENTE TÉCNICO. RECORRENTE NÃO REQUEREU NOVA PERÍCIA NEM SUSCITOU QUALQUER NULIDADE. PREVALÊNCIA DO LAUDO PERICIAL. PROFISSIONAL A QUE SE ATRIBUI CONDIÇÃO DE IMPARCIAL. RECURSO CONHECIDO MAS DESPROVIDO." (TJRR – AC 0010.14.837255-9, Rel. Des. JEFFERSON FERNANDES DA SILVA, Câmara Cível, julg.: 13/10/2016, DJe 18/10/2016, p. 20)
Cumpre, ainda, ressaltar, que o valor fixado na condenação é equivalente ao constante da manifestação apresentada pela ora apelante em relação ao laudo pericial (EP 22), verbis:
"(...).
Desta forma, eventual condenação deve ser calculada considerando o teto máximo indenizável, qual seja, até R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), na proporção da invalidez ocasionada pelo sinistro conforme a tabela instituída pela Medida Provisória nº 451 de 2008.
Assim, estará limitada à R$ 2.362,50 (Dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)."
Do exposto, com fulcro no art. 90, V, do RITJRR, nego provimento ao presente recurso e mantendo a sentença monocrática em todos os seus termos.
Publique-se e Intimem-se.
Boa Vista, 23 de maio de 2017.

Desa. TÂNIA VASCONCELOS
Relatora

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000.16.000688-8 - BOA VISTA/RR
EMBARGANTE: TROPICAL VEÍCULOS S.A.
ADVOGADO: DR. ALEXANDER SENA DE OLIVEIRA - OAB/RR 247B
EMBARGADO: FRANCINELSON CARDOSO FROZ

Câmara - Única
zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

ADVOGADA: DRA. DOLANE PATRÍCIA SANTOS SILVA SANTANA - OAB/RR 493
RELATOR: DES. MOZARILDO CAVALCANTI

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração com fins prequestionadores opostos contra decisão monocrática que negou provimento ao recurso de agravo de instrumento.
O embargante alega há contradição na decisão, uma vez que o embargado não formulou pedido de substituição do veículo, em sede liminar.
Aduz que é extra petita a decisão constante no EP n. 36.
Pede o acolhimento e provimento dos embargos para sanar a contradição apontada.
Não houve manifestação do embargado (fls. 92).
É o breve relatório.
O CPC/15 dispõe que:
"Art. 1.024. O juiz julgará os embargos em 5 (cinco) dias.
(...)
§ 2º. Quando os embargos de declaração forem opostos contra decisão de relator ou outra decisão unipessoal proferida em tribunal, o órgão prolator da decisão embargada decidi-los-á monocraticamente".
Além disso, de acordo com o art. 932, inc. VIII, do CPC, compete ao relator "exercer outras atribuições estabelecidas no regimento interno do tribunal".
O artigo 90, do RITJRR, estabelece que cabe ao relator negar provimento a recurso em confronto com a jurisprudência dominante do Tribunal. Vejamos:
"Art. 90. São atribuições do relator nos feitos cíveis:
V – negar provimento a recurso em manifesto confronto com jurisprudência dominante do Tribunal ou de Tribunal Superior;
VI – dar provimento a recurso contra decisão em manifesto confronto com jurisprudência dominante do Tribunal ou de Tribunal Superior;"
Diante disso, passo a decidir monocraticamente.
Sustenta o embargante que o embargado não pediu que fosse realizada a substituição do veículo. Entretanto, ocorre que, o pedido formulado pelo embargado na petição inicial foi alternativo (substituição do veículo ou a devolução da quantia paga), sendo deferido liminarmente o primeiro pedido, até o julgamento da causa. Portanto, não houve decisão extra petita.
Neste sentido, colaciono os seguintes julgados:
AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. CONCESSÃO DOS EFEITOS DA ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. AQUISIÇÃO DE VEÍCULO ZERO QUILÔMETRO. APRESENTAÇÃO DE DEFEITOS. SUBSTITUIÇÃO DO VEÍCULO POR OUTRO SIMILAR, ATÉ O JULGAMENTO DA LIDE. POSSIBILIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO.
1 - Segundo preconiza o disposto no art.18, §1º, I, do CDC, quando um produto adquirido apresenta vício, e não sendo o vício sanado no prazo máximo de trinta dias, pode o consumidor exigir a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso.
2 - Requisitos necessários à concessão da tutela antecipatória perfeitamente demonstrados, posto o reiterado defeito do bem adquirido e não solucionado. Recurso conhecido e não provido. (Classe: Agravo de Instrumento,Número do Processo: 0015190-66.2015.8.05.0000, Relator (a): Gesivaldo Nascimento Britto, Segunda Câmara Cível, Publicado em: 30/04/2016)
PROCESSO CIVIL.AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO REDIBITÓRIA. CONCESSÃO DOS EFEITOS DA ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. AQUISIÇÃO DE VEÍCULO ZERO QUILÔMETRO. APRESENTAÇÃO DE DEFEITOS. SUBSTITUIÇÃO DO VEÍCULO POR OUTRO SIMILAR, ATÉ O JULGAMENTO DA LIDE. POSSIBILIDADE. RECURSO DESPROVIDO.
- Segundo preconiza o disposto no art. art.18, §1º, I, do CDC, quando um produto adquirido apresenta vício, e não sendo o vício sanado no prazo máximo de trinta dias, pode o consumidor exigir a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso.
- Requisitos necessários a concessão da tutela antecipada perfeitamente demonstrados, posto o reiterado defeito do bem adquirido e não solucionado.

Câmara - Única
zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

- Empresa Agravante detentora de porte para suportar o cumprimento da Decisão.
-Agravo de Instrumento não provido. (TJ/AM, AI 40041724120148040000, rel. Wellington José de Araújo, Segunda Câmara Cível, j. 4 de Maio de 2015)
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE DUPLICATA. ENDOSSO TRANSLATIVO AO BANCO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA ENDOSSATÁRIA E DA EMPRESA ENDOSSANTE. ALEGAÇÃO DE JULGAMENTO EXTRA E ULTRA PETITA, BEM COMO DE CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE NO ACÓRDÃO EMBARGADO. INOCORRÊNCIA. ENFRENTAMENTO DE TODAS AS QUESTÕES RELEVANTES AO DESENLACE DA LIDE. DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. PRETENSÃO DE REEXAME DA MATÉRIA DE MÉRITO. DESCABIMENTO. DESNECESSIDADE DE MANIFESTAÇÃO EXPRESSA ACERCA DE TODOS OS DISPOSITIVOS LEGAIS INVOCADOS. NÃO-PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DISPOSTOS NO ART. 535, INCISOS I E II, DO CPC. EMBARGOS OPOSTOS COM FINS DE PREQUESTIONAMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESACOLHIDOS.(TJ/RS, Embargos de Declaração Nº 70062878236, Décima Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Pedro Celso Dal Pra, Julgado em 11/12/2014).
Ademais, observo que o recurso está em manifesto confronto com a jurisprudência dominante deste Tribunal, pois é defeso utilizar os embargos de declaração para rediscutir a matéria já decidida, sem que exista qualquer omissão, contradição, obscuridade ou erro material, ainda que com fins prequestionadores.
Ressalto que todas as matérias levantadas pela embargante foram devidamente analisadas no julgado combatido.
Neste sentido:
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO - PRETENSÃO À REDISCUSSÃO DA MATÉRIA - IMPOSSIBILIDADE - RECURSO DESPROVIDO.
1. Na análise da demanda, não se exige do órgão julgador resposta a todas as teses lançadas pelas partes em seus arrazoados, bastando motivar suas decisões, tradução natural do Princípio da Persuasão Racional.
2. Inexistentes quaisquer vícios no julgado, impõe-se a rejeição dos declaratórios.
(TJRR – EDecAgInt 0000.16.001240-7, Rel. Des. CRISTÓVÃO SUTER, Câmara Cível, julg.: 01/12/2016, DJe 07/12/2016, p. 16)
Os seguintes julgados seguem no mesmo sentido: EDecAgInt 0000.16.001241-5, Rel. Des. Cristóvão Suter, Câmara Cível, julg.: 01/12/2016, DJe 07/12/2016, EDecAgInst 0000.16.001237-3, Rel. Des. Cristóvão Suter, Câmara Cível, julg.: 01/12/2016, DJe 07/12/2016, EDecAC 0010.13.726014-6, Rel. Des. Jefferson Fernandes da Silva, Câmara Cível, julg.: 13/10/2016, DJe 26/10/2016, EDecAC 0010.04.093751-7, Rel. Des. Elaine Cristina Bianchi, Câmara Cível, julg.: 18/08/2016, DJe 25/08/2016, EDecAgReg 0000.16.000293-7, Rel. Des. Elaine Cristina Bianchi,, Câmara Cível, julg.: 12/05/2016, DJe 13/05/2016, EDecAgInst 0000.14.002370-6, Rel. Juiz(a) Conv. Jefferson Fernandes da Silva, Câmara Única, julg.: 01/03/2016, DJe 11/03/2016.
Sabe-se que, ainda que sejam opostos embargos com o propósito de prequestionar a matéria a ser eventualmente levada ao conhecimento das Cortes Superiores, sem os pressupostos elencados no art. 1022 do Código Processual Civil, não há requisitos que autorizem a oposição de recursos.
Nesse sentindo:
PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. LIMITES. EMENDA DA INICIAL. PRAZO DILATÓRIO REQUERIDO PELA PARTE. NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PARA DAR CUMPRIMENTO. DESNECESSIDADE. DEVER DE COLABORAÇÃO.
1. O não acolhimento das teses contidas no recurso não implica obscuridade, contradição ou omissão, pois ao julgador cabe apreciar a questão conforme o que ele entender relevante à lide. O Tribunal não está obrigado a julgar a questão posta a seu exame nos termos pleiteados pelas partes, mas sim com o seu livre convencimento, consoante dispõe o art. 131 do CPC.

Câmara - Única
zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

2. Os embargos declaratórios, mesmo quando manejados com o propósito de prequestionamento, são inadmissíveis se a decisão embargada não ostentar qualquer dos vícios que autorizariam a sua interposição. Grifo nosso
3. omissis.
6. Recurso especial a que se nega provimento.
(REsp 1062994/MG, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 19/08/2010, DJe 26/08/2010).
Face ao exposto, com fundamento no artigo 90, V, rejeito os presentes embargos.
Boa Vista, 19 de maio de 2017.

Des. Mozarildo Monteiro Cavalcanti
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.163148-4 - BOA VISTA/RR
APELANTE: O MUNICIPIO DE BOA VISTA
PROCURADOR DO MUNICÍPIO: DR. RODRIGO DE FREITAS CARVALHO CORREIA
APELADO: SERVIÇOS GERAIS DE SEGURANÇA AO PATRIMONIO LTDA
DEFENSORA PÚBLICA: DRA. TERESINHA LOPES DA SILVA AZEVEDO
RELATOR: DES. JEFFERSON FERNANDES

DECISÃO

Trata-se de Apelação Cível interposta em face de sentença exarada pelo douto Juízo da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Boa Vista – RR, nos autos da ação de execução fiscal n.º 0010.07.163148-4, que extinguiu o feito, com resolução do mérito, em face da ocorrência da prescrição.
Em suas razões recursais, a parte Apelante aduziu, em síntese, que a sentença guerreada está maculada por não observar o princípio da motivação das decisões, visto que o Juízo a quo declarou a inconstitucionalidade do art. 40, § 2º da Lei n.º 6.830/80 e reconheceu a prescrição intercorrente sem externar as razões que o levaram a esse sentido.
A parte Apelante alega que não ocorreu a prescrição intercorrente nos presentes autos, visto que o simples transcurso temporal não conduz à extinção do processo, devendo o magistrado ponderar o fator tempo e a atitude da Fazenda Pública no sentido de concretização do crédito.
Sustenta, ainda, que o Município manteve postura processual proativa no sentido de perseguir o crédito, promovendo as diligências que lhe cabiam.
Por fim, aponta que o dispositivo declarado inconstitucional não poderia ter sido objeto de declaração de inconstitucionalidade, razão pela qual deve haver o restabelecimento da eficácia do dispositivo normativo.
Pugnou pelo recebimento e provimento do recurso, para que a sentença de piso seja anulada ou reformada, a fim de que se possa dar continuidade ao feito.
A Defensoria Pública informou sobre a faculdade de não apresentar contrarrazões em virtude que sua ausência não gera qualquer efeito.
Eis o breve relato.
Dispõe o art. 90, incisos V e VI, do Regimento Interno desta Corte de Justiça:
Art. 90. São atribuições do relator nos feitos cíveis:
(...)
V – negar provimento a recurso em manifesto confronto com jurisprudência dominante do Tribunal ou de Tribunal Superior;
VI – dar provimento a recurso contra decisão em manifesto confronto com jurisprudência dominante do Tribunal ou de Tribunal Superior; (SEM GRIFOS NO ORIGINAL)
No caso dos autos, entendo aplicável o dispositivo supracitado, uma vez que a controvérsia trazida à apreciação deste Juízo já se encontra sedimentada no âmbito da jurisprudência desta Corte de Justiça.

Câmara - Única
zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

Pois bem. A parte apelante alegou ausência de fundamentação, contudo, tal afirmação não merece prosperar.

Em verdade, ainda que de forma sucinta, a sentença de piso abordou o tema da prescrição intercorrente, externando os motivos pelos quais a presente execução se encontra prescrita, de modo que não há que se falar em ausência de fundamentação no julgado.

Neste sentido, a jurisprudência do E. STJ, já pacificou o entendimento de que a fundamentação suscita não se confunde com ausência de fundamentação, vejamos:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. VIOLAÇÃO DO ART. 458 DO CPC. INOCORRÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO SUCINTA. REDUÇÃO DO VALOR DAS ATREINTES. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. 1. A fundamentação empregada de forma sucinta, desde que suficiente para embasar a decisão, não configura afronta ao art. 458 do CPC. 2. Inadmissível recurso especial em que se aponta questão infraconstitucional não decidida no acórdão recorrido. Aplicação da Súmula n. 282/STF. 3. Agravo regimental desprovido. (STJ – AgRg no AREsp: 181344 BA 2012/0101891-0, Relator: Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Data de Julgamento: 11/02/2014, T3 – TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 17/02/2014, grifo nosso)

Assim, estando devidamente fundamentada a sentença, inexiste ofensa ao art. 93, inciso IX, da Constituição Federal e, consequentemente, nulidade a ser reconhecida.

Quanto ao mérito, inicialmente, cumpre ressaltar que o poder do Estado de cobrar seus tributos não pode ser eterno, encontrando limite no instituto da prescrição, em razão do princípio da segurança jurídica.

Nesse sentido, estabelece o ordenamento jurídico brasileiro que a ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em 05 (cinco) anos, contados da data da sua constituição definitiva, consoante dicção do art. 174, caput, do Código Tributário Nacional.

Por sua vez, dispõe o art. 156, V, do CTN, que a prescrição e a decadência são causas de extinção do crédito tributário.

Assim sendo, o transcurso de lapso temporal superior a 05 (cinco) anos, contados da constituição do crédito tributário, é causa de extinção do crédito tributário, em face da ocorrência da prescrição, a teor do disposto no artigo 174, combinado com artigo 156, inciso V, ambos do Código Tributário Nacional.

Entretanto, existem situações definidas em lei em que o prazo prescricional é interrompido, sendo integralmente devolvido ao credor, ou suspenso, ficando sem fluência durante o tempo que durar a respectiva causa, voltando ao seu curso normal pelo tempo que lhe faltava. As causas interruptivas vêm expressas no art. 174 do CTN, vejamos:

Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.

Parágrafo único. A prescrição se interrompe:

I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal;

II - pelo protesto judicial;

III - por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;

IV - por qualquer ato inequívoco ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

O artigo 174 do CTN, supratranscrito, ao trazer as hipóteses de interrupção, também passou a prever a possibilidade de reconhecimento da prescrição intercorrente, a qual se opera durante o trâmite processual, em decorrência da inércia injustificada da parte Exequente.

Sendo assim, além das hipóteses previstas no Código Tributário Nacional, a Lei de Execuções Fiscais, em seu art. 40, trouxe a previsão de novas situações em que o prazo da prescrição intercorrente é suspenso e interrompido, in verbis:

Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição.

§ 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública.

Câmara - Única

zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

§ 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos.
§ 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução.
§ 4º - Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato.
Tal dispositivo legal foi interpretado pelo E. Superior Tribunal de Justiça, o qual editou o verbete sumular n.º 314, vazado nos seguintes termos: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição quinquenal intercorrente".
Apesar disso, ainda que o E. STJ tenha editado a súmula supracitada, admitindo a suspensão do prazo prescricional previsto no art. 40 da LEF, entendendo como aplicável a suspensão do prazo prescricional por um ano, enquanto estiver suspenso o curso do processo de execução, em virtude de não serem encontrados o devedor ou bens penhoráveis, tenho que tal norma não deve ser aplicada ao caso sub judice.
Com efeito, a Constituição Federal de 1988, em seu art. 146, inciso III, alínea "b", dispõe que cabe à lei complementar estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários.
Atualmente, as normas gerais de Direito Tributário que estabelecem as regras concernentes à prescrição e decadência, estão dispostas no CTN, o qual foi promulgado como lei ordinária, mas recepcionado pela atual Carta Constitucional como Lei Complementar, cumprindo, portanto, o disposto no art. 146, III, "b", da CF.
Todavia, como já aduzido anteriormente, a Lei 6.830/80, em seu art. 40, caput, ao enunciar que "O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição", trouxe em seu bojo um prazo de suspensão da prescrição não previsto no CTN.
No mesmo sentido, com o advento da Lei nº 11.051/04, que acrescentou o § 4º ao art. 40 da Lei 6.830/80, restou estabelecida uma nova causa de interrupção da prescrição, também não prevista no CTN.
Nada obstante, as hipóteses de suspensão e interrupção do prazo prescricional trazidas ao ordenamento jurídico brasileiro pela Lei de Execuções Fiscais, padecem de vício de inconstitucionalidade formal, na medida em que a precitada Lei foi promulgada e recepcionada pela CF/1988 com status de Lei Ordinária, não podendo, portanto, tratar das matérias elencadas no art. 146, III, "b", da CF.
Tal raciocínio já havia sido sufragado pela jurisprudência do TRF da 4ª Região, o qual acolheu em parte o incidente de arguição de inconstitucionalidade do § 4º e caput do artigo 40 da Lei nº 6.830/80, vejamos:
TRIBUTÁRIO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. ARTIGO 40 DA LEI Nº 6.830/80. SUSPENSÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL. TERMO INICIAL. ARGÜIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE ACOLHIDA EM PARTE. 1. Tanto a Constituição de 1967 como a de 1988 conferiram apenas à lei complementar estabelecer normas gerais de direito tributário, nas quais se insere a prescrição. 2. A Lei nº 5.172/66 (Código Tributário Nacional) foi recepcionada como lei complementar pelas Constituições de 1967 e 1988. Em seu artigo 174, cuidou exaustivamente da prescrição dos créditos tributários, fixando prazo de cinco anos e arrolando todas as hipóteses em que este se interrompe. Não tratou, porém, acerca da suspensão do lapso prescricional. 3. Não poderia o artigo 40 da Lei nº 6.830/80 instituir hipótese de suspensão do prazo prescricional, invadindo espaço reservado pela Constituição à lei complementar. 4. Da interpretação conjunta do caput e do § 4º do artigo 40 da Lei nº 6.830/80, depreende-se que o início do prazo prescricional intercorrente apenas se dá após o arquivamento, que, de acordo com o parágrafo segundo do mesmo artigo, é determinado após um ano de suspensão. Assim, em primeiro lugar, não corre prescrição no primeiro ano (artigo 40, caput) e, em segundo, chega-se a um prazo total de seis anos para que se consume a prescrição intercorrente, o que contraria o disposto no CTN.5. Acolhido em parte o incidente de argüição de inconstitucionalidade do § 4º e caput do artigo 40 da

Câmara - Única
zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

Lei nº 6.830/80 para, sem redução de texto, limitar seus efeitos às execuções de dívidas tributárias e, nesse limite, conferir-lhes interpretação conforme à Constituição, fixando como termo de início do prazo de prescrição intercorrente o despacho que determina a suspensão (artigo 40, caput). (TRF-4 - ARGINC: 46714620034047200 SC 0004671-46.2003.404.7200, Relator: LUCIANE AMARAL CORRÊA MÜNCH, Data de Julgamento: 27/08/2010, CORTE ESPECIAL, Data de Publicação: D.E. 14/09/2010)

O julgado supracitado foi objeto de Recurso Extraordinário no E. STF (RE 636562), tendo este Tribunal reconhecido a existência de repercussão geral da questão constitucional suscitada.

Nos autos do RE 636562 já há manifestação do Procurador-Geral da República, o qual exarou parecer opinando pela incompatibilidade da parte final do caput, art. 40 da LEF é incompatível com o disposto no artigo 146, inciso III, "b", da Constituição Federal, vejamos:

No mérito, o disposto na parte final do caput, art. 40 da LEF é incompatível com o disposto no artigo 146, inciso III, "b", da Constituição Federal, que reserva à lei complementar estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre prescrição e decadência tributárias, inclusive sobre interrupção e suspensão dos prazos.

Observa-se, ainda, que nos autos do respectivo Recurso Extraordinário, não há determinação de sobrestamento dos feitos pendentes de julgamento.

No mesmo sentido, a jurisprudência desta Corte de Justiça, no julgamento do Incidente de Inconstitucionalidade na Apelação Cível n.º 0010.01.009220-2, reconheceu a inconstitucionalidade do caput do art. 40, e § 4º, da Lei de Execuções Fiscais, nos seguintes termos:

INCIDENTE DE INCONSTITUCIONALIDADE. MATÉRIA SUBMETIDA AO TRIBUNAL PLENO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. ART. 40 E §4.º DA LEF. OFENSA AO ART.; 146, III, B, DA CRFB. ART. 174 DO CTN. INCONSTITUCIONALIDADE RECONHECIDA. 1. Nos termos da regência constitucional, diplomas normativos ordinários não constituem veículos aptos a disciplinarem matéria reservada à lei complementar, como os institutos da prescrição e da decadência tributárias. 2. Com efeito, o artigo 174 do CTN (devidamente recepcionado pela CRFB como Lei Complementar), ao prever que 'a ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva' não sofre as limitações relativas à suspensão do prazo prescricional constantes do art. 40 e §4.º da Lei de Execuções Fiscais. 3. Por esta razão, tais normas não devem ser aplicadas ao caso concreto. De igual modo, a Súmula 314 do STJ, que interpreta o referido artigo, corroborando entendimento inconstitucional. Precedente do STF. Acórdão Paradigma: RE 556.664 (|DJ 14/11/08); Decisão Monocrática no RE 636.972 (DJ 18/05/2011). 4. Inconstitucionalidade reconhecida. (Incidente de Inconstitucionalidade na Apelação Cível n.º 0010.01.009220-2 - Tribunal Pleno, Rel. Juiz Convocado Euclydes Calil Filho, j. 12/12/2012, DJe 4936, de 19/12/2012).

Deveras, o Tribunal Pleno desta Egrégia Corte, compreendeu que o artigo 174, do CTN, ao prever que "a ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva" não sofre as limitações relativas à suspensão do prazo prescricional, constantes do art. 40, caput, e § 4.º, da Lei de Execuções Fiscais.

Tal decisão, ainda, que não tenha transitado em julgado, já serve de paradigma para as decisões deste órgão colegiado.

No caso presente, resta, portanto, afastada a incidência da parte final do artigo 40, caput e do § 4º, da LEF, razão pela qual deve a análise da ocorrência da prescrição nortear-se pelo disposto no artigo 174, caput, I e IV, do CTN, assim como consignado na sentença de piso.

Desse modo, a regra prescricional aplicável ao caso concreto é a que alude ao reinício da contagem do prazo, ante a ocorrência da causa interruptiva prevista no inciso I, do parágrafo único, do artigo 174 do CTN.

Quanto a este ponto, cumpre observar o Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 566.621/RS, submetido aos auspícios da repercussão geral, decidiu que a LC 118/2005 somente se aplica às ações ajuizadas a partir da vigência da referida norma, o que ocorreu em 09 de junho de 2005.

Por conseguinte, nos termos do art. 174, I, do CTN, as ações propostas após a vigência da LC n.º 118/2005, tem seu prazo interruptivo contado da data despacho que ordenar a citação em

Câmara - Única

zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

execução fiscal, enquanto que as ações propostas antes da vigência do dispositivo precitado tem seu prazo prescricional interrompido pela citação pessoal feita ao devedor.

Dessa forma, como a presente ação foi ajuizada em 28 de maio de 2007, ou seja, quando já estava em vigor a LC n.º 118/2005, a interrupção da prescrição se deu com o despacho que ordenou a citação do devedor proferido em 15 de junho de 2007.

Assim, verifico que desde a data da citação do Executado, passaram-se mais de 05 (cinco) anos sem que tenha havido outra causa suspensiva ou interruptiva alegada pela parte Exequente, nem qualquer ato relevante que importasse em modificação do processo.

Por derradeiro, acerca da alegação de não ocorrência da prescrição face a postura proativa da Fazenda no sentido de realizar inúmeras diligências, ainda que não fosse declarada a inconstitucionalidade da parte final do art. 40, caput, e § 4º, da LEF, a jurisprudência desta Corte de Justiça vem entendendo como inércia da Fazenda não somente as situações de total abandono do processo, mas também aqueles casos em que, embora exista um vai e vem dos autos e/ou de pedidos, essa movimentação não é capaz de modificar a situação processual. (Precedente: TJRR, AC n. 0010.06.128890-7, Rel. Des. Almiro Padilha).

No mesmo sentido, vejamos a jurisprudência do E. STJ:

TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. SÚMULA 314/STJ. DECRETAÇÃO DE OFÍCIO. DILIGÊNCIAS INFRUTÍFERAS NÃO TEM O CONDÃO DE INTERROMPER O LAPSO PRESCRICIONAL. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição quinquenal intercorrente" (Súmula 314/STJ). 2. "Os requerimentos para realização de diligências que se mostraram infrutíferas em localizar o devedor ou seus bens não têm o condão de suspender ou interromper o prazo de prescrição intercorrente" (AgRg no REsp 1.208.833/MG, Rel. Min. CASTRO MEIRA, Segunda Turma, DJe 3/8/12). 3. Agravo regimental não provido.(STJ - AgRg no AREsp: 383507 GO 2013/0254381-1, Relator: Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, Data de Julgamento: 22/10/2013, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 07/11/2013)

Nesse ínterim, resta inequívoca a ocorrência da prescrição relativamente aos créditos fiscais perseguidos na execução fiscal, nos termos da sentença objurgada.

No mesmo sentido, vejamos a jurisprudência dominante da Câmara Cível desta Corte de Justiça:

REEXAME NECESSÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. TRANSCURSO DE 9 (NOVE) ANOS ENTRE A PRIMEIRA CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO NO CURSO DA AÇÃO E A SENTENÇA. SENTENÇA INTEGRALIZADA.

1. De acordo com o art. 174 do CTN (redação anterior à LC 118/05), a prescrição se interrompe com a citação do executado, período em que se recomeça o cômputo quinquenal, mas, desta vez, para o reconhecimento da prescrição intercorrente, que ocorre no curso do feito executivo.

2. Assim o é para que não sejam permitidas demandas eternas, em homenagem a diversos princípios constitucionais, notadamente, o da segurança jurídica e o da duração razoável do processo.

3. Esta Corte já se manifestou expressamente sobre a inviabilidade de aplicação das causas de suspensão e interrupção dos prazos prescricionais trazidas pelo art. 40, caput e §4º da LEF, bem como pela não aplicação da Súmula 314/STJ. Repercussão Geral reconhecida pelo STF RE 636562.

4. No caso dos autos, o executado foi citado em 23/02/2001. A partir desta data até a prolação da sentença, que reconheceu a prescrição intercorrente (09/09/2010), passaram-se 9 (nove) anos, sem a Fazenda Pública lograsse êxito em localizar bens do executado para saldar a dívida.

5. Sentença integralizada. (TJRR – RN 0010.01.009699-7, Rel. Juiz(a) Conv. ELAINE CRISTINA BIANCHI, Câmara Única, julg.: 08/04/2014, DJe 12/04/2014, p. 41-42)

AGRAVO INTERNO - APELAÇÃO CÍVEL EM EXECUÇÃO FISCAL - INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 40, §4.º, DA LEF RECONHECIDA PELO TRIBUNAL PLENO DESTA CORTE EM AÇÃO PRÓPRIA - INÉRCIA CONFIGURADA - "DECISUM" CORRETO - RECURSO DESPROVIDO. (TJRR – AgInt 0000.15.002486-7, Rel. Des. RICARDO OLIVEIRA, Câmara Cível, julg.: 18/08/2016, DJe 23/08/2016, p. 24)

Câmara - Única

zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

Diante do exposto, considerando o que dispõe o art. 90, VI, do RITJ/RR, conheço e nego provimento ao recurso.
Publique-se. Intimem-se.
Boa Vista (RR), em 22 de maio de 2017.

JEFFERSON FERNANDES DA SILVA
Desembargador Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0000.17.000676-1 - BOA VISTA/RR
APELANTE: ADAILSON MACHADO ALVES
ADVOGADO: DR. GIOBERTO DE MATOS JÚNIOR - OAB/RR 787N
APELADO: SERVS/BV FINANCEIRA - CFI BV FINANCEIRA
ADVOGADO: DR. FERNANDO LUZ PEREIRA - OAB/SP 147.020N
RELATORA: DESA. TÂNIA VASCONCELOS

DECISÃO

Trata-se de apelação cível interposta em face da sentença que julgou improcedente o pedido contidos na ação revisional de contrato.
Alega a recorrente abusividade das cláusulas pactuadas no contrato, bem como enriquecimento ilícito por parte do apelado.
Requer a reforma da sentença para julgar totalmente procedente o pedido.
Intimada para contrarrazões, a recorrida manteve-se silente.
Relatos, decido.
O recurso trata de matéria pacificada na jurisprudência do STJ e do presente Tribunal, razão pela qual passo a decidir monocraticamente.
Tratando-se de contratos bancários, não há dúvida de que tais operações sujeitam-se às regras protetivas do Código de Defesa do Consumidor, principalmente, as concernentes à proteção contratual (Capítulo VI, do CDC).
Neste sentido, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:
"Agravo. Recurso especial. Contrato de abertura de crédito em conta-corrente. Código de Defesa do Consumidor. Limitação dos juros em 12% ao ano. Capitalização mensal. Comissão de permanência e juros remuneratórios. A jurisprudência desta Corte, apesar de acolher a orientação da Súmula nº 596/STF afastando as disposições da Lei de Usura quanto à taxa de juros nos contratos celebrados com instituições financeiras, admite, sim, a aplicação do Código de Defesa do Consumidor quando efetivamente demonstrada a abusividade da taxa cobrada, já que caracterizada uma relação de consumo entre o mutuário e a instituição financeira." (STJ - Superior Tribunal de Justiça, Número do Processo: 608991, Decisão: Improvimento Unânime, Data de Decisão: 01/04/2004, Ministro Relator: CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, Órgão Julgador: TERCEIRA TURMA).
Como se sabe, a revisão contratual não tem o objetivo de ultrapassar a vontade das partes e gerar insegurança ao vínculo contratual, mas reequilibrar o contrato com a finalidade de preservá-lo, com a possibilidade de satisfação dos interesses legítimos em jogo, buscando, por assim dizer, o cumprimento reequilibrado. Este é, pois, o posicionamento consolidado do STJ:
AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONTRATO BANCÁRIO. REVISIONAL. PACTA SUNT SERVANDA. RELATIVIZAÇÃO. RELAÇÃO DE CONSUMO. ACÓRDÃO ALINHADO AO ENTENDIMENTO DA CORTE. SÚMULA 83 DO STJ. FUNDAMENTO NÃO ATACADO. SÚMULA 283/STF. - MORA - EXISTÊNCIA DE ENCARGOS ABUSIVOS NO PERÍODO DA NORMALIDADE - DESCARACTERIZAÇÃO. SÚMULA 83/STJ. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. INVIABILIDADE DE CUMULAÇÃO COM OS DEMAIS ENCARGOS MORATÓRIOS. POSSIBILIDADE DE INCIDÊNCIA. PREVISÃO CONTRATUAL EXPRESSA. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL E REEXAME DE PROVAS. VEDAÇÃO EM SEDE ESPECIAL. SÚMULAS 5 e 7/STJ.

Câmara - Única
zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

1. "No pertinente à revisão das cláusulas contratuais, a legislação consumerista, aplicável à espécie, permite a manifestação acerca da existência de eventuais cláusulas abusivas, o que acaba por relativizar o princípio do pacta sunt servanda" (REsp 1114049/PE, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 29/04/2011). Súmula 83/STJ. 2. Inviável o recurso especial quando ausente impugnação a fundamento que, por si só, seria suficiente para a manutenção do julgado. Aplicação analógica do verbete sumular 283 do STF. 3. "Segundo a jurisprudência pacífica desta Corte, a constatação de exigência de encargos abusivos no contrato, durante o período da normalidade contratual, afasta a configuração da mora. Posicionamento reiterado no mesmo REsp 1.061.520/RS." (EREsp 785720/RS, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/05/2010, DJe 11/06/2010). Súmula 83/STJ. 4. A simples interpretação de cláusula contratual e a pretensão de reexame de prova não ensejam recurso especial (Súmulas 5 e 7/STJ). 5. Decisão agravada mantida pelos seus próprios fundamentos.
6. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. (AgRg no Ag 1426031/SC, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 02/08/2012, DJe 07/08/2012).
Com efeito, havendo possibilidade de manifestação judicial quanto à existência de cláusulas abusivas, o princípio do pacta sunt servanda haverá de ser relativizado, não restando razão à apelante neste ponto.
Quanto à capitalização de juros, o STJ editou a súmula nº. 339, que a considera válida:
"É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior à anual em contratos celebrados com instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional a partir de 31/3/2000 (MP n. 1.963-17/2000, reeditada como MP n. 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada."
No mesmo sentido as decisões deste Eg. Tribunal de Justiça: AC 0010.12.703640-7, Des. Jefferson Fernandes da Silva, AC 0010.14.810960-5, Des. Jefferson Fernandes da Silva, AC 0010.13.717940-3, Des. Cristóvão Suter, AC 0010.14.809712-3, Des. Cristóvão Suter, AC 0010.15.806816-2, Desa. Elaine Bianchi, AC nº 0030.12.700179-7, Desa. Elaine Bianchi, AC nº 0010.12.716354-0, Des. Ricardo Oliveira, AC nº 0010.14.813748-1, Des. Ricardo Oliveira. O contrato celebrado entre as partes prevê a capitalização de juros, sendo válida a referida cláusula.
Sobre a limitação do percentual de 12% para a cobrança de juros remuneratórios, o STJ, no recurso repetitivo REsp 1061530/RS, uniformizou o entendimento da seguinte forma:
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E BANCÁRIO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CLÁUSULAS DE CONTRATO BANCÁRIO. INCIDENTE DE PROCESSO REPETITIVO. JUROS REMUNERATÓRIOS. CONFIGURAÇÃO DA MORA. JUROS MORATÓRIOS. INSCRIÇÃO/MANUTENÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. DISPOSIÇÕES DE OFÍCIO. DELIMITAÇÃO DO JULGAMENTO. Constatada a multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica questão de direito, foi instaurado o incidente de processo repetitivo referente aos contratos bancários subordinados ao Código de Defesa do Consumidor, nos termos da ADI n.º 2.591-1. Exceto: cédulas de crédito rural, industrial, bancária e comercial; contratos celebrados por cooperativas de crédito; contratos regidos pelo Sistema Financeiro de Habitação, bem como os de crédito consignado. Para os efeitos do § 7º do art. 543-C do CPC, a questão de direito idêntica, além de estar selecionada na decisão que instaurou o incidente de processo repetitivo, deve ter sido expressamente debatida no acórdão recorrido e nas razões do recurso especial, preenchendo todos os requisitos de admissibilidade. Neste julgamento, os requisitos específicos do incidente foram verificados quanto às seguintes questões: i) juros remuneratórios; ii) configuração da mora; iii) juros moratórios; iv) inscrição/manutenção em cadastro de inadimplentes e v) disposições de ofício. PRELIMINAR. O Parecer do MPF opinou pela suspensão do recurso até o julgamento definitivo da ADI 2.316/DF. Preliminar rejeitada ante a presunção de constitucionalidade do art. 5º da MP n.º 1.963-17/00, reeditada sob o n.º 2.170-36/01. I - JULGAMENTO DAS QUESTÕES IDÊNTICAS QUE CARACTERIZAM A MULTIPLICIDADE. ORIENTAÇÃO 1 - JUROS REMUNERATÓRIOS. a) As instituições financeiras não se sujeitam à limitação dos juros remuneratórios estipulada na Lei de Usura (Decreto 22.626/33), Súmula 596/STF; b) A estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade; c) São inaplicáveis aos juros remuneratórios dos contratos de mútuo bancário as disposições do art. 591 c/c o art. 406 do CC/02;

Câmara - Única
zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

d) É admitida a revisão das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais, desde que caracterizada a relação de consumo e que a abusividade (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada, art. 51, §1º, do CDC) fique cabalmente demonstrada, ante às peculiaridades do julgamento em concreto. ORIENTAÇÃO 2 - CONFIGURAÇÃO DA MORA. a) O reconhecimento da abusividade nos encargos exigidos no período da normalidade contratual (juros remuneratórios e capitalização) descarateriza a mora;

b) Não descaracteriza a mora o ajuizamento isolado de ação revisional, nem mesmo quando o reconhecimento de abusividade incidir sobre os encargos inerentes ao período de inadimplência contratual. ORIENTAÇÃO 3 - JUROS MORATÓRIOS. Nos contratos bancários, não-regidos por legislação específica, os juros moratórios poderão ser convencionados até o limite de 1% ao mês. ORIENTAÇÃO 4 - INSCRIÇÃO/MANUTENÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES.

a) A abstenção da inscrição/manutenção em cadastro de inadimplentes, requerida em antecipação de tutela e/ou medida cautelar, somente será deferida se, cumulativamente: i) a ação for fundada em questionamento integral ou parcial do débito; ii) houver demonstração de que a cobrança indevida se funda na aparência do bom direito e em jurisprudência consolidada do STF ou STJ; iii) houver depósito da parcela incontroversa ou for prestada a caução fixada conforme o prudente arbítrio do juiz;

b) A inscrição/manutenção do nome do devedor em cadastro de inadimplentes decidida na sentença ou no acórdão observará o que for decidido no mérito do processo. Caracterizada a mora, correta a inscrição/manutenção. ORIENTAÇÃO 5 - DISPOSIÇÕES DE OFÍCIO. É vedado aos juízes de primeiro e segundo graus de jurisdição julgar, com fundamento no art. 51 do CDC, sem pedido expresso, a abusividade de cláusulas nos contratos bancários. Vencidos quanto a esta matéria a Min. Relatora e o Min. Luis Felipe Salomão.

II- JULGAMENTO DO RECURSO REPRESENTATIVO (REsp 1.061.530/RS) A menção a artigo de lei, sem a demonstração das razões de inconformidade, impõe o não-conhecimento do recurso especial, em razão da sua deficiente fundamentação. Incidência da Súmula 284/STF. O recurso especial não constitui via adequada para o exame de temas constitucionais, sob pena de usurpação da competência do STF. Devem ser decotadas as disposições de ofício realizadas pelo acórdão recorrido. Os juros remuneratórios contratados encontram-se no limite que esta Corte tem considerado razoável e, sob a ótica do Direito do Consumidor, não merecem ser revistos, porquanto não demonstrada a onerosidade excessiva na hipótese. Verificada a cobrança de encargo abusivo no período da normalidade contratual, resta descaracterizada a mora do devedor. Afastada a mora: i) é ilegal o envio de dados do consumidor para quaisquer cadastros de inadimplência; ii) deve o consumidor permanecer na posse do bem alienado fiduciariamente e iii) não se admite o protesto do título representativo da dívida. Não há qualquer vedação legal à efetivação de depósitos parciais, segundo o que a parte entende devido. Não se conhece do recurso quanto à comissão de permanência, pois deficiente o fundamento no tocante à alínea "a" do permissivo constitucional e também pelo fato de o dissídio jurisprudencial não ter sido comprovado, mediante a realização do cotejo entre os julgados tidos como divergentes. Vencidos quanto ao conhecimento do recurso a Min. Relatora e o Min. Carlos Fernando Mathias. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, provido, para declarar a legalidade da cobrança dos juros remuneratórios, como pactuados, e ainda decotar do julgamento as disposições de ofício.Ônus sucumbenciais redistribuídos. (STJ. Recurso Repetitivo. REsp 1061530/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/10/2008, DJe 10/03/2009).

Assim, é lícita a cobrança de juros remuneratórios acima de 12% ao ano, salvo se caracterizada a abusividade, o que não ocorreu no presente caso. É legal a cobrança de juros moratórios convencionados até o limite de 1% ao mês.

Diante dos fatos, verifico que a sentença agiu acertadamente, devendo ser mantida em todos seus termos.

Face ao exposto, com fundamento nos artigos 932, V, e 926, ambos do CPC, e no artigo 90, VI, do RITJRR, nego provimento ao recurso.

Boa Vista, 22 de maio de 2017.

Desa. Tânia Vasconcelos

Câmara - Única

zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

Câmara - Única

Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.14.827376-5 - BOA VISTA/RR
APELANTE: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A
ADVOGADA: DRA. ROSANGELA DA ROSA CORRÊA - OAB/RR 416A
APELADO: ROSILENE BARRETO SOUSA
RELATORA: DESA. TÂNIA VASCONCELOS

DECISÃO

Trata-se de apelação cível interposta por Banco Bradesco Financiamentos S/A contra sentença proferida pelo MM. Juiz da 3.ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, que extinguiu, sem resolução do mérito, os autos da ação de busca e apreensão n.º 0827376-91.2014.8.23.0010.
Afirma o apelante, em síntese, que a sentença padece de nulidade, uma vez que não foi intimado pessoalmente antes da extinção do feito, conforme previsão do art. 267, § 1.º do CPC/73.
Aduz, ainda, que estão presentes todos os pressupostos processuais e condições da ação, razão pela qual, pugna pelo provimento do recurso para desconstituir o decisum guerreado.
Sem contrarrazões, visto a não formação do polo processual.
Vieram-me os autos conclusos.
É o breve relato.
DECIDO.
O apelo não merece conhecimento.
Da leitura das razões recursais, observa-se que o apelante apresentou toda a sua tese argumentativa no art. 267, III e § 1.º do CPC/73, ao passo que a sentença singular fundamentou a extinção do feito sem resolução do mérito no art. 267, IV do CPC/73, em razão do autor, ora apelante, não ter se desincumbido de cumprir determinação judicial para recolhimento das custas de diligência do Oficial de Justiça.
Nota-se, portanto, que a decisão combatida é desarmônica com a realidade fática processual, ou seja, não se pode identificar a contraposição aos fundamentos da sentença impugnada, posto que o recorrente ateve-se à relatar a ausência de intimação pessoal que, por sua vez, somente é exigida quando a extinção se der nos termos dos incisos II e III do art. 267 do CPC/73, o que não ocorreu na hipótese.
É sabido que a motivação de qualquer recurso constitui pressuposto objetivo de admissibilidade, levando sua ausência à inépcia do pedido.
O art. 514 do CPC/1973, aplicável ao caso, assim dispunha:
" A apelação, interposta por petição dirigida ao juiz, conterá:
I. (...);
II. os fundamentos de fato e de direito."
Assim, o mero inconformismo da parte não é suficiente para atender o comando da lei adjetiva, devendo as razões recursais guardar pertinência com os fundamentos da sentença recorrida e não em fundamentos diversos.
Nesse sentido:
APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - RAZÕES DO RECURSO DE APELAÇÃO QUE NÃO ATACAM OS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA - INOBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE - CPC, ART. 932, II - RECURSO NÃO CONHECIDO.
(TJRR - AC 0020.15.800617-9, Rel. Des. MOZARILDO CAVALCANTI, Câmara Cível, julg.: 10/03/2017, DJe 21/03/2017, p. 33)
AGRAVO INTERNO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO. OFENSA AO §1º DO ART. 1.021 DO NCPC. AUSÊNCIA DE DIALETICIDADE. RECURSO NÃO CONHECIDO.
(TJRR - AgInt 0000.16.000657-3, Rel. Des. JEFFERSON FERNANDES DA SILVA, Câmara Cível, julg.: 20/10/2016, DJe 04/11/2016, p. 17)
ISSO POSTO, com fulcro no art. 932, III do CPC/2015 c/c art. 90, IV do RITJRR, não conheço do recurso.

zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

Câmara - Única

Boa Vista (RR), 22 de maio de 2017.

Desa. Tânia Vasconcelos
Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.16.807061-2 - BOA VISTA/RR
APELANTE: CEZAR AUGUSTO FAUSTINO MACIEL
ADVOGADO: DR. JOHN PABLO SOUTO SILVA - OAB/RR 506N
APELADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO: DR. ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES - OAB/RR 393A
RELATORA: DESA. TÂNIA VASCONCELOS

DECISÃO

Trata-se Apelação Cível interposta por Cezar Augusto Faustino Maciel em face de sentença proferida pelo Juízo da 2.ª Vara Cível, que julgou improcedente o pedido inicial ao argumento de inexistência de sequelas decorrentes do acidente de trânsito em questão.
Irresignada, a parte recorrente afirma que há provas das lesões sofridas, bem como que o laudo pericial contraria todas as demais provas dos autos, razão pela qual pugna pelo provimento do recurso para anular a sentença monocrática, determinando a realização de nova perícia por outro médico.
Contrarrazões pelo desprovimento do recurso e manutenção integral da sentença.
É o breve relato.
Decido, na forma autorizada pelo art. 90, V, do RITJRR.
Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.
Em que pesem os argumentos do recorrente, razão não lhe assiste.
Analisando os autos, percebe-se que o laudo pericial emitido por médica credenciada com conhecimento técnico para tal e elaborado nos moldes legais, concluiu pela ausência de lesões permanentes decorrentes do acidente, salientando que as lesões decorrentes do acidente não deixaram qualquer sequela ao recorrente, fato que levou o magistrado a julgar o pedido improcedente.
De acordo com a Lei n. 6.194/74, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, os danos cobertos pelo seguro são aqueles que resultam em morte, invalidez permanente, seja ela total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares. Todavia, a lei não contempla as lesões passíveis de cura por qualquer medida terapêutica, é preciso ter perdas anatômicas ou funcionais de caráter permanente para fazer jus ao seguro. Se houve cura sem sequelas, incabível a indenização.
Neste sentido é o entendimento pacificado na jurisprudência pátria:
"RECURSO DE APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. INVALIDEZ OU INCAPACIDADE NÃO CARACTERIZADA. AUSÊNCIA DO DEVER DE INDENIZAR. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.
Conclusivo o laudo pericial quanto à inexistência de invalidez permanente, impossível a condenação à cobertura securitária pelo DPVAT.
Não há falar-se em indenização do seguro obrigatório DPVAT, se não restou comprovada a invalidez permanente a que se refere o artigo 3º, alínea "b", da Lei n. 6.194/74, especialmente se o médico legista, ao responder o quesito formulado no Laudo Pericial que indagava se, em razão do sinistro, decorreu incapacidade permanente para o trabalho, ou enfermidade incurável, ou perda ou inutilização de membro, sentido ou função ou deformidade permanente, afirma que não.
Ante a ausência de prova acerca da alegada invalidez permanente da autora, bem como de sua incapacidade para o trabalho, tem-se por indevida a indenização prevista na Lei n. 6.194/74." (TJMT – 2ª Câmara Cível – ApCi nº 20812/2017, Rel. Des. Sebastião de Moraes Filho, j. 29.03.2017, unânime, negaram provimento, DJe 04.04.2017)
"CÍVEL. APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT. LAUDO PERICIAL QUE AFASTOU A EXISTÊNCIA DE INVALIDEZ. EM QUALQUER GRAU. EM

zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

DECORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO. DIREITO AO RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT NÃO CONFIGURADO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA CONFIRMADA. RECURSO NÃO PROVIDO." (TJPR – 10ª Câmara Cível, ApCi nº 15435353, Rel. Des. Lilian Romero, j. 02.02.2017, negaram provimento, unânime, DJe 03.03.2017)

Por outro lado, embora o recorrente tenha impugnado o laudo, seus argumentos não são hábeis para demonstrar a nulidade da perícia, uma vez que críticas genéricas ao trabalho da profissional não são suficientes para desqualificar o resultado.

Cumpre, ainda, destacar que o magistrado não está vinculado a uma ou a outra prova produzida nos autos, podendo formar sua convicção com base em todo arcabouço probatório do processo, conforme dispõe o art. 371, do NCPC.

Nesse sentido, é o entendimento firmado nos tribunais pátrios:

"PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/1973 NÃO CONFIGURADA. AUXÍLIO-ACIDENTE. NEXO CAUSAL E DE INCAPACIDADE LABORAL RECONHECIDOS. LAUDO PERICIAL. LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO DO JUIZ. PRETENSÃO DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ.

1. No que se refere à alegada afronta ao disposto no art. 535, inciso II, do CPC/1973, o julgado recorrido não padece de omissão, porquanto decidiu fundamentadamente a quaestio trazida à sua análise, não podendo ser considerado nulo tão somente porque contrário aos interesses da parte.

2. Hipótese em que a Corte de origem, com base no contexto fático-probatório, entendeu devida a concessão do auxílio pretendido. Desse modo, rever a conclusão a que chegou o acórdão impugnado é inviável no Superior Tribunal de Justiça, ante o óbice da Súmula 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial."

3. O STJ possui jurisprudência firme e consolidada de que, com base no livre convencimento motivado, pode o juiz ir contra o laudo pericial, se houver nos autos outras provas em sentido contrário que deem sustentação à sua decisão. g.n.

4. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido." (STJ – 2ª Turma – REsp nº 1658344, Rel. Min. Herman Benjamin, j. 28.03.2017, negaram provimento, unânime, DJe 18.04.2017)

"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. REVISÃO DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. NÃO VINCULAÇÃO DO JUIZ A LAUDO PERICIAL. LIVRE CONVENCIMENTO.

1. O Tribunal a quo consignou que, ainda que o laudo pericial tenha concluído pela aptidão laboral da parte autora, as provas dos autos demonstram a efetiva incapacidade definitiva para o exercício da atividade profissional (fl. 152, e-STJ).

2. Para modificar o entendimento firmado no acórdão recorrido, seria necessário exceder as razões colacionadas no acórdão vergastado, o que demanda incursão no contexto fático-probatório dos autos, vedada em Recurso Especial, conforme Súmula 7 desta Corte: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial".

3. Cabe ressaltar que, quanto à vinculação do Magistrado à conclusão da perícia técnica, o STJ possui jurisprudência firme e consolidada de que, com base no livre convencimento motivado, pode o juiz ir contra o laudo pericial, se houver nos autos outras provas em sentido contrário que deem sustentação à sua decisão. g.n.

4. Recurso Especial não conhecido." (STJ – 2ª Turma – REsp nº 1651073, Rel. Min. Herman Benjamin, j. 14.03.2017, não conheceram, unânime, DJe 20.04.2017)

Do exposto, nego provimento ao apelo, na forma do art. 90, V, do RITJRR.

Publique-se. Intimem-se.

Boa Vista (RR), 22 de maio de 2017.

Desa. Tânia Vasconcelos
Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.16.802774-5 - BOA VISTA/RR
APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO: DR. ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES - OAB/RR 393A

Câmara - Única

zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

APELADO: RAFAEL FROHLICH
ADVOGADA: DRA. ROSIANE MARIA OLIVEIRA GOMES E OUTROS - OAB/RR 1.358N
RELATOR: DES. JEFFERSON FERNANDES

DECISÃO

Trata-se de apelação Cível interposta em desfavor de sentença proferida nos autos da ação de cobrança n.º 0802774-65.2016.8.23.0010, a qual julgou parcialmente procedente o pleito inicial, condenando a Apelante ao pagamento de R$ 3.881,25 (três mil oitocentos e oitenta e um reais e vinte e cinco centavos) com juros a partir da citação e correção monetária a partir do evento danoso (data do acidente), a título de seguro obrigatório DPVAT.
Em suas razões recursais, aduziu a parte Apelante, em síntese, que a parte Apelada já havia ingressado administrativamente pleiteando indenização por invalidez referente ao seguro DPVAT por sinistros diferentes, cuja ação judicial tramitou perante a 6ª Vara Cível sob o n.º 0921775-20.2011.8.23.0010.
Afirmou, ainda, que as lesões do primeiro sinistro são no mesmo membro do segundo, razão pela qual entende que a invalidez graduada no sinistro da demanda ora apelada seja referente ao sinistro anterior sem agravamento. Sendo assim, sustentou a possibilidade de os presentes autos serem objeto de litigância de má-fé.
Segue alegando que, o Apelado não produziu as provas que lhe incumbiam, vez que deixou de comprovar o nexo de causalidade entre a suposta lesão por ele acometida decorrente de acidente de trânsito e a debilidade descrita na inicial.
Por fim, sustenta ainda que há divergência entre o laudo pericial e o parecer do assistente técnico, razão pela qual afirma ter pagado valor a maior em sede administrativa, vez que entende não haver invalidez em razão da lesão alegada.
Ao final, requereu a reforma da sentença, a fim de que o feito seja extinto sem resolução de mérito, ou em caso de condenação, que a eventual indenização não ultrapasse o montante de R$ 1.518,75 (mil, quinhentos e dezoito reais e setenta e cinco centavos).
A parte Apelada apresentou contrarrazões no EP n.º 43, requerendo o não provimento do recurso.
Eis o breve relato. DECIDO.
Dispõe o art. 90, incisos V e VI, do Regimento Interno desta Corte de Justiça:
Art. 90. São atribuições do relator nos feitos cíveis:
(…)
V – negar provimento a recurso em manifesto confronto com jurisprudência dominante do Tribunal ou de Tribunal Superior;
VI – dar provimento a recurso contra decisão em manifesto confronto com jurisprudência dominante do Tribunal ou de Tribunal Superior;
No caso dos autos, entendo aplicável o dispositivo supracitado, uma vez que a controvérsia trazida à apreciação deste Juízo já se encontra sedimentada no âmbito da jurisprudência desta Corte de Justiça.
Pois bem. Após análise destes autos e dos autos n.º 0921775-20.2011.8.23.0010, tenho que o presente recurso não merece provimento.
Isso porque a causa de pedir da presente demanda se restringe à lesão sofrida pelo Segurado no membro superior direito, com repercussão de 50%, conforme laudo pericial juntado no EP n.º 25, em razão de acidente ocorrido no dia 10/04/2015.
Por outro lado, a causa de pedir da ação distribuída sob o n.º 0921775-20.2011.8.23.0010 tem como fundamento as lesões sofridas pela parte Apelada nas seguintes regiões: mão, punho e joelho direitos, com repercussão de 25%, 10% e 25%, respectivamente, conforme laudo pericial juntado no EP n.º 19 daqueles autos, em virtude de sinistro ocorrido no dia 21/08/2010.
Portanto, observa-se que os acidentes narrados nestes autos e nos autos n.º 0921775-20.2011.8.23.0010 são distintos e geraram lesões diferentes.
Não obstante, quanto ao acidente ocorrido no dia 10/04/2015 objeto deste processo, verifico que a Seguradora não se desincumbiu do ônus de fazer prova quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, nos termos do artigo 373, inciso II, do NCPC.

Câmara - Única
zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

Dessarte, diferentemente do que foi sustentado pela parte Apelante, a condenação proveniente da sentença vergastada não gerará pagamento pela mesma debilidade, na medida em que os acidentes geraram lesões diferentes.

Ademais, da análise dos autos verifica-se que a petição inicial encontra-se instruída com o boletim de ocorrência e ficha de atendimento médico que, somados às conclusões do laudo pericial, são suficientes à comprovação do nexo causal entre o acidente e os danos sofridos.

A simples divergência entre o laudo apresentado pelo assistente técnico da parte, dissociado de outros elementos de prova aptos a corroborar tal conclusão, não se afigura suficiente para infirmar o laudo elaborado pelo perito judicial, o qual além de estar equidistante dos interesses das partes encontra-se apto a laborar de forma absolutamente imparcial.

Nesse sentido, vejamos a jurisprudência de outros tribunais:

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. CONDIÇÕES PESSOAIS. AUTORA COM 39 ANOS DE IDADE. BENEFÍCIO INDEVIDO. TEMPESTIVIDADE DO RECURSO DO INSS. DATA DA POSTAGEM VIA CORREIOS.. PRECEDENTES. (…) 5. Havendo divergência entre o laudo do perito judicial e do assistente técnico da parte, vigora o princípio do livre convencimento motivado, sendo razoável privilegiar o primeiro, pois é elaborado por profissional em posição equidistante das partes, com confiança do juízo, ademais elaborado com atenção ao contraditório e a ampla defesa. (AC 0013124-55.2008.4.01.9199 / MG, Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL JAMIL ROSA DE JESUS OLIVEIRA, Rel.Conv. JUIZ FEDERAL MARCELO MOTTA DE OLIVEIRA, 1ª CÂMARA REGIONAL PREVIDENCIÁRIA DE JUIZ DE FORA, e-DJF1 p.953 de 22/09/2015).(…) (AC 0043223-66.2012.4.01.9199 / MG, Rel. JUIZ FEDERAL RÉGIS DE SOUZA ARAÚJO, PRIMEIRA TURMA, e-DJF1 p.814 de 28/01/2016) (sem grifos no original)

DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ ACIDENTÁRIA. NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS (ART. 42, DA LEI 8.213/91). AUSÊNCIA DE NEXO CAUSAL ENTRE A ATIVIDADE PRATICADA PELO DEMANDANTE E A DOENÇA DE FUNDO PSIQUIÁTRICO. DIVERGÊNCIA ENTRE O LAUDO PERICIAL JUDICIAL E OS RELATÓRIOS MÉDICOS PARTICULARES. PREVALÊNCIA DO PRIMEIRO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. INVIABILIDADE. SENTENÇA MANTIDA. 1. Sendo o laudo pericial do Juízo conclusivo no sentido de que não há comprovação de que o estado depressivo e ansioso alegado na inicial tenha sido originado ou agravado pelas atividades laborativas pregressas do demandante, bem como que o periciando não é portador de doença ocupacional, não merece acolhida o pedido de aposentadoria por invalidez. 2. Havendo divergência entre os relatórios médicos particulares e o laudo pericial do Juízo, este deve prevalecer, porquanto elaborado sob o crivo do contraditório e por profissional imparcial. Precedente. 3. Demonstrada a inexistência de nexo causal entre o trabalho e o agravo, não há que se falar em concessão de aposentadoria com fundamento no nexo epidemiológico entre a atividade da empresa e a entidade mórbida motivadora da incapacidade elencada na Classificação Internacional de Doenças CID, nos termos da Lei nº 11.340/06 e Decreto nº 6.042/07. 4. Recurso improvido. Sentença mantida.(TJ-DF – APC: 20090111541480 DF 0216089-88.2009.8.07.0015, Relator: ARNOLDO CAMANHO DE ASSIS, Data de Julgamento: 22/10/2014, 4ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE: 05/11/2014. Pág.: 211) (sem grifos no original)

Ainda, em suas razões de recurso, a Seguradora não suscitou nenhuma preliminar de nulidade, e, apesar de apontar que houve divergência entre as conclusões do laudo pericial e do parecer do assistente técnico, não requereu sequer a realização de nova perícia.

Portanto, considerando que a parte Apelante não apresentou outros elementos de prova, tenho que deve prevalecer o laudo elaborado pelo expert judicial, razão pela qual o não provimento do recurso é medida que se impõe.

Diante do exposto, conheço e nego provimento ao recurso, mantendo incólume a sentença de piso.

P. I.

Baixas necessárias.

Boa Vista – RR, 22 de maio de 2017

JEFFERSON FERNANDES DA SILVA
Desembargador Relator

Câmara - Única

zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

Câmara - Única

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0060.12.000823-4 - SÃO LUIZ/RR
EMBARGANTE: BANCO DA AMAZÔNIA S.A.
ADVOGADO: DR. SIVIRINO PAULI E OUTROS - OAB/RR 101B
EMBARGADA: TABITA DE LIMA GOMES
ADVOGADA: DRA. ANA CLECIA RIBEIRO ARAÚJO SOUZA - OAB/RR 799
RELATOR: DES. MOZARILDO CAVALCANTI

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos contra acórdão que deu parcial provimento ao recurso de apelação.
O embargante alega que há contradição na decisão, uma vez que o documento de fl. 62 autorizou tão somente a transferência do imóvel, não sendo mencionada a dívida que estava sendo transferida.
Pede o acolhimento e provimento dos embargos para sanar a contradição apontada.
Não houve manifestação da embargada (fls. 330).
É o breve relatório.
O CPC/15 dispõe que:
"Art. 1.024. O juiz julgará os embargos em 5 (cinco) dias.
(...)
§ 2º. Quando os embargos de declaração forem opostos contra decisão de relator ou outra decisão unipessoal proferida em tribunal, o órgão prolator da decisão embargada decidi-los-á monocraticamente".
Além disso, de acordo com o art. 932, inc. VIII, do CPC, compete ao relator "exercer outras atribuições estabelecidas no regimento interno do tribunal".
O artigo 90, do RITJRR, estabelece que cabe ao relator negar provimento a recurso em confronto com a jurisprudência dominante do Tribunal. Vejamos:
"Art. 90. São atribuições do relator nos feitos cíveis:
V – negar provimento a recurso em manifesto confronto com jurisprudência dominante do Tribunal ou de Tribunal Superior;
VI – dar provimento a recurso contra decisão em manifesto confronto com jurisprudência dominante do Tribunal ou de Tribunal Superior;"
Diante disso, passo a decidir monocraticamente.
Observo que o recurso está em manifesto confronto com a jurisprudência dominante deste Tribunal, pois é defeso utilizar os embargos de declaração para rediscutir a matéria já decidida, sem que exista qualquer omissão, contradição, obscuridade ou erro material, ainda que com fins prequestionadores.
Ressalto que todas as matérias levantadas pelo embargante foram devidamente analisadas no julgado combatido.
Neste sentido:
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO - PRETENSÃO À REDISCUSSÃO DA MATÉRIA - IMPOSSIBILIDADE - RECURSO DESPROVIDO.
1. Na análise da demanda, não se exige do órgão julgador resposta a todas as teses lançadas pelas partes em seus arrazoados, bastando motivar suas decisões, tradução natural do Princípio da Persuasão Racional.
2. Inexistentes quaisquer vícios no julgado, impõe-se a rejeição dos declaratórios.
(TJRR – EDecAgInt 0000.16.001240-7, Rel. Des. CRISTÓVÃO SUTER, Câmara Cível, julg.: 01/12/2016, DJe 07/12/2016, p. 16)
Os seguintes julgados seguem no mesmo sentido: EDecAgInt 0000.16.001241-5, Rel. Des. Cristóvão Suter, Câmara Cível, julg.: 01/12/2016, DJe 07/12/2016, EDecAgInst 0000.16.001237-3, Rel. Des. Cristóvão Suter, Câmara Cível, julg.: 01/12/2016, DJe 07/12/2016, EDecAC 0010.13.726014-6, Rel. Des. Jefferson Fernandes da Silva, Câmara Cível, julg.: 13/10/2016, DJe

zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

Câmara - Única

26/10/2016, EDecAC 0010.04.093751-7, Rel. Des. Elaine Cristina Bianchi, Câmara Cível, julg.: 18/08/2016, DJe 25/08/2016, EDecAgReg 0000.16.000293-7, Rel. Des. Elaine Cristina Bianchi,, Câmara Cível, julg.: 12/05/2016, DJe 13/05/2016, EDecAgInst 0000.14.002370-6, Rel. Juiz(a) Conv. Jefferson Fernandes da Silva, Câmara Única, julg.: 01/03/2016, DJe 11/03/2016.

Sabe-se que, ainda que sejam opostos embargos com o propósito de prequestionar a matéria a ser eventualmente levada ao conhecimento das Cortes Superiores, sem os pressupostos elencados no art. 1022 do Código Processual Civil, não há requisitos que autorizem a oposição de recursos.

Nesse sentindo:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. LIMITES. EMENDA DA INICIAL. PRAZO DILATÓRIO REQUERIDO PELA PARTE. NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PARA DAR CUMPRIMENTO. DESNECESSIDADE. DEVER DE COLABORAÇÃO.

1. O não acolhimento das teses contidas no recurso não implica obscuridade, contradição ou omissão, pois ao julgador cabe apreciar a questão conforme o que ele entender relevante à lide. O Tribunal não está obrigado a julgar a questão posta a seu exame nos termos pleiteados pelas partes, mas sim com o seu livre convencimento, consoante dispõe o art. 131 do CPC.

2. Os embargos declaratórios, mesmo quando manejados com o propósito de prequestionamento, são inadmissíveis se a decisão embargada não ostentar qualquer dos vícios que autorizariam a sua interposição. Grifo nosso

3. omissis.

6. Recurso especial a que se nega provimento.

(REsp 1062994/MG, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 19/08/2010, DJe 26/08/2010).

Face ao exposto, com fundamento no artigo 90, V, rejeito os presentes embargos.

Boa Vista, 19 de maio de 2017.

Des. Mozarildo Monteiro Cavalcanti
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.13.727274-5 - BOA VISTA/RR
APELANTE: HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPLO
ADVOGADA: DRA. SIMONE APARECIDA SARAIVA LIMA E OUTROS - OAB/PR 2.862N
APELADO: HOLANDA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME
RELATOR: DES. CRISTÓVÃO SÚTER

I - Tratam os autos de apelação cível, apresentada por HSBC Bank Brasil S/A, contra sentença proferida pelo MM. Juiz de Direito da 5.ª Vara Cível, que julgou extinta a ação por abandono de causa.

Aduz o apelante a necessidade de reforma da sentença impugnada, ao argumento de que deve ser precedida além da intimação pessoal da parte, de prévia intimação do advogado.

Não houve a apresentação de contrarrazões.

É o breve relato.

Passo a decidir.

II - Não se justifica o reclame.

Inicialmente, constata-se que a sentença proferida encontra-se em consonância com a jurisprudência dominante do colendo Superior Tribunal de Justiça, autorizando o julgamento monocrático do recurso pelo Relator, nos termos do art. 932, inciso VIII, do CPC, combinado com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno deste Tribunal.

Extrai-se dos autos que, após frustrada tentativa de citação, transcorrido o prazo in albis para o advogado, e abandonado o processo por mais de 30 (trinta) dias, o apelante foi pessoalmente intimado para dar andamento ao feito em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, novamente transcorrendo o prazo in albis (EPs. 34/53).

Oportuno ressaltar que "a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou-se no sentido de que "é obrigatória a intimação do autor, nos casos de abandono da causa, e não de seu advogado,

zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

para que não ocorra de a parte ser surpreendida pela desídia de seu procurador"" (STJ, AgRg no AREsp 785.799/RJ, Segunda Turma, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques - p.: 13/11/2015).
Confira-se:
"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. (...) EXTINÇÃO DO PROCESSO. ABANDONO DA CAUSA. NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO AUTOR. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO DO ADVOGADO. JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL. SÚMULA N. 83/STJ. (...) 2. Para a extinção da ação por abandono da causa, é necessária a intimação pessoal da parte autora, sendo descabida a intimação de seu advogado. Incidência da Súmula n. 83/STJ. 3. Embargos de declaração acolhidos". (STJ, EDcl no AgRg no AREsp 205.965/MA, Terceira Turma, Rel. Ministro João Otávio De Noronha - p.: 19/02/2016)
III - Posto isto, nos termos do art. 932, inciso VIII, do CPC, combinado com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno deste Tribunal, nego provimento ao recurso.
Boa Vista, 24/05/17

Desembargador Cristóvão Suter

HABEAS CORPUS Nº 0000.17.001292-6 - BOA VISTA/RR
IMPETRANTE: ADVOGADO: DR. ADRIEL MENDES GALVÃO - OAB/RR 1.442
PACIENTE: ELIELTON ALCANTARA DOS SANTOS
AUTORIDADE COATORA: JUÍZO DA VARA CRIMINAL DE MUCAJAÍ - RR
RELATOR: DES. JESUS NASCIMENTO

DECISÃO

Verifico a ausência de elementos necessários a apreciação deste writ, uma vez que a inicial, não está acompanhada de quaisquer peças informativas, prejudicando, assim, a análise deste HC.
Isto posto, indefiro de plano o presente pedido de habeas corpus, com fundamento no art. 184 do RITJ/RR.
Publique-se e intimem-se e arquive-se.
Boa Vista (RR), 23 de março de 2017.

JÉSUS NASCIMENTO
Desembargador Relator

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 0000.17.000957-5 - BOA VISTA/RR
SUSCITANTE: JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE BPA VISTA - RR
SUSCITADO: JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA - RR
RELATORA: DESA. TÂNIA VASCONCELOS

DECISÃO

Trata-se de Conflito Negativo de Competência suscitado pelo Juízo de Direito da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Boa Vista em face do Juízo de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, onde se pretende estabelecer a vara competente para conhecer e julgar ação previdenciária em desfavor do INSS, requerendo o benefício de auxílio-doença, ou a concessão de aposentadeoria por invalidez por acidente de trabalho.
Determinada a intimação do Juízo suscitado para manifestação, este informou às fls. 09/10 que, em juízo de retratação, acolheu a competência daquela Vara para apreciação e julgamento do caso.
Às fls. 12/13, o Ministério Público graduado opinou pela extinção do conflito pela perda do objeto.
Vieram os autos.
DECIDO.

Câmara - Única
zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

Da análise do que nos autos consta, observa-se que o conhecimento do mérito do presente conflito não mais se justifica.
Isso porque houve retratação pelo juízo suscitado, não subsistindo mais os motivos que ensejaram este conflito de competência.
Destarte, com fulcro no art. 932, III do CPC c/c art. 90, IV do RITJRR, julgo prejudicado o conflito em virtude da perda de seu objeto.
Publique-se. Intimem-se.
Boa Vista (RR), 22 de maio de 2017.

Desa. Tânia Vasconcelos
Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0000.17.001207-4 - BOA VISTA/RR
APELANTE: LUCINEIDE GARCIA DA SILVA
ADVOGADO: DR. CAIO ROBERTO FERREIRA DE VASCONCELOS - OAB/RR 707N
APELADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO: DR. ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES - OAB/RR 393A
RELATORA: DESA. TÂNIA VASCONCELOS

DECISÃO

Trata-se Apelação Cível interposta por Lucineide Garcia da Silva em face de sentença proferida pelo Juízo da 3.ª Vara Cível, que julgou improcedente o pedido inicial ao argumento de inexistência de sequelas decorrentes do acidente de trânsito em questão.
Irresignada, a parte recorrente afirma que não houve desídia de sua parte e que não compareceu à perícia, por não ter sido intimada pessoalmente para tal ato.
Aduz que tal situação não autoriza o julgamento da ação com resolução do mérito, razão pela qual pugna pelo provimento do recurso para cassar a sentença monocrática e determinar a realização da prova pericial.
Contrarrazões pelo desprovimento do recurso e manutenção integral da sentença.
É o breve relato.
Decido, na forma autorizada pelo art. 90, IV, do RITJRR.
O recurso não deve ser conhecido.
Isso porque, o art. 932, III, do NCPC autoriza o não conhecimento do recurso que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida.
Cumpre esclarecer que é indispensável que o recurso confronte os fundamentos da sentença que contrariam os interesses do recorrente. Sem tais fundamentos não se pode conhecer da irresignação.
No presente caso, a parte recorrente apresentou razões genéricas e dissociadas dos fundamentos do decisum, afirmando que não compareceu na perícia por não ter sido intimada pessoalmente.
Porém, dos autos constata-se que a perícia foi realizada, conforme o Laudo juntado no EP 67, e concluiu pela ausência de sequelas na apelante.
Diante disso, o MM. Juiz julgou improcedente o pedido, ante a ausência de invalidez passível de indenização. No entanto, a parte apelante nada falou sobre a inexistência de lesão indenizável, que foi o fundamento central da sentença monocrática.
Assim, verifica-se que o presente recurso não ataca os fundamentos da sentença, ferindo diretamente o princípio da dialeticidade.
Nesse sentido é o entendimento jurisprudencial pátrio:
"APELAÇÃO CÍVEL. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. RAZÕES RECURSAIS. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. AUSÊNCIA. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.
O recurso deve ser apresentado com os fundamentos de fato e de direito que deram causa ao inconformismo, ou seja, deve fazer referência direta aos fundamentos do pronunciamento judicial.
Evidenciado nos autos que as razões recursais não se relacionam com o cerne do que foi decidido,

Câmara - Única
zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

não deve ser conhecida a apelação interposta." (TJMG – 9ª Câmara Cível, ApCi nº 1.0000.16.094377-5/001, Rel. Des. Amorim Siqueira, j. 21.02.2017, não conheceram, unânime, DJe 10.03.2017)

"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO. PRELIMINAR SUSCITADA DE OFÍCIO. FALTA DE INTERESSE RECURSAL. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. OFENSA. APELAÇÃO NÃO CONHECIDA. SENTENÇA MANTIDA.

Verificado que os fundamentos da peça recursal não estão em consonância com aquilo que foi arguido e discutido nos autos, como também decidido na sentença recorrida, o não conhecimento do recurso é medida que se impõe.

Recurso não conhecido." (TJMG – 10ª Câmara Cível, ApCi nº 1.0148.13.008995-3/001, Rel. Des. Vicente de Oliveira Silva, j. 29.11.2016, não conheceram, unânime, DJe 16.12.2016)

Do exposto, não conheço do recurso, nos termos do art. 932, III, do NCPC.

Publique-se. Intimem-se.

Boa Vista (RR), 22 de maio de 2017.

Desa. Tânia Vasconcelos
Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.16.803062-4 - BOA VISTA/RR
APELANTE: HITLAS GONZAGA SILVA
ADVOGADO: DR. EDSON SILVA SANTIAGO - OAB/RR 619N
APELADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO: DR. ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES - OAB/RR 393A
RELATORA: DESA. TÂNIA VASCONCELOS

DECISÃO

Trata-se Apelação Cível interposta por Hitlas Gonzaga Silva em face da sentença proferida pelo Juízo da 2.ª Vara Cível, que julgou improcedente o pedido inicial ao argumento de inexistência de sequelas decorrentes do acidente de trânsito em questão.

Irresignada, a parte recorrente afirma que há provas da lesão permanente, tanto que a seguradora reconheceu a lesão, todavia não efetuara o pagamento no valor devido, motivo pelo qual o mesmo pugna pelo provimento do recurso para anular a sentença, com o consequente retorno dos autos ao juízo de primeiro grau para designação de nova perícia médica a ser realizada por profissional com especialidade em ortopedia.

Contrarrazões pelo desprovimento do recurso e manutenção integral da sentença.

É o breve relato.

Decido, na forma autorizada pelo art. 90, V, do RITJRR.

Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.

Em que pesem os argumentos do recorrente, razão não lhe assiste.

Analisando os autos, o laudo pericial, emitido por médica credenciada com conhecimento técnico para tal e elaborado nos moldes legais, concluiu que a lesão decorrente do acidente não deixara sequelas ao recorrente, mas tão somente dano estético, fato que levou o magistrado a julgar o pedido improcedente.

De acordo com a Lei n. 6.194/74, que dispõe sobre o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, os danos cobertos pelo seguro são aqueles que resultam em morte, invalidez permanente, seja ela total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares.

Ou seja, a lei não contempla as lesões passíveis de cura por qualquer medida terapêutica, é preciso ter perdas anatômicas ou funcionais de caráter permanente para fazer jus ao seguro. Portanto, se houve cura sem sequelas, incabível a indenização.

Neste sentido é o entendimento pacificado na jurisprudência pátria:

Câmara - Única

zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

"RECURSO DE APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. INVALIDEZ OU INCAPACIDADE NÃO CARACTERIZADA. AUSÊNCIA DO DEVER DE INDENIZAR. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

Conclusivo o laudo pericial quanto à inexistência de invalidez permanente, impossível a condenação à cobertura securitária pelo DPVAT.

Não há falar-se em indenização do seguro obrigatório DPVAT, se não restou comprovada a invalidez permanente a que se refere o artigo 3º, alínea "b", da Lei n. 6.194/74, especialmente se o médico legista, ao responder o quesito formulado no Laudo Pericial que indagava se, em razão do sinistro, decorreu incapacidade permanente para o trabalho, ou enfermidade incurável, ou perda ou inutilização de membro, sentido ou função ou deformidade permanente, afirma que não.

Ante a ausência de prova acerca da alegada invalidez permanente da autora, bem como de sua incapacidade para o trabalho, tem-se por indevida a indenização prevista na Lei n. 6.194/74." (TJMT – 2ª Câmara Cível – ApCi nº 20812/2017, Rel. Des. Sebastião de Moraes Filho, j. 29.03.2017, unânime, negaram provimento, DJe 04.04.2017)

"CÍVEL. APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT. LAUDO PERICIAL QUE AFASTOU A EXISTÊNCIA DE INVALIDEZ. EM QUALQUER GRAU. EM DECORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO. DIREITO AO RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT NÃO CONFIGURADO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA CONFIRMADA. RECURSO NÃO PROVIDO." (TJPR – 10ª Câmara Cível, ApCi nº 15435353, Rel. Des. Lilian Romero, j. 02.02.2017, negaram provimento, unânime, DJe 03.03.2017)

Cumpre ressaltar que em relação à alegada incapacidade técnica do perito, esta deve ser alegada na primeira oportunidade em que cabe à parte falar nos autos, sob pena de preclusão, nos termos do art. 278, do CPC, que dispõe:

"Art. 278. A nulidade dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão."

No presente caso, a parte recorrente foi intimada da nomeação da perita judicial no EP n° 26 e manteve-se silente. Ademais, embora também intimada do resultado do laudo, o mesmo apresentou qualquer impugnação (EP nº 35).

Dessa forma, qualquer manifestação acerca da matéria encontra-se vedada, diante da ocorrência da preclusão temporal,

Este é o entendimento pacificado nesta Corte de Justiça:

"APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO DPVAT– ALEGAÇÃO DE SUSPEIÇÃO DA PERITA NOMEADA PELO JUÍZO A QUO APRESENTADA SOMENTE EM SEDE RECURSAL – PRECLUSÃO TEMPORAL – INDEFERIMENTO DE NOVA PERÍCIA – AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE FORMA ESPECÍFICA - PREVALÊNCIA DO LAUDO PERICIAL – O AUTOR NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS DE DEMONSTRAR O FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO ALEGADO – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 373, INCISO I, DO NCPC – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO CONHECIDO, MAS DESPROVIDO." (TJRR – AC 0000.17.000715-7, Rel. Des. JEFFERSON FERNANDES DA SILVA, Câmara Cível, julg.: 04/05/2017, DJe 08/05/2017, p. 13)

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - ALEGAÇÃO DE SUSPEIÇÃO DO PERITO NOMEADO PELO JUÍZO A QUO APRESENTADA SOMENTE EM SEDE RECURSAL - MATÉRIA PRECLUSA (ART. 148, §1º, DO CPC) - AUSÊNCIA DE PROVAS CABAIS CONTRÁRIAS AO RESULTADO DO LAUDO PERICIAL - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.(TJRR – AC 0010.16.800378-7, Rel. Des. ALMIRO PADILHA, Câmara Cível, julg.: 28/04/2017, DJe 05/05/2017, p. 30)

Por fim, cumpre destacar que o magistrado não está vinculado a uma ou a outra prova produzida nos autos, podendo formar sua convicção com base em todo arcabouço probatório do processo, conforme dispõe o art. 371, do NCPC.

Nesse sentido, é o entendimento firmado nos tribunais pátrios:

"PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/1973 NÃO CONFIGURADA. AUXÍLIO-ACIDENTE. NEXO CAUSAL E DE INCAPACIDADE LABORAL RECONHECIDOS. LAUDO PERICIAL. LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO DO JUIZ. PRETENSÃO DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ.

Câmara - Única

zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

1. No que se refere à alegada afronta ao disposto no art. 535, inciso II, do CPC/1973, o julgado recorrido não padece de omissão, porquanto decidiu fundamentadamente a quaestio trazida à sua análise, não podendo ser considerado nulo tão somente porque contrário aos interesses da parte.
2. Hipótese em que a Corte de origem, com base no contexto fático-probatório, entendeu devida a concessão do auxílio pretendido. Desse modo, rever a conclusão a que chegou o acórdão impugnado é inviável no Superior Tribunal de Justiça, ante o óbice da Súmula 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial."
3. O STJ possui jurisprudência firme e consolidada de que, com base no livre convencimento motivado, pode o juiz ir contra o laudo pericial, se houver nos autos outras provas em sentido contrário que deem sustentação à sua decisão. g.n.
4. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido." (STJ – 2ª Turma – REsp nº 1658344, Rel. Min. Herman Benjamin, j. 28.03.2017, negaram provimento, unânime, DJe 18.04.2017)
"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. REVISÃO DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. NÃO VINCULAÇÃO DO JUIZ A LAUDO PERICIAL. LIVRE CONVENCIMENTO.
1. O Tribunal a quo consignou que, ainda que o laudo pericial tenha concluído pela aptidão laboral da parte autora, as provas dos autos demonstram a efetiva incapacidade definitiva para o exercício da atividade profissional (fl. 152, e-STJ).
2. Para modificar o entendimento firmado no acórdão recorrido, seria necessário exceder as razões colacionadas no acórdão vergastado, o que demanda incursão no contexto fático-probatório dos autos, vedada em Recurso Especial, conforme Súmula 7 desta Corte: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial".
3. Cabe ressaltar que, quanto à vinculação do Magistrado à conclusão da perícia técnica, o STJ possui jurisprudência firme e consolidada de que, com base no livre convencimento motivado, pode o juiz ir contra o laudo pericial, se houver nos autos outras provas em sentido contrário que deem sustentação à sua decisão. g.n.
4. Recurso Especial não conhecido." (STJ – 2ª Turma – REsp nº 1651073, Rel. Min. Herman Benjamin, j. 14.03.2017, não conheceram, unânime, DJe 20.04.2017)
Do exposto, nego provimento ao apelo, na forma do art. 90, V, do RITJRR.
Publique-se. Intimem-se.
Boa Vista (RR), 18 de maio de 2017.

Desa. Tânia Vasconcelos
Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.16.818362-1 - BOA VISTA/RR
APELANTE: RAIMUNDO NONATO DO NASCIMENTO
ADVOGADO: DR. JOHN PABLO SOUTO SILVA - OAB/RR 506N
APELADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO: DR. JOÃO ALVES BARBOSA - OAB/RJ 134.307N
RELATORA: DESA. TÂNIA VASCONCELOS

DECISÃO

Trata-se Apelação Cível interposta por Raimundo Nonato do Nascimento em face da sentença proferida pelo Juízo da 1.ª Vara Cível, que julgou improcedente o pedido inicial por inexistência de sequelas, como também por não vislumbrar a existência do acidente descrito na inicial, considerando que o Boletim de Ocorrência anexo aos autos narra fato ocorrido há mais de um ano antes da confecção do referido Boletim de Ocorrência.
Irresignado, o recorrente afirma que há provas da tida lesão permanente, ressaltando, inclusive, que o Boletim de Ocorrência desfruta de presunção relativa de veracidade, razão pela qual pugna pelo provimento do recurso para reformar a sentença, julgando-se totalmente procedente a pretensão autoral.

Câmara - Única
zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=
SICOJURR - 00057053

Câmara - Única

Contrarrazões pelo desprovimento do recurso e manutenção integral da decisão a quo.
É o breve relato.
Decido, na forma autorizada pelo art. 90, V, do RITJRR.
Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.
Em que pesem os argumentos do recorrente, razão não lhe assiste.
Analisando os autos, infere-se que desnecessária é qualquer discussão relativa à veracidade da narração constante no Boletim de Ocorrência, posto que a análise conjunta do acervo probatório leva a conclusão de que o alegado o acidente de trânsito ocorreu.
Contudo, verifica-se que o motivo ensejador da improcedência do pedido inicial fora o resultado do laudo pericial judicial, o qual conclui que a lesão decorrente do acidente não deixara sequelas no recorrente.
De acordo com a Lei n. 6.194/74, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, os danos cobertos pelo seguro são aqueles que resultam em morte, invalidez permanente, seja ela total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares.
Ou seja, a lei não contempla as lesões passíveis de cura por qualquer medida terapêutica, sendo preciso ter perdas anatômicas ou funcionais de caráter permanente para fazer jus ao seguro. Portanto, se houve cura sem sequelas, incabível a indenização.
Neste sentido é o entendimento pacificado na jurisprudência pátria:
"RECURSO DE APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. INVALIDEZ OU INCAPACIDADE NÃO CARACTERIZADA. AUSÊNCIA DO DEVER DE INDENIZAR. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.
Conclusivo o laudo pericial quanto à inexistência de invalidez permanente, impossível a condenação à cobertura securitária pelo DPVAT.
Não há falar-se em indenização do seguro obrigatório DPVAT, se não restou comprovada a invalidez permanente a que se refere o artigo 3º, alínea "b", da Lei n. 6.194/74, especialmente se o médico legista, ao responder o quesito formulado no Laudo Pericial que indagava se, em razão do sinistro, decorreu incapacidade permanente para o trabalho, ou enfermidade incurável, ou perda ou inutilização de membro, sentido ou função ou deformidade permanente, afirma que não.
Ante a ausência de prova acerca da alegada invalidez permanente da autora, bem como de sua incapacidade para o trabalho, tem-se por indevida a indenização prevista na Lei n. 6.194/74." (TJMT – 2ª Câmara Cível – ApCi nº 20812/2017, Rel. Des. Sebastião de Moraes Filho, j. 29.03.2017, unânime, negaram provimento, DJe 04.04.2017)
"CÍVEL. APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT. LAUDO PERICIAL QUE AFASTOU A EXISTÊNCIA DE INVALIDEZ. EM QUALQUER GRAU. EM DECORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO. DIREITO AO RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT NÃO CONFIGURADO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA CONFIRMADA. RECURSO NÃO PROVIDO." (TJPR – 10ª Câmara Cível, ApCi nº 15435353, Rel. Des. Lilian Romero, j. 02.02.2017, negaram provimento, unânime, DJe 03.03.2017)
Por outro lado, cumpre destacar que o magistrado não está vinculado a uma ou a outra prova produzida nos autos, podendo formar sua convicção com base em todo arcabouço probatório do processo, conforme dispõe o art. 371, do NCPC.
Nesse sentido, é o entendimento firmado nos tribunais pátrios:
"PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/1973 NÃO CONFIGURADA. AUXÍLIO-ACIDENTE. NEXO CAUSAL E DE INCAPACIDADE LABORAL RECONHECIDOS. LAUDO PERICIAL. LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO DO JUIZ. PRETENSÃO DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ.
1. No que se refere à alegada afronta ao disposto no art. 535, inciso II, do CPC/1973, o julgado recorrido não padece de omissão, porquanto decidiu fundamentadamente a quaestio trazida à sua análise, não podendo ser considerado nulo tão somente porque contrário aos interesses da parte.
2. Hipótese em que a Corte de origem, com base no contexto fático-probatório, entendeu devida a concessão do auxílio pretendido. Desse modo, rever a conclusão a que chegou o acórdão impugnado é inviável no Superior Tribunal de Justiça, ante o óbice da Súmula 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial."

zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

3. O STJ possui jurisprudência firme e consolidada de que, com base no livre convencimento motivado, pode o juiz ir contra o laudo pericial, se houver nos autos outras provas em sentido contrário que deem sustentação à sua decisão. g.n.
4. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido." (STJ – 2ª Turma – REsp nº 1658344, Rel. Min. Herman Benjamin, j. 28.03.2017, negaram provimento, unânime, DJe 18.04.2017)
"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. REVISÃO DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. NÃO VINCULAÇÃO DO JUIZ A LAUDO PERICIAL. LIVRE CONVENCIMENTO.
1. O Tribunal a quo consignou que, ainda que o laudo pericial tenha concluído pela aptidão laboral da parte autora, as provas dos autos demonstram a efetiva incapacidade definitiva para o exercício da atividade profissional (fl. 152, e-STJ).
2. Para modificar o entendimento firmado no acórdão recorrido, seria necessário exceder as razões colacionadas no acórdão vergastado, o que demanda incursão no contexto fático-probatório dos autos, vedada em Recurso Especial, conforme Súmula 7 desta Corte: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial".
3. Cabe ressaltar que, quanto à vinculação do Magistrado à conclusão da perícia técnica, o STJ possui jurisprudência firme e consolidada de que, com base no livre convencimento motivado, pode o juiz ir contra o laudo pericial, se houver nos autos outras provas em sentido contrário que deem sustentação à sua decisão. g.n.
4. Recurso Especial não conhecido." (STJ – 2ª Turma – REsp nº 1651073, Rel. Min. Herman Benjamin, j. 14.03.2017, não conheceram, unânime, DJe 20.04.2017)
Do exposto, nego provimento ao apelo, na forma do art. 90, V, do RITJRR.
Publique-se. Intimem-se.
Boa Vista (RR), 17 de maio de 2017.

Desa. Tânia Vasconcelos
Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.16.805887-2 - BOA VISTA/RR
APELANTE: MATHEUS VERISSIMO CAVALCANTE
ADVOGADO: DR. EMERSON ARCANJO PINTO SANT'ANNA - OAB/RR 1.293N
APELADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO: DR. ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES - OAB/RR 393A
RELATORA: DESA. TÂNIA VASCONCELOS

DECISÃO

Trata-se Apelação Cível interposta por Matheus Veríssimo Cavalcante em face da sentença proferida pelo Juízo da 2.ª Vara Cível, que julgou improcedente o pedido inicial ao argumento de inexistência de sequelas decorrentes do acidente de trânsito em questão.
Irresignada, a parte recorrente afirma que há provas da lesão permanente, tanto que a perícia médica da seguradora reconheceu tida lesão com sequela, todavia não efetuara o pagamento no valor devido, motivo pelo qual o mesmo pugna pelo provimento do recurso para reformar a sentença, julgando procedente a pretensão autoral, assim como requer a realização de nova perícia.
Contrarrazões pelo desprovimento do recurso e manutenção integral da sentença.
É o breve relato.
Decido, na forma autorizada pelo art. 90, V, do RITJRR.
Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.
Em que pesem os argumentos do recorrente, razão não lhe assiste.
Analisando os autos, o laudo pericial, emitido por médica credenciada com conhecimento técnico para tal e elaborado nos moldes legais, concluiu que a lesão decorrente do acidente não deixara sequelas ao recorrente, fato que levou o magistrado a julgar o pedido improcedente.

Câmara - Única
zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

De acordo com a Lei n. 6.194/74, que dispõe sobre o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, os danos cobertos pelo seguro são aqueles que resultam em morte, invalidez permanente, seja ela total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares.

Ou seja, a lei não contempla as lesões passíveis de cura por qualquer medida terapêutica, é preciso ter perdas anatômicas ou funcionais de caráter permanente para fazer jus ao seguro. Portanto, se houve cura sem sequelas, incabível a indenização.

Neste sentido é o entendimento pacificado na jurisprudência pátria:

"RECURSO DE APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. INVALIDEZ OU INCAPACIDADE NÃO CARACTERIZADA. AUSÊNCIA DO DEVER DE INDENIZAR. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

Conclusivo o laudo pericial quanto à inexistência de invalidez permanente, impossível a condenação à cobertura securitária pelo DPVAT.

Não há falar-se em indenização do seguro obrigatório DPVAT, se não restou comprovada a invalidez permanente a que se refere o artigo 3º, alínea "b", da Lei n. 6.194/74, especialmente se o médico legista, ao responder o quesito formulado no Laudo Pericial que indagava se, em razão do sinistro, decorreu incapacidade permanente para o trabalho, ou enfermidade incurável, ou perda ou inutilização de membro, sentido ou função ou deformidade permanente, afirma que não.

Ante a ausência de prova acerca da alegada invalidez permanente da autora, bem como de sua incapacidade para o trabalho, tem-se por indevida a indenização prevista na Lei n. 6.194/74." (TJMT – 2ª Câmara Cível – ApCi nº 20812/2017, Rel. Des. Sebastião de Moraes Filho, j. 29.03.2017, unânime, negaram provimento, DJe 04.04.2017)

"CÍVEL. APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT. LAUDO PERICIAL QUE AFASTOU A EXISTÊNCIA DE INVALIDEZ. EM QUALQUER GRAU. EM DECORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÃNSITO. DIREITO AO RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT NÃO CONFIGURADO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA CONFIRMADA. RECURSO NÃO PROVIDO." (TJPR – 10ª Câmara Cível, ApCi nº 15435353, Rel. Des. Lilian Romero, j. 02.02.2017, negaram provimento, unânime, DJe 03.03.2017)

Por outro lado, críticas genéricas ao trabalho profissional da perita judicial não são suficientes para desqualificar o resultado do laudo, de modo qualquer alegação relativa à suposta incapacidade técnica do perito deve ser arguida na primeira oportunidade em que cabe à parte falar nos autos, sob pena de preclusão, nos termos do art. 278, do CPC, que dispõe:

"Art. 278. A nulidade dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão."

Ademais, no presente caso, a parte recorrente foi intimada da nomeação da perita judicial no EP 22 e manteve-se silente. Outrossim, apesar de devidamente intimada (EP 31), também não impugnou o laudo (EP 33).

Dessa forma, qualquer manifestação acerca da matéria encontra-se vedada ante a ocorrência de preclusão temporal.

Este é o entendimento pacificado nesta Corte de Justiça:

"APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. NEXO CAUSAL E GRAU DE INVALIDEZ INDICADO EM LAUDO PERICIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO AO LAUDO. INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL AO GRAU DA LESÃO. SÚMULA 474 DO STJ. RECURSO DESPROVIDO." (g.n.)

(TJRR – Câmara Cível, ApCi nº 0010.15.827502-3, Rel. Des. Mozarildo Cavalcanti, j. 15.07.2016, unânime, DJe 19.07.2016, p. 18).

"APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. LAUDO PERICIAL QUE ATESTA A INEXISTÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A QUEIXA DA PERICIANDA COM O ACIDENTE DE TRÂNSITO. ALEGAÇÃO DE SUSPEIÇÃO DA PERITA NOMEADA PELO JUÍZO E DE IMPUGNAÇÃO AO RESULTADO DO LAUDO PERICIAL TRAZIDOS SOMENTE EM SEDE RECURSAL. PRECLUSÃO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO."

(TJRR – Câmara Cível, ApCi 0000.16.000674-8, Rel. Des. Elaine Bianchi, j. 09.06.2016, DJe 15.06.2016, p. 12).

Câmara - Única

zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

Por fim, cumpre destacar que o magistrado não está vinculado a uma ou a outra prova produzida nos autos, podendo formar sua convicção com base em todo arcabouço probatório do processo, conforme dispõe o art. 371, do NCPC.

Nesse sentido, é o entendimento firmado nos tribunais pátrios:

"PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/1973 NÃO CONFIGURADA. AUXÍLIO-ACIDENTE. NEXO CAUSAL E DE INCAPACIDADE LABORAL RECONHECIDOS. LAUDO PERICIAL. LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO DO JUIZ. PRETENSÃO DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ.

1. No que se refere à alegada afronta ao disposto no art. 535, inciso II, do CPC/1973, o julgado recorrido não padece de omissão, porquanto decidiu fundamentadamente a quaestio trazida à sua análise, não podendo ser considerado nulo tão somente porque contrário aos interesses da parte.

2. Hipótese em que a Corte de origem, com base no contexto fático-probatório, entendeu devida a concessão do auxílio pretendido. Desse modo, rever a conclusão a que chegou o acórdão impugnado é inviável no Superior Tribunal de Justiça, ante o óbice da Súmula 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial."

3. O STJ possui jurisprudência firme e consolidada de que, com base no livre convencimento motivado, pode o juiz ir contra o laudo pericial, se houver nos autos outras provas em sentido contrário que deem sustentação à sua decisão. g.n.

4. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido." (STJ – 2ª Turma – REsp nº 1658344, Rel. Min. Herman Benjamin, j. 28.03.2017, negaram provimento, unânime, DJe 18.04.2017)

"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. REVISÃO DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. NÃO VINCULAÇÃO DO JUIZ A LAUDO PERICIAL. LIVRE CONVENCIMENTO.

1. O Tribunal a quo consignou que, ainda que o laudo pericial tenha concluído pela aptidão laboral da parte autora, as provas dos autos demonstram a efetiva incapacidade definitiva para o exercício da atividade profissional (fl. 152, e-STJ).

2. Para modificar o entendimento firmado no acórdão recorrido, seria necessário exceder as razões colacionadas no acórdão vergastado, o que demanda incursão no contexto fático-probatório dos autos, vedada em Recurso Especial, conforme Súmula 7 desta Corte: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial".

3. Cabe ressaltar que, quanto à vinculação do Magistrado à conclusão da perícia técnica, o STJ possui jurisprudência firme e consolidada de que, com base no livre convencimento motivado, pode o juiz ir contra o laudo pericial, se houver nos autos outras provas em sentido contrário que deem sustentação à sua decisão. g.n.

4. Recurso Especial não conhecido." (STJ – 2ª Turma – REsp nº 1651073, Rel. Min. Herman Benjamin, j. 14.03.2017, não conheceram, unânime, DJe 20.04.2017)

Do exposto, nego provimento ao apelo, na forma do art. 90, V, do RITJRR.

Publique-se. Intimem-se.

Boa Vista (RR), 17 de maio de 2017.

Desa. Tânia Vasconcelos
Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.16.815545-4 - BOA VISTA/RR
APELANTE: FABIO DA SILVA MOURA
ADVOGADO: DR. JOSÉ HILTON DOS SANTOS VASCONCELOS - OAB/RR 1.105N
APELADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO: DR. ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES - OAB/RR 393A
RELATORA: DESA. TÂNIA VASCONCELOS

DECISÃO

Câmara - Única

zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

Câmara - Única

Trata-se Apelação Cível interposta por Fabio da Silva Moura em face da sentença proferida pelo Juízo da 2.ª Vara Cível, que julgou improcedente o pedido inicial ao argumento de inexistência de sequelas decorrentes do acidente de trânsito em questão.

Irresignada, a parte recorrente afirma que há provas da tida lesão permanente, razão pela qual pugna pelo provimento do recurso para reformar a sentença, julgando-se totalmente procedente a pretensão autoral.

Contrarrazões pelo desprovimento do recurso e manutenção integral da sentença.

É o breve relato.

Decido, na forma autorizada pelo art. 90, V, do RITJRR.

Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.

Em que pesem os argumentos do recorrente, razão não lhe assiste.

Analisando os autos, o laudo pericial, emitido por médica credenciada com conhecimento técnico para tal e elaborado nos moldes legais, concluiu que a lesão decorrente do acidente não deixara sequelas ao recorrente, fato que levou o magistrado a julgar o pedido improcedente.

De acordo com a Lei n. 6.194/74, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, os danos cobertos pelo seguro são aqueles que resultam em morte, invalidez permanente, seja ela total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares. Todavia, a lei não contempla as lesões passíveis de cura por qualquer medida terapêutica, para tanto, é preciso ter perdas anatômicas ou funcionais de caráter permanente para fazer jus ao seguro. Ou seja, se houve cura sem sequelas, incabível a indenização.

Neste sentido é o entendimento pacificado na jurisprudência pátria:

"RECURSO DE APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. INVALIDEZ OU INCAPACIDADE NÃO CARACTERIZADA. AUSÊNCIA DO DEVER DE INDENIZAR. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

Conclusivo o laudo pericial quanto à inexistência de invalidez permanente, impossível a condenação à cobertura securitária pelo DPVAT.

Não há falar-se em indenização do seguro obrigatório DPVAT, se não restou comprovada a invalidez permanente a que se refere o artigo 3º, alínea "b", da Lei n. 6.194/74, especialmente se o médico legista, ao responder o quesito formulado no Laudo Pericial que indagava se, em razão do sinistro, decorreu incapacidade permanente para o trabalho, ou enfermidade incurável, ou perda ou inutilização de membro, sentido ou função ou deformidade permanente, afirma que não.

Ante a ausência de prova acerca da alegada invalidez permanente da autora, bem como de sua incapacidade para o trabalho, tem-se por indevida a indenização prevista na Lei n. 6.194/74." (TJMT – 2ª Câmara Cível – ApCi nº 20812/2017, Rel. Des. Sebastião de Moraes Filho, j. 29.03.2017, unânime, negaram provimento, DJe 04.04.2017)

"CÍVEL. APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT. LAUDO PERICIAL QUE AFASTOU A EXISTÊNCIA DE INVALIDEZ. EM QUALQUER GRAU. EM DECORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÃNSITO. DIREITO AO RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT NÃO CONFIGURADO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA CONFIRMADA. RECURSO NÃO PROVIDO." (TJPR – 10ª Câmara Cível, ApCi nº 15435353, Rel. Des. Lilian Romero, j. 02.02.2017, negaram provimento, unânime, DJe 03.03.2017)

Por outro lado, embora o recorrente tenha impugnado o laudo, seus argumentos não são hábeis para demonstrar a nulidade da perícia, uma vez que críticas genéricas ao trabalho da profissional não são suficientes para desqualificar o resultado.

Por fim, cumpre destacar que o magistrado não está vinculado a uma ou a outra prova produzida nos autos, podendo formar sua convicção com base em todo arcabouço probatório do processo, conforme dispõe o art. 371, do NCPC.

Nesse sentido, é o entendimento firmado nos tribunais pátrios:

"PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/1973 NÃO CONFIGURADA. AUXÍLIO-ACIDENTE. NEXO CAUSAL E DE INCAPACIDADE LABORAL RECONHECIDOS. LAUDO PERICIAL. LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO DO JUIZ. PRETENSÃO DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ.

zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

1. No que se refere à alegada afronta ao disposto no art. 535, inciso II, do CPC/1973, o julgado recorrido não padece de omissão, porquanto decidiu fundamentadamente a quaestio trazida à sua análise, não podendo ser considerado nulo tão somente porque contrário aos interesses da parte.
2. Hipótese em que a Corte de origem, com base no contexto fático-probatório, entendeu devida a concessão do auxílio pretendido. Desse modo, rever a conclusão a que chegou o acórdão impugnado é inviável no Superior Tribunal de Justiça, ante o óbice da Súmula 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial."
3. O STJ possui jurisprudência firme e consolidada de que, com base no livre convencimento motivado, pode o juiz ir contra o laudo pericial, se houver nos autos outras provas em sentido contrário que deem sustentação à sua decisão. g.n.
4. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido." (STJ – 2ª Turma – REsp nº 1658344, Rel. Min. Herman Benjamin, j. 28.03.2017, negaram provimento, unânime, DJe 18.04.2017)
"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. REVISÃO DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. NÃO VINCULAÇÃO DO JUIZ A LAUDO PERICIAL. LIVRE CONVENCIMENTO.
1. O Tribunal a quo consignou que, ainda que o laudo pericial tenha concluído pela aptidão laboral da parte autora, as provas dos autos demonstram a efetiva incapacidade definitiva para o exercício da atividade profissional (fl. 152, e-STJ).
2. Para modificar o entendimento firmado no acórdão recorrido, seria necessário exceder as razões colacionadas no acórdão vergastado, o que demanda incursão no contexto fático-probatório dos autos, vedada em Recurso Especial, conforme Súmula 7 desta Corte: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial".
3. Cabe ressaltar que, quanto à vinculação do Magistrado à conclusão da perícia técnica, o STJ possui jurisprudência firme e consolidada de que, com base no livre convencimento motivado, pode o juiz ir contra o laudo pericial, se houver nos autos outras provas em sentido contrário que deem sustentação à sua decisão. g.n.
4. Recurso Especial não conhecido." (STJ – 2ª Turma – REsp nº 1651073, Rel. Min. Herman Benjamin, j. 14.03.2017, não conheceram, unânime, DJe 20.04.2017)
Do exposto, nego provimento ao apelo, na forma do art. 90, V, do RITJRR.
Publique-se. Intimem-se.
Boa Vista (RR), 16 de maio de 2017.

Desa. Tânia Vasconcelos
Relatora

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000.17.001271-0 - BOA VISTA/RR
AGRAVANTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. MARCUS GIL BARBOSA DIAS
AGRAVADO: MARVA DA SILVA
ADVOGADA: DRA. LARISSA BAÚ TRASSATO - OAB/RR 1.121
RELATOR: DES. CRISTÓVÃO SÚTER

I - Tratam os autos de Agravo de Instrumento c/ pedido de liminar, apresentado pelo Estado de Roraima, contra decisão oriunda da 1.ª Vara de Fazenda Pública, que deferiu liminar, determinado-lhe que se abstenha de exigir o pagamento de ICMS cobrado sobre a TUSD e a TUST do imóvel descrito na exordial, sob pena de multa.
Pretende o agravante, inicialmente, o reconhecimento da preliminar de incompetência absoluta do juízo singular.
No mérito, aduz a necessidade de reforma do decisum, inclusive liminarmente, sustentando a inobservância quanto ao novo posicionamento do STJ quanto à matéria.
É o breve relato.
Passo a decidir.
II - Não se justifica a concessão da tutela de urgência.

Câmara - Única
zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

Não logrou demonstrar o agravante, ao menos nesta oportunidade, a presença dos requisitos legais, nomeadamente o periculum in mora, tornando impossível a concessão da medida inaudita altera pars:
"AGRAVO DE INSTRUMENTO. EFEITO SUSPENSIVO. VEROSSIMILHANÇA. NECESSIDADE. AUSÊNCIA. 1- O provimento liminar é admitido nos casos em que a relevância da fundamentação é manifesta além de a urgência tornar o fato inadiável diante da possibilidade de lesão grave e de difícil reparação, não podendo aguardar o julgamento colegiado do recurso. 2- Inexistência de fato novo hábil a modificar o entendimento lançado por ocasião da decisão que indeferiu o pedido efeito suspensivo pretendido. 3- Agravo desprovido." (TJDF, 20150020319919AGI, 6ª Turma Cível, Relator: Des. Hector Valverde - p.: 08/03/2016)
III - Posto isto, indefiro a medida initio litis.
Comunique-se ao reitor singular os termos desta decisão, dispensadas as informações.
Intime-se a agravada para contrarrazões.
Boa Vista, 23 de maio de 2017.

Desembargador Cristóvão Suter

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0000.17.001182-9 - BOA VISTA/RR
APELANTE: AUZENI VIEIRA TEIXEIRA SANTIAGO
ADVOGADO: DR. ANDRE FELIPE MONTENEGRO MARQUES - OAB/RR 1.205N
APELADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO: DR. ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES - OAB/RR 393A
RELATORA: DESA. TÂNIA VASCONCELOS

Trata-se Apelação Cível interposta por Auzeni Vieira Teixeira Santiago em face de sentença proferida pelo Juízo da 2.ª Vara Cível, que julgou improcedente a ação de cobrança de complementação de seguro obrigatório em razão de acidente automobilístico ao argumento de inexistência de disfunções permanentes no patrimônio físico da vítima.
Irresignada, a recorrente afirma que há provas da alegada invalidez permanente, tanto que a seguradora reconheceu a lesão, todavia não efetuara o pagamento no valor devido, motivo pelo qual a mesma pugna pelo provimento do recurso para anular a decisão a quo, a qual estaria embasada em laudo pericial nulo.
Além disso, a recorrente requer a inabilitação da perita Nympha Carmem Akel Thomaz Salomão para atuar em outras perícias no prazo de 5 (cinco) anos, devendo ser remetido ofício à Corregedoria-Geral de Justiça para eventuais sanções, sendo solicitado, ainda, a responsabilização da profissional pelos prejuízos causados à parte, ante a prestação de informações inverídicas, na forma do art. 158, do CPC/2015.
Contrarrazões pelo desprovimento do recurso e manutenção integral da sentença.
É o breve relato.
Decido, na forma autorizada pelo art. 90, V, do RITJRR.
Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.
Em que pesem os argumentos da recorrente, razão não lhe assiste.
Analisando os autos, o laudo pericial, emitido por médica credenciada com conhecimento técnico para tal e elaborado nos moldes legais, concluiu que a lesão decorrente do acidente não deixara sequelas a recorrente, fato que levou o magistrado a julgar o pedido improcedente.
No mais, embora a recorrente tenha impugnado tanto a nomeação da perita (EP. nº 51), como o laudo pericial (EP nº 85), seus argumentos não são hábeis para demonstrar a nulidade da perícia, uma vez que os documentos anexos aos autos não são capazes de desqualificar o resultado.
Por fim, cumpre destacar que o magistrado não está vinculado a uma ou a outra prova produzida nos autos, podendo formar sua convicção com base em todo arcabouço probatório do processo, conforme dispõe o art. 371, do NCPC.
Nesse sentido, é o entendimento firmado nos tribunais pátrios:
"PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/1973 NÃO CONFIGURADA. AUXÍLIO-ACIDENTE. NEXO CAUSAL E DE INCAPACIDADE LABORAL

Câmara - Única
zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

RECONHECIDOS. LAUDO PERICIAL. LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO DO JUIZ. PRETENSÃO DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ.
1. No que se refere à alegada afronta ao disposto no art. 535, inciso II, do CPC/1973, o julgado recorrido não padece de omissão, porquanto decidiu fundamentadamente a quaestio trazida à sua análise, não podendo ser considerado nulo tão somente porque contrário aos interesses da parte.
2. Hipótese em que a Corte de origem, com base no contexto fático-probatório, entendeu devida a concessão do auxílio pretendido. Desse modo, rever a conclusão a que chegou o acórdão impugnado é inviável no Superior Tribunal de Justiça, ante o óbice da Súmula 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial."
3. O STJ possui jurisprudência firme e consolidada de que, com base no livre convencimento motivado, pode o juiz ir contra o laudo pericial, se houver nos autos outras provas em sentido contrário que deem sustentação à sua decisão. g.n.
4. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido." (STJ – 2ª Turma – REsp nº 1658344, Rel. Min. Herman Benjamin, j. 28.03.2017, negaram provimento, unânime, DJe 18.04.2017)
"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. REVISÃO DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. NÃO VINCULAÇÃO DO JUIZ A LAUDO PERICIAL. LIVRE CONVENCIMENTO.
1. O Tribunal a quo consignou que, ainda que o laudo pericial tenha concluído pela aptidão laboral da parte autora, as provas dos autos demonstram a efetiva incapacidade definitiva para o exercício da atividade profissional (fl. 152, e-STJ).
2. Para modificar o entendimento firmado no acórdão recorrido, seria necessário exceder as razões colacionadas no acórdão vergastado, o que demanda incursão no contexto fático-probatório dos autos, vedada em Recurso Especial, conforme Súmula 7 desta Corte: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial".
3. Cabe ressaltar que, quanto à vinculação do Magistrado à conclusão da perícia técnica, o STJ possui jurisprudência firme e consolidada de que, com base no livre convencimento motivado, pode o juiz ir contra o laudo pericial, se houver nos autos outras provas em sentido contrário que deem sustentação à sua decisão. g.n.
4. Recurso Especial não conhecido." (STJ – 2ª Turma – REsp nº 1651073, Rel. Min. Herman Benjamin, j. 14.03.2017, não conheceram, unânime, DJe 20.04.2017)
Do exposto, nego provimento ao apelo, na forma do art. 90, V, do RITJRR.
Publique-se. Intimem-se.
Boa Vista (RR), 23 de maio de 2017.

Desa. Tânia Vasconcelos
Relatora

REMESSA NECESSÁRIA Nº 0005.14.800285-9 - ALTO ALEGRE/RR
REQUERENDO: ANDRADE GALVÃO ENGENHARIA LTDA
ADVOAGDO: DR. IURI VASCONCELOS BARROS DE BRITO - OAB/BA 14.593N
REQUERIDO: O MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE - RR
PROCURADOR DO MUNICÍPIO: DR. DIEGO VICTOR RODRIGUES BARROS - OAB/RR 1.048N
RELATOR: DES. CRISTÓVÃO SÚTER

I - Tratam os autos de Remessa Necessária de sentença proferida pelo MM. Juiz de Direito da Comarca de Alto Alegre, que julgou procedente a ação de cobrança, condenando o requerido ao pagamento de R$ 1.343.229,37 (um milhão trezentos e quarenta e três mil, duzentos e vinte e nove reais e trinta e sete centavos).
Aduz o autor, na inicial, que faria jus ao recebimento de valores decorrentes do inadimplemento de contrato de execução de obras de engenharia.
Não houve a apresentação de contestação.
Por não vislumbrar interesse público a ser tutelado, o Parquet absteve-se de intervir no feito (fls. 06/08).

Câmara - Única
zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

Câmara - Única

É o breve relato.
II - Passo a decidir.
Da análise dos autos, constata-se que a sentença proferida encontra-se em consonância com a jurisprudência dominante do colendo Superior Tribunal de Justiça, autorizando o julgamento monocrático da remessa necessária pelo Relator, nos termos do art. 932, inciso VIII, do CPC, combinado com o art. 90, VIII, do Regimento Interno deste Tribunal.
Extrai-se dos autos que ingressou o autor com ação ordinária perante o juízo de origem, comprovando regularmente o direito pretendido na exordial sob o crivo do contraditório e da ampla defesa, inclusive com a remessa dos autos Parquet.
Com efeito, a análise dos fatos e razões lançadas no presente caderno processual revela que a sentença resolveu a questão nos termos do melhor Direito, devendo permanecer intacta.
Confira-se:
"DIREITO CIVIL, ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA AJUIZADA EM FACE DE MUNICÍPIO. (...) AUSÊNCIA DE CONTESTAÇÃO. EFEITOS MATERIAIS DA REVELIA. POSSIBILIDADE. DIREITOS INDISPONÍVEIS. INEXISTÊNCIA. PROVA DA EXISTÊNCIA DA OBRIGAÇÃO. DOCUMENTAÇÃO EXIBIDA PELO AUTOR. PROVA DO PAGAMENTO. NÃO OCORRÊNCIA. ÔNUS QUE CABIA AO RÉU. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. CONCLUSÃO A QUE SE CHEGA INDEPENDENTEMENTE DA REVELIA. (...) 5. A prova do pagamento é ônus do devedor, seja porque consubstancia fato extintivo do direito do autor (art. 333, inciso II, do CPC), seja em razão de comezinha regra de direito das obrigações, segundo a qual cabe ao devedor provar o pagamento, podendo até mesmo haver recusa ao adimplemento da obrigação à falta de quitação oferecida pelo credor (arts. 319 e 320 do Código Civil de 2002). Doutrina. 6. Recurso especial não provido." (STJ, REsp 1084745/MG, Quarta Turma, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão - p.: 30/11/2012)
III - Posto isto, nos termos do art. 90, VIII, do Regimento Interno deste Tribunal, conheço da presente remessa necessária, integrando a sentença.
Boa Vista, 23/05/17

Desembargador Cristóvão Suter

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0000.17.001297-5 - BOA VISTA/RR
APELANTE: CATE ROSA RODRIGUES DO NASCIMENTO
ADVOGADO: DR. JOHN PABLO SOUTO SILVA - OAB/RR 506N
APELADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO: DR. ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES - OAB/RR 393A
RELATOR: DES. CRISTÓVÃO SÚTER

I - Tratam os autos de Apelação Cível, apresentada por Cate Rosa Rodrigues do Nascimento, contra sentença oriunda da 2.ª Vara Cível, que julgou improcedente o pleito de recebimento do seguro DPVAT.
Argumenta a apelante a nulidade do laudo pericial judicial que atestou inexistir lesão de caráter permanente, porquanto estaria incompleto e teria sido realizado por profissional sem a especialidade técnica necessária e em desrespeito à regra do art. 157, § 2º, do CPC, pugnando pela desconstituição do julgado e retorno dos autos à instância de origem para realização de nova perícia.
Regularmente intimada, apresentou a apelada suas contrarrazões, pretendendo, em síntese, a manutenção da sentença.
É o breve relato.
Passo a decidir.
II - Razões não acompanham a apelante.
Da análise dos autos, constata-se que a sentença proferida encontra-se em consonância com a jurisprudência dominante deste Tribunal, autorizando o julgamento monocrático do recurso pelo Relator, nos termos do art. 932, inciso VIII, do CPC, combinado com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno deste Tribunal.

zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

Consoante se asseverou, insurge-se a recorrente contra o laudo pericial que concluiu pela inexistência de lesão de caráter permanente e também quanto à profissional nomeada pelo Juízo.
Ocorre que nas oportunidades em que foi instada a se manifestar acerca da nomeação do perito e do referido laudo, deixou a recorrente de se pronunciar nos autos, restando preclusa a matéria.
Como se vê, nada obstante o alegado, deixou a recorrente de observar o disposto no art. 373, I, do Código de Processo Civil, olvidando da necessidade do ônus da prova quanto ao fato constitutivo de seu direito, não demonstrando a verossimilhança de suas alegações.
Logo, não se cogita de alteração do julgado singular:
"PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO CÍVEL - COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - PEDIDO JULGADO IMPROCEDENTE - AUSENTE LESÃO DE CARÁTER PERMANENTE - INDEFERIMENTO DE REALIZAÇÃO DE NOVA PERÍCIA QUE NÃO FOI IMPUGNADO DE FORMA ESPECÍFICA - PREVALÊNCIA DO LAUDO PERICIAL - O AUTOR NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS DE DEMONSTRAR O FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO ALEGADO - INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 373, INCISO I, DO NCPC - SENTENÇA MANTIDA - RECURSO CONHECIDO, MAS DESPROVIDO." (TJRR, AC 0000.16.000746-4, Câmara Cível, Rel. Des. Jefferson Fernandes da Silva - 16/11/2016)
"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. PERICIA QUE ATESTA A AUSÊNCIA DO NEXO CAUSAL ENTRE O ACIDENTE APONTADO NA INICIAL E A LESÃO SOFRIDA PELA PARTE AUTORA. LAUDO PERICIAL ELABORADO NOS MOLDES DA LEGISLAÇÃO. AUSÊNCIA DE NULIDADE. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO." (TJRR, AC 0010.12.717814-2, Câmara Única, Rel. Des. Almiro Padilha - p.: 30/07/2015)
"APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. LAUDO PERICIAL QUE ATESTA A INEXISTÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A QUEIXA DA PERICIANDA COM O ACIDENTE DE TRÂNSITO. ALEGAÇÃO DE SUSPEIÇÃO DA PERITA NOMEADA PELO JUÍZO E DE IMPUGNAÇÃO AO RESULTADO DO LAUDO PERICIAL TRAZIDOS SOMENTE EM SEDE RECURSAL. PRECLUSÃO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO." (TJRR, AC 0000.16.000674-8, Câmara Cível, Rel. Des. Elaine Cristina Bianchi - p.: 15/06/2016)
III - Posto isto, nos termos do art. 932, inciso VIII, do CPC, combinado com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno deste Tribunal, nego provimento ao recurso e, em virtude da sucumbência recursal, majoro os honorários advocatícios em 2% (dois por cento) sobre o valor fixado na origem, nos termos do art. 85, § 11, do CPC, cuja exigibilidade, no entanto, ficará suspensa, ex vi do art. 98, § 3º, do CPC.
Boa Vista, 24/05/17

]Desembargador Cristóvão Suter

EMBARGOS DECLARATÓRIOS NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.06.150427-9 - BOA VISTA/RR
EMBARGANTE: ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORA DO ESTADO: DRA. KRISHLENE BRAZ ÁVILA
EMBARGADOS: IMPORTADORA E EXPORTADORA TREVO LTDA E OUTROS
ADVOGADO: DR. WARNER VELASQUE RIBEIRO - OAB/RR 288A
RELATOR: DES. CRISTÓVÃO SÚTER

I - Trata-se de embargos declaratórios, apresentados pelo Estado de Roraima, contra decisão monocrática que negou provimento ao recurso, mantendo a sentença que reconheceu a existência de prescrição intercorrente.
Aduz o embargante, em síntese, a existência de vício no julgado, porquanto teria olvidado de penhora realizada, pugnando pela revisão do decisum, inclusive, com atribuição de efeitos infringentes.
Não houve manifestação sobre os embargos declaratórios opostos (fls. 18).
É o breve relato.
Passo a decidir.
II - Não se justifica o reclame.

Câmara - Única
zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=
SICOJURR - 00057053

Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, "a questão arguida apenas em sede de embargos de declaração constitui-se inovação inviável de ser examinada pelo Tribunal de origem, por força do princípio do tantum devolutum quantum appellatum, ainda que se refira à matéria de ordem pública, que, por sua vez, não prescinde do requisito essencial do prequestionamento para viabilizar o seu conhecimento na via estreita do recurso especial".
Logo, tratando-se de matéria suscitada somente em sede de embargos declaratórios, impossível o seu conhecimento, posto tratar-se de inovação recursal:
"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL - INOVAÇÃO RECURSAL - IMPOSSIBILIDADE - RECURSO NÃO CONHECIDO." (TJRR, EDecAC 0010.06.129430-1, Câmara Cível, Rel. Des. Mozarildo Cavalcanti - p.: 06/10/2016)
"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. RESP 1.388.972/SC. AFETAÇÃO. ARTIGO 1.036 DO CPC. ACÓRDÃO EMBARGADO EM HARMONIA COM A TESE FIRMADA. 1. Os embargos de declaração não se prestam à rediscussão da lide, sendo cabíveis quando há omissão, obscuridade, contradição ou erro material no julgado embargado, não correntes na hipótese. 2. A questão agitada somente nos últimos embargos de declaração consiste em inadmissível inovação. (...) 4. Embargos de declaração rejeitados." (STJ, EDcl no AgInt nos EDcl no REsp 1590201/PR, Quarta Turma, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti - p.: 04/05/2017)
"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. (...) MATÉRIA NÃO SUSCITADA NA APELAÇÃO. INOVAÇÃO RECURSAL. (...) 2. Noutro giro, deve ser afastada a alegação de contrariedade ao art. 535 do CPC, por se tratar de tema inédito, agitado tão-somente em sede de embargos de declaração e não suscitado oportunamente, nas razões de apelação, sob o enfoque ora pretendido, restando caracterizada a existência de inovação recursal. (...) 4. Agravo interno a que se nega provimento." (STJ, AgInt no AREsp 995.381/BA, Primeira Turma, Rel. Ministro Sérgio Kukina - p.: 02/05/2017)
III - Posto isto, diante da ausência de pressuposto extrínseco de admissibilidade recursal, não conheço dos aclaratórios.
Boa Vista, 24/05/17

Desembargador Cristóvão Suter

REMESSA NECESSÁRIA Nº 0005.14.800012-7 - ALTO ALEGRE/RR
REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA - MPERR
REQUERIDO: O MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE - RR
PROCURADOR DO MUNICÍPIO: DR. DIEGO VICTOR RODRIGUES BARROS - OAB/RR 1.048N
RELATOR: DES. CRISTÓVÃO SÚTER

I - Tratam os autos de Remessa Necessária, relativa à sentença oriunda da Comarca de Alto Alegre.
Consta dos autos que a ação foi proposta visando compelir o ente público municipal a realizar reformas na Escola Municipal Vânio Pereira de Melo, adequando sua rede elétrica às necessidades e construindo um muro divisório para demarcação, com o fito de dar maior segurança aos alunos e professores, pretensão reconhecida na instância de origem.
Sem recurso voluntário de qualquer das partes, subiram os autos em remessa necessária.
Com vista dos autos, opina o ilustre representante do Parquet pela integralização do julgado (fls. 06/09).
É o breve relato.
Passo a decidir.
II - Da análise dos autos, constata-se que a sentença proferida encontra-se em consonância com a jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores, autorizando o julgamento monocrático da remessa pelo Relator, nos termos do art. 932, inciso VIII, do CPC, combinado com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno deste Tribunal.
Com efeito, embora não seja possível ao Poder Judiciário substituir o Poder Executivo em sua atividade precípua, proferindo determinações que lhe são privativas, constitui ponto pacífico no

Câmara - Única
zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

âmbito da jurisprudência dos Tribunais Superiores a possibilidade excepcional de controle judicial de políticas públicas, quando comprovada omissão estatal, resguardando-se direitos fundamentais. Conforme ponderado com a precisão de sempre pelo nobre representante Ministerial, "é possível verificar que os alunos da escola Vânio Pereira de Melo, estão sendo prejudicados pelas constantes falhas de energia elétrica, bem como correm riscos na sua incolumidade física, é clara a necessidade de intervenção judicial para reverter a situação, ante o descaso do Município do Alto Alegre, tendo em vista tratar-se de violação ao princípio constitucional da Prioridade Absoluta de que gozam as crianças e os adolescentes".

Destarte, a análise dos fatos e razões lançadas no presente caderno processual revela que a sentença resolveu a questão nos termos do melhor Direito, devendo permanecer intacta.

Confira-se:

"Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Direito Constitucional. Ação civil pública. Proteção à criança e ao adolescente. Prequestionamento. Ausência. Fundamento suficiente à manutenção do acórdão recorrido não impugnado na petição do recurso extraordinário. Implementação de políticas públicas. Possibilidade. Violação do princípio da separação dos poderes. Não ocorrência. Fatos e provas. Reexame. Impossibilidade. Precedentes. 1. Inadmissível o recurso extraordinário se os dispositivos constitucionais que nele se alega violados não estão devidamente prequestionados. Incidência das Súmulas nºs 282 e 356/STF. 2. Não foi impugnado, na petição de recurso extraordinário, fundamento suficiente para a manutenção do acórdão recorrido. Incidência da Súmula nº 283/STF. 3. O Poder Judiciário, em situações excepcionais, pode determinar que a Administração Pública adote medidas assecuratórias de direitos constitucionalmente reconhecidos como essenciais, sem que isso configure violação do princípio da separação dos poderes, inserto no art. 2º da Constituição Federal. 4. O recurso extraordinário não se presta para o reexame do conjunto fático-probatório da causa. Incidência da Súmula nº 279/STF. 5. Agravo regimental não provido. 6. Inaplicável o art. 85, § 11, do CPC, pois não houve fixação prévia de honorários advocatícios na causa." (STF, ARE 893652 AgR, Segunda Turma, Relator(a): Min. Dias Toffoli - p.: 23/03/2017)

"PROCESSO CIVIL. ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. OBRIGAÇÃO DE FAZER. DANO AMBIENTAL. IMPLEMENTAÇÃO DE OBRA PÚBLICA. USINA DE RECICLAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS. INGERÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES. INEXISTÊNCIA. VIOLAÇÃO AO ART. 333, I, DO CPC CARACTERIZADA. 1. Cinge-se a controvérsia dos autos à possibilidade do Ministério Público, em obrigação de fazer, por meio de ação civil pública, compelir o administrador a implementar obra pública, qual seja, usina de reciclagem de entulhos provenientes da construção civil, que estivesse causando danos ao meio ambiente. 2. Irretocável, a posição do Supremo Tribunal Federal e desta Corte, no sentido de que "O Poder Judiciário, em situações excepcionais, pode determinar que a Administração Pública adote medidas assecuratórias de direitos constitucionalmente reconhecidos como essenciais, sem que isso configure violação do princípio da separação de poderes" (AI 708667 AgR, Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, julgado em 28/02/2012). 3. Reconheço que em algumas situações é impossível estabelecer, num plano abstrato, qual a ordem de prioridades que a atividade administrativa deve tomar. Nestes casos, a identificação pela preferência de atuação estatal apenas poderia ser identificada na análise do caso. Todavia, ainda que abstratamente, não se pode deixar de reconhecer que alguns direitos, tais como a educação, a saúde e o meio ambiente equilibrado fazem parte de um núcleo de obrigações que o estado deve considerar como prioritárias. (...)." (STJ, REsp 1367549/MG, Segunda Turma,Rel. Ministro Humberto Martins - p.: 08/09/2014)

III - Posto isto, conheço da presente remessa para integrar a sentença.

Boa Vista, 24/05/17

Desembargador Cristóvão Suter

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000.17.000969-0 - BOA VISTA/RR

EMBARGANTE: HUGO VINÍCIUS GUEDES DE SOUZA

Câmara - Única

zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

ADVOGADO: DR. WARNER VELASQUE RIBERIO E OUTROS - OAB/RR 288A
EMBARGADO: BANCO ITAUCARD S/A
ADVOGADO: DR. CELSO MARCON - OAB/RR 303A
RELATORA: DESA. TÂNIA VASCONCELOS

DECISÃO

Tratam-se de Embargos de Declaração interpostos por Hugo Vinícius Guedes de Souza nos autos do Agravo de Instrumento em epígrafe.
Considerando que a intenção do embargante era a modificação dos fundamentos da decisão monocrática, à fl. 79, aplicando o princípio da fungibilidade, recebi o recurso como Agravo Interno e determinei que o recorrente ajustasse o recurso às exigências do art. 1.021, § 1.º do CPC/2015.
Todavia, o agravante deixou o prazo transcorrer in albis, o que impede o conhecimento do recurso.
ISSO POSTO, considerando a inércia do recorrente em atender ao comando judicial, não conheço do agravo.
Publique-se e intimem-se.
Boa Vista (RR), 15 de maio de 2017.

Desa. Tânia Vasconcelos
Relatora

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000.17.000406-3 - BOA VISTA/RR
AGRAVANTE: PAULO FERNANDO BRAGA DE FIGUEIREDO
ADVOGADO: WARNER VELASQUE RIBEIRO - OAB 288A
AGRAVADO: BANCO PANAMERICANO S/A
ADVOGADA: DRA. CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES - OAB/RR 375A
RELATOR: DES. JEFFERSON FERNANDES

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto em face da decisão proferida pelo douto Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista (RR), no bojo da ação de revisional de contrato, em fase de cumprimento de sentença, autos nº 0721099-22.2012.823.0010, que revogou decisão de homologação de cálculos anteriormente proferida e determinou que os autos sejam remetidos à Contadoria Judicial para novos cálculos conforme sentença proferida.
Em suas razões recursais, aduz o Agravante, em síntese, que, quando o MM. Juiz a quo revogou ex officio a decisão homologatória, feriu o devido processo legal, a coisa julgada e não premiou o melhor direito, consubstanciando-se em julgamento extra petita.
Argumenta que, além do julgamento ex officio e o erro in procedendo, houve afronta ao artigo 505, do CPC, ante a existência da preclusão judicial consumativa, seja ela das partes ou do próprio Juízo, pois este perde o poder de decidir novamente, no curso do processo, as questões que já foram resolvidas, a fim de evitar, entre outras coisas, tumulto processual.
Conclui que está caracterizado o erro in procedendo do juízo a quo, quando não observou os requisitos formais da liquidação de sentença, revogou decisão transitada em julgado ex officio, afrontando os princípios da congruência da decisão inicial, do contraditório, da inafastabilidade do controle jurisdicional e do devido processo legal, sendo, pois, um decisório nulo.
Requer, preliminarmente, a atribuição do efeito suspensivo ao agravo, e, no mérito, pleiteia a reforma da decisão hostilizada.
Às fls. 68/69, o pedido de atribuição do efeito suspensivo ao recurso restou deferido.
A parte Agravada apresentou contrarrazões (fls. 74/78), em que requer o desprovimento do recurso, e, consequentemente, a manutenção da decisão de piso.
É o breve relatório. DECIDO.

Câmara - Única
zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

Câmara - Única

De acordo com o artigo 932, do CPC, compete ao Relator, dentre outras atividades, exercer as atribuições estabelecidas no Regimento Interno do Tribunal, estando tais atribuições previstas no artigo 90, do RI, desta Corte. Vejamos:

"Art. 90. São atribuições do relator nos feitos cíveis:

V – negar provimento a recurso em manifesto confronto com jurisprudência dominante do Tribunal ou de Tribunal Superior;

VI – dar provimento a recurso contra decisão em manifesto confronto com jurisprudência dominante do Tribunal ou de Tribunal Superior;"

Como o presente recurso trata de matéria pacificada na jurisprudência deste Tribunal e de Tribunal Superior, passo a decidi-lo monocraticamente.

Pois bem, verifico que o MM. Juiz a quo revogou decisão de homologação de cálculos anteriormente proferida e determinou que os autos sejam remetidos à Contadoria Judicial para elaboração de novos cálculos conforme sentença transitada em julgado.

Em suma, a parte Recorrente alega que está caracterizado o erro in procedendo do Juízo a quo, quando revogou decisão transitada em julgado ex officio, afrontando os princípios da congruência da decisão inicial, do contraditório, da inafastabilidade do controle jurisdicional e do devido processo legal.

Em sede de cognição sumária (fls. 68/69), deferi o pedido de atribuição do efeito suspensivo ao recurso, por vislumbrar a relevância da fundamentação da matéria, uma vez que, em tese, nenhum juiz decidirá novamente as questões já decididas relativas à mesma lide (CPC: art. 505).

Todavia, o cumprimento de sentença condenatória deve ser feito em conformidade com o título judicial, de modo que o erro de cálculo não transita em julgado, sob pena de violação aos limites da garantia constitucional da coisa julgada (CF: art. 5º, XXXVI).

A decisão agravada, para fins de saneamento do processo, determinou o retorno do feito à fase primitiva de elaboração de novos cálculos conforme a sentença proferida.

Com efeito, os cálculos do valor exequendo podem ser retificados a qualquer momento, de ofício ou a requerimento da parte interessada, não havendo que se falar em preclusão da matéria, violação à coisa julgada ou julgamento extra petita.

Sobre o tema, o Colendo STJ já decidiu:

"RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. CONTRATO CELEBRADO EM DÓLAR ESTADUNIDENSE. PLANILHAS DE ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULOS DE LIQUIDAÇÃO. OCORRÊNCIA DE ERRO MATERIAL DO CONTADOR. FUNDAMENTO NÃO REBATIDO NAS RAZÕES DO ESPECIAL (SÚMULA 283/STF). AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO À COISA JULGADA. ADEQUAÇÃO DO PAGAMENTO AO PACTUADO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. POSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO DOS HONORÁRIOS ESTABELECIDOS NOS EMBARGOS DO DEVEDOR COM OS FIXADOS NA EXECUÇÃO. LIMITE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. No caso, não há que se falar em violação à coisa julgada (arts. 467 e 471 do CPC) ou ocorrência de preclusão (art. 473 do CPC), na medida em que não se alterou os critérios de cálculo da dívida, firmados no título executivo extrajudicial, mas apenas determinou-se a adequação do pagamento ao quanto pactuado. 2. Admite-se a cumulação de honorários sucumbenciais fixados no julgamento de improcedência dos embargos do devedor com os estabelecidos inicialmente na execução para o caso de pronto pagamento, desde que observado o limite máximo de 20% na soma dos percentuais impostos. 3. 'Este eg. Superior Tribunal de Justiça já firmou entendimento no sentido de que os embargos do devedor constituem-se em verdadeira ação de conhecimento, autônomos à ação de execução, motivo pelo qual é cabível a fixação de honorários advocatícios nas duas ações, desde que a soma das condenações não ultrapasse o limite máximo de 20% estabelecido pelo art. 20, § 3º, do CPC'" (EREsp 659.228/RS, Relator o Ministro FRANCISCO FALCÃO, DJe de 29.8.2011) 4. Recurso especial parcialmente provido." (REsp 707911 SP 2004/0170567-6 - Rel. Min. RAUL ARAÚJO - DJe 23/10/2014)(grifei)

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA C/C REINTEGRAÇÃO DE POSSE. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. OFENSA AOS ARTS. 471 E 473 DO CPC/73. CÁLCULO JUDICIAL. ERRO MATERIAL. DETERMINAÇÃO DE REFAZIMENTO. PRECLUSÃO. INOCORRÊNCIA.

zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

ACÓRDÃO CONSOANTE A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA Nº 83 DESTA CORTE. 1. Aplicabilidade do NCPC a este recurso ante os termos do Enunciado nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC. 2. A Corte de origem, afastando a ocorrência da preclusão, reconheceu que os índices utilizados nos cálculos homologados estavam incorretos, determinando a remessa dos autos à contadoria judicial a fim de refazimento dos cálculos para retificação, observando-se os limites impostos pela sentença e acórdão. 3.Tal entendimento se afina à jurisprudência firmada nesta Corte, no sentido de que a homologação dos cálculos não os torna imunes de impugnação quando verificado erro material, pois é cediço nesta Corte que "o erro material não transita em julgado, podendo ser corrigido a qualquer tempo pelo juiz ou Tribunal de onde se originou a decisão" (REsp 545.292, Rel. Ministra Eliana Calmon, DJ de 24/11/2003). 4. Não sendo a linha argumentativa apresentada capaz de evidenciar a inadequação dos fundamentos invocados pela decisão agravada, mantém-se a decisão proferida, por não haver motivos para a sua alteração. 5. Agravo interno não provido." (AgInt no AREsp 830.792/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 16/11/2016) (grifei)

Na esteira desse entendimento, esta Corte de Justiça igualmente já se manifestou no julgamento nos Agravos de Instrumento nº 0000.17.000906-2, nº 0000.17.000853-6 e nº 0000.17.000862-7, todos de Relatoria da Desa. Tânia Vasconcelos; Agravo de Instrumento nº 0000.16.001760-4, da Relatoria do Des. Cristóvão Suter, entre outros.

Diante do exposto, com fundamento no artigo 90, inciso V, do RI-TJRR, conheço do presente recurso, mas lhe nego provimento, monocraticamente, para manter a decisão de piso.

Publique-se. Cumpra-se.

Boa Vista (RR), em 23 de maio de 2017.

JEFFERSON FERNANDES DA SILVA
Desembargador Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000.17.000356-0 - BOA VISTA/RR
AGRAVANTE: GERLAINE LOIOLA MOTA
ADVOGADO: DR. GIOBERTO DE MATOS JÚNIOR - OAB/RR 787N
AGRAVADO: BANCO ITAUCARD S/A
ADVOGADO: DR. ANTÔNIO BRÁZ DA SILVA - OAB/PE 12.450N
RELATOR: DES. JEFFERSON FERNANDES

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto em face da decisão proferida pelo douto Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista (RR), no bojo da ação de revisional de contrato, em fase de cumprimento de sentença, autos nº 0722817-54.2012.823.0010, que revogou decisão de homologação de cálculos anteriormente proferida e determinou que os autos sejam remetidos à Contadoria Judicial para novos cálculos conforme sentença proferida.

Em suas razões recursais, aduz o Agravante, em síntese, que o objeto do agravo é ver reformada a decisão que determinou a remessa dos cálculos já homologados à Contadoria Judicial, tratando-se de matéria preclusa.

Argumenta que a preclusão refere-se também aos atos judiciais, e não só aos das partes, de modo que não cabe mais a discussão da matéria.

Conclui que a decisão agravada é suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, motivo pelo qual requereu a reforma da decisão hostilizada.

Não houve pedido de atribuição do efeito suspensivo ao recurso.

A parte Agravada apresentou contrarrazões (fls. 46/47).

É o breve relatório. DECIDO.

Câmara - Única
zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

Câmara - Única

De acordo com o artigo 932, do CPC, compete ao Relator, dentre outras atividades, exercer as atribuições estabelecidas no Regimento Interno do Tribunal, estando tais atribuições previstas no artigo 90, do RI, desta Corte. Vejamos:

"Art. 90. São atribuições do relator nos feitos cíveis:

V – negar provimento a recurso em manifesto confronto com jurisprudência dominante do Tribunal ou de Tribunal Superior;

VI – dar provimento a recurso contra decisão em manifesto confronto com jurisprudência dominante do Tribunal ou de Tribunal Superior;"

Como o presente recurso trata de matéria pacificada na jurisprudência deste Tribunal e de Tribunal Superior, passo a decidi-lo monocraticamente.

Pois bem, verifico que o MM. Juiz a quo revogou decisão de homologação de cálculos anteriormente proferida e determinou que os autos sejam remetidos à Contadoria Judicial para elaboração de novos cálculos conforme sentença transitada em julgado.

Em suma, a parte Recorrente alega que a preclusão refere-se também aos atos judiciais, e não só aos das partes, de modo que não cabe mais a discussão da matéria.

Todavia, o cumprimento de sentença condenatória deve ser feito em conformidade com o título judicial, de modo que o erro de cálculo não transita em julgado, sob pena de violação aos limites da garantia constitucional da coisa julgada (CF: art. 5º, XXXVI).

A decisão agravada, para fins de saneamento do processo, determinou o retorno do feito à fase primitiva de elaboração de novos cálculos conforme a sentença proferida.

Com efeito, os cálculos do valor exequendo podem ser retificados a qualquer momento, de ofício ou a requerimento da parte interessada, não havendo que se falar em preclusão da matéria ou violação à coisa julgada.

Sobre o tema, o Colendo STJ já decidiu:

"RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. CONTRATO CELEBRADO EM DÓLAR ESTADUNIDENSE. PLANILHAS DE ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULOS DE LIQUIDAÇÃO. OCORRÊNCIA DE ERRO MATERIAL DO CONTADOR. FUNDAMENTO NÃO REBATIDO NAS RAZÕES DO ESPECIAL (SÚMULA 283/STF). AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO À COISA JULGADA. ADEQUAÇÃO DO PAGAMENTO AO PACTUADO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. POSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO DOS HONORÁRIOS ESTABELECIDOS NOS EMBARGOS DO DEVEDOR COM OS FIXADOS NA EXECUÇÃO. LIMITE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. No caso, não há que se falar em violação à coisa julgada (arts. 467 e 471 do CPC) ou ocorrência de preclusão (art. 473 do CPC), na medida em que não se alterou os critérios de cálculo da dívida, firmados no título executivo extrajudicial, mas apenas determinou-se a adequação do pagamento ao quanto pactuado. 2. Admite-se a cumulação de honorários sucumbenciais fixados no julgamento de improcedência dos embargos do devedor com os estabelecidos inicialmente na execução para o caso de pronto pagamento, desde que observado o limite máximo de 20% na soma dos percentuais impostos. 3. 'Este eg. Superior Tribunal de Justiça já firmou entendimento no sentido de que os embargos do devedor constituem-se em verdadeira ação de conhecimento, autônomos à ação de execução, motivo pelo qual é cabível a fixação de honorários advocatícios nas duas ações, desde que a soma das condenações não ultrapasse o limite máximo de 20% estabelecido pelo art. 20, § 3º, do CPC'" (EREsp 659.228/RS, Relator o Ministro FRANCISCO FALCÃO, DJe de 29.8.2011) 4. Recurso especial parcialmente provido." (REsp 707911 SP 2004/0170567-6 - Rel. Min. RAUL ARAÚJO - DJe 23/10/2014)(grifei)

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA C/C REINTEGRAÇÃO DE POSSE. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. OFENSA AOS ARTS. 471 E 473 DO CPC/73. CÁLCULO JUDICIAL. ERRO MATERIAL. DETERMINAÇÃO DE REFAZIMENTO. PRECLUSÃO. INOCORRÊNCIA. ACÓRDÃO CONSOANTE A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA Nº 83 DESTA CORTE. 1. Aplicabilidade do NCPC a este recurso ante os termos do Enunciado nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC. 2. A Corte de origem, afastando a

zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

ocorrência da preclusão, reconheceu que os índices utilizados nos cálculos homologados estavam incorretos, determinando a remessa dos autos à contadoria judicial a fim de refazimento dos cálculos para retificação, observando-se os limites impostos pela sentença e acórdão. 3.Tal entendimento se afina à jurisprudência firmada nesta Corte, no sentido de que a homologação dos cálculos não os torna imunes de impugnação quando verificado erro material, pois é cediço nesta Corte que "o erro material não transita em julgado, podendo ser corrigido a qualquer tempo pelo juiz ou Tribunal de onde se originou a decisão" (REsp 545.292, Rel. Ministra Eliana Calmon, DJ de 24/11/2003). 4. Não sendo a linha argumentativa apresentada capaz de evidenciar a inadequação dos fundamentos invocados pela decisão agravada, mantém-se a decisão proferida, por não haver motivos para a sua alteração. 5. Agravo interno não provido." (AgInt no AREsp 830.792/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 16/11/2016) (grifei)

Na esteira desse entendimento, esta Corte de Justiça igualmente já se manifestou no julgamento nos Agravos de Instrumento nº 0000.17.000906-2, nº 0000.17.000853-6 e nº 0000.17.000862-7, todos de Relatoria da Desa. Tânia Vasconcelos; Agravo de Instrumento nº 0000.16.001760-4, da Relatoria do Des. Cristóvão Suter, entre outros.

Diante do exposto, com fundamento no artigo 90, inciso V, do RI-TJRR, conheço do presente recurso, mas lhe nego provimento, monocraticamente, para manter a decisão de piso.

Publique-se. Cumpra-se.

Boa Vista (RR), em 23 de maio de 2017.

JEFFERSON FERNANDES DA SILVA
Desembargador Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000.16.001961-8 - BOA VISTA/RR
AGRAVANTE: PAULO SERGIO PESSOA CHAGAS
ADVOGADO: DR. GIOBERTO DE MATOS JÚNIOR - OAB/RR 787N
AGRAVADO: BV FINANCEIRA S/A
ADVOGADO: DR. CELSO MARCON - OAB/RR 303A
RELATOR: DES. JEFFERSON FERNANDES

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto em face da decisão proferida pelo douto Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista (RR), no bojo da ação de revisional de contrato, em fase de cumprimento de sentença, autos nº 0708641-36.2013.823.0010, que revogou decisão de homologação de cálculos anteriormente proferida e determinou que os autos sejam remetidos à Contadoria Judicial para novos cálculos conforme sentença proferida.

Em suas razões recursais, aduz o Agravante, em síntese, que o objeto do agravo é ver reformada a decisão que determinou a remessa dos cálculos já homologados à Contadoria Judicial, tratando-se de matéria preclusa.

Argumenta que a preclusão refere-se também aos atos judiciais, e não só aos das partes, de modo que não cabe mais a discussão da matéria.

Conclui que a decisão agravada é suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, motivo pelo qual requereu a reforma da decisão hostilizada.

Não houve pedido de atribuição do efeito suspensivo ao recurso.

A parte Agravada não apresentou contrarrazões.

É o breve relatório. DECIDO.

De acordo com o artigo 932, do CPC, compete ao Relator, dentre outras atividades, exercer as atribuições estabelecidas no Regimento Interno do Tribunal, estando tais atribuições previstas no artigo 90, do RI, desta Corte. Vejamos:

"Art. 90. São atribuições do relator nos feitos cíveis:

V – negar provimento a recurso em manifesto confronto com jurisprudência dominante do Tribunal ou de Tribunal Superior;

Câmara - Única
zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

VI – dar provimento a recurso contra decisão em manifesto confronto com jurisprudência dominante do Tribunal ou de Tribunal Superior;"

Como o presente recurso trata de matéria pacificada na jurisprudência deste Tribunal e de Tribunal Superior, passo a decidi-lo monocraticamente.

Pois bem, verifico que o MM. Juiz a quo revogou decisão de homologação de cálculos anteriormente proferida e determinou que os autos sejam remetidos à Contadoria Judicial para elaboração de novos cálculos conforme sentença transitada em julgado.

Em suma, a parte Recorrente alega que a preclusão refere-se também aos atos judiciais, e não só aos das partes, de modo que não cabe mais a discussão da matéria.

Todavia, o cumprimento de sentença condenatória deve ser feito em conformidade com o título judicial, de modo que o erro de cálculo não transita em julgado, sob pena de violação aos limites da garantia constitucional da coisa julgada (CF: art. 5º, XXXVI).

A decisão agravada, para fins de saneamento do processo, determinou o retorno do feito à fase primitiva de elaboração de novos cálculos conforme a sentença proferida.

Com efeito, os cálculos do valor exequendo podem ser retificados a qualquer momento, de ofício ou a requerimento da parte interessada, não havendo que se falar em preclusão da matéria ou violação à coisa julgada.

Sobre o tema, o Colendo STJ já decidiu:

"RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. CONTRATO CELEBRADO EM DÓLAR ESTADUNIDENSE. PLANILHAS DE ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULOS DE LIQUIDAÇÃO. OCORRÊNCIA DE ERRO MATERIAL DO CONTADOR. FUNDAMENTO NÃO REBATIDO NAS RAZÕES DO ESPECIAL (SÚMULA 283/STF). AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO À COISA JULGADA. ADEQUAÇÃO DO PAGAMENTO AO PACTUADO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. POSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO DOS HONORÁRIOS ESTABELECIDOS NOS EMBARGOS DO DEVEDOR COM OS FIXADOS NA EXECUÇÃO. LIMITE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. No caso, não há que se falar em violação à coisa julgada (arts. 467 e 471 do CPC) ou ocorrência de preclusão (art. 473 do CPC), na medida em que não se alterou os critérios de cálculo da dívida, firmados no título executivo extrajudicial, mas apenas determinou-se a adequação do pagamento ao quanto pactuado. 2. Admite-se a cumulação de honorários sucumbenciais fixados no julgamento de improcedência dos embargos do devedor com os estabelecidos inicialmente na execução para o caso de pronto pagamento, desde que observado o limite máximo de 20% na soma dos percentuais impostos. 3. 'Este eg. Superior Tribunal de Justiça já firmou entendimento no sentido de que os embargos do devedor constituem-se em verdadeira ação de conhecimento, autônomos à ação de execução, motivo pelo qual é cabível a fixação de honorários advocatícios nas duas ações, desde que a soma das condenações não ultrapasse o limite máximo de 20% estabelecido pelo art. 20, § 3º, do CPC'" (EREsp 659.228/RS, Relator o Ministro FRANCISCO FALCÃO, DJe de 29.8.2011) 4. Recurso especial parcialmente provido." (REsp 707911 SP 2004/0170567-6 - Rel. Min. RAUL ARAÚJO - DJe 23/10/2014)(grifei)

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA C/C REINTEGRAÇÃO DE POSSE. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. OFENSA AOS ARTS. 471 E 473 DO CPC/73. CÁLCULO JUDICIAL. ERRO MATERIAL. DETERMINAÇÃO DE REFAZIMENTO. PRECLUSÃO. INOCORRÊNCIA. ACÓRDÃO CONSOANTE A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA Nº 83 DESTA CORTE. 1. Aplicabilidade do NCPC a este recurso ante os termos do Enunciado nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC. 2. A Corte de origem, afastando a ocorrência da preclusão, reconheceu que os índices utilizados nos cálculos homologados estavam incorretos, determinando a remessa dos autos à contadoria judicial a fim de refazimento dos cálculos para retificação, observando-se os limites impostos pela sentença e acórdão. 3.Tal entendimento se afina à jurisprudência firmada nesta Corte, no sentido de que a homologação dos cálculos não os torna imunes de impugnação quando verificado erro material, pois é cediço nesta Corte que "o erro material não transita em julgado, podendo ser

Câmara - Única

zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

corrigido a qualquer tempo pelo juiz ou Tribunal de onde se originou a decisão" (REsp 545.292, Rel. Ministra Eliana Calmon, DJ de 24/11/2003). 4. Não sendo a linha argumentativa apresentada capaz de evidenciar a inadequação dos fundamentos invocados pela decisão agravada, mantém-se a decisão proferida, por não haver motivos para a sua alteração. 5. Agravo interno não provido." (AgInt no AREsp 830.792/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 16/11/2016) (grifei)

Na esteira desse entendimento, esta Corte de Justiça igualmente já se manifestou no julgamento nos Agravos de Instrumento nº 0000.17.000906-2, nº 0000.17.000853-6 e nº 0000.17.000862-7, todos de Relatoria da Desa. Tânia Vasconcelos; Agravo de Instrumento nº 0000.16.001760-4, da Relatoria do Des. Cristóvão Suter, entre outros.

Diante do exposto, com fundamento no artigo 90, inciso V, do RI-TJRR, conheço do presente recurso, mas lhe nego provimento, monocraticamente, para manter a decisão de piso.

Publique-se. Cumpra-se.

Boa Vista (RR), em 23 de maio de 2017.

JEFFERSON FERNANDES DA SILVA
Desembargador Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0000.17.000093-9 - BOA VISTA/RR
APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO: DR. ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES - OAB/RR 393A
APELADO: KATTIUCY FILGUEIRA WATSON
ADVOGADO: DR. MAURO SILVA DE CASTRO E OUTROS - OAB/RR 210N
RELATOR: DES. JEFFERSON FERNANDES

DECISÃO

Apelação Cível interposta, em face de sentença proferida pelo MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível de Competência Residual da Comarca de Boa Vista – RR, na ação de cobrança n.º 0839220-38.2017.8.23.0010, que julgou parcialmente procedente a pretensão autoral, para condenar a Requerida ao pagamento de R$ 945,00 (novecentos e quarenta e cinco reais), com juros a partir da citação e correção monetária a partir do evento danoso (acidente).

A parte Apelante alega, em suma, que a pretensão esboçada pelo autor encontra-se absolutamente PRESCRITA, visto que, com a entrada em vigor do Código Civil, em 11 de janeiro de 2003, estabeleceu-se o prazo prescricional de 3 anos para as ações relativas ao seguro obrigatório.

Assevera que, o acidente envolvendo a segurada ocorreu em 11/10/2009 e não houve nenhuma causa interruptiva da prescrição, portanto o prazo para requerer a indenização do Seguro DPVAT terminou em 11/10/2012, sendo que a presente demanda somente foi proposta em 18/12/2014.

Requereu, ao final, o provimento do recurso, para reformar a sentença recorrida.

Não foram apresentadas contrarrazões.

É o sucinto relato. DECIDO.

Dispõe o art. 90, incisos V e VI, do Regimento Interno desta Corte de Justiça:

Art. 90. São atribuições do relator nos feitos cíveis:

(…)

V – negar provimento a recurso em manifesto confronto com jurisprudência dominante do Tribunal ou de Tribunal Superior;

VI – dar provimento a recurso contra decisão em manifesto confronto com jurisprudência dominante do Tribunal ou de Tribunal Superior;

No caso dos autos, entendo aplicável o dispositivo supracitado, uma vez que a controvérsia trazida à apreciação deste Juízo já se encontra sedimentada no âmbito da jurisprudência desta Corte de Justiça.

A data do acidente de trânsito é fato incontroverso nos autos, tendo ocorrido em 11/10/2009.

Câmara - Única
zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

O prazo prescricional para o ajuizamento da ação de cobrança do seguro DPVAT é de 03 (três) anos, conforme o inciso IX, do § 3º, do artigo 206, do Código Civil, que estabelece:
§ 3º. Em três anos:
…omissis…
IX – a pretensão do beneficiário contra o segurador, e a do terceiro prejudicado, no caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório.
Nesse sentido, é o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça:
AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. PRESCRIÇÃO TRIENAL. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ. 1.- Conforme a jurisprudência desta Corte Superior, o prazo prescricional para propositura da ação de cobrança relacionada ao seguro obrigatório – DPVAT – é de três anos, conforme disposto no art. 206, § 3º, do novo Código Civil. 2.[…] (STJ – AgRg no REsp: 1442538 SP 2014/0058704-4, Relator: Ministro SIDNEI BENETI, Data de Julgamento: 24/04/2014, T3 – TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 23/05/2014) (grifos nossos)
O Colendo STJ tem, inclusive, entendimento sumulado sobre o tema:
Súmula n.º 405 – A ação de cobrança do seguro obrigatório (DPVAT) prescreve em três anos.
Contudo, em havendo requerimento na via administrativa, o prazo da prescrição deve ser suspenso, nos termos da Súmula n.º 299, do STJ:
Súmula n.º 299 – O pedido de pagamento de indenização à Seguradora suspende o prazo de prescrição até que o segurado tenha ciência da decisão.
Assim sendo, não há que falar em ocorrência da prescrição da pretensão autoral, pois não consta dos autos que o Apelado tenha sido formalmente notificado do indeferimento do pedido, que tenha havido pagamento realizado a menor ou qualquer outro ato que importe em ciência da decisão final do requerimento administrativo.
Diante do exposto, conheço da Apelação Cível, mas nego provimento ao recurso, para manter a sentença de piso.
P. I.
Baixas necessárias.
Boa Vista – RR, em 23 de maio de 2017.

JEFFERSON FERNANDES DA SILVA
Desembargador Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0000.17.000923-7 - BOA VISTA/RR
APELANTE: VANESSA BANDEIRA DE OLIVEIRA
ADVOGADO: DR. JOHN PABLO SOUTO SILVA E OUTROS - OAB/RR 506N
APELADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO: DR. ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES - OAB/RR 393A
RELATOR: DES. JEFFERSON FERNANDES

DECISÃO

Apelação Cível interposta em face de sentença proferida pelo MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível de Competência Residual da Comarca de Boa Vista, nos autos n.º 0817123-44.2014.8.23.0010, que julgou improcedente o pedido da exordial, em razão de a parte autora não ter juntado aos autos laudo médico que indique o grau de lesão, além de não ter se submetido ao exame pericial determinado pelo Juízo.
Alega que, não consta nos autos qualquer ato intimatório pessoal para que a parte autora compareça à perícia médica, constando apenas intimação virtual e tal ato é passível de nulidade vez que, eivado de vício e ofensivo às garantias constitucionais vertentes, v.g., contraditório e devido processo legal.
Argumenta, ainda, que consta nos autos Laudo Médico atestando a lesão que incapacita a parte autora até prova em contrário.

Câmara - Única
zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

Por fim, em razão da falta de intimação pessoal, para a parte autora comparecer em juízo, para fins de realização de prova pericial, requereu o provimento do presente recurso principalmente por não haver, qualquer, previsão legal no que concerne a julgamento com resolução de mérito, em razão de desídia processual, pois tal penalidade tem expressa previsão nas hipóteses do art.267, III do CPC e que seja a sentença cassada, do contrário, no máximo que se reforme no sentido de extinguir o feito sem a resolução do mérito.

Em suas contrarrazões (E.P. 87), o Apelado, requereu a manutenção da sentença em todos seus termos.

É o breve relato. DECIDO.

Dispõe o art. 90, incisos V e VI, do Regimento Interno desta Corte de Justiça:

Art. 90. São atribuições do relator nos feitos cíveis:

(…)

V – negar provimento a recurso em manifesto confronto com jurisprudência dominante do Tribunal ou de Tribunal Superior;

VI – dar provimento a recurso contra decisão em manifesto confronto com jurisprudência dominante do Tribunal ou de Tribunal Superior;

No caso dos autos, entendo aplicável o dispositivo supracitado, uma vez que a controvérsia trazida à apreciação deste Juízo já se encontra sedimentada no âmbito da jurisprudência desta Corte de Justiça.

Pois bem, após análise dos autos e das razões aventadas pelas partes, tenho que o presente recurso não merece provimento.

No caso em apreço, verifico que a sentença objurgada julgou improcedente a pretensão inicial, em razão da ausência da parte autora na perícia médica, bem como pela ausência de qualquer elemento probatório capaz de indicar a incapacidade/invalidez da mesma.

Com efeito, a realização de perícia a fim de apurar o grau de lesão do segurado, para o pagamento de indenização a título de seguro DPVAT, é ato imprescindível, na medida em que o pagamento deve ser realizado de forma proporcional ao grau de invalidez, verificando-se o membro afetado, bem como a intensidade da sequela, consoante enuncia o art. 3º da Lei n.º 6.194/74.

Tal entendimento restou pacificado por meio do verbete sumular n.º 475, do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, o qual enuncia que "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez."

Dessarte, para a comprovação do fato constitutivo do direito do Autor, não se afigura suficiente a comprovação da invalidez, mas também o grau de intensidade da sequela, por meio de laudo pericial idôneo, razão pela qual faz-se necessária a realização de perícia médica, a fim de realizar o enquadramento legal da lesão.

Por conseguinte, a presença do segurado à audiência para realização da perícia médica mostra-se essencial ao deslinde da causa.

No caso dos autos, verifico que a parte Autora não trouxe documento hábil a comprovar a invalidez e o grau de intensidade da lesão, pois os documentos por ela juntados carecem de informações precisas quanto aos precitados elementos.

Ademais, a parte Autora/Apelante não compareceu à perícia médica designada, oportunidade em que as informações necessárias para o deslinde do feito poderiam ter sido produzidas.

Quanto a este ponto, verifico que o Juízo de piso determinou a realização de perícia médica e no mesmo ato determinou a intimação pessoal da parte Autora/Apelante, por meio de aviso de recebimento, para comparecimento ao local designado para a realização da perícia, consoante ato ordinatório proferido no EP n.º 57.

Verifico, ainda, que o aviso de recebimento retornou com cumprimento, conforme EP n.º 67. Somente após a juntada do AR, a parte Autora/Apelante juntou petição (EP. 70) informando que não compareceu à perícia em razão de ter mudado de endereço.

Dessa forma, verifico que a parte Autora/Apelante foi devidamente intimada, não havendo que se falar em cerceamento de defesa, uma vez que as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, presumem-se válidas, fluindo os prazos

Câmara - Única

zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço, consoante enuncia o parágrafo único do art. 274, do NCPC.

Nesse sentido, vejamos a jurisprudência de outros tribunais:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. PEDIDO JULGADO IMPROCEDENTE POR AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO DO AUTOR. FALTA DE COMPARECIMENTO NA DATA DESIGNADA PARA A REALIZAÇÃO DE PERÍCIA MÉDICA. INTIMAÇÃO POSTAL ENCAMINHADA PARA O ENDEREÇO INDICADO NA INICIAL. PRESUNÇÃO DE VALIDADE. ART. 238, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. DEVER DA PARTE DE FORNECER O ENDEREÇO COMPLETO E ATUALIZADO EM JUÍZO. INEXISTÊNCIA DE QUALQUER JUSTIFICATIVA PARA O NÃO COMPARECIMENTO. PRECLUSÃO DA PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA INVALIDEZ. ÔNUS DA PROVA. NÃO DESINCUMBÊNCIA. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. SENTENÇA MANTIDA. PRECEDENTES. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. "Não tendo o postulante se desincumbido do ônus de comprovar os fatos constitutivos do seu direito, vez que não compareceu em audiência designada para a realização de perícia, para constatação do grau de invalidez, presumindo-se válida, ressalte-se, a intimação pessoal realizada no endereço indicado na inicial, como prevê o parágrafo único, do artigo 238, do Código de Processo Civil, correto o reconhecimento da improcedência da pretensão inicial". (TJPR - 10ª C.Cível - AC - 1217971-0 - Região Metropolitana de Londrina - Foro Central de Londrina - Rel.: Luiz Lopes - Unânime - - J. 31.07.2014). (TJPR - 10ª C.Cível - AC - 1385120-8 - Região Metropolitana de Londrina - Foro Central de Londrina - Rel.: Guilherme Freire de Barros Teixeira - Unânime - - J. 20.08.2015).(TJ-PR - APL: 13851208 PR 1385120-8 (Acórdão), Relator: Guilherme Freire de Barros Teixeira, Data de Julgamento: 20/08/2015, 10ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ: 1656 25/09/2015). (Sem grifos no original)

Por conseguinte, não tendo a parte Autora/Apelante comprovado a invalidez permanente e a intensidade da sequela, nem comparecido à perícia médica designada, de forma a realizar o enquadramento da lesão nos moldes estatuídos pelo art. 3º da Lei n.º 6.194/74, o não provimento do recurso é medida que se impõe.

Diante do exposto, conheço e nego provimento ao recurso, mantendo incólume a sentença de piso.

P. I.

Baixas necessárias.

Boa Vista – RR, 23 de maio de 2017.

JEFFERSON FERNANDES DA SILVA
Desembargador Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.16.810376-9 - BOA VISTA/RR
APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO: DR. ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES - OAB/RR 393A
APELADO: GERCILDO ALVES DE OLIVEIRA
ADVOGADO: DR. RAIMUNDO DE ALBUQUERQUE GOMES - OAB/RR 1.092N
RELATOR: DES. JEFFERSON FERNANDES

DECISÃO

Trata-se de Apelação Cível interposta em face de sentença proferida pelo MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível de Competência Residual da Comarca de Boa Vista – RR, nos autos nº. 0810376-10.2016.8.23.0010, que julgou parcialmente procedente o pedido autoral, condenando a parte ré ao pagamento de R$675,00 com juros a partir da citação e correção monetária a partir do evento danoso.

A parte Apelante arguiu preliminar de nulidade, em razão da falta de intimação para a sua manifestação a respeito do laudo decorrente de prova pericial, razão pela qual defende estar caracterizada ofensa aos princípios do contraditório e ampla defesa.

Câmara - Única
zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

Sustenta que, há necessidade de devolução dos autos ao juízo de origem para a anulação dos atos praticados em desconformidade com o ordenamento, atentando-se à redação do artigo 283 do CPC.

Concluiu alegando que, para que seja deferida qualquer indenização à parte autora, necessário se faz que as lesões eventualmente encontradas estejam diretamente ligadas ao acidente. Nessa esteira, destacou que no boletim de ocorrência, o apelado afirmou ter sido vítima de acidente de trânsito na data de 02/10/2015 às 12:30hs, contudo, em ficha de atendimento médico a entrada desse se deu três dias após o sinistro, qual seja 05/10/2015.

Assevera, ainda, que no laudo pericial houve graduação da lesão no pé direito em 10%, mas no parecer do assistente técnico não fora apontada nenhuma lesão, havendo assim, divergências quanto à graduação da lesão apontada.

Ao final, requereu a nulidade dos atos posteriores à juntada do laudo pericial, bem como a reforma da sentença, a fim de julgar improcedente os pedidos da inicial.

É o breve relato. DECIDO.

Dispõe o art. 90, incisos V e VI, do Regimento Interno desta Corte de Justiça:

Art. 90. São atribuições do relator nos feitos cíveis:

(…)

V – negar provimento a recurso em manifesto confronto com jurisprudência dominante do Tribunal ou de Tribunal Superior;

VI – dar provimento a recurso contra decisão em manifesto confronto com jurisprudência dominante do Tribunal ou de Tribunal Superior;

No caso dos autos, entendo aplicável o dispositivo supracitado, uma vez que a controvérsia trazida à apreciação deste Juízo já se encontra sedimentada no âmbito da jurisprudência desta Corte de Justiça.

Pois bem! No presente caso, verifico que assiste razão ao recorrente em pretender a anulação da sentença, haja vista a inobservância pelo juízo a quo do processamento para impugnação do laudo pericial.

É que o artigo 477, § 1º do CPC prevê a intimação das partes para manifestação sobre o laudo oferecido pelo perito, in verbis:

Art. 477. O perito protocolará o laudo em juízo, no prazo fixado pelo juiz, pelo menos 20 (vinte) dias antes da audiência de instrução e julgamento.

§ 1o As partes serão intimadas para, querendo, manifestar-se sobre o laudo do perito do juízo no prazo comum de 15 (quinze) dias, podendo o assistente técnico de cada uma das partes, em igual prazo, apresentar seu respectivo parecer.

No caso em comento, observa-se que a sentença foi proferida logo após a juntada do laudo pericial, sem que as partes tenham sido intimadas para manifestação acerca do referido laudo, caracterizando assim o cerceamento de defesa. Nesse sentido é o entendimento dessa E. Corte, vejamos:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. DPVAT. JUNTADA DE LAUDO PERICIAL. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DAS PARTES. DESCUMPRIMENTO DO §1º DO ART. 477 DO NCPC. PREJUÍZO VERIFICADO. CERCEAMENTO DE DEFESA CONFIGURADO. NULIDADE. EMBARGOS ACOLHIDOS. EFEITOS INFRINGENTES. APELAÇÃO PROVIDA. SENTENÇA CASSADA." (TJRR, EDecAC 0010.15.835013-1, Câmara Cível, Rel. Des. Elaine Cristina Bianchi - p.: 24/01/2017)

Dessa forma, considerando a inobservância do procedimento previsto no artigo 477, caput e parágrafos do NCPC, quanto à impugnação do laudo pericial, a nulidade da sentença é medida que se impõe.

Por todo o exposto, dou provimento ao recurso, para anular a sentença de piso, determinando o retorno dos autos ao juízo de origem para prosseguimento da ação, oportunizando-se às partes a apresentação de manifestação acerca do laudo pericial.

P.I.

Baixas necessárias.

Boa Vista – RR, em 24 de maio de 2017.

Câmara - Única

zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

JEFFERSON FERNANDES DA SILVA
Desembargador Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0000.17.001300-7 - BOA VISTA/RR
APELANTE: JHONY OLIVEIRA DA SILVA
ADVOGADO: DR. GETÚLIO ALBERTO DE SOUZA CRUZ FILHO E OUTROS - OAB/RR 645N
APELADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO: DR. ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES - OAB/RR 393A
RELATOR: DES. CRISTÓVÃO SÚTER

I - Tratam os autos de Apelação Cível, apresentada por Cate Rosa Rodrigues do Nascimento, contra sentença oriunda da 2.ª Vara Cível, que julgou improcedente o pleito de recebimento do seguro DPVAT.
Argumenta a apelante a nulidade do laudo pericial judicial que atestou inexistir lesão de caráter permanente, porquanto estaria incompleto e teria sido realizado por profissional sem a especialidade técnica necessária e em desrespeito à regra do art. 157, § 2º, do CPC, pugnando pela desconstituição do julgado e retorno dos autos à instância de origem para realização de nova perícia.
Regularmente intimada, apresentou a apelada suas contrarrazões, pretendendo, em síntese, a manutenção da sentença.
É o breve relato.
Passo a decidir.
II - Razões não acompanham a apelante.
Da análise dos autos, constata-se que a sentença proferida encontra-se em consonância com a jurisprudência dominante deste Tribunal, autorizando o julgamento monocrático do recurso pelo Relator, nos termos do art. 932, inciso VIII, do CPC, combinado com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno deste Tribunal.
Consoante se asseverou, insurge-se a recorrente contra o laudo pericial que concluiu pela inexistência de lesão de caráter permanente e também quanto à profissional nomeada pelo Juízo.
Ocorre que nas oportunidades em que foi instada a se manifestar acerca da nomeação do perito e do referido laudo, deixou a recorrente de se pronunciar nos autos, restando preclusa a matéria.
Como se vê, nada obstante o alegado, deixou a recorrente de observar o disposto no art. 373, I, do Código de Processo Civil, olvidando da necessidade do ônus da prova quanto ao fato constitutivo de seu direito, não demonstrando a verossimilhança de suas alegações.
Logo, não se cogita de alteração do julgado singular:
"PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO CÍVEL - COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - PEDIDO JULGADO IMPROCEDENTE - AUSENTE LESÃO DE CARÁTER PERMANENTE - INDEFERIMENTO DE REALIZAÇÃO DE NOVA PERÍCIA QUE NÃO FOI IMPUGNADO DE FORMA ESPECÍFICA - PREVALÊNCIA DO LAUDO PERICIAL - O AUTOR NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS DE DEMONSTRAR O FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO ALEGADO - INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 373, INCISO I, DO NCPC - SENTENÇA MANTIDA - RECURSO CONHECIDO, MAS DESPROVIDO." (TJRR, AC 0000.16.000746-4, Câmara Cível, Rel. Des. Jefferson Fernandes da Silva - 16/11/2016)
"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. PERICIA QUE ATESTA A AUSÊNCIA DO NEXO CAUSAL ENTRE O ACIDENTE APONTADO NA INICIAL E A LESÃO SOFRIDA PELA PARTE AUTORA. LAUDO PERICIAL ELABORADO NOS MOLDES DA LEGISLAÇÃO. AUSÊNCIA DE NULIDADE. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO." (TJRR, AC 0010.12.717814-2, Câmara Única, Rel. Des. Almiro Padilha - p.: 30/07/2015)
"APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. LAUDO PERICIAL QUE ATESTA A INEXISTÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A QUEIXA DA PERICIANDA COM O ACIDENTE DE TRÂNSITO. ALEGAÇÃO DE SUSPEIÇÃO DA PERITA NOMEADA PELO JUÍZO E DE IMPUGNAÇÃO AO RESULTADO DO LAUDO PERICIAL TRAZIDOS SOMENTE EM SEDE

Câmara - Única
zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

RECURSAL. PRECLUSÃO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO." (TJRR, AC 0000.16.000674-8, Câmara Cível, Rel. Des. Elaine Cristina Bianchi - p.: 15/06/2016)
III - Posto isto, nos termos do art. 932, inciso VIII, do CPC, combinado com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno deste Tribunal, nego provimento ao recurso e, em virtude da sucumbência recursal, majoro os honorários advocatícios em 2% (dois por cento) sobre o valor fixado na origem, nos termos do art. 85, § 11, do CPC, cuja exigibilidade, no entanto, ficará suspensa, ex vi do art. 98, § 3º, do CPC.
Boa Vista, 24/05/17

Desembargador Cristóvão Suter

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0000.17.001257-9 - BOA VISTA/RR
IMPETRANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE RORAIMA
DEFENSORA PÚBLICA GERAL: DRA. TEREZINHA MUNIZ DE SOUZA CRUZ
IMPETRADO: JUÍZO DA COMARCA DE SÃO LUIZ DO ANAUÁ - RR
RELATOR: DES. JESUS NASCIMENTO

DECISÃO

Tratam os autos de Mandado de Segurança, com pedido liminar, impetrado pela Defensoria Pública Estadual contra ato apontado como ilegal ou de abuso de poder do Juízo da Comarca de São Luiz do Anauá/RR, que proferiu decisões nos autos dos processos criminais n.os 0060.14.000049-2 e 0060.16.000401-0, em contrariedade a dispositivo constitucional e Legislação Estadual de garantias da DPE/RR.
Aduz a Impetrante, em apertada síntese, que a autoridade apontada como coatora lhe impôs, solidariamente, a obrigação de arcar com o pagamento de honorários a advogado dativo, nomeado para atuar em feitos sob o patrocínio gratuito de Defensor Público, mesmo sendo patente, tanto pela legislação, como pela doutrina e jurisprudência, que tal obrigação deve ser suportada unicamente pelo Estado, no caso, o Estado de Roraima.
Requereu, liminarmente, que seja determinada a suspensão da eficácia do dispositivo das decisões proferidas pela autoridade coatora nos autos das ações penais n.os 0060.14.000049-2 e 0060.16.000401-0, no ponto que impôs à Impetrante a obrigação solidária de arcar com o pagamento de honorários advocatícios, nomeados dativos pelo juízo a quo; e, ao final, a procedência em definitivo do mandamus, para anular os atos, na parte que impuseram à Impetrante, a obrigação solidária de pagar honorários advocatícios ao advogado dativo.
Juntou documentos às fls. 13/20.
É o relatório. Decido.
Inicialmente verifico que mostra-se cabível a interposição deste mandamus pela Defensoria Pública do Estado contra ato que lhe impôs obrigação solidária de arcar com honorários devidos ao defensor dativo, através de decisões proferidas por ocasião das audiências de instrução e julgamento nas ações penais supramencionadas.
Com efeito, para as decisões proferidas em ações penais ou em procedimentos criminais diversos, o recurso cabível, consoante previsto na legislação penal adjetiva, pode ser o de Apelação ou Recurso em Sentido Estrito. Não havendo previsão legal, admite-se a interposição de Habeas Corpus, Correição Parcial, ou mesmo Mandado de Segurança, conforme o caso. Após tais considerações, passo à apreciação do pleito liminar.
Nesta fase de análise perfunctória, a despeito dos substanciosos argumentos expendidos pela Impetrante em sua inicial, vislumbro, em primeira análise desses, a plausabilidade do pedido (fumus boni juris) de modo a justificar o deferimento da liminar pleiteada, mormente porque a autoridade apontada como coatora condenou a Impetrante a arcar, solidariamente, com honorários dativos sem, contudo, mencionar em que disposição legal se baseou tal medida, limitando-se a alegar, de forma genérica, em ambas as decisões, que a DPE não indicou tempestivamente Defensor Público para atuar naquela Comarca, em razão das férias da Defensora que ali oficiava.

Câmara - Única
zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

Sobre o assunto cumpre assinalar, que a solidariedade obrigacional não se presume; resulta da lei ou da vontade das partes, conforme enuncia o art. 265 do Código Civil.
Por sua vez, o perigo da demora está consubstanciado no fato de que as condenações aos pagamentos de honorários dativos constituem títulos executivos judiciais sujeitos a sofrer execução voltada a satisfação dos créditos oriundos dos mesmos, o que pode acarretar impactos profundos no planejamento financeiro e orçamentários da Impetrante.
Diante do exposto, concedo a liminar requerida na inicial e determino a suspensão dos atos impugnados, consubstanciados na suspensão da eficácia do dispositivo das decisões proferidas pela autoridade apontada como coatora nos autos das ações penais n.os 0060.14.000049-2 e 0060.16.000401-0, na parte que impôs à Impetrante a obrigação solidária de arcar com o pagamento de honorários advocatícios, a advogados nomeados dativos pelo juízo a quo, até decisão final deste mandamus.
Notifique-se a Autoridade Impetrada para cumprir a presente decisão, bem ainda prestar as informações que entenda necessárias, no prazo de 10 (dez) dias. Findo o prazo de informações, com ou sem elas, ao parquet graduado, para manifestação.
Por fim, voltem os autos conclusos.
Boa Vista/RR, 19 de maio de 2017.

JÉSUS NASCIMENTO
Desembargador Relator

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0060.11.001146-1 - SÃO LUIZ/RR
APELANTE: MARIA DA LUZ SILVA
ADVOGADO: DR. TARCÍSIO LAURINDO PEREIRA - OAB/RR Nº 116-B
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA - MPERR
RELATOR: DES. JESUS NASCIMENTO

SE N T E N Ç A

Vistos etc.
Cuida-se de Ação Penal na qual encontra-se como ré Maria da Luz Silva, tendo sido sentenciada a uma pena de 01 ano, 02 meses de reclusão, 03 meses de detenção e 30 dias-multa, pela prática dos crimes previstos nos arts. 99, caput e 102, caput, ambos da Lei nº 10.741/03.
A denúncia foi recebida em 15/09/2011(fls. 42/42v).
A Denúncia foi aditada para qualificar os crimes dos arts. 148 do CPB e 99 da Lei 10.741/03.
A sentença condenatória foi proferida em 18/11/2015(fls. 339/345).
Houve recurso de Apelação interposto pela ré às fls. 347/347v.
O trânsito em julgado para o Ministério Público foi certificado às fls. 424.
É o relato. Decido.
Ressalte-se, inicialmente, que a prescrição em matéria criminal é questão de ordem pública, devendo ser declarada de ofício ou a requerimento das partes, em qualquer fase do processo, conforme preceito insculpido no art. 61 do Código de Processo Penal.
Constato que a pretensão punitiva estatal encontra-se prescrita nesta Ação Penal, vez que segundo a inteligência do art. 118, do CPB, as penas mais leves prescrevem com as mais graves e a maior pena in concreto aplicada é de 01 ano e 02 meses de reclusão e 15 dias multa, para a capitulação prevista no art. 102, caput, da Lei 10.741/03, situando-se na faixa prescricional do art. 109, V, do CPB, ou seja, 04 anos.
PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO. ARTIGO 180, CAPUT, DO CÓDIGO PENAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE - RECONHECIMENTO. RECURSO PROVIDO. Constatado que entre a data do recebimento da denúncia e a publicação da sentença - que condenou o acusado, pela prática do crime previsto no artigo 180, caput, do Código Penal, à pena privativa de liberdade de 1 (um) ano de reclusão - transcorreu prazo superior a 4 (quatro) anos, imperioso o reconhecimento da prescrição intercorrente, nos termos dos artigos 107, inciso IV, e 109, inciso V, ambos do Código Penal. (TJ-DF - APR: 20050111092773 DF 0065500-68.2005.8.07.0001, Relator:

Câmara - Única
zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

ROMÃO C. OLIVEIRA, Data de Julgamento: 27/11/2014, 1ª Turma Criminal, Data de Publicação: Publicado no DJE: 05/12/2014. Pág.: 82).
Observe-se que o recebimento do aditamento da denúncia às fls. 276v qualificou apenas o crime capitulado no art. 99 da Lei 10.741/03, não acarretando em duplo recebimento para os artigos 148, § 2º, do CPB e 102, caput, da Lei 10.741/03, o que não causa a interrupção do prazo prescricional para estes artigos.
Desta feita, verifica-se que do recebimento da Denúncia até a prolação da sentença, transcorreram mais que 04 anos, não havendo outro caminho senão a declaração da prescrição retroativa no presente feito.
Diante do exposto, declaro EXTINTA A PUNIBILIDADE da ré Maria da Luz Silva, nos termos do art. 109, V, c/c art. 107, IV, ambos do Código Penal.
P. R. I..
Após o trânsito em julgado, devolvam-se os autos à Comarca de origem para que efetuem-se as comunicações e baixas devidas.
Boa Vista/RR, 22 de maio de 2017.

Jésus Nascimento
Desembargador Relator

HABEAS CORPUS Nº 0000.17.001283-5 - BOA VISTA/RR
IMPETRANTE: DRA. CLOTILDE DE CARVALHO OLIVEIRA - OAB/RR 904
PACIENTE: JOSÉ JUSCELINO DE SANTANA
AUTORIDADE COATORA: JUÍZO DA VARA DE ENTORPECENTES DA COMARCA DE BOA VISTA - RR
RELATOR: DES. LEONARDO CUPELLO

DECISÃO

Trata-se de habeas corpus, com pedido liminar, impetrado em favor de José Juscelino de Santana, o qual foi preso em decorrência de prisão em flagrante no dia 5 de maio de 2016, cuja prisão foi convertida em prisão preventiva na audiência de custódia, pela prática, em tese, do crime previsto no artigo 33, caput, e artigo 35, ambos da Lei 11.343/2006 e artigo 2º da Lei 12.850/2013, em concurso material.
Em síntese, o impetrante alega ausência de fundamentos para a manutenção da prisão preventiva, pois o réu preenche todos os requisitos para responder o processo em liberdade sem causar danos a ordem pública, ou atrapalhar o curso processual.
Por isso, requer a concessão de medida liminar para colocar o Paciente em liberdade e, no mérito, pela concessão definitiva da ordem em decorrência do reconhecimento do constrangimento ilegal.
Vieram-me os autos conclusos.
É o relatório. Passo a decidir.
O pedido liminar em sede de habeas corpus, apesar de admitido pela doutrina e jurisprudência pátria, é desprovido de previsão legal específica e, portanto, necessita da demonstração inequívoca dos requisitos cumulativos das medidas cautelares, quais sejam, o periculum in mora, fumus boni juris e reversibilidade da decisão.
Em que pesem as argumentações da impetrante, não vislumbro a presença de tais requisitos, razão pela qual indefiro a liminar requerida.
Requisitem-se informações, no prazo de 05 (cinco) dias, observando-se o disposto na Resolução nº 16, de 05 de agosto de 2009, do Tribunal Pleno.
Após, abra-se vista ao Procurador de Justiça para manifestação, no prazo legal.
Publique-se e intimem-se.
Boa Vista, 19 de maio de 2017.

Leonardo Pache de Faria Cupello
Des. Relator

Câmara - Única
zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

Câmara - Única

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000.17.000803-1 - BOA VISTA/RR
AGRAVANTE: CATARINA JANIRA PADILHA E OUTROS
ADVOGADO: DR. WILLIAM SOUZA DA SILVA - OAB/RR 809
AGRAVADO: SINDICATO DOS TRABALHADORES MUNICIPAIS DE BOA VISTA e Outros
ADVOGADO: DR. SILAS CABRAL DE ARAÚJO FRANCO - OAB/RR 413N
RELATORA: DESA. TÂNIA VASCONCELOS

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto contra sentença proferida pela MM. Juíza Substituta da 5ª Vara Cível que, em análise ao pedido da destituição da atual Diretoria do Sindicato, caso não fosse aprovada a eleição por aclamação, indeferiu o pedido em razão da extinção do processo mediante sentença homologatória de acordo.
Argumenta a agravante, em síntese, que mesmo após o acordo, a atual Presidente Interina dificultou o trabalho da Comissão Eleitoral, a fim de prejudicar a chapa 02, bem como descumpriu as normas do Estatuto em benefício próprio.
Aduz, ainda, que apenas uma chapa foi declarada apta a concorrer o pleito na data de 10/03/17, tendo em vista a impugnação da CHAPA 01, conforme parecer conclusivo da Comissão eleitoral.
Requer a concessão da liminar para que seja determinada a destituição da atual diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Boa Vista e, ainda, que a atual Presidente Interina convoque Assembleia Geral Extraordinária para que seja escolhida Junta Governativa.
Juntou aos autos os documentos obrigatórios e os que entendeu necessários ao deslinde da controvérsia.
Às fls. 616, 616-v, o pedido de efeito suspensivo restou indeferido.
Contrarrazões às fls.633/647.
Vieram-me os autos conclusos.
É o breve relatório.
DECIDO.
Compulsando detidamente os autos, verifica-se que o recurso não merece conhecimento.
O art. 1.015 do CPC/2015, assim dispõe:
"Art. 1.015. Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre:
I – tutelas provisórias;
II – mérito do processo;
III – rejeição da alegação de convenção de arbitragem;
IV – incidente de desconsideração da personalidade jurídica;
V – rejeição do pedido de gratuidade da justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação;
VI – exibição ou posse de documento ou coisa;
VII – exclusão de litisconsorte;
IX – rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio;
IX – admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros;
X – concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução;
XI – redistribuição do ônus da prova nos termos do art. 373, § 1.º,
XII – vetado;
XIII – outros casos expressamente referidos em lei."
Não sendo hipótese de agravo de instrumento, dispõe o art. 932, inciso III, do NCPC, que incumbe ao Relator não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida.
Observa-se que o presente feito visa atacar sentença sem resolução de mérito que extinguiu o processo, ato não recorrível por meio de Agravo de Instrumento.
Assim, inadequada a via eleita pelo recorrente para se insurgir contra sentença que extinguiu o processo sem resolução de mérito, em face da perda superveniente do objeto.
Nesse sentido é o entendimento da jurisprudência pátria:

zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. EXTINÇÃO. NATUREZA DO ATO. FUNGIBILIDADE INADMISSÍVEL ENTRE APELAÇÃO E AGRAVO. I – Independentemente do título dado à decisão do Juiz que põe termo à execução, extinguindo o processo, tem força de sentença e como tal deve ser tratada, devendo ser atacada por apelação e não por agravo, inadmissível a fungibilidade. Precedentes. II – Recurso não conhecido
(STJ – REsp: 353157 RN 2001/0116648-9, Relator: Ministro GILSON DIPP, Data de Julgamento: 07/05/2002,T5 – QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJ 03.06.2002 p. 245)
Pelo exposto, com fulcro no art. 90, IV do RITJRR c/c art. 932, III do CPC/2015, não conheço do recurso.
Publique-se e intimem-se.
Boa Vista (RR), 23 de maio de 2017.

Desa. Tânia Vasconcelos
Relatora

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.13.720067-0 - BOA VISTA/RR
EMBARGANTE: LESLIE DAS NEVES BARRETOS
ADVOGADO: DR. CLOVIS MELO DE ARAÚJO - OAB/RR 647N
EMBARGADO: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S.A.
ADVOGADO: DR. RUBENS GASPAR SERRA - OAB/SP 119.859N
RELATOR: DES. MOZARILDO CAVALCANTI

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração com fins prequestionadores opostos contra acórdão que deu provimento ao recurso de apelação
A embargante alega que pretende a reforma do acórdão porque o valor cobrado pelo embargado é exorbitante e porque a inscrição de seu nome no cadastro de maus pagadores é ilegal.
Aduz que a inadimplência é um problema frequente, mas que o consumidor inadimplente não deve ser exposto ao ridículo e não poderia sofrer nenhum tipo de constrangimento ou ameaça na cobrança de seus débitos.
Pede o acolhimento e provimento dos embargos para o fim de se prequestionar a matéria.
Não houve manifestação do embargado (fls. 31).
É o breve relatório.
O CPC/15 dispõe que:
"Art. 1.024. O juiz julgará os embargos em 5 (cinco) dias.
(...)
§ 2º. Quando os embargos de declaração forem opostos contra decisão de relator ou outra decisão unipessoal proferida em tribunal, o órgão prolator da decisão embargada decidi-los-á monocraticamente".
Além disso, de acordo com o art. 932, inc. VIII, do CPC, compete ao relator "exercer outras atribuições estabelecidas no regimento interno do tribunal".
O artigo 90, do RITJRR, estabelece que cabe ao relator negar provimento a recurso em confronto com a jurisprudência dominante do Tribunal. Vejamos:
"Art. 90. São atribuições do relator nos feitos cíveis:
V – negar provimento a recurso em manifesto confronto com jurisprudência dominante do Tribunal ou de Tribunal Superior;
VI – dar provimento a recurso contra decisão em manifesto confronto com jurisprudência dominante do Tribunal ou de Tribunal Superior;"
Diante disso, passo a decidir monocraticamente.
No caso, observo que o recurso está em manifesto confronto com a jurisprudência dominante deste Tribunal, pois é defeso utilizar os embargos de declaração para rediscutir a matéria já decidida, sem que exista qualquer omissão, contradição, obscuridade ou erro material, ainda que com fins prequestionadores.

Câmara - Única
zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

Ressalto que todas as matérias levantadas pela embargante foram devidamente analisadas no julgado combatido.
Neste sentido:
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO - PRETENSÃO À REDISCUSSÃO DA MATÉRIA - IMPOSSIBILIDADE - RECURSO DESPROVIDO.
1. Na análise da demanda, não se exige do órgão julgador resposta a todas as teses lançadas pelas partes em seus arrazoados, bastando motivar suas decisões, tradução natural do Princípio da Persuasão Racional.
2. Inexistentes quaisquer vícios no julgado, impõe-se a rejeição dos declaratórios.
(TJRR – EDecAgInt 0000.16.001240-7, Rel. Des. CRISTÓVÃO SUTER, Câmara Cível, julg.: 01/12/2016, DJe 07/12/2016, p. 16)
Os seguintes julgados seguem no mesmo sentido: EDecAgInt 0000.16.001241-5, Rel. Des. Cristóvão Suter, Câmara Cível, julg.: 01/12/2016, DJe 07/12/2016, EDecAgInst 0000.16.001237-3, Rel. Des. Cristóvão Suter, Câmara Cível, julg.: 01/12/2016, DJe 07/12/2016, EDecAC 0010.13.726014-6, Rel. Des. Jefferson Fernandes da Silva, Câmara Cível, julg.: 13/10/2016, DJe 26/10/2016, EDecAC 0010.04.093751-7, Rel. Des. Elaine Cristina Bianchi, Câmara Cível, julg.: 18/08/2016, DJe 25/08/2016, EDecAgReg 0000.16.000293-7, Rel. Des. Elaine Cristina Bianchi,, Câmara Cível, julg.: 12/05/2016, DJe 13/05/2016, EDecAgInst 0000.14.002370-6, Rel. Juiz(a) Conv. Jefferson Fernandes da Silva, Câmara Única, julg.: 01/03/2016, DJe 11/03/2016.
Sabe-se que, ainda que sejam opostos embargos com o propósito de prequestionar a matéria a ser eventualmente levada ao conhecimento das Cortes Superiores, sem os pressupostos elencados no art. 1022 do Código Processual Civil, não há requisitos que autorizem a oposição de recursos.
Nesse sentindo:
PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. LIMITES. EMENDA DA INICIAL. PRAZO DILATÓRIO REQUERIDO PELA PARTE. NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PARA DAR CUMPRIMENTO. DESNECESSIDADE. DEVER DE COLABORAÇÃO.
1. O não acolhimento das teses contidas no recurso não implica obscuridade, contradição ou omissão, pois ao julgador cabe apreciar a questão conforme o que ele entender relevante à lide. O Tribunal não está obrigado a julgar a questão posta a seu exame nos termos pleiteados pelas partes, mas sim com o seu livre convencimento, consoante dispõe o art. 131 do CPC.
2. Os embargos declaratórios, mesmo quando manejados com o propósito de prequestionamento, são inadmissíveis se a decisão embargada não ostentar qualquer dos vícios que autorizariam a sua interposição. Grifo nosso
3. omissis.
6. Recurso especial a que se nega provimento.
(REsp 1062994/MG, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 19/08/2010, DJe 26/08/2010).
Face ao exposto, com fundamento no artigo 90, V, rejeito os presentes embargos.
Boa Vista, 19 de maio de 2017.

Des. Mozarildo Monteiro Cavalcanti
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000.17.001265-2 - BOA VISTA/RR
AGRAVANTE: BANCO VOLKSWAGEN S/A
ADVOGADA: DRA. CÍNTIA SCHULZE - OAB/RR 960N
AGRAVADO: MARIO DE ALMEIDA CORREIA
RELATOR: DES. JEFFERSON FERNANDES

DECISÃO

Câmara - Única
zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=
SICOJURR - 00057053

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto em face da decisão proferida pelo douto Juízo da 3ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista (RR), no bojo da ação de busca e apreensão, em fase de cumprimento de sentença, autos nº 0832419-09.2014.823.0010, que determinou o recolhimento de custas processuais referentes à fase de cumprimento de sentença.

Em suas razões recursais, aduz o Agravante, em síntese, que ingressou com ação de busca e apreensão, em que fora deferida a medida liminar e determinada a citação da parte para pagar integralidade do débito ou apresentar resposta.

Segue relatando que o Agravado quedou-se inerte, razão pela qual foi declarada a sua revelia e julgada procedente a pretensão de busca e apreensão, por sentença transitada em julgado.

Aduz o Recorrente que pugnou pelo cumprimento de sentença, mas o juiz a quo determinou o pagamento de novas custas.

Argumenta que a determinação é descabida e ilegal, havendo sufragada jurisprudência que inviabiliza tal recolhimento pecuniário, já que não se trata de nova prestação jurisdicional, mas sim mera continuação de um feito que já obteve recolhimento das despesas processuais.

Conclui que a previsão para cobrança de custas judiciais para cumprimento de sentença não existe, pois, como dito, não há formação de um novo processo.

Assevera, em arremate, que a decisão hostilizada é suscetível de causar ao Agravante dano de difícil reparação, tendo em vista a ameaça de não ter como dar andamento ao feito, sem o respectivo recolhimento de custas.

Requer, preliminarmente, a atribuição do efeito suspensivo ao agravo, e, no mérito, pleiteia a reforma da decisão hostilizada.

O Agravado foi declarado revel nos autos de origem, sendo desnecessária sua intimação para apresentação de contrarrazões.

É o breve relatório. DECIDO.

Recebo o presente Agravo e defiro o seu processamento, eis que tempestivo e presentes os demais requisitos de admissibilidade.

De acordo com o artigo 932, do CPC, compete ao Relator, dentre outras atividades, exercer as atribuições estabelecidas no Regimento Interno do Tribunal, estando tais atribuições previstas no artigo 90, do RI, desta corte. Vejamos:

"Art. 90. São atribuições do relator nos feitos cíveis:

V – negar provimento a recurso em manifesto confronto com jurisprudência dominante do Tribunal ou de Tribunal Superior;

VI – dar provimento a recurso contra decisão em manifesto confronto com jurisprudência dominante do Tribunal ou de Tribunal Superior;"

Como o presente recurso trata de matéria pacificada na jurisprudência deste Tribunal, passo a decidi-lo monocraticamente.

Ab initio, verifico ser desnecessária a intimação da parte Agravada para contrarrazoar, visto que, embora tenha sido devidamente citada no processo de origem, quedou-se inerte para apresentar defesa, razão pela qual foi decretada sua revelia.

É o que estabelece o artigo 346, parágrafo único, do CPC, ao determinar que os prazos contra o revel que não tenha patrono nos autos fluirão da data de publicação do ato decisório no órgão oficial, podendo o revel intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar.

Pois bem, após análise dos autos e das razões expendidas pela parte Agravante, tenho que o recurso merece provimento.

A Lei nº 11.232/05, de fato, efetuou diversas mudanças no Código de Processo Civil/73. A modificação mais expressiva foi a que alterou a forma de execução dos títulos executivos judicais.

Assim, houve a extinção do processo de execução, passando a ser uma fase processual, tornando o processo mais lógico, coeso, ganhando maior celeridade, pois, extinta a figura de dois processos: um de conhecimento e outro de execução.

Com efeito, o processo passou a ser uno, sincrético. A fase de cumprimento nada mais é do que um complemento da fase inicial, não caracterizando um novo processo, razão pela qual não há que se falar em pagamento de novas custas.

Esse é o entendimento sedimentado nesta Corte de Justiça. Vejamos:

Câmara - Única

zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

AGRAVO DE INSTRUMENTO - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - CUSTAS INICIAIS - CARÁTER TRIBUTÁRIO DE TAXA - PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE E DA ANTERIORIDADE - AUSÊNCIA DE PREVISÃO DE LEI ESPECÍFICA - INAPLICABILIDADE DO ARTIGO 89, DO COJERR - RECURSO PROVIDO. (TJRR - AgInst 0000.16.000714-2, Rel. Des. MOZARILDO CAVALCANTI, Câmara Cível, julg.: 09/06/2016, DJe 22/06/2016, p. 24). (grifos nossos)
AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. RECOLHIMENTO DE CUSTAS. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. ANALOGIA. VEDAÇÃO LEGAL, ART. 108, §1º CTN. DEMONSTRATIVO DE CÁLCULO. DIVERGÊNCIA VALOR FIXADO NA SENTENÇA E O TRAZIDO NA PETIÇÃO QUE REQUER O CUMPRIMENTO DA SENTENÇA. NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO DA PARTE PARA SANAR A DIVERGÊNCIA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. DECISÃO REFORMADA EM PARTE. (TJRR - AgiNST 0000.15.000198-0, Rel. Desa ELAINE BIANCHI, Câmara Cível, julg. 20/10/2015, DJe 23/10/2015, p. 21) (grifos nossos)
Outrossim, mister se faz esclarecer que as custas processuais têm natureza tributária, isto é, para serem cobradas deverá existir lei que a preveja, de forma taxativa, sendo respeitados os princípios da legalidade e da anterioridade, não podendo se utilizar da analogia, conforme já decidiu o STF no julgamento da ADI-MC 1772/MG.
Diante do exposto, com fundamento no artigo 932, inciso V, alínea "a", do CPC, c/c, artigo 90, inciso VI, do RI-TJRR, conheço do presente recurso e dou-lhe provimento, monocraticamente, reformando a decisão de piso, para determinar o prosseguimento do feito sem a necessidade do recolhimento das custas iniciais.
Publique-se. Cumpra-se.
Boa Vista (RR), em 18 de maio de 2017.

JEFFERSON FERNANDES DA SILVA Desembargador Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000.17.001243-9 - BOA VISTA/RR
AGRAVANTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. MARCUS GIL BARBOSA DIAS
AGRAVADO: IRLANDA PEREIRA TRASSATO
ADVOGADA: DRA. LARISSA BAÚ TRASSATO - OAB/RR 1.121
RELATOR: DES. JEFFERSON FERNANDES

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto em face de decisão proferida pelo douto Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista/RR, nos autos do mandado de segurança nº 0808806-52.2017.823.0010, que deferiu pedido liminar, determinando a suspensão da cobrança do ICMS incidente sobre a Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição (TUSD) e a Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica (TUST) referentes ao imóvel consumidor da Requerente.
Em suas razões recursais, a parte Agravante aduziu, em síntese, que o Juízo a quo houve bem em deferir pedido liminar para afastar a inclusão da tarifa de uso do sistema de distribuição da base de cálculo do ICMS.
Preliminarmente, aduz que a decisão foi proferida por juízo incompetente para atuar no feito, pois o juiz deferiu o pedido sem analisar a competência absoluta do Juizado Especial da Fazenda Pública, em razão do proveito econômico a ser auferido pela autora.
Sustenta, no mérito, que a liminar foi deferida com violação ao artigo 9º, do atual Código de Processo Civil, que instituiu como norma fundamental que não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.
Assevera, ainda, que a decisão liminar ora agravada fora proferida em desacordo com a nova orientação do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria, além de a questão debatida ser tema de divergência também no Supremo Tribunal Federal.

Câmara - Única
zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

Câmara - Única

Por fim, alega a parte Agravante que a matéria em debate tem efeito multiplicador que gera uma série de processos sobre o mesmo tema e com reflexos imediatos sobre a arrecadação do ICMS no Estado de Roraima.
Conclui que o perigo da demora no presente caso é inverso, pois o consumidor de energia pode usufruir de um desconto mensal amparado por liminar e, ao final, ser surpreendido pela cobrança dos valores de forma integral e retroativa em caso de reforma da decisão.
Argumenta, em arremate, a ausência do endereço profissional da advogada que assina a petição inicial na procuração juntada aos autos de origem, bem como ausência de poderes específicos para declaração de hipossuficiência.
Requereu a atribuição de efeito suspensivo ao presente recurso, e, no mérito, a reforma da decisão agravada.
É o sucinto relato. DECIDO.
Recebo o presente Agravo e defiro o seu processamento, eis que tempestivo e presentes os demais requisitos de admissibilidade.
Pois bem. Nos termos do artigo 1.019, inciso I, do NCPC, recebido o agravo de instrumento no Tribunal e distribuído imediatamente, se não for o caso de aplicação do art. 932, incisos III e IV, o Relator, no prazo de 05 (cinco) dias, poderá atribuir efeito suspensivo ao recurso ou deferir, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, a pretensão recursal, comunicando ao juiz sua decisão.
Com efeito, a teor do disposto no artigo 995, parágrafo único, do NCPC, a eficácia da decisão recorrida poderá ser suspensa por decisão do relator, se da imediata produção de seus efeitos houver risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso, os tradicionais requisitos da fumaça do bom direito e do perigo da demora.
Todavia, em sede de cognição sumária, verifico que todos os argumentos expendidos pela parte Agravante dizem respeito ao próprio mérito do recurso, não tendo logrado êxito em demonstrar as razões pelas quais estaria presente a possibilidade de dano grave, de difícil ou impossível reparação, que não seja possível aguardar o julgamento de mérito do presente agravo.
Com efeito, se, ao final, o Agravante obtiver provimento de mérito favorável é perfeitamente possível a cobrança dos valores ora questionados.
Nesse ínterim, uma vez ausente requisito legal para concessão do pedido liminar, resta indeferir o pleito de atribuição do efeito suspensivo formulado no presente agravo.
Diante do exposto, INDEFIRO o pedido de atribuição do efeito suspensivo ao agravo, sem prejuízo de mais detida análise quando do julgamento de mérito do recurso.
Intime-se a parte Agravada para apresentar contrarrazões, no prazo legal.
Após, ouça-se o douto representante da Procuradoria de Justiça.
Publique-se. Cumpra-se.
Boa Vista (RR), em 17 de maio de 2017.

JEFFERSON FERNANDES DA SILVA
Desembargador Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.16.800242-5 - BOA VISTA/RR
APELANTE: CELSO FIGUEIREDO MORAIS
ADVOGADO: DR. MARCIO LEANDRO DEODATO DE AQUINO E OUTROS - OAB/RR 748N
APELADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO: DR. ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES - OAB/RR 506N
RELATOR: DES. JEFFERSON FERNANDES

DECISÃO

Trata-se de Apelação Cível interposta em face da sentença proferida pelo douto Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista – RR, nos autos n.º 0800242-21.2016.8.23.0010, o qual julgou

zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

extinto o feito, sem resolução do mérito, em razão do não comparecimento da parte Autora/Apelante à perícia médica designada.
Aduziu a parte Apelante, em síntese, que a sentença de piso deve ser anulada, uma vez que não houve sua intimação pessoal para comparecer à perícia médica designada, bem como que tal situação caracteriza ofensa às garantias constitucionais.
Alegou ainda que, instruiu a petição inicial com documentos que atestam a lesão incapacitante da parte autora, tais como Laudo Médico, que servem portanto como prova, cujo ônus probatório passa a ser da seguradora apelada em ilidir a presunção de veracidade da prova documental.
A parte Apelada apresentou contrarrazões, requerendo a manutenção da sentença de piso (EP n.º 52).
Eis o breve relato. DECIDO.
Dispõe o art. 90, incisos V e VI, do Regimento Interno desta Corte de Justiça:
Art. 90. São atribuições do relator nos feitos cíveis:
(…)
V – negar provimento a recurso em manifesto confronto com jurisprudência dominante do Tribunal ou de Tribunal Superior;
VI – dar provimento a recurso contra decisão em manifesto confronto com jurisprudência dominante do Tribunal ou de Tribunal Superior;
No caso dos autos, entendo aplicável o dispositivo supracitado, uma vez que a controvérsia trazida à apreciação deste Juízo já se encontra sedimentada no âmbito da jurisprudência desta Corte de Justiça.
Pois bem, no caso em apreço, verifico que a sentença objurgada julgou extinto o feito, sem resolução do mérito, sob o fundamento de que a Autora não compareceu à perícia médica agendada.
Nada obstante, a Lei n.º 11.945/2009 estabelece que a invalidez permanente deve ser comprovada por Laudo Pericial que a demonstre e evidencie o seu grau, a fim de permitir enquadramento da tabela instituída pela lei em seu anexo, sendo ônus do Autor provar o fato constitutivo do seu direito (NCPC: art. 373, inc. I).
Assim sendo, a presença da parte Autora à audiência para realização da perícia mostra-se essencial ao deslinde da causa, uma vez que o cálculo da indenização securitária, nesse caso, varia conforme o percentual de invalidez sofrida pela vítima.
Apesar de o advogado da parte Autora ter sido intimado, eletronicamente, da designação da perícia, não houve a sua intimação pessoal.
Ressalta-se que neste caso é imprescindível a intimação pessoal da parte autora, sob pena de cerceamento de defesa.
Dessarte, vislumbro que restou caracterizado o cerceamento de defesa decorrente da ausência da intimação pessoal da parte Requerente para comparecimento ao exame pericial.
Neste sentido, vejamos a jurisprudência sedimentada desta Corte de Justiça:
APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. PERÍCIA MÉDICA DESIGNADA. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE AUTORA. NECESSIDADE. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. Em se tratando de perícia médica a fim de atestar a incapacidade e o grau da lesão sofrida pela parte autora, faz-se necessária a intimação pessoal. (TJRR – AC 0010.14.829469-6, Rel. Des. MOZARILDO CAVALCANTI, Câmara Cível, julg.: 30/06/2016, DJe 05/07/2016, p. 36)
PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. PERÍCIA MÉDICA. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DO AUTOR PARA COMPARECER À AUDIÊNCIA. PEDIDO JULGADO IMPROCEDENTE POR AUSÊNCIA DE PROVAS DO FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO ALEGADO. CERCEAMENTO DE DEFESA CONFIGURADO. APELO PROVIDO. SENTENÇA ANULADA. 1. A Lei nº 11.945/2009 dispõe que a invalidez permanente deve ser comprovada por Laudo Pericial que a demonstre, bem como, evidencie o seu grau, a fim de permitir enquadramento da tabela instituída pela lei em seu anexo, sendo ônus do autor provar o fato constitutivo do seu direito (CPC: art. 333, inc. I). 2. Considerando que não foi devidamente oportunizado à parte Apelante fazer provas da sua invalidez, deve ser declarada a nulidade da sentença de piso, com fundamento no artigo 5º, inciso LV, da CF/88, pois configurado

Câmara - Única
zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

o cerceamento de defesa. 3. Apelo conhecido e provido. Sentença anulada. (TJRR – AC 0010.15.819144-4, Rel. Des. JEFFERSON FERNANDES DA SILVA, Câmara Cível, julg.: 06/10/2016, DJe 17/10/2016, p. 48)

APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO DPVAT. NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE AUTORA PARA COMPARECIMENTO NA AUDIÊNCIA ONDE SERIA REALIZADA A PERÍCIA MÉDICA. CERCEAMENTO DE DEFESA CONFIGURADO. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. SENTENÇA ANULADA DE OFÍCIO. (TJRR - AC 0010.12.723821-9, Des. ALMIRO PADILHA, Câmara Única, julg.: 24/04/2014, DJe 07/05/2014, p. 33-34)

Sobre o tema, também trago à colação recente precedente do Colendo STJ:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. PERÍCIA MÉDICA. EXAME PESSOAL DA PARTE. ATO PERSONALÍSSIMO. NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL. INTIMAÇÃO DIRIGIDA AO ADVOGADO. INVALIDADE. 1.Em regra, a intimação será encaminhada à pessoa a quem cabe desempenhar o ato comunicado. Tratando-se da prática de atos postulatórios, a intimação deve ser dirigida ao advogado; tratando-se da prática de ato personalíssimo da parte, ela deve ser intimada pessoalmente.2.Deve-se distinguir a intimação meramente comunicativa, que cria ônus ou faz fluir prazos, da intimação que ordena condutas e gera deveres para o intimado, como é o caso daquela para a parte se submeter a perícia médica, cujo não comparecimento "supre a prova que se pretendia obter com o exame" (CC, art. 232).3. Recaindo a perícia sobre a própria parte, é necessária a intimação pessoal, não por meio do seu advogado, uma vez que se trata de ato personalíssimo. 4.Tratando-se de controvérsia acerca da inexistência de ruptura de próteses que já foram retiradas do corpo da parte, seria necessário informá-la de eventual inspeção corporal a ser realizada na perícia e da consequente necessidade de comparecimento pessoal ao ato.5. Recurso especial provido. (REsp nº 1.309.276 - SP (2012/0030470-0), Relator: Ministro João Otávio De Noronha, Julgado em 26/04/2016) (grifei)

De mais a mais, não se pode olvidar que as intimações eletrônicas somente são consideradas pessoais para aqueles que são cadastrados no Sistema de Processo Eletrônico – PROJUDI, conforme disposto no art. 5º, da Lei nº 11.419/2006.

Entretanto, nesse sistema, os advogados são cadastrados em separado das partes, de modo que as intimações feitas aos causídicos são consideradas pessoais quando se tratar da prática de atos postulatórios, intimações meramente comunicativas (que criam ônus ou fazem fluir prazos).

Por conseguinte, em se tratando de ato personalíssimo, a intimação que ordena condutas e gera deveres para o intimado, como o é em caso de exame de perícia médica, a comunicação deverá ser encaminhada à pessoa a quem cabe desempenhar o ato comunicado, devendo tal intimação ser pessoal.

Destarte, considerando que não foi devidamente oportunizado à parte Apelante fazer provas da sua invalidez, deve ser declarada a nulidade da sentença de piso, com fundamento no artigo 5º, inciso LV, da CF/88, pois configurado o cerceamento de defesa, que constitui matéria de ordem pública.

Diante do exposto, conheço e dou provimento ao Apelo, para anular a sentença de piso e determinar o prosseguimento da ação em primeiro grau de jurisdição.

P. I.

Baixas necessárias.

Boa Vista – RR, 19 de maio de 2017

JEFFERSON FERNANDES DA SILVA
Desembargador Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0000.17.000457-6 - BOA VISTA/RR
APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO: DR. ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES - OAB/RR 393A
APELADO: FRANCISCA ALVES SOUSA
ADVOGADO: DR. JOHN PABLO SOUTO SILVA - OAB/RR 506N
RELATOR: DES. JEFFERSON FERNANDES

Câmara - Única
zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

DECISÃO

Trata-se de Apelação Cível interposta, em face de sentença proferida pelo douto juízo da 1ª Vara Cível de Competência Residual da Comarca de Boa Vista – RR, nos autos da ação de cobrança n.º 0814913-20.2014.8.23.0010 a qual julgou parcialmente procedente o pedido inicial, condenando a parte apelante ao pagamento de R$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), a título de seguro obrigatório – DPVAT.
Em suas razões recursais, aduziu a parte Apelante, em síntese, que o valor pago administrativamente foi em estrita conformidade com a legislação supracitada, considerando a proporção e extensão das lesões apuradas em sede administrativa e por meio de perícia médica especializada, o valor foi correspondente a R$ 2.531,25 (dois mil quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos), não havendo portanto que se falar em valor a ser complementado.
Requereu, ao final, o provimento do recurso, para reformar a sentença recorrida, jugando totalmente improcedente o pedido inicial, vez que o valor indenizatório referente a prêmio de seguro DPVAT já fora pago.
A parte Apelada apresentou contrarrazões, na qual pugnou pela improcedência do recurso, bem como a condenação do Apelante em honorários advocatícios e por litigância de má-fé.
Eis o breve relato. DECIDO.
Dispõe o art. 90, incisos V e VI, do Regimento Interno desta Corte de Justiça:
Art. 90. São atribuições do relator nos feitos cíveis:
(…)
V – negar provimento a recurso em manifesto confronto com jurisprudência dominante do Tribunal ou de Tribunal Superior;
VI – dar provimento a recurso contra decisão em manifesto confronto com jurisprudência dominante do Tribunal ou de Tribunal Superior;
No caso dos autos, entendo aplicável o dispositivo supracitado, uma vez que a controvérsia trazida à apreciação deste Juízo já se encontra sedimentada no âmbito da jurisprudência desta Corte de Justiça.
Pois bem. Conforme a Lei n.º 6.194/74 em seu artigo 3º, § 1º, a invalidez permanente se classifica em total e parcial, sendo a parcial subdividida em completa e incompleta, senão vejamos:
§ 1o No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:[…]
Quando da apuração das lesões pelo perito, este deverá informar qual é o membro lesado, bem como sua proporção, devendo ser enquadrado em uma das situações previstas na tabela anexa a referida lei. Então, o perito enquadra a lesão dentro de uma das porcentagens prevista, quais sejam: 10, 25, 50, 70 e 100% do teto previsto que é de R$ 13.500,00.
Em se tratando de invalidez permanente parcial incompleta, depois de feito o enquadramento em uma das porcentagens acima, será feita a redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.
No caso em tela, foi realizada perícia judicial, ocasião em que o perito avaliou a lesão em 25% (vinte e cinco por cento), referente ao tornozelo direito, em seguida, de acordo com o inciso II, reduziu o valor a 25% em razão da sequela residual, conforme a tabela anexa à Lei 6.194/74, perfazendo o total de R$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos).
Insta salientar que a parte Autora admite já ter recebido o valor de R$ 2.531,25 (dois mil, quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos) administrativamente, razão pela qual não faz jus a valor remanescente.

Câmara - Única
zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

No que se refere a alegação de litigância de má-fé sustentada pelo Apelado, tenho que não merece prosperar, isso porque o exercício da faculdade do Apelante em recorrer da sentença de primeiro grau no intuito de obter reforma pela instância superior não caracteriza a má-fé que ora lhe foi imputada.
Diante do exposto, com fundamento artigo 3º, § 1º, II, da Lei nº 6.194/74, conheço da presente Apelação Cível e dou provimento ao recurso, para afastar a obrigação de indenizar.
P. I.
Boa Vista – RR, em 22 de maio de 2017.

JEFFERSON FERNANDES DA SILVA
Desembargador Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000.17.001261-1 - BOA VISTA/RR
AGRAVANTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORA DO ESTADO: DRA. LUCIANA BRÍGLIA
AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA - MPERR
RELATOR: DES. JEFFERSON FERNANDES

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto em face da decisão proferida pelo douto Juízo da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Boa Vista (RR), nos autos da ação civil pública de obrigação de fazer com pedido de tutela de urgência n.º 0806158-02.2017.8.23.0010, o qual deferiu a antecipação dos efeitos da tutela para que o Estado de Roraima forneça, no prazo de 10 (dez) dias, o medicamento ÁCIDO URSODESOXICÓLICO na quantidade prescrita ao paciente DIRCEU VALVERDE GONÇALVES, conforme receituário médico, sob pena de multa diária fixada no valor de R$ 1.000,00 (mil reais), a perdurar pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias a ser revertida ao paciente.
Em suas razões recursais, aduziu a parte Agravante, em síntese, que a escolha do medicamente a ser fornecido pelo Estado é resultado de criteriosa seleção efetuada pelo Ministério da Saúde; que o Estado de Roraima não pode ser compelido a fornecer gratuitamente à população todo e qualquer medicamente prescrito por seus médicos; que a Lei n.º 8.080/90, além de estruturar o SUS e de fixar suas atribuições, fixou de forma clara, que cabe à União, aos Estados e aos Municípios elaborarem as listas de medicamentos que deverão adquirir; e que no presente caso o medicamente pleiteado não integra relação estadual de medicamentos essenciais, de modo que não se poderia obrigar o Estado a fornecê-lo.
Também defendeu que caso o entendimento acima esposado não seja acolhido, deve ser observado que o prazo fixado na decisão torna inviável o cumprimento da obrigação, uma vez que por não ser medicamento de fornecimento obrigatório, não dispõe do mesmo em seu estoque, sendo necessária sua aquisição por meio de procedimento licitatório.
Afirmou, ainda, que a multa diária deve ser excluída, uma vez que em nenhum momento o Estado poupou esforços em cumprir com a decisão agravada e que a demora não representa má vontade ou resistência, mas sim necessidade de seguir a legalidade imposta pela norma.
Pugnou o Agravante pela concessão de efeito suspensivo à decisão agravada e, no mérito, o afastamento da obrigação do Estado em fornecer o medicamento.
Requereu, ainda, a exclusão ou redução da multa diária imposta.
É o sucinto relato. DECIDO.
Recebo o presente Agravo e defiro o seu processamento, eis que tempestivo e presentes os demais requisitos de admissibilidade.
Inicialmente, observo que o tema tratado no presente recurso é objeto do Recurso Especial n.º 1.657.156/RJ, o qual foi afetado ao rito do art. 1.036 e seguintes do CPC/2015, conforme ementa abaixo transcrita:
ADMINISTRATIVO. PROPOSTA DE AFETAÇÃO. RECURSO ESPECIAL. RITO DOS RECURSOS ESPECIAIS REPETITIVOS. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS.

Câmara - Única
zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

CONTROVÉRSIA ACERCA DA OBRIGATORIEDADE E FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS NÃO INCORPORADOS AO PROGRAMA DE MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS DO SUS.
1. Delimitação da controvérsia: obrigatoriedade de fornecimento, pelo Estado, de medicamentos não contemplados na Portaria n.
2.982/2009 do Ministério da Saúde (Programa de Medicamentos Excepcionais) .
2. Recurso especial afetado ao rito do art. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 256-I do RISTJ, incluído pela Emenda Regimental 24, de 28/09/2016).
(ProAfR no REsp 1657156/RJ, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 26/04/2017, DJe 03/05/2017)
No supracitado Recurso Especial, o eminente Ministro Relator determinou a suspensão, em todo o território nacional, dos processos pendentes, individuais e coletivos, que versem sobre a questão afetada.
Nada obstante, em que pese a determinação proferida REsp 1657156/RJ, entendo que a suspensão dos feitos não impede a apreciação das situações tidas como urgentes, considerando a exegese do art. 314 do novel CPC, vazado nos seguintes termos:
Art. 314. Durante a suspensão é vedado praticar qualquer ato processual, podendo o juiz, todavia, determinar a realização de atos urgentes a fim de evitar dano irreparável, salvo no caso de arguição de impedimento e de suspeição.
Portanto, considerando que se trata de situação de urgência, uma vez que a causa versa sobre fornecimento de medicamento necessário à sobrevivência do Agravado, o que justifica o fundado receio de ineficácia do provimento final, dou tramitação ao presente feito, restringindo-me, todavia, à análise da tutela de urgência requerida no presente recurso.
Pois bem. Nos termos do artigo 1.019, inciso I, do NCPC, recebido o agravo de instrumento no Tribunal e distribuído imediatamente, se não for o caso de aplicação do art. 932, incisos III e IV, o Relator, no prazo de 5 (cinco) dias, poderá atribuir efeito suspensivo ao recurso ou deferir, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, a pretensão recursal, comunicando ao juiz sua decisão.
Com efeito, a teor do disposto no artigo 995, parágrafo único, do NCPC, a eficácia da decisão recorrida poderá ser suspensa por decisão do relator, se da imediata produção de seus efeitos houver risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso, os tradicionais requisitos da fumaça do bom direito e do perigo da demora.
No caso em apreço, em sede de cognição sumária, verifico que a parte Agravante não logrou demonstrar a presença dos requisitos legais para a concessão da tutela de urgência pleiteada.
Isso porque, o não atendimento das providências que são objeto da lide primária poderá causar prejuízo irreversível à saúde da pessoa favorecida com a tutela originária, bem maior assegurado pela nossa Constituição (vide art. 6º, "caput", da CF/88).
Ou seja, a concessão do efeito suspensivo à decisão agravada pode gerar o "periculum in mora" inverso.
Friso, ademais, que a omissão do Poder Público em fornecer o tratamento médico necessário à pessoa enferma constitui flagrante ofensa a Constituição Federal, uma vez que a saúde e a vida são bens jurídicos constitucionalmente tutelados.
Por conseguinte, mantenho a decisão vergastada no tocante à obrigação de fornecer o respectivo medicamento.
Quanto à multa diária arbitrada, mister se faz salientar que o Colendo Superior Tribunal de Justiça, ao apreciar o Recurso Especial 1.069.810/RS, julgado sob o rito dos recursos repetitivos, firmou orientação no sentido que cabe ao magistrado avaliar a adoção das medidas necessárias ao cumprimento de decisão que determina o fornecimento de medicamentos, podendo, inclusive, determinar, fundamentadamente, o bloqueio de verba pública necessária à sua aquisição. (STJ, REsp 1.069.810/RS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 06/11/2013).
Dessa forma, compreendo ser legítima a fixação de astreintes em desfavor do Ente Público, se verificada a hipótese de descumprimento de decisão judicial que impôs obrigação de fornecimento de medicamento, conforme art. 297 e §1º, do art. 536, ambos do Código de Processo Civil.

Câmara - Única
zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

Todavia, em face do princípio da proporcionalidade, entendo que o valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) por dia de atraso injustificado, atende o teor do disposto no § 1º, do artigo 537, do Código de Processo Civil, sendo adequado e razoável, eis que, além de atender a finalidade para que foi estipulada, é compatível com a prestação a ser suportada pelo Agravante.
Diante do exposto, DEFIRO em parte a tutela de urgência requerida, a fim de reduzir o valor da multa diária imposta para o valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), sem prejuízo de mais detida análise quando do julgamento de mérito.
Nos autos da respectiva ação civil pública que tramita em primeiro grau, deverá o Juízo de piso observar a determinação de suspensão decidida no REsp 1657156/RJ, após o cumprimento da decisão liminar ora agravada, sem prejuízo da apreciação de situações de urgência, conforme estatuído no art. 314 do CPC.
Comunique-se ao Juízo de piso. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.
Após, considerando a decisão proferida no REsp 1657156/RJ, suspendo a tramitação do presente recurso.
Boa Vista (RR), em 18 de maio de 2017.

Jefferson Fernandes da Silva
Desembargador Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.16.800489-2 - BOA VISTA/RR
APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO: DR. ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES - OAB/RR 393A
APELADO: DEIVISON ARAÚJO DO NASCIMENTO
ADVOGADO: DR. JOHN PABLO SOUTO SILVA - OAB/RR 506N
RELATOR: DES. JEFFERSON FERNANDES

DECISÃO

Trata-se de Apelação Cível interposta, em face de sentença proferida pelo douto Juízo da 1ª Vara Cível de Competência Residual da Comarca de Boa Vista – RR, nos autos da ação de cobrança n.º 0800489-02.2016.8.23.0010, a qual julgou parcialmente procedente o pleito inicial, condenando a parte Apelante ao pagamento de R$ R$ 1.417,50 (mil, quatrocentos e dezessete reais e cinquenta centavos) a título de seguro obrigatório DPVAT.
Em suas razões recursais, aduziu a parte Apelante, em síntese, que há divergência entre o laudo pericial e o parecer do assistente técnico, no qual este aponta lesão no membro inferior direito com repercussão de 10%, traduzindo o direito da parte Apelada somente à importância de R$ 945,00 (novecentos e quarenta e cinco reais), bem como que tal indenização já estaria integralmente quitada em sede administrativa.
Alegou ainda que, em virtude da simplicidade documental do Boletim de Ocorrências e das poucas informações necessárias para a sua constituição, tal documento é de fácil manipulação, além de não constar nome e matrícula do agente policial que efetivou o registo, por esse motivo, entende que deve ser oficiada a Delegacia a fim de que a autoridade policial possa confirmar a existência do seu registro, bem como atestar a veracidade das informações ali prestadas.
Ao final, pugnou pelo conhecimento e provimento do recurso, a fim de que a sentença de piso seja reformada, em razão da quitação integral em via administrativa.
A parte Apelada apresentou contrarrazões, na qual pugnou pela improcedência do recurso, bem como a condenação do Apelante em honorários advocatícios e por litigância de má-fé.
Eis o breve relato. DECIDO.
Dispõe o art. 90, incisos V e VI, do Regimento Interno desta Corte de Justiça:
Art. 90. São atribuições do relator nos feitos cíveis:
(…)
V – negar provimento a recurso em manifesto confronto com jurisprudência dominante do Tribunal ou de Tribunal Superior;

Câmara - Única
zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

VI – dar provimento a recurso contra decisão em manifesto confronto com jurisprudência dominante do Tribunal ou de Tribunal Superior;

No caso dos autos, entendo aplicável o dispositivo supracitado, uma vez que a controvérsia trazida à apreciação deste Juízo já se encontra sedimentada no âmbito da jurisprudência desta Corte de Justiça.

Pois bem. Da análise dos autos, verifica-se que a petição inicial encontra-se instruída com o boletim de ocorrência e ficha de atendimento médico que, somados às conclusões do laudo pericial, são suficientes à comprovação do nexo causal entre o acidente e os danos sofridos.

A simples divergência entre o laudo apresentado pelo assistente técnico da parte, dissociado de outros elementos de prova aptos a corroborar tal conclusão, não se afigura suficiente para infirmar o laudo elaborado pelo perito judicial, o qual além de estar equidistante dos interesses das partes encontra-se apto a laborar de forma absolutamente imparcial.

Nesse sentido, vejamos a jurisprudência de outros tribunais:

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. CONDIÇÕES PESSOAIS. AUTORA COM 39 ANOS DE IDADE. BENEFÍCIO INDEVIDO. TEMPESTIVIDADE DO RECURSO DO INSS. DATA DA POSTAGEM VIA CORREIOS.. PRECEDENTES. (…) 5. Havendo divergência entre o laudo do perito judicial e do assistente técnico da parte, vigora o princípio do livre convencimento motivado, sendo razoável privilegiar o primeiro, pois é elaborado por profissional em posição eqüidistante das partes, com confiança do juízo, ademais elaborado com atenção ao contraditório e a ampla defesa. (AC 0013124-55.2008.4.01.9199 / MG, Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL JAMIL ROSA DE JESUS OLIVEIRA, Rel.Conv. JUIZ FEDERAL MARCELO MOTTA DE OLIVEIRA, 1ª CÂMARA REGIONAL PREVIDENCIÁRIA DE JUIZ DE FORA, e-DJF1 p.953 de 22/09/2015).(…) (AC 0043223-66.2012.4.01.9199 / MG, Rel. JUIZ FEDERAL RÉGIS DE SOUZA ARAÚJO, PRIMEIRA TURMA, e-DJF1 p.814 de 28/01/2016) (sem grifos no original)

DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ ACIDENTÁRIA. NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS (ART. 42, DA LEI 8.213/91). AUSÊNCIA DE NEXO CAUSAL ENTRE A ATIVIDADE PRATICADA PELO DEMANDANTE E A DOENÇA DE FUNDO PSIQUIÁTRICO. DIVERGÊNCIA ENTRE O LAUDO PERICIAL JUDICIAL E OS RELATÓRIOS MÉDICOS PARTICULARES. PREVALÊNCIA DO PRIMEIRO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. INVIABILIDADE. SENTENÇA MANTIDA. 1. Sendo o laudo pericial do Juízo conclusivo no sentido de que não há comprovação de que o estado depressivo e ansioso alegado na inicial tenha sido originado ou agravado pelas atividades laborativas pregressas do demandante, bem como que o periciando não é portador de doença ocupacional, não merece acolhida o pedido de aposentadoria por invalidez. 2. Havendo divergência entre os relatórios médicos particulares e o laudo pericial do Juízo, este deve prevalecer, porquanto elaborado sob o crivo do contraditório e por profissional imparcial. Precedente. 3. Demonstrada a inexistência de nexo causal entre o trabalho e o agravo, não há que se falar em concessão de aposentadoria com fundamento no nexo epidemiológico entre a atividade da empresa e a entidade mórbida motivadora da incapacidade elencada na Classificação Internacional de Doenças CID, nos termos da Lei nº 11.340/06 e Decreto nº 6.042/07. 4. Recurso improvido. Sentença mantida.(TJ-DF – APC: 20090111541480 DF 0216089-88.2009.8.07.0015, Relator: ARNOLDO CAMANHO DE ASSIS, Data de Julgamento: 22/10/2014, 4ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE: 05/11/2014. Pág.: 211) (sem grifos no original)

Ademais, em suas razões de recurso, a Seguradora não suscitou nenhuma preliminar de nulidade, e, apesar de apontar que houve divergência entre as conclusões do laudo pericial e do parecer do assistente técnico, não requereu a realização de nova perícia.

Portanto, considerando que a parte Apelante não apresentou outros elementos de prova, tenho que deve prevalecer o laudo elaborado pelo expert judicial.

Cumpre mencionar que, nos termos da jurisprudência do Colendo STJ, "o boletim de ocorrência não goza de presunção juris tantum de veracidade das informações, posto que apenas consigna as declarações colhidas unilateralmente pelos interessados, sem atestar que tais relatos sejam verdadeiros". Nesse sentido: AgRg no Ag 795.097/SC, Relator o Ministro HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, DJ de 20/8/2007; AgRg no REsp 623.711/RS, Relator o Ministro LUIS FELIPE SALOMAO, DJe de 08/02/2010; REsp 531.314/MT, Relator o Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO

Câmara - Única

zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

TEIXEIRA, DJ de 29/09/2003; REsp 236.047/SP, Relator o Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, DJ de 11/06/2001.

De tal modo, muito embora o boletim de ocorrência não seja imprescindível à prova dos fatos, nem goze de presunção relativa de veracidade (juris tantum), ele deve ser sopesado em conjunto com as demais provas coligidas aos autos.

Por sua vez, o laudo da perícia judicial constante dos autos corrobora as lesões sofridas pelo Apelado, o qual não foi impugnado pela parte Apelante.

Assim sendo, a Seguradora não se desincumbiu do ônus de fazer prova quanto à falta de vericidade das informações trazidas no Boletim de Ocorrência, nos termos do artigo 373, inciso II, do NCPC, de modo que devem prevalecer as informações nele contidas.

No que se refere a alegação de litigância de má-fé sustentada pelo Apelado, tenho que não merece prosperar, isso porque o exercício da faculdade do Apelante em recorrer da sentença de primeiro grau no intuito de obter uma reforma pela instância superior não caracteriza a má-fé que ora lhe foi imputada.

Diante do exposto, pelas razões acima delineadas, conheço do Apelo, mas nego provimento ao recurso, mantendo incólume a sentença de piso.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 1º do CPC/2015, fixo os honorários advocatícios na seara recursal em 10% (dez por cento) do valor da condenação, em favor do Apelado.

P. I.

Baixas necessárias.

Boa Vista – RR, em 22 de maio de 2017.

JEFFERSON FERNANDES DA SILVA
Desembargador Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000.17.001285-0 - BOA VISTA/RR
AGRAVANTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. MARCUS GIL BARBOSA DIAS
AGRAVADO: MARIA JOSÉ PEREIRA OLIVEIRA
ADVOGADA: DRA. LARISSA BAÚ TRASSATO - OAB/RR 1.121
RELATOR: DES. JEFFERSON FERNANDES

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto em face da decisão proferida pelo douto Juízo da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Boa Vista, nos autos da ação declaratória cumulada com indenização por danos morais e pedido de tutela antecipada n.º 0808918-21.2017.8.23.0010, o qual deferiu a tutela de urgência pleiteada, determinando a suspensão da cobrança do ICMS incidente sobre a Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição (TUSD) e a tarifa de Uso do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica (TUST), no imóvel da parte Requerente/Agravada, determinando, ainda, que a parte Agravante se encarregue de informar tal decisão à Companhia Energética de Roraima/Eletrobras, pois é quem elabora as faturas de energia, sob pena de multa no valor de R$ 1.000,00 (hum mil reais), por mês de descumprimento.

Preliminarmente, arguiu a parte Agravante que a decisão fora proferida por juízo incompetente para atuar no feito, pois deferiu liminar sem observar a competência absoluta do Juizado Especial da Fazenda Pública, em razão do proveito econômico a ser auferido pela Autora/Agravada.

Arguiu, ainda, ofensa ao contraditório prévio, uma vez que a liminar teria sido deferida sem a oitiva da parte Agravante, havendo violação aos artigos 9º e 10º do NCPC, que passaram a instituir a vedação da decisão surpresa como norma fundamental.

No mérito, sustentou que a decisão liminar, ora agravada, fora proferida em desacordo com a nova orientação do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria, além do fato de a questão ser tema de divergência no Supremo Tribunal Federal com determinação de suspensão nacional com despacho proferido pelo Ministro Edson Fachin no Recurso Extraordinário 593.824.

Câmara - Única
zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

Para a concessão da tutela de urgência, aduziu a parte Agravante a ausência da fumaça do bom direito para concessão da decisão liminar em 1º grau, uma vez que o magistrado deferiu a tutela apenas apontando precedente do Superior Tribunal de Justiça, o qual não trataria da diferenciação entre consumidor cativo e consumidor livre, e, por isso, deveria ser reformada de imediato a decisão agravada.

Alegou, ainda, que o perigo da demora reside no fato de a matéria debatida ter efeito multiplicador, gerando uma série de processos sobre o mesmo tema e com reflexos imediatos sobre a arrecadação do ICMS no Estado de Roraima.

Asseverou que o perigo da demora neste caso é inverso, pois o consumidor de energia pode usufruir de um desconto mensal amparado por liminar e, ao final do processo, ser surpreendido pela cobrança de valores de forma integral e retroativa em caso de reforma da decisão liminar.

Afirmou que para evitar uma falsa expectativa de redução da conta de energia a milhares de consumidores com uma posterior cobrança retroativa, deve ser deferido o pedido de efeito suspensivo ao agravo.

Argumentou, ainda, que no instrumento procuratório não consta o endereço profissional da advogada que subscreve a petição inicial, bem como fora concedida gratuidade de justiça, mediante declaração de advogado sem poderes específicos para fazê-la e sem declaração assinada pela autora.

Por fim, requereu a concessão de efeito suspensivo à decisão agravada e, no mérito, a reforma de decisão.

É o sucinto relato. DECIDO.

Recebo o presente Agravo e defiro o seu processamento, eis que tempestivo e presentes os demais requisitos de admissibilidade.

Pois bem. Nos termos do artigo 1.019, inciso I, do NCPC, recebido o agravo de instrumento no Tribunal e distribuído imediatamente, se não for o caso de aplicação do art. 932, incisos III e IV, o Relator, no prazo de 05 (cinco) dias, poderá atribuir efeito suspensivo ao recurso ou deferir, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, a pretensão recursal, comunicando ao juiz sua decisão.

Com efeito, a teor do disposto no artigo 995, parágrafo único, do NCPC, a eficácia da decisão recorrida poderá ser suspensa por decisão do relator, se da imediata produção de seus efeitos houver risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso, os tradicionais requisitos da fumaça do bom direito e do perigo da demora.

Destaque-se que, em sede recursal, é atribuído ao Agravante o ônus de comprovar a presença desses requisitos para a concessão da tutela de urgência em grau de recurso, que não devem ser confundidos com os fundamentos para a concessão da medida em primeiro grau.

Todavia, em sede de cognição sumária, verifico que todos os argumentos trazidos pela parte Agravante dizem respeito ao próprio mérito do agravo não tendo logrado êxito em demonstrar as razões pelas quais estaria presente a possibilidade de dano grave ou de difícil reparação, que não seja possível aguardar o julgamento final do recurso.

Ademais, a parte Agravante sequer apontou situação de urgência que exigisse a suspensão liminar da decisão ora agravada, bem como eventual ineficácia da medida, caso concedida somente quando do julgamento de mérito.

De mais a mais, cumpre observar que, se ao final do julgamento, a parte Agravante obtiver provimento de mérito favorável, será perfeitamente possível a cobrança dos valores ora questionados.

Assim sendo, considerando que a parte Agravante não demonstrou a possibilidade de dano grave ou de difícil reparação que não seja possível aguardar o julgamento do mérito do recurso, o indeferimento da suspensão requerida é medida que se impõe.

Diante do exposto, com fundamento no artigo 1.015, e seguintes, do Código de Processo Civil, recebo o agravo de instrumento, mas INDEFIRO o pedido de atribuição do efeito suspensivo ao recurso, sem prejuízo de mais detida análise quando do julgamento de mérito.

Intime-se a parte Agravada para apresentar contrarrazões, no prazo legal.

Após, ouça-se o representante do Ministério Público Graduado.

Câmara - Única

zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

Câmara - Única

Publique-se. Cumpra-se.
Boa Vista (RR), em 19 de maio de 2017.

Jefferson Fernandes da Silva
Desembargador Relator

REPUBLICAÇÃO DE DECISÃO - POR INCORREÇÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000.17.001020-1 - BOA VISTA/RR
AGRAVANTE: BANCO PANAMERICANO S/A
ADVOGADO: DR. ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO – OAB/PE Nº 23255
AGRAVADA: ANA CELI DE SOUZA MAGALHÃES
ADVOGADA: DRA. SANDELANE MOURA – OAB/RR Nº 112
RELATORA: DESA. TÂNIA VASCONCELOS

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto pelo Banco Panamericano S/A contra decisão que, ao apreciar a impugnação ao cumprimento de sentença nos autos da Ação de Indenização por Danos Morais com Repetição do Indébito n.º 0010.2009.905181-4, determinou o levantamento do valor incontroverso e o prosseguimento da multa cominatória, a ser cumprida no prazo de 15 (quinze) dias.
Afirma o agravante, em síntese, que não houve descumprimento a ensejar a multa aplicada, pois a intimação da decisão liminar foi realizada ao órgão empregador e não diretamente ao Banco recorrente.
Aduz, ainda, que houve o cumprimento integral da sentença, inexistindo qualquer saldo remanescente a ser quitado e tampouco devendo incidir a multa aplicada.
Ao final, pugna pela concessão do efeito suspensivo e, no mérito, pela reforma da decisão agravada, para afastar a aplicação da multa até o final da lide ou até a comprovação do alegado descumprimento da liminar.
Juntou aos autos os documentos indispensáveis e os necessários ao deslinde da controvérsia.
Vieram-me os autos conclusos.
É o breve relato.
DECIDO.
Convém observar, logo de início, que a ora agravada também manejou recurso de agravo de instrumento contra a mesma decisão interlocutória aqui vergastada, postulando, de igual forma, pela concessão do efeito suspensivo.
Pois bem, na apreciação do recurso manejado pela recorrida (AI n. 0000.17.001122-5), de minha relatoria, restou concedido o efeito suspensivo, de modo que apreciação do pedido liminar formulado na presente demanda ficou prejudicado, uma vez que esse já alcançou sua pretensão por via oblíqua.
Assim, deixo de apreciar o pedido liminar e determino a intimação da parte agravada para apresentar contrarrazões ao recurso, no prazo de 15 (quinze) dias.
Publique-se.
Boa Vista (RR), 08 de maio de 2017.

Desa. Tânia Vasconcelos
Relatora

HABEAS CORPUS Nº 0000.17.001325-4 - BOA VISTA/RR
IMPETRANTE: DR. ALYSSON BATALHA FRANCO - OAB/RR 377B
PACIENTE: NAKÉLES SOUSA DA SILVA
AUTORIDADE COATORA: JUÍZO DA COMARCA DE PACARAIMA - RR
RELATOR: DES. LEONARDO CUPELLO

DECISÃO

zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

Câmara - Única

Trata-se de habeas corpus, com pedido liminar, impetrado em favor de Nakeles Sousa da Silva, presa desde o dia 24 de janeiro do corrente ano, pela suposta prática dos crimes previstos nos artigos 288, 305 e 314, ambos do Código Penal.
Em síntese, o impetrante alega excesso de prazo para a formação da culpa, pois não há previsão para início da instrução.
Alega, ainda, protocolou pedido de revogação de prisão preventiva na Comarca de Pacaraima do dia 05/05/2017, que no mesmo dia os autos foram remetidos ao Ministério Público para emissão de parecer e até a presente data os autos não foram devolvidos pra decisão.
Ademais, alega ser a Paciente primária, com profissão e endereço fixo, que estão ausentes os requisitos do artigo 312 do CPP, que a prisão pode ser substituída por outras medidas cautelares.
Ao final, requer a concessão da liminar para que a paciente seja colocada em liberdade, e, no mérito, a concessão definitiva da ordem.
Vieram-me os autos conclusos.
É o relatório. Passo a decidir.
O pedido liminar em sede de habeas corpus, apesar de admitido pela doutrina e jurisprudência pátria, é desprovido de previsão legal específica e, portanto, necessita da demonstração inequívoca dos requisitos cumulativos das medidas cautelares, quais sejam, o periculum in mora e o fumus boni júris e reversibilidade da decisão.
Em que pesem as argumentações do impetrante, não vislumbro a presença de tais requisitos, razão pela qual indefiro a liminar requerida.
Requisitem-se informações da autoridade coatora, no prazo de 05 (cinco) dias, observando-se o disposto na Resolução nº 16, de 05 de agosto de 2009, do Tribunal Pleno.
Após, abra-se vista ao Procurador de Justiça para manifestação, no prazo legal.
Publique-se e intimem-se.
Boa Vista, 25 de maio de 2017.

Des. Leonardo Pache de Faria Cupello
Relator

HABEAS CORPUS Nº 0000.17.001322-1 - BOA VISTA/RR
IMPETRANTE: DR. JOSÉ VANDERI MAIA - OAB/RR 716
PACIENTE: VANDERLEI PANTOJA PEREIRA
AUTORIDADE COATORA: JUÍZO DA VARA DE ENTORPECENTES E ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS DA COMARCA DE BOA VISTA/RR
RELATOR: DES. LEONARDO CUPELLO

DECISÃO

Trata-se de Habeas Corpus impetrado em favor de Vanderlei Pantoja Pereira, em face da decisão que denegou o pedido de revogação da prisão preventiva, fundamentada na garantia da ordem pública.

Relata que o paciente informou em sede policial ser usuário de drogas e que as armas lhe pertenciam para sua proteção, devido morar em uma chácara; que desde o início colabora com as autoridades relatando a realidade dos fatos; que não se furtará da aplicação penal, nem prejudicará a conveniência da instrução criminal; que não possui outros processos contra si e garante que não praticará novamente outros atos criminosos.
Afirma que a prisão preventiva foi decretada em audiência de custódia em 23/04/2017 por não se mostrarem cabíveis, no momento, as outras medidas cautelares; que o paciente possui o direito de responder em liberdade, pois possui ocupação lícita, é marmoreiro, possui residência fixa no distrito da culpa e não é propenso a praticar condutas criminosas.
Sustenta a ausência do requisito da garantia da ordem pública; a ausência do requisito da conveniência da instrução criminal e aplicação da lei penal; a inutilidade da custódia; e da

zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

possibilidade de aplicação ao paciente de alguma das medidas cautelares de que trata a lei 12.403/2011, pois a gravidade do delito por si só, não justifica a prisão preventiva.
Requer, por fim, a concessão de liminar para revogar a prisão preventiva, pôr em liberdade o paciente, ou, a aplicação das medidas cautelares diversas da prisão, expedindo-se o alvará de soltura, e, no mérito, a concessão definitiva do writ.
É o breve relato dos fatos. DECIDO.
O pedido liminar em sede de habeas corpus, apesar de admitido pela doutrina e jurisprudência pátria, é desprovido de previsão legal específica e, portanto, necessita da demonstração inequívoca dos requisitos cumulativos das medidas cautelares, quais sejam, o periculum in mora e o fumus boni juris.
In casu, a liminar não merece deferimento. Explico.
Em que pesem as argumentações do Impetrante, não vislumbro, por ora, a fumaça do bom direito em favor do requerente.
A decisão que indeferiu o pedido de liberdade provisória assim fundamentou:
"Ressalto que, no presente caso, por ora, é necessária a manutenção da prisão do réu, uma vez existirem indícios de que o réu é traficante, sendo significativa a quantidade de droga apreendida, 895,90 (oitocentos e noventa e cinco gramas e noventa decigramas) de maconha. Ademais na residência do flagranteado foram encontrados: arma de fogo, munições, balança de precisão e diversos objetos sem a demonstração da procedência lícita. Além de haver indícios de que a residência do requerente serviria como possível esconderijo de integrantes de organização criminosa. A dimensão em concreto dos fatos delitivos - jamais a gravidade em abstrato, - pode ser invocada como fundamento para a manutenção da prisão preventiva. [...] a fundamentação para a prisão está suficientemente embasada na lei e ainda subsistem os motivos que decretaram a segregação, uma vez ser esta necessária para garantia da ordem pública, diante da gravidade concreta da infração penal e com o escopo de impedir que o agente da conduta continue a delinquir.
Por derradeiro, não obstante a previsão legal quanto à impossibilidade de aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, entendo que, neste momento, seria desproporcional e inadequada a substituição da prisão por qualquer outra medida, pois as circunstâncias do caso demonstram que apenas a restrição da liberdade da requerente é capaz de trazer garantia da ordem pública e da aplicação da lei penal." (g.n.)
A decisão foi clara sobre os motivos legais da manutenção da cautelar, a qual não usou motivação na gravidade em abstrato do delito, mas em concreto, fundamento bastante para afastar o argumento do writ.
Assim, como dito, não está presente a fumaça do bom direito em favor do Paciente, nem mesmo o perigo na demora, pois a liberdade nesse momento não põe em risco a presunção de inocência do acusado, como já é farta a jurisprudência do e. Superior Tribunal de Justiça nesse sentido:
"RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 83.802 - SP (2017/0098621-9) RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA RECORRENTE : LUIZ CARLOS COSTA LIMA (PRESO) ADVOGADO : OSVALDO CÂNDIDO DA SILVA JUNIOR - SP286291 RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO DECISÃO Trata-se de recurso ordinário em habeas corpus, com pedido de liminar, interposto por LUIZ CARLOS COSTA LIMA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (HC n. 2244856-75.2016.8.26.0000). Consta dos autos que o recorrente foi preso preventivamente, no dia 29/11/2016, pela suposta prática do delito previsto homicídio qualificado. Inconformada com o decreto constritivo, a defesa impetrou habeas corpus perante a Corte de origem.
[...] Finalmente, convém consignar que o entendimento desta Corte é assente no sentido de que, estando presentes os requisitos autorizadores da segregação preventiva, eventuais condições pessoais favoráveis não são suficientes para afastá-la. Nesse sentido: RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. ENVOLVIMENTO DE MENOR. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. CIRCUNSTÂNCIAS DO DELITO. VARIEDADE, NATUREZA E QUANTIDADE DE DROGA ENCONTRADA. APREENSÃO DE OBJETOS UTILIZADOS NO PREPARO E DISSEMINAÇÃO DE DROGAS. RISCO DE CONTINUIDADE NO COMÉRCIO ILÍCITO. PERICULOSIDADE SOCIAL. GARANTIA DA ORDEM

Câmara - Única
zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

PÚBLICA. CUSTÓDIA FUNDAMENTADA E NECESSÁRIA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. COAÇÃO ILEGAL NÃO DEMONSTRADA. RECLAMO IMPROVIDO. 1. Não há ilegalidade na manutenção da prisão preventiva quando demonstrado, com base em fatores concretos, que a medida se mostra necessária, dada a forma como ocorrido o delito, indicativa de envolvimento mais profundo com a narcotraficância. 2. A variedade - cocaína e maconha -, a natureza mais nociva da primeira substância citada e a quantidade de material tóxico apreendido, somadas ao envolvimento de um adolescente na conduta criminosa, bem como à localização de objetos comumente utilizados no preparo e disseminação de drogas, são circunstâncias que indicam a periculosidade social do recorrente e o risco de continuidade na prática criminosa, caso libertado, autorizando a preventiva. 3. Condições pessoais favoráveis não tem, em princípio, o condão de, isoladamente, revogar a prisão cautelar, se há nos autos elementos suficientes a demonstrar a sua necessidade. 4. Recurso ordinário improvido. (RHC 65.595/MG, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, julgado em 17/12/2015, DJe 02/02/2016). Assim, não obstante os argumentos apresentados, mostra-se imprescindível um exame mais aprofundado dos elementos de convicção carreados aos autos, para se aferir a sustentada desnecessidade da prisão cautelar. Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste recurso. Ante o exposto, indefiro a liminar. Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, inclusive o envio da senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ. Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal. Publique-se. Intime-se. Brasília (DF), 10 de maio de 2017. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA Relator) (g.n.)

HABEAS CORPUS Nº 399.189 - SC (2017/0107208-8) RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR IMPETRANTE : RAFAEL MARTINS CHAMI ADVOGADOS : RAFAEL MARTINS CHAMI - SC045143 JEFFERSON SOUSA - SC044200 IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PACIENTE : MARLON MELLO (PRESO) DECISÃO Trata-se de habeas corpus, com pedido liminar, impetrado em benefício de Marlon Mello, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Narram os autos que o paciente foi preso em flagrante pela suposta prática do crime de tráfico de drogas, convertida a prisão em flagrante em preventiva (fls. 19/21 - Processo n. 0001630-20.2017.8.24.0045). Inconformada, a defesa impetrou habeas corpus, com pedido de liminar, na colenda Corte de origem, que denegou a ordem (fls. 22/29 - Habeas Corpus n. 4006613-32.2017.8.24.0000). Eis a ementa do julgado (fls. 22): HABEAS CORPUS. PACIENTE PRESO E DENUNCIADO PELA APONTADA PRÁTICA DOS CRIMES DE DESOBEDIÊNCIA E TRÁFICO ILÍCITO DE SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES (CÓDIGO PENAL, ART. 330, E LEI 11.343/2006, ART. 33, CAPUT). INVOCADO CONSTRANGIMENTO ILEGAL DECORRENTE DA AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PARA A DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART. 5º, LVII). INOCORRÊNCIA. DECISÃO EMBASADA EM ELEMENTOS SÓLIDOS E INDÍCIOS CONSISTENTES DA NECESSIDADE DO ENCARCERAMENTO. IMPERIOSA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA DIANTE DA GRAVIDADE E REPROVABILIDADE DAS CONDUTAS, ALÉM DA POSSIBILIDADE DE REITERAÇÃO CRIMINOSA. PRESENÇA DOS PRESSUPOSTOS DO ART. 312, CAPUT, DA LEI ADJETIVA PENAL. PREDICADOS PESSOAIS POSITIVOS. INSUBSISTÊNCIA. FATORES QUE POR SI SÓS NÃO IMPEDEM A CONSTRIÇÃO DA LIBERDADE. CONCOMITANTE INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DA CONFIANÇA NO JUIZ DA CAUSA. ALMEJADA SUBSTITUIÇÃO DO CÁRCERE POR MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS, PREVISTAS NO RESPECTIVO ART. 319. INVIABILIDADE. ADEQUAÇÃO E SUFICIÊNCIA DA BENESSE NÃO EVIDENCIADAS. ORDEM DENEGADA. Daí a presente impetração, em que se alega constrangimento ilegal consistente na manutenção da segregação cautelar do acusado, porquanto, o paciente é primário, de bons antecedentes, possui residência fixa (fl. 5). Postula a impetrante, então, a concessão liminar da ordem para que seja revogada a prisão preventiva, com a expedição do respectivo alvará. É o relatório. Dúvidas não há de que o deferimento de liminar é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade. Em juízo de cognição sumária, não vislumbro o fumus boni iuris do pedido, porquanto o juízo singular, ao manter a segregação cautelar do paciente, pontou

Câmara - Única

zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

(fl. 19): [...] Por ora, os motivos ensejadores da prisão preventiva (fls. 29/33), cujos argumentos ora reitero sem necessidade de reprodução, ainda se fazem presentes, estando bem delineados os pressupostos legais para tanto (CPP, art. 312). De lá para cá, não houve qualquer alteração, quer fática quer processual, capaz de dar ensejo à soltura do acusado, razão pela qual deve ser mantida sua segregação cautelar. Além disso, pela quantidade e espécie de material entorpecente apreendido (36 papelotes de maconha e 29 buchas de cocaína), além de R$ 434,00 (quatrocentos e trinta e quatro reais), em espécie, infere-se, em tese, que Marlon já vinha praticando narcotraficância de forma reiterada, do que se extrai ser necessária a restrição de sua liberdade para que pessoas envolvidas com hediondo crime sejam afastadas do convívio social, de forma a assegurar a ordem pública. [...] In casu, pois, não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente exame perfunctório. Ademais, a motivação que ampara o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito do writ, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo. Com essas considerações, não tendo, por ora, como configurado constrangimento ilegal passível de ser afastado mediante o deferimento da liminar ora pretendida, com manifesto caráter satisfativo, indefiro-a. Instruídos os autos, ao Ministério Público Federal para parecer. Publique-se. Brasília, 16 de maio de 2017. Ministro Sebastião Reis Júnior Relator. (g.n.)

Pelo exposto, por não vislumbrar a presença dos requisitos - o periculum in mora e o fumus boni juris - , indefiro a liminar.

Requisitem-se informações, no prazo de 05 (cinco) dias, observando-se o disposto na Resolução nº 16, de 05 de agosto de 2009, do Tribunal Pleno, deve-se observar ainda, que nas informações devem constar todos os dados necessários à apreciação do mérito.

Após, abra-se vista ao d. Ministério Público graduado para manifestação, no prazo legal.

Publique-se, intimem-se, cumpra-se.

Boa Vista (RR), em 25 de maio de 2017.

Leonardo Cupello
Desembargador
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000.17.001305-6 - BOA VISTA/RR
AGRAVANTE: BANCO SANTANDER
ADVOGADO: DR. HENRIQUE JO´SE PARADA SIMÃO - OAB/SP 221.386N
AGRAVADO: MOZARILDO MONTEIRO CAVALCANTI
ADVOGADA: DRA. JANAÍNA CAVALCANTI - OAB/RR 1.031N
RELATOR: DES. ALMIRO PADILHA

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pelo BANCO SANTANDER em face da decisão proferida pelo Juiz da 3ª. Vara Cível de Boa Vista, na Ação nº. 0726612-34.2013.8.23.0010 em fase de cumprimento de sentença, que rejeitou a impugnação proposta pelo Executado (fl. 337-v e 338).

Irresignado, o Agravante alega, em síntese, que:

a) "(...) a impugnada insuflou seus cálculos com o objetivo de enriquecer-se sem a devida causa" (fl. 7), indo de encontro com a vedação do art. 884 CPC;

b) "(...) o agravado aplicou multa do antigo art. 475-J do CPC sobre todo o débito, inclusive os honorários em fase de cumprimento de sentença, o que é indevido, eis que sobre os honorários em fase de cumprimento de sentença não devem incidir a multa processual" (fl.7-v);

c) "(...) o D. Magistrado de piso afirma 'verificado' os valores apresentados, porém sem mencionar o envio dos autos a contadoria judicial ou qualquer profissional habilitado a confirmar os cálculos" (fl. 07-v);

Câmara - Única
zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

d) o agravado realizou o cômputo de juros sobre juros, vedado pela Lei de Usura - art. 4º.;
e) a concessão do efeito suspensivo neste agravo se justifica para evitar que suporte prejuízo financeiro de quantia controversa nos autos.
Ao final, requer, liminarmente, seja atribuído efeito suspensivo ao recurso, e, no mérito, pugna pelo seu total provimento. Solicita que todas as intimações sejam feitas em nome do Dr. Henrique José Parada Simão - OAB/SP 221.386, sob pena de nulidade.
Juntou documentos de fls. 12-339.
É o relato. Decido.
Recebo o presente Agravo de Instrumento e defiro seu processamento, uma vez que é tempestivo e preenche os demais requisitos dos arts. 1.016 e 1.017 do CPC. O recurso é cabível, porque se enquadra na situação prevista no parágrafo único do art. 1.015 do CPC.
Quanto ao pedido de efeito suspensivo, não vislumbro demonstrados os requisitos exigidos pelo art. 995, parágrafo único, do CPC: probabilidade de provimento do recurso e o perigo de risco grave, de difícil ou impossível reparação. Explico.
Conforme relato, o pedido liminar funda-se, precipuamente, no prejuízo financeiro (manifestamente suscetível de causar grave dano de difícil ou incerta reparação) que o Agravante suportará em face de quantia ainda controversa nos autos.
Nesta análise perfunctória, entendo não estar nítida a probabilidade de provimento deste Agravo, tendo em vista que, aparentemente, a decisão do juiz a quo foi acertada. Explico.
À luz da sistemática das regras processuais do cumprimento de sentença, regido pelo CPC/1973 (aplicável ao presente caso), a suspensão da fase executória só é legítima quando for possível vislumbrar, claramente, que a relevância dos fundamentos da impugnação e a possibilidade de dano se sobrepõem à sentença condenatória e à regular produção dos seus efeitos.
Sob tal enfoque, o Magistrado, ao rejeitar o pedido de impugnação do Agravante, decidiu nos seguintes termos:
"(...)
Analisando os autos, tenho não ser o caso de excesso de execução.
Como demonstrado pelos cálculos atualizados no EP. 95, consta, pelo que observei, a completude de todos os valores devidos, como o débito principal, as custas processuais e os honorários advocatícios.
A executada alega em sua impugnação que o excesso é no importe de R$ 109.843,48, pois, decorre do fato de que o impugnante atualizou seu débito a partir de cálculo anterior, o que ensejou a cobrança de juros sobre juros (vedado pela Lei de Usura, DEC 22.626/33 - art. 4º), além do computo em excesso de multa do art. 475-J sobre honorários de cumprimento de sentença e outras parcelas indevidas da
condenação.
Todavia, compulsando os autos e verificando os valores apresentados por ambas as partes em suas planilhas, constatei que o exequente apresentou os valores e suas respectivas atualizações conforme os critérios estabelecidos na sentença que direciona esta fase de cumprimento de sentença de forma objetiva.
Com efeito, a correção monetária fora realizada a partir do evento danoso, com juros incidindo de forma simples da citação.
A multa de dez por cento fora deferida na decisão proferida no EP. 86, a executada não efetuou o pagamento no prazo, incidiu regularmente em multa de dez por cento e mais dez por cento de honorários advocatícios da fase de cumprimento de sentença.
Por essa razão, impõe-se o rejeição da impugnação apresentada.
ANTE O EXPOSTO, rejeito a impugnação proposta pelo executado no EP. 103.
Intimem as partes.
Após a preclusão, e considerando que o exequente recebera o valor incontroverso, expeça-se alvará no valor de R$ 109.843,48 em favor do exequente.
Intime para receber.
(...)" - fls. 338v-339.
Desta apreciação preliminar da respectiva Decisão e dos documentos acostados aos autos, entendo que as diretrizes determinadas na Sentença às fls.191v-204v (relativamente à quantia

Câmara - Única
zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=
SICOJURR - 00057053

indenizatória principal, atualização monetária, às custas e astreintes, aos juros legais e honorários advocatícios) foram, aparentemente, observadas pelo Autor/Agravado ao efetuar os cálculos apresentados para o início da fase executória (fls.273v-277).
Digo o mesmo sobre os valores apresentados pelo Agravado após o descumprimento voluntário da condenação (fls. 281v-282), porque, levam a crer, estarem de acordo com os índices fixados na Decisão de fls.280v-281.
Diante do exposto, indefiro o pedido de atribuição do efeito suspensivo ao presente Agravo de Instrumento, sem prejuízo de mais detida análise quando do julgamento de mérito.
Intime-se o Agravado para que responda ao recurso, na forma do inc. II do art. 1019 do CPC/2015.
Após, volte-me concluso.
Boa Vista, 25 de maio de 2017.

DES. ALMIRO PADILHA
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0000.17.000907-0 - BOA VISTA/RR
APELANTE: EDILENE DE OLIVEIRA SILVA
ADVOGADO: DR. JOHN PABLO SOUTO SILVA - OAB/RR 506N
APELADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO: DR. ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES - OAB/RR 506N
RELATORA: DESA. TÂNIA VASCONCELOS

Trata-se Apelação Cível interposta por Edilene de Oliveira Silva em face de sentença proferida pelo Juízo da 3.ª Vara Cível, que julgou improcedente a ação de cobrança de complementação de seguro obrigatório, assim como a indenização por danos morais, em razão de acidente automobilístico ao argumento de inexistência de disfunções permanentes no patrimônio físico da vítima.
Irresignada, a recorrente afirma que há provas da alegada invalidez permanente, tanto que a seguradora reconheceu a lesão, todavia não efetuara o pagamento no valor devido, motivo pelo qual a mesma pugna pelo provimento do recurso para anular a decisão a quo e determinar o retorno dos autos ao juízo de piso para a designação de uma nova perícia médica.
Contrarrazões pelo desprovimento do recurso e manutenção integral da sentença.
É o breve relato.
Decido, na forma autorizada pelo art. 90, IV, do RITJRR.
O recurso não deve ser conhecido.
Isso porque, o art. 932, III, do NCPC autoriza o não conhecimento do recurso que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida.
Cabe esclarecer que é indispensável que o recurso confronte os fundamentos da sentença que contrariam os interesses da recorrente. Sem tais fundamentos não se pode conhecer da irresignação.
Analisando os autos, verifica-se que o laudo pericial concluiu que a lesão decorrente do acidente não deixara sequelas à vítima, fato que levou o magistrado a julgar o pedido autoral improcedente.
Contudo, a recorrente apresentou razões dissociadas dos fundamentos da decisão a quo, de modo a impugnar suposta ausência de nexo causal, sem tratar especificamente da cura sem sequelas ou do grau de lesão que justifique o recebimento de indenização no teto legal.
No mais, embora a mesma tenha impugnado a nomeação da perita (EP. nº 68), seus argumentos não são hábeis para demonstrar a nulidade da perícia, uma vez que os documentos anexos aos autos não são capazes de desqualificar o resultado.
Assim, como o presente recurso não ataca os fundamentos da sentença, ferindo diretamente o princípio da dialeticidade, conclui-se que o mesmo não deve ser conhecido.
Nesse sentido é o entendimento jurisprudencial pátrio:
"APELAÇÃO CÍVEL. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. RAZÕES RECURSAIS. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. AUSÊNCIA. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.

Câmara - Única
zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

O recurso deve ser apresentado com os fundamentos de fato e de direito que deram causa ao inconformismo, ou seja, deve fazer referência direta aos fundamentos do pronunciamento judicial. Evidenciado nos autos que as razões recursais não se relacionam com o cerne do que foi decidido, não deve ser conhecida a apelação interposta." (TJMG – 9ª Câmara Cível, ApCi nº 1.0000.16.094377-5/001, Rel. Des. Amorim Siqueira, j. 21.02.2017, não conheceram, unânime, DJe 10.03.2017)

"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO. PRELIMINAR SUSCITADA DE OFÍCIO. FALTA DE INTERESSE RECURSAL. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. OFENSA. APELAÇÃO NÃO CONHECIDA. SENTENÇA MANTIDA.

Verificado que os fundamentos da peça recursal não estão em consonância com aquilo que foi arguido e discutido nos autos, como também decidido na sentença recorrida, o não conhecimento do recurso é medida que se impõe.

Recurso não conhecido." (TJMG – 10ª Câmara Cível, ApCi nº 1.0148.13.008995-3/001, Rel. Des. Vicente de Oliveira Silva, j. 29.11.2016, não conheceram, unânime, DJe 16.12.2016)

Do exposto, não conheço do recurso, nos termos do art. 932, III, do NCPC.

Publique-se. Intimem-se.

Boa Vista (RR), 25 de maio de 2017.

Desa. Tânia Vasconcelos
Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.16.818137-7 - BOA VISTA/RR
APELANTE: INGRED RAFAELA SILVA MORAIS
ADVOGADO: DR. MARCIO LEANDRO DEODATO DE AQUINO E OUTROS - OAB/RR 748N
APELADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO: DR. ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES - OAB
RELATORA: DESA. TÂNIA VASCONCELOS

DECISÃO

Trata-se Apelação Cível interposta por Ingred Rafaela Silva Morais em face de sentença proferida pelo Juízo da 2.ª Vara Cível, que julgou improcedente sua pretensão ao argumento da inexistência de comprovação da suposta invalidez, haja vista que, segundo o laudo pericial judicial, a lesão não ocasionara sequelas.

Irresignada, a apelante afirma que há vasto acervo probatório que confirma a invalidez alegada e contesta a escolha judicial da perita nomeada para avaliar a lesão, arguindo que a médica não seria profissional adequada para a análise da lesão, assim como sua nomeação afetaria o critério da impessoalidade, uma vez que a perita atuara em um amplo número de processos da referida vara cível.

Dessa forma, a mesma pugna pelo provimento do apelo para declarar nulos o laudo pericial judicial e a decisão a quo, determinando-se o retorno dos autos à primeira instância para designação de nova perícia médica.

Contrarrazões pelo desprovimento do recurso e manutenção integral da sentença.

É o sucinto relato.

Passo a julgar monocraticamente, na forma autorizada pelo art. 90, V, do RITJRR.

Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.

Em que pesem os argumentos do recorrente, a razão não lhe assiste.

Analisando os autos, percebe-se que o laudo pericial, emitido por médica credenciada com conhecimento técnico para tal e elaborado nos moldes legais, resultou na ausência de lesões permanentes decorrentes do acidente, fato que levou o magistrado a julgar o pedido autoral improcedente.

De acordo com a Lei n. 6.194/74, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, os danos cobertos pelo seguro são aqueles que resultam em morte, invalidez permanente, seja ela total ou parcial, e por despesas de

Câmara - Única
zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

assistência médica e suplementares. Todavia, a lei não contempla as lesões passíveis de cura por qualquer medida terapêutica, é preciso ter perdas anatômicas ou funcionais de caráter permanente para fazer jus ao seguro.

In casu, embora a apelante tenha impugnado o laudo, seus argumentos não foram suficientes para demonstrar a nulidade da perícia, uma vez que críticas genéricas ao trabalho da profissional não são suficientes para desqualificar o resultado.

Ademais, cabe mencionar que o juiz não está adstrito a uma ou a outra prova produzida nos autos, podendo formar sua convicção com base em todo arcabouço probatório do processo.

Nesse sentido, esta Corte vem se posicionando:

"APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSUAL CIVIL. COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. DIVERGÊNCIA ENTRE O LAUDO ELABORADO PELO EXPERT JUDICIAL E O PARECER DO ASSISTENTE TÉCNICO. PARTE QUE NÃO REQUEREU NOVA PERÍCIA NEM SUSCITOU QUALQUER NULIDADE. PREVALÊNCIA DO LAUDO PERICIAL. PROFISSIONAL A QUE SE ATRIBUI CONDIÇÃO DE IMPARCIAL. RECURSO CONHECIDO, MAS DESPROVIDO. 1. A simples divergência entre o laudo apresentado pelo assistente técnico da parte, dissociado de outros elementos de prova aptos a corroborar tal conclusão, não se afigura suficiente para infirmar o laudo elaborado pelo perito judicial, o qual além de estar equidistante dos interesses das partes encontra-se apto a laborar de forma absolutamente imparcial. 2. Recurso conhecido, mas desprovido." (TJRR, AC 0010.16.801560-9, Câmara Cível, Rel. Des. Jefferson Fernandes da Silva - p.: 26/10/2016). Grifo nosso.

"APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA – SEGURO DPVAT - PRESCRIÇÃO – SÚMULA 405 DO STJ – TERMO INICIAL – CIÊNCIA DA INVALIDEZ PERMANENTE – LAUDO MÉDICO PARTICULAR – DATA DA CIÊNCIA DA INVALIDEZ PERMANENTE – IMPUGNAÇÃO – AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS EM SENTIDO CONTRÁRIO – INTERESSE PROCESSUAL – LEGITIMIDADE PASSIVA - VALOR DA INDENIZAÇÃO – PROPORCIONALIDADE.

1. O prazo prescricional para as ações relativas à cobrança de indenização do seguro DPVAT é de três anos (Súmula 405 do STJ), cujo termo inicial é a ciência da invalidez permanente pelo segurado.

2. A ré/apelada não trouxe qualquer documento que demonstre a data que a autora/apelante teve ciência da invalidez permanente. A mera impugnação da documentação trazida aos autos pela autora não é capaz de presumir que a invalidez foi constatada na data do acidente.

3.O beneficiário que não esgota a via administrativa em busca do pagamento do seguro DPVAT tem interesse processual, não sendo carecedor da ação de cobrança do seguro. Princípio da inafastabilidade da jurisdição (CF 5º XXXV).

4. Acriação da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A não alterou ou retirou a responsabilidade das seguradoras consorciadas, que continuam responsáveis pelo pagamento das indenizações.

5. Qualquer seguradora que integre o consórcio detém legitimidade para responder as ações de cobrança do Seguro DPVAT (Lei 6.194/74, art. 7º), não se cuidando de hipótese de litisconsórcio passivo necessário.

6. "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez." Súmula 474 do STJ.

7. Aindenização do seguro DPVAT, sob a égide da Lei 6194/74 em sua redação original, é de até 40 salários mínimos vigentes à época do evento, corrigidos monetariamente a partir da data do sinistro. Precedentes desta Corte e do C. STJ.

8. Deu-se provimento ao apelo da autora para cassar a r. sentença, rejeitar as preliminares e julgou-se parcialmente procedente o pedido.

ANTE O EXPOSTO, nego provimento ao apelo, na forma do art. 90, V, do RITJRR.

P.R.I.

Boa Vista (RR), 25 de maio de 2017.

Desa. Tânia Vasconcelos
Relatora

Câmara - Única

zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

Câmara - Única

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0000.17.001252-0 - BOA VISTA/RR
APELANTE: MENILDO ROCHA VALADARES
ADVOGADO: DR. MÁRCIO LEANDRO DEODATO DE AQUINO E OUTROS - OAB/RR 748N
APELADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO: DR. ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES - OAB/RR 393A
RELATOR: DES. MOZARILDO CAVALCANTI

DECISÃO

Trata-se de apelação cível interposta em face da sentença exarada pelo MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista (RR), que reconheceu a ausência do nexo de causalidade entre as lesões e o acidente, bem como julgou improcedente o pedido de indenização.
O apelante alega nulidade da perícia, sob o argumento de que a perita não observou os documentos acostados aos autos, que comprovam o nexo causal entre as lesões e o acidente.
Por isso, pede o conhecimento e o provimento do recurso para anular a sentença e o laudo pericial.
Em contrarrazões, a apelada requer a manutenção da sentença em sua integralidade.
O Regimento Interno do Tribunal de Justiça estabelece o seguinte:
Art. 90. São atribuições do relator nos feitos cíveis:
V – negar provimento a recurso em manifesto confronto com jurisprudência dominante do Tribunal ou de Tribunal Superior;
VI – dar provimento a recurso contra decisão em manifesto confronto com jurisprudência dominante do Tribunal ou de Tribunal Superior;
O recurso trata de matéria pacificada na jurisprudência, por isso passo a decidir monocraticamente.
No EP n. 97 o laudo pericial dispõe não haver lesão decorrente de acidente com veículo automotor de via terrestre.
O apelante impugnou o laudo pericial (E.P.102), requerendo a designação de nova data para a realização da perícia, sob o argumento de que a perícia foi realizada de forma superficial, sem que a perita observasse o relatório de atendimento no Hospital Geral de Roraima e o Boletim de Ocorrência registrado na Delegacia de Acidente de Trânsito.
O ordenamento jurídico brasileiro adota o princípio do live convencimento motivado, que possibilita ao juiz apreciar livremente as provas constantes nos autos. Assim, sendo o Juiz não está adstrito à prova que a parte entende seja mais favorável, mas pode formar a sua convicção a partir de outros elementos constantes nos autos.
Neste sentido, o laudo pericial, emitido por perito oficial, detentor de presunção de veracidade, é suficientemente claro para que seja aferida a lesão sofrida, moldando-a aos termos da Lei nº 11.945 <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/231840/lei-11945-09>/2009 e respectiva tabela.
Neste sentido:
AGRAVO. ATIVIDADE ESPECIAL. NOVA PERÍCIA TÉCNICA. DESNECESSIDADE. Tendo o perito oficial, profissional de confiança do Juízo, elaborado laudo técnico extenso e detalhado, que apresenta a fundamentação de todas as respostas aos quesitos apresentados pelas partes e que, de qualquer sorte, será analisado no contexto das demais provas trazidas aos autos, revela-se desnecessária a realização de nova perícia técnica, por outro profissional. Processo AG 50211784820124040000 5021178-48.2012.404.0000. Orgão Julgador SEXTA TURMA. Publicação D.E.26/04/2013. Julgamento 24 de Abril de 2013. Relator CELSO KIPPER.
AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE REVISÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS, EM FASE DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO. IMPUGNAÇÃO AO LAUDO APRESENTADO PELO PERITO. PEDIDO DE REALIZAÇÃO DE NOVOS CÁLCULOS. IMPROCEDENTE. AINDA NÃO PROFERIDA A DECISÃO DE HOMOLOGAÇÃO. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.
Em razão do princípio do livre convencimento motivado, o juiz é soberano no exame das provas (arts. 131 <http://www.jusbrasil.com/topico/10727753/artigo-131-da-lei-n-5869-de-11-de-janeiro-de-1973> e 436 <http://www.jusbrasil.com/topico/10693540/artigo-436-da-lei-n-5869-de-11-de-janeiro-de-1973> do CPC <http://www.jusbrasil.com/legislacao/91735/código-processo-civil-lei-

zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

5869-73>), de sorte que compete a ele determinar a realização daquelas que se mostrem necessárias à instrução do processo. (TJ/PR - Agravo de Instrumento nº 482.691-1 - Rel. Fernando Wolff Filho - Data Publ.09/08/08). Processo AI 5756474 PR 0575647-4. Orgão Julgador 16ª Câmara Cível. Publicação DJ: 164. Julgamento 27 de Maio de 2009. Relator Lidia Maejima.
INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS DECORRENTES DE ALEGADO ERRO CLÍNICO. AUTOR SUBMETIDO A EXAME DE TOMOGRAFIA. NECESSIDADE DE INJEÇÃO DE CONTRASTE. ALEGAÇÃO DE ERRO NA APLICAÇÃO DA INJEÇÃO. REAÇÃO ALÉRGICA COM POSTERIOR NECESSIDADE DE AMPUTAÇÃO DE DEDO. IMPROCEDÊNCIA. RECURSO DO AUTOR. IMPUGNAÇÃO AO LAUDO PERICIAL. MERA INSATISFAÇÃO COM O RESULTADO DA PERÍCIA. JULGADOR DESTINATÁRIO DAS PROVAS, ADEMAIS.
O juiz, na condição de destinatário da prova, deve indeferir a produção de provas desnecessárias, inúteis ou protelatórias, que se constituam em atraso na prestação jurisdicional, se os elementos constantes dos autos forem suficientes ao seguro julgamento do processo. MÉRITO. LAUDO PERICIAL QUE INFORMOU QUE O PROCEDIMENTO REALIZADO FOI ADEQUADO. SENTENÇA MANTIDA. Procedimento médico realizado de maneira escorreita, assim verificado na prova pericial, não dá ensejo à reparação por danos materiais e morais, notadamente se o prejuízo verificado partiu de reação alérgica da própria vítima, da qual não se podia antever e não é sinônimo de falha. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. Processo AC 20150702784 Jaraguá do Sul 2015.070278-4. Orgão Julgador. Terceira Câmara de Direito Civil. Julgamento 8 de Março de 2016. Relator Gilberto Gomes de Oliveira. Andamento do Processo.
ACÓRDÃO Conversão do julgamento em diligência – Desnecessidade de nova perícia técnica – Laudo pericial bem fundamentado e que basta para o correto desate da lide. Acidente de trabalho – Auxílio acidente – Tendinite, tenossinovite (LER), síndrome do túnel do carpo e bursite – Laudo pericial dando conta da inexistência de demonstração de incapacidade com os requisitos necessários à concessão do benefício do auxílio acidente – Improcedência mantida – Recurso improvido.
Face ao exposto, nego provimento ao recurso, mantendo a sentença na íntegra.
Publique-se. Intime-se.
Boa Vista (RR), em 22 de maio de 2017.

Des. Mozarildo Monteiro Cavalcanti
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.15.829117-8 - BOA VISTA/RR
APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. EDIVAL BRAGA
APELADO: VANESSA XAUD WANDERLEY
ADVOGADO: DR. DIEGO MARCELO DA SILVA E OUTROS - OAB/RR 897N
RELATOR: DES. MOZARILDO CAVALCANTI

DECISÃO

Trata-se de apelação cível interposta em face da sentença que julgou procedente o pedido feito nos autos nº 0829117-35.2015.8.23.0010, para condenar o Estado de Roraima a pagar indenização equivalente à remuneração percebida pela apelada quando da descoberta da gravidez, a contar da data da exoneração até o quinto mês após o parto, bem como o dano moral arbitrado no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais).
Em suas razões de apelo, o apelante sustenta que o cargo comissionado e eventual exoneração durante o período de gravidez não gera estabilidade provisória e, tampouco a reintegração ao cargo ou qualquer indenização, uma vez que é ato discricionário da Administração Pública.
Acrescenta que não são devidos os danos morais por ausência de ato abusivo ou intencional, e, subsidiariamente, a redução do valor fixado.
Por fim, requer o provimento do presente recurso.

Câmara - Única
zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

Câmara - Única

Em contrarrazões, a apelada alega que, apesar ter terocupado cargo comissionado, faz jus à estabilidade, sendo devida a indenização, bem como os danos morais, em razão de ofensa ao seu direito subjetivo.

De acordo com o art. 932, inc. VIII, compete ao relator " exercer outras atribuições estabelecidas no regimento interno do tribunal."

O Regimento Interno do Tribunal de Justiça prevê tais poderes do relator no art. 90:

Art. 90. São atribuições do relator nos feitos cíveis:

V – negar provimento a recurso em manifesto confronto com jurisprudência dominante do Tribunal ou de Tribunal Superior;

VI – dar provimento a recurso contra decisão em manifesto confronto com jurisprudência dominante do Tribunal ou de Tribunal Superior;

O recurso trata de matéria pacificada na jurisprudência do STJ e do presente Tribunal, razão pela qual passo a decidir monocraticamente.

Presentes os requisitos de admissibilidade, conheço do recurso.

Conforme consta dos autos, a apelada trabalhou para o Estado de Roraima, em cargo comissionado, tendo ajuizado a presente ação sustentando que foi dispensada sem justa causa, no período em que se encontrava grávida.

O apelante aduz que não cometeu qualquer ilegalidade, uma vez que a exoneração ad nutum é intrínseca ao poder discricionário da Administração Pública.

Diante da análise dos autos, verifica-se que as alegações do Estado não procedem. Vejamos.

A Constituição brasileira conferiu especial proteção aos nascituros e a suas mães, seja estabelecendo a licença maternidade pelo prazo mínimo de 120 dias, seja concedendo estabilidade às gestantes por cinco meses após o parto.

Tal garantia constitucional, com o status de cláusula pétrea, é plenamente aplicável aos servidores públicos, inclusive aos ocupantes de cargo em comissão.

Não se discute a livre nomeação e exoneração dos cargos em comissão, pois trata-se de prerrogativa conferida ao administrador, devendo, contudo, observar-se os direitos e garantias fundamentais do servidor, especialmente o disposto no art. 7º, I e XVIII; e art. 10º, II, b:

Art. 7º CF - São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

I - relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos;

XVIII - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;

Art. 10 º ADCT - Até que seja promulgada a lei complementar a que se refere o art. 7º, I, da Constituição:

II - fica vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa:

a)...

b) da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.

Registre-se que a expressão "empregada" utilizada pelo texto constitucional se refere a qualquer relação de subordinação, pública ou privada. Em amparo, cito precedente do Supremo Tribunal Federal:

APELAÇÃO CÍVEL ? AÇÃO DE COBRANÇA ? EXONERAÇÃO DE SERVIDORA GESTANTE OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO ? NECESSIDADE DE INDENIZAÇÃO PELO PERÍODO DE ESTABILIDADE PROVISÓRIA ? RESPEITO AOS PRINCÍPIOS DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E MORALIDADE ? RECURSO PROVIDO. A servidora gestante e ocupante de cargo em comissão tem direito à estabilidade provisória que vai desde o início da gravidez atá depois do parto, garantindo-lhe o pagamento de indenização se for exonerada dentro desse período?. Insurge-se, no apelo extremo, com fundamento na alínea ?a? do permissivo constitucional, contra alegada violação às normas dos artigos 37, inciso II, da Constituição Federal e 10º, inciso II, alínea ?b?, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Depois de apresentadas contrarrazões, o recurso não foi admitido, na origem, daí a interposição do presente agravo. Decido. Anote-se, inicialmente, que o recurso extraordinário foi interposto contra acórdão publicado após 3/5/07, quando já era plenamente exigível a demonstração da repercussão geral

zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

da matéria constitucional objeto do recurso, conforme decidido na Questão de Ordem no Agravo de Instrumento nº 664.567/RS, Pleno, Relator o Ministro Sepúlveda Pertence, DJ de 6/9/07. Todavia, apesar da petição recursal haver trazido a preliminar sobre o tema, não é de se proceder ao exame de sua existência, uma vez que, nos termos do artigo 323 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, com a redação introduzida pela Emenda Regimental nº 21/07, primeira parte, o procedimento acerca da existência da repercussão geral somente ocorrerá ?quando não for o caso de inadmissibilidade do recurso por outra razão?. A irresignação não merece prosperar, haja vista que a jurisprudência desta Corte firmou entendimento no sentido de que a exoneração de servidora que se encontra em gozo de licença-gestante, mesmo que ocupante de cargo em comissão, caracteriza violação do direito constitucional de estabilidade provisória. Nesse sentido, anote-se: ?CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. LICENÇA-GESTANTE. EXONERAÇÃO. C.F., art. 7º, XVIII; ADCT, art. 10, II, b. I. - Servidora pública exonerada quando no gozo de licença-gestante: a exoneração constitui ato arbitrário, porque contrário à norma constitucional: C.F., art. 7º, XVIII; ADCT, art. 10, II, b. II. - Remuneração devida no prazo da licença-gestante, vale dizer, até cinco meses após o parto. Inaplicabilidade, no caso, das Súmulas 269 e 271-STF. III. - Recurso desprovido? (RMS nº 24.263/DF, Segunda Turma, Relator o Ministro Carlos Velloso, DJ de 9/5/03). ?Agravo regimental no recurso extraordinário. Servidora gestante. Cargo em comissão. Exoneração. Licença-maternidade. Estabilidade provisória. Indenização. Possibilidade. 1. As servidoras públicas, em estado gestacional, ainda que detentoras apenas de cargo em comissão, têm direto à licença- maternidade e à estabilidade provisória, nos termos do art. 7º, inciso XVIII, c/c o art. 39, § 3º, da Constituição Federal, e art. 10, inciso II, alínea b, do ADCT. 2. Agravo regimental não provido? (RE nº 420.839-AgR/DF,de minha relatoria, Primeira Turma, DJe de 26/4/12). ?SERVIDORA PÚBLICA GESTANTE OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO ? ESTABILIDADE PROVISÓRIA (ADCT/88, ART. 10, II, ?b?)? CONVENÇÃO OIT Nº 103/1952 ? INCORPORAÇÃO FORMAL AO ORDENAMENTO POSITIVO BRASILEIRO (DECRETO Nº 58.821/66)- PROTEÇÃO À MATERNIDADE E AO NASCITURO ? DESNECESSIDADE DE PRÉVIA COMUNICAÇÃO DO ESTADO DE GRAVIDEZ AO ÓRGÃO PÚBLICO COMPETENTE ? RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. - O acesso da servidora pública e da trabalhadora gestantes à estabilidade provisória, que se qualifica como inderrogável garantia social de índole constitucional, supõe a mera confirmação objetiva do estado fisiológico de gravidez, independentemente, quanto a este, de sua prévia comunicação ao órgão estatal competente ou, quando for o caso, ao empregador. Doutrina.Precedentes. - As gestantes ? quer se trate de servidoras públicas, quer se cuide de trabalhadoras, qualquer que seja o regime jurídico a elas aplicável, não importando se de caráter administrativo ou de natureza contratual (CLT), mesmo aquelas ocupantes de cargo em comissão ou exercentes de função de confiança ou, ainda, as contratadas por prazo determinado, inclusive na hipótese prevista no inciso IX do art. 37 da Constituição, ou admitidas a título precário ? têm direito público subjetivo à estabilidade provisória, desde a confirmação do estado fisiológico de gravidez até cinco (5) meses após o parto (ADCT, art. 10, II, ?b?), e, também, à licença-maternidade de 120 dias (CF, art. 7º, XVIII, c/c o art. 39, § 3º), sendo-lhes preservada, em consequência, nesse período, a integridade do vínculo jurídico que as une à Administração Pública ou ao empregador, sem prejuízo da integral percepção do estipêndio funcional ou da remuneração laboral. Doutrina. Precedentes. Convenção OIT nº 103/1952. -Se sobrevier, no entanto, em referido período, dispensa arbitrária ou sem justa causa de que resulte a extinção do vínculo jurídico- -administrativo ou da relação contratual da gestante (servidora pública ou trabalhadora), assistir-lhe-á o direito a uma indenização correspondente aos valores que receberia até cinco (5) meses após o parto, caso inocorresse tal dispensa. Precedentes? (RE nº 634.093-AgR/DF, Relator o Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe de 7/12/11). Ante o exposto, nego provimento ao agravo de instrumento. Publique-se. Brasília, 12 de junho de 2012.Ministro Dias ToffoliRelatorDocumento assinado digitalmente (STF - AI: 806481 MS, Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 12/06/2012, Data de Publicação: DJe-115 DIVULG 13/06/2012 PUBLIC 14/06/2012)

Assim, com base na Constituição e no precedente supracitado do STF, restou sedimentado o direito fundamental das gestantes, mesmo ocupantes de cargo em comissão, e de seus nascituros,

Câmara - Única

zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

a receberem indenização compensatória no valor da remuneração do cargo até cinco meses após o parto.

Cito, ainda, o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça a respeito do presente tema:

ADMINISTRATIVO. CARGO COMISSIONADO. EXONERAÇÃO DE GESTANTE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. PREMISSAS FÁTICA E JURÍDICA DISTINTAS DAS DOS AUTOS. ALEGADA VIOLAÇÃO DO ART. 35 DA LEI Nº 8.112/90. NÃO OCORRÊNCIA. DIREITO DA SERVIDORA À PERCEPÇÃO DO VALOR CORRESPONDENTE À REMUNERAÇÃO PERCEBIDA NO CARGO DURANTE O PERÍODO DA LICENÇA-MATERNIDADE.

1. Cinge-se a controvérsia ao direito ou não da impetrante em receber os efeitos financeiros da função comissionada (cargo de confiança) após a exoneração ad nutum, durante o período da licença-maternidade.

2. Os julgados confrontados partem de premissas fática e jurídica distintas. Enquanto no aresto colacionado discute-se a permanência da gestante no cargo comissionado, o cerne da controvérsia no acórdão recorrido cinge-se ao direito da gestante exonerada do cargo comissionado em receber os valores correspondentes à função durante o período da licença-maternidade. Dissídio jurisprudencial não caracterizado.

3. As servidoras públicas civis contratadas a título precário, embora não tenham direito à permanência no cargo em comissão, em virtude da regra contida no art. 35, inciso I, da Lei nº 8.112/90, fazem jus ao recebimento de indenização durante o período compreendido entre o início da gestação até o 5º mês após o parto.

Precedentes.

4. Agravo regimental não provido.

(STJ, AgRg no AREsp 26.843/DF, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 02/02/2012, DJe 17/02/2012)

RECURSO ORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDORA PÚBLICA DESIGNADA EM CARÁTER PRECÁRIO. EXONERAÇÃO DURANTE A GESTAÇÃO. LICENÇA-MATERNIDADE. ESTABILIDADE PROVISÓRIA. ART. 7º, XVIII, DA CONSTITUIÇÃO. ART. 10, II, "B", DO ADCT. INDENIZAÇÃO SUBSTITUTIVA DA ESTABILIDADE PROVISÓRIA. POSSIBILIDADE. VALORES POSTERIORES À IMPETRAÇÃO. SÚMULAS 269 E 271/STF. PRECEDENTES.

1. As servidoras públicas, incluídas as contratadas a título precário, independentemente do regime jurídico de trabalho, possuem direito à licença-maternidade e à estabilidade provisória, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto, consoante dispõem o art. 7º, XVIII, da Constituição Federal e o art. 10, inciso II, alínea "b", do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, sendo a elas assegurada indenização correspondente às vantagens financeiras pelo período constitucional da estabilidade. Precedentes.

2. O mandado de segurança não produz efeitos patrimoniais em relação a período pretérito à impetração, os quais devem ser reclamados administrativamente ou pela via judicial adequada, em razão da incidência do teor das Súmulas 269 e 271 do STF.

3. Recurso ordinário parcialmente provido para assegurar à impetrante o direito à percepção da indenização substitutiva, correspondente à remuneração devida a partir da data da impetração do mandamus até o quinto mês após o parto (STJ, RMS 26069/MG, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, julgado em 28/04/2011, DJe 01/06/2011);

ADMINISTRATIVO. SERVIDORA PÚBLICA. CARGO EM COMISSÃO. LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO. GESTANTE. DIREITO À INDENIZAÇÃO SUBSTITUTIVA. RECURSO ORDINÁRIO PROVIDO.

1. Servidora pública temporária, ocupante de cargo de livre nomeação, exonerada durante a gestação, em contrariedade ao inciso XVIII do art. 7º da CF e alínea b do inciso II do art. 10 do ADCT.

2. É devida a indenização substitutiva correspondente à remuneração desde a dispensa da servidora até cinco meses após o parto.

3. Deve ser afastada a incidência das Súmulas 269 e 271 do STF, quando o Mandado de Segurança é impetrado, na origem, antes da emergência do direito à indenização, que consistia

Câmara - Única

zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

em pedido subsidiário da recorrente, para permanecer no cargo. Precedente do STF: RMS 24.263/DF, Rel. Min. CARLOS VELLOSO, DJU 09.05.2003.
4. Recurso Ordinário parcialmente provido, apenas para assegurar o direito à percepção da indenização substitutiva (STJ, RMS 25274/MG, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Quinta Turma, julgado em 29/11/2007, DJ 17/12/2007);
Quanto à condenação por danos morais, esta também não pode ser afastada no caso em tela, sobretudo, em razão de a dispensa indevida ter se dado durante o estado gravídico, uma fase tão delicada na vida de uma mulher.
Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, restou assegurado o direito à reparação do dano, seja ele moral ou material:
"Art. 5° Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito á vida, à igualdade, à segurança e a propriedade, nos termos seguintes:
[…]
X – são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação".
Para a caracterização do dano moral, é indispensável a ocorrência de ofensa a algum dos direitos da personalidade do indivíduo. Esses direitos são aqueles inerentes à pessoa humana e caracterizam-se por ser intransmissíveis, irrenunciáveis e não sofrer limitação voluntária, salvo restritas exceções legais (CC/2002: art. 11).
No caso em tela, o ato ilícito praticado, por certo, gerou aborrecimentos que vão além do mero dissabor cotidiano, impondo-se o dever de reparar à ofensa que, certamente, atingiu valores humanos de ordem íntima e emocional da apelada.
Além disso, quando se fala em direitos da personalidade, são desnecessárias maiores demonstrações da repercussão da ofensa, visto que o prejuízo é presumido.
O prejuízo de ordem moral experimentado pela apelada deve ser ressarcido numa soma que não apenas compense o abalo causado, mas atenda às circunstâncias do caso concreto.
É certo que o fim precípuo da condenação em danos morais visa evitar a ocorrência futura de situações análogas a descrita nos autos, bem como, compensar o ofendido pelo abalo sofrido, razão pela qual não poderá consistir em quantia irrisória, tampouco ser fonte de enriquecimento.
Sobre a matéria, convém colacionar compreensão firmada no STJ:
"ADMINISTRATIVO – RESPONSABILIDADE – CIVIL – DANO MORAL – VALOR DA INDENIZAÇÃO. 1. O valor do dano moral tem sido enfrentado no STJ com o escopo de atender a sua dupla função: reparar o dano buscando minimizar a dor da vítima e punir o ofensor, para que não volte a reincidir. 2. Posição jurisprudencial que contorna o óbice da Súmula 7/STJ, pela valoração jurídica da prova. 3. Fixação de valor que não observa regra fixa, oscilando de acordo com os contornos fáticos e circunstanciais. 4. Recurso especial parcialmente provido". (RESP 604801/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, julgado em 23.03.2004). (Sem grifos no original).
Dessa forma, a indenização deve consistir, ao mesmo tempo, em elemento compensador e pedagógico, de forma a impedir a reiteração da ação/omissão danosa, consideradas as posses do ofensor e a situação pessoal do ofendido, circunstâncias que são avaliadas caso a caso.
De tal modo, o valor da indenização fixada, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), mostra-se razoável e proporcional, uma vez considerados o grau da ofensa perpetrada, bem como, o bem jurídico tutelado.
Por fim, colaciono o posicionamento da presente Corte em casos semelhantes:
CONSTITUCIONAL - APELAÇÃO CÍVEL EM AÇÃO DE COBRANÇA – NULIDADE DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA – DIREITOS SOCIAIS QUE DEVEM SER GARANTIDOS A TODOS OS TRABALHADORES – EXTENSÃO DO DIREITO À ESTABILIDADE PROVISÓRIA DA GESTANTE - DANOS MORAIS MANTIDOS – AFASTADO APENAS O DEVER DE REINTEGRAÇÃO AO CARGO ANTERIORMENTE OCUPADO – CONFORME PRECEDENTES DO STF - VERBAS RESCISÓRIAS – PEDIDO ALTERNATIVO PREJUDICADO – RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. (TJRR – AC 0010.14.802178-4, Rel. Des. JEFFERSON FERNANDES DA SILVA, Câmara Cível, julg.: 09/06/2016, DJe 17/06/2016, p. 19)

Câmara - Única
zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

Câmara - Única

RECURSO ADMINISTRATIVO - SERVIDORA PÚBLICA GESTANTE OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO - EXONERAÇÃO - POSSIBILIDADE - INDENIZAÇÃO RELATIVA AO CARGO OCUPADO - PAGAMENTO DEVIDO - SERVIDORA DETENTORA DE CARGO EFETIVO - IRRELEVÂNCIA - RECURSO PROVIDO.
1.As servidoras públicas civis contratadas a título precário (ainda que tenham cargo efetivo), embora não tenham direito à permanência no cargo em comissão, em virtude da regra contida no art. 35, inciso I, da Lei nº 8.112/90, fazem jus ao recebimento de indenização durante o período compreendido entre o início da gestação até o 5º mês após o parto.
2.Recurso provido (TJRR – RA 0000.13.000063-1, Rel. Des. TANIA VASCONCELOS, Câmara Única, julg.: 06/03/2013, DJe 08/03/2013, p. 04)
RECURSO ADMINISTRATIVO - ESTABILIDADE PROVISÓRIA DA GESTANTE SERVIDORA PÚBLICA - VIOLAÇÃO - INDENIZAÇÃO DEVIDA - INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 10, II, "b" DO A.D.C.T. E DO ARTIGO 7º, XVIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.
1. As servidoras públicas e empregadas gestantes, independentemente de ocuparem cargo efetivo ou comissionado, tem direito à garantia constitucional da estabilidade provisória desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto, nos termos do art. 7º, XVIII, da Constituição Federal e do art. 10, II, "b", do ADCT, sendo-lhes devida indenização compensatória em caso de dispensa arbitrária.
2. Recurso conhecido e provido. (TJRR – RA 0000.13.000476-5, Rel. Des. MAURO CAMPELLO, Tribunal Pleno, julg.: 19/06/2013, DJe 20/06/2013, p. 04)
Desta forma, a tranquilidade que se deve conferir à servidora pública gestante revela-se na busca da manutenção de sua situação funcional, para que o período gestacional transcorra sem sobressaltos e evitar que seja punida porque se encontra grávida.
Portanto, resta comprovado que a estabilidade gestacional expressa na Constituição garante que a prerrogativa da administração em exonerar servidora gestante de cargo em comissão, implica em pagamento da indenização compensatória referente à totalidade das remunerações a serem recebidas até o fim do período da estabilidade, sendo devido, também, o pagamento da indenização por danos morais.
Diante do exposto, conheço do recurso, mas nego-lhe provimento.
Publique-se. Intimem-se.
Boa Vista/RR, 22 de maio de 2017.

Des. Mozarildo Monteiro Cavalcanti – Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.16.810722-4 - BOA VISTA/RR
APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO: DR. ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES - OAB/RR 393A
APELADO: EVERANE BENICIO DE SOUZA
ADVOGADO: DR. EMERSON ARCANJO PINTO SANT'ANNA - OAB/RR 1.293NB
RELATOR: DES. JEFFERSON FERNANDES

DECISÃO

Apelação Cível interposta, em face de sentença proferida pelo douto Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Competência Residual da Comarca de Boa Vista – RR, nos autos da ação de cobrança n.º 0810722-58.2016.8.23.0010, a qual julgou parcialmente procedente o pleito inicial, condenando a parte Apelante ao pagamento de R$ 945,00 (novecentos e quarenta e cinco reais) a título de seguro obrigatório DPVAT.
Em suas razões recursais, aduziu a parte Apelante, em síntese, que a parte apelada ingressou com outra ação referente a lesões semelhantes, bem como houve evidente ausência de comprovação do nexo causal da lesão acometida no acidente de trânsito quanto a debilidade em membro inferior esquerdo, pois no laudo pericial houve graduação da lesão em 10%, contudo, no parecer do assistente técnico fora indicada ausência de deformidades.

zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

Pugnou pelo conhecimento e provimento do recurso, a fim de que a sentença de piso seja reformada, em razão da evidente ausência de lesão.
A parte Apelada não apresentou contrarrazões.
Eis o breve relato. DECIDO.
Dispõe o art. 90, incisos V e VI, do Regimento Interno desta Corte de Justiça:
Art. 90. São atribuições do relator nos feitos cíveis:
(…)
V – negar provimento a recurso em manifesto confronto com jurisprudência dominante do Tribunal ou de Tribunal Superior;
VI – dar provimento a recurso contra decisão em manifesto confronto com jurisprudência dominante do Tribunal ou de Tribunal Superior;
No caso dos autos, entendo aplicável o dispositivo supracitado, uma vez que a controvérsia trazida à apreciação deste Juízo já se encontra sedimentada no âmbito da jurisprudência desta Corte de Justiça.
Pois bem. Após análise destes autos e dos autos n.º 0834842-05.2015.8.23.0010, tenho que o presente recurso não merece provimento.
Isso porque a presente demanda se restringe à lesão sofrida pelo Segurado no membro inferior esquerdo, com repercussão de 10%, conforme laudo pericial juntado no EP n.º 25, em razão de acidente ocorrido no dia 17/09/2014.
Por outro lado, a ação distribuída sob o n.º 0834842-05.2015.8.23.0010 foi extinta sem resolução de mérito, em razão da ausência de pressuposto processual, conforme sentença de EP n.º 06 daqueles autos.
Portanto, afasto a alegação de litigância de má-fé, visto que não restou caracterizada.
Não obstante, quanto ao acidente ocorrido no dia 17/09/2014 objeto deste processo, verifico que a Seguradora não se desincumbiu do ônus de fazer prova quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, nos termos do artigo 373, inciso II, do NCPC.
Dessarte, diferentemente do que foi sustentado pela parte Apelante, a condenação proveniente da sentença vergastada não gerará pagamento pela mesma debilidade, na medida em que a primeira ação foi extinta sem julgamento de mérito.
Ademais, da análise dos autos verifica-se que a petição inicial encontra-se instruída com o boletim de ocorrência e ficha de atendimento médico que, somados às conclusões do laudo pericial, são suficientes à comprovação do nexo causal entre o acidente e os danos sofridos.
A simples divergência entre o laudo apresentado pelo assistente técnico da parte, dissociado de outros elementos de prova aptos a corroborar tal conclusão, não se afigura suficiente para infirmar o laudo elaborado pelo perito judicial, o qual além de estar equidistante dos interesses das partes encontra-se apto a laborar de forma absolutamente imparcial.
Nesse sentido, vejamos a jurisprudência de outros tribunais:
PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. CONDIÇÕES PESSOAIS. AUTORA COM 39 ANOS DE IDADE. BENEFÍCIO INDEVIDO. TEMPESTIVIDADE DO RECURSO DO INSS. DATA DA POSTAGEM VIA CORREIOS.. PRECEDENTES. (…) 5. Havendo divergência entre o laudo do perito judicial e do assistente técnico da parte, vigora o princípio do livre convencimento motivado, sendo razoável privilegiar o primeiro, pois é elaborado por profissional em posição equidistante das partes, com confiança do juízo, ademais elaborado com atenção ao contraditório e a ampla defesa. (AC 0013124-55.2008.4.01.9199 / MG, Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL JAMIL ROSA DE JESUS OLIVEIRA, Rel.Conv. JUIZ FEDERAL MARCELO MOTTA DE OLIVEIRA, 1ª CÂMARA REGIONAL PREVIDENCIÁRIA DE JUIZ DE FORA, e-DJF1 p.953 de 22/09/2015).(…) (AC 0043223-66.2012.4.01.9199 / MG, Rel. JUIZ FEDERAL RÉGIS DE SOUZA ARAÚJO, PRIMEIRA TURMA, e-DJF1 p.814 de 28/01/2016) (sem grifos no original)
DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ ACIDENTÁRIA. NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS (ART. 42, DA LEI 8.213/91). AUSÊNCIA DE NEXO CAUSAL ENTRE A ATIVIDADE PRATICADA PELO DEMANDANTE E A DOENÇA DE FUNDO PSIQUIÁTRICO. DIVERGÊNCIA ENTRE O LAUDO PERICIAL JUDICIAL E OS RELATÓRIOS MÉDICOS PARTICULARES. PREVALÊNCIA DO PRIMEIRO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. INVIABILIDADE. SENTENÇA MANTIDA. 1. Sendo o laudo pericial do Juízo

Câmara - Única
zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

conclusivo no sentido de que não há comprovação de que o estado depressivo e ansioso alegado na inicial tenha sido originado ou agravado pelas atividades laborativas pregressas do demandante, bem como que o periciando não é portador de doença ocupacional, não merece acolhida o pedido de aposentadoria por invalidez. 2. Havendo divergência entre os relatórios médicos particulares e o laudo pericial do Juízo, este deve prevalecer, porquanto elaborado sob o crivo do contraditório e por profissional imparcial. Precedente. 3. Demonstrada a inexistência de nexo causal entre o trabalho e o agravo, não há que se falar em concessão de aposentadoria com fundamento no nexo epidemiológico entre a atividade da empresa e a entidade mórbida motivadora da incapacidade elencada na Classificação Internacional de Doenças CID, nos termos da Lei nº 11.340/06 e Decreto nº 6.042/07. 4. Recurso improvido. Sentença mantida.(TJ-DF – APC: 20090111541480 DF 0216089-88.2009.8.07.0015, Relator: ARNOLDO CAMANHO DE ASSIS, Data de Julgamento: 22/10/2014, 4ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE: 05/11/2014. Pág.: 211) (sem grifos no original)

Ainda, em suas razões de recurso, a Seguradora limitou-se a apontar que houve divergência entre as conclusões do laudo pericial e do parecer do assistente técnico, não requerendo sequer a realização de nova perícia.

Portanto, considerando que a parte Apelante não apresentou outros elementos de prova, tenho que deve prevalecer o laudo elaborado pelo expert judicial, razão pela qual o não provimento do recurso é medida que se impõe.

Diante do exposto, conheço e nego provimento ao recurso, mantendo incólume a sentença de piso.

P. I.

Baixas necessárias.

Boa Vista – RR, 22 de maio de 2017

JEFFERSON FERNANDES DA SILVA
Desembargador Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.15.814398-1 - BOA VISTA/RR
APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO: DR. ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES - OAB/RR 393A
APELADO: FRANCISCO JARDEL DOS SANTOS
ADVOGADO: DR. JOHN PABLO SOUTO SILVA - OAB/RR 506N
RELATOR: DES. JEFFERSON FERNANDES

DECISÃO

Trata-se de Apelação Cível interposta, em face de sentença proferida pelo douto Juízo da 4ª Vara Cível de Competência Residual da Comarca de Boa Vista/RR, nos autos da ação de cobrança n.º 0814398-48.2015.8.23.0010, a qual julgou parcialmente procedente o pleito inicial, condenando a parte Apelante ao pagamento de R$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos) a título de seguro obrigatório DPVAT.

Em suas razões recursais, aduziu a parte Apelante, em síntese, que a parte Apelada já havia ingressado com outra ação pleiteando indenização por invalidez referente ao seguro DPVAT por sinistros diferentes, cuja ação judicial tramitou perante a 3ª Vara Cível de Competência Residual sob o n.º 0817430-61.2015.8.23.0010.

Afirmou, ainda, que as lesões do primeiro sinistro são no mesmo membro do segundo, razão pela qual entende que a invalidez graduada no sinistro da demanda ora apelada já foi adimplida administrativamente junto a primeira lesão.

Alegou a parte Apelante, que houve evidente ausência de comprovação do nexo causal da lesão acometida, em decorrência de acidente de trânsito, visto que no laudo pericial houve graduação da lesão no tornozelo direito com repercussão intensa de 75%, mas no parecer do assistente técnico fora indicada limitação moderada no tornozelo esquerdo.

Câmara - Única
zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

Requereu, ao final, o provimento do recurso, para reformar a sentença recorrida, jugando totalmente improcedente o pedido inicial, vez que o valor indenizatório referente a prêmio de seguro DPVAT já fora pago, não havendo que se falar em complementação.

Pugnou pelo conhecimento e provimento do recurso, a fim de que a sentença de piso seja reformada, em razão da evidente ausência de lesão.

A parte Apelada apresentou contrarrazões, na qual pugnou pela improcedência do recurso, bem como a condenação do Apelante em honorários advocatícios e por litigância de má-fé.

Eis o breve relato. DECIDO.

Dispõe o art. 90, incisos V e VI, do Regimento Interno desta Corte de Justiça:

Art. 90. São atribuições do relator nos feitos cíveis:

(…)

V – negar provimento a recurso em manifesto confronto com jurisprudência dominante do Tribunal ou de Tribunal Superior;

VI – dar provimento a recurso contra decisão em manifesto confronto com jurisprudência dominante do Tribunal ou de Tribunal Superior;

No caso dos autos, entendo aplicável o dispositivo supracitado, uma vez que a controvérsia trazida à apreciação deste Juízo já se encontra sedimentada no âmbito da jurisprudência desta Corte de Justiça.

Pois bem. Após análise destes autos e dos autos n.º 0817430-61.2015.8.23.0010, tenho que o presente recurso não merece provimento.

Isso porque a causa de pedir da presente demanda se restringe à lesão sofrida pelo Segurado no tornozelo direito, com repercussão de 75%, conforme laudo pericial juntado no EP n.º 54, em razão de acidente ocorrido no dia 14/01/2014.

Por outro lado, a causa de pedir da ação distribuída sob o n.º 0817430-61.2015.8.23.0010 tem como fundamento as lesões sofridas pela parte Apelada no membro inferior direito, com repercussão de 25%, conforme laudo pericial juntado no EP n.º 24 daqueles autos, em virtude de sinistro ocorrido no dia 06/11/2014.

Portanto, observa-se que os acidentes narrados nestes autos e nos autos n.º 0817430-61.2015.8.23.0010 são distintos e geraram lesões diferentes.

Não obstante, quanto ao acidente ocorrido no dia 14/01/2014 objeto deste processo, verifico que a Seguradora não se desincumbiu do ônus de fazer prova quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, nos termos do artigo 373, inciso II, do NCPC.

Dessarte, diferentemente do que foi sustentado pela parte Apelante, a condenação proveniente da sentença vergastada não gerará pagamento pela mesma debilidade, na medida em que os acidentes geraram lesões diferentes.

Ademais, da análise dos autos verifica-se que a petição inicial encontra-se instruída com o boletim de ocorrência e ficha de atendimento médico que, somados às conclusões do laudo pericial, são suficientes à comprovação do nexo causal entre o acidente e os danos sofridos.

A simples divergência entre o laudo apresentado pelo assistente técnico da parte, dissociado de outros elementos de prova aptos a corroborar tal conclusão, não se afigura suficiente para infirmar o laudo elaborado pelo perito judicial, o qual além de estar equidistante dos interesses das partes encontra-se apto a laborar de forma absolutamente imparcial.

Nesse sentido, vejamos a jurisprudência de outros tribunais:

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. CONDIÇÕES PESSOAIS. AUTORA COM 39 ANOS DE IDADE. BENEFÍCIO INDEVIDO. TEMPESTIVIDADE DO RECURSO DO INSS. DATA DA POSTAGEM VIA CORREIOS.. PRECEDENTES. (…) 5. Havendo divergência entre o laudo do perito judicial e do assistente técnico da parte, vigora o princípio do livre convencimento motivado, sendo razoável privilegiar o primeiro, pois é elaborado por profissional em posição equidistante das partes, com confiança do juízo, ademais elaborado com atenção ao contraditório e a ampla defesa. (AC 0013124-55.2008.4.01.9199 / MG, Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL JAMIL ROSA DE JESUS OLIVEIRA, Rel.Conv. JUIZ FEDERAL MARCELO MOTTA DE OLIVEIRA, 1ª CÂMARA REGIONAL PREVIDENCIÁRIA DE JUIZ DE FORA, e-DJF1 p.953 de 22/09/2015).(…) (AC 0043223-66.2012.4.01.9199 / MG, Rel. JUIZ FEDERAL RÉGIS DE SOUZA ARAÚJO, PRIMEIRA TURMA, e-DJF1 p.814 de 28/01/2016) (sem grifos no original)

Câmara - Única

zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

Câmara - Única

DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ ACIDENTÁRIA. NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS (ART. 42, DA LEI 8.213/91). AUSÊNCIA DE NEXO CAUSAL ENTRE A ATIVIDADE PRATICADA PELO DEMANDANTE E A DOENÇA DE FUNDO PSIQUIÁTRICO. DIVERGÊNCIA ENTRE O LAUDO PERICIAL JUDICIAL E OS RELATÓRIOS MÉDICOS PARTICULARES. PREVALÊNCIA DO PRIMEIRO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. INVIABILIDADE. SENTENÇA MANTIDA. 1. Sendo o laudo pericial do Juízo conclusivo no sentido de que não há comprovação de que o estado depressivo e ansioso alegado na inicial tenha sido originado ou agravado pelas atividades laborativas pregressas do demandante, bem como que o periciando não é portador de doença ocupacional, não merece acolhida o pedido de aposentadoria por invalidez. 2. Havendo divergência entre os relatórios médicos particulares e o laudo pericial do Juízo, este deve prevalecer, porquanto elaborado sob o crivo do contraditório e por profissional imparcial. Precedente. 3. Demonstrada a inexistência de nexo causal entre o trabalho e o agravo, não há que se falar em concessão de aposentadoria com fundamento no nexo epidemiológico entre a atividade da empresa e a entidade mórbida motivadora da incapacidade elencada na Classificação Internacional de Doenças CID, nos termos da Lei nº 11.340/06 e Decreto nº 6.042/07. 4. Recurso improvido. Sentença mantida.(TJ-DF – APC: 20090111541480 DF 0216089-88.2009.8.07.0015, Relator: ARNOLDO CAMANHO DE ASSIS, Data de Julgamento: 22/10/2014, 4ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE: 05/11/2014. Pág.: 211) (sem grifos no original)

Ainda, em suas razões de recurso, a Seguradora limitou-se a apontar que houve divergência entre as conclusões do laudo pericial e do parecer do assistente técnico, não requereu sequer a realização de nova perícia.

Portanto, considerando que a parte Apelante não apresentou outros elementos de prova, tenho que deve prevalecer o laudo elaborado pelo expert judicial, razão pela qual o não provimento do recurso é medida que se impõe.

No que se refere a alegação de litigância de má-fé sustentada pelo Apelado, tenho que não merece prosperar, isso porque o exercício da faculdade do Apelante em recorrer da sentença de primeiro grau no intuito de obter uma reforma pela instância superior não caracteriza a má-fé que ora lhe foi imputada.

Diante do exposto, conheço e nego provimento ao recurso, mantendo incólume a sentença de piso. Em atenção ao disposto no art. 85, § 1º do CPC/2015, fixo os honorários advocatícios na seara recursal em 05% (cinco por cento) do valor da condenação, em favor do Apelado.

P. I.

Baixas necessárias.

Boa Vista – RR, 22 de maio de 2017

JEFFERSON FERNANDES DA SILVA
Desembargador Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.16.811264-6 - BOA VISTA/RR
APELANTE: ROBERTO DA SILVA CASTRO
ADVOGADO: DR. EDSON SILVA SANTIAGO E OUTROS - OAB/RR 619N
APELADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO: DR. JOÃO ALVES BARBOSA - OAB/RJ 134.307N
RELATOR: DES. MOZARILDO CAVALCANTI

DECISÃO

Trata-se de apelação cível interposta em face da sentença exarada pelo MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista (RR), que reconheceu a ausência do nexo de causalidade entre as lesões e o acidente, bem como julgou improcedente o pedido de indenização.

O apelante alega nulidade da perícia, sob o argumento de que a perita não observou os documentos acostados aos autos, que comprovam o nexo causal entre as lesões e o acidente.

zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

Por isso, pede o conhecimento e o provimento do recurso para anular a sentença e o laudo pericial.

Em contrarrazões, a apelada requer a manutenção da sentença em sua integralidade.

O Regimento Interno do Tribunal de Justiça estabelece o seguinte:

Art. 90. São atribuições do relator nos feitos cíveis:

V – negar provimento a recurso em manifesto confronto com jurisprudência dominante do Tribunal ou de Tribunal Superior;

VI – dar provimento a recurso contra decisão em manifesto confronto com jurisprudência dominante do Tribunal ou de Tribunal Superior;

O recurso trata de matéria pacificada na jurisprudência, por isso passo a decidir monocraticamente.

No EP n. 25 o laudo pericial dispõe não haver lesão decorrente de acidente com veículo automotor de via terrestre.

O apelante impugnou o laudo pericial (E.P.32), requerendo a designação de nova data para a realização da perícia, sob o argumento de que a perícia foi realizada de forma superficial, sem que a perita observasse o relatório de atendimento no Hospital Geral de Roraima e o Boletim de Ocorrência registrado na Delegacia de Acidente de Trânsito.

O ordenamento jurídico brasileiro adota o princípio do live convencimento motivado, que possibilita ao juiz apreciar livremente as provas constantes nos autos. Assim, sendo o Juiz não está adstrito à prova que a parte entende seja mais favorável, mas pode formar a sua convicção a partir de outros elementos constantes nos autos.

Neste sentido, o laudo pericial, emitido por perito oficial, detentor de presunção de veracidade, é suficientemente claro para que seja aferida a lesão sofrida, moldando-a aos termos da Lei nº 11.945 <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/231840/lei-11945-09>/2009 e respectiva tabela.

Neste sentido:

AGRAVO. ATIVIDADE ESPECIAL. NOVA PERÍCIA TÉCNICA. DESNECESSIDADE. Tendo o perito oficial, profissional de confiança do Juízo, elaborado laudo técnico extenso e detalhado, que apresenta a fundamentação de todas as respostas aos quesitos apresentados pelas partes e que, de qualquer sorte, será analisado no contexto das demais provas trazidas aos autos, revela-se desnecessária a realização de nova perícia técnica, por outro profissional. Processo AG 50211784820124040000 5021178-48.2012.404.0000. Orgão Julgador SEXTA TURMA. Publicação D.E.26/04/2013. Julgamento 24 de Abril de 2013. Relator CELSO KIPPER.

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE REVISÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS, EM FASE DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO. IMPUGNAÇÃO AO LAUDO APRESENTADO PELO PERITO. PEDIDO DE REALIZAÇÃO DE NOVOS CÁLCULOS. IMPROCEDENTE. AINDA NÃO PROFERIDA A DECISÃO DE HOMOLOGAÇÃO. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

Em razão do princípio do livre convencimento motivado, o juiz é soberano no exame das provas (arts. 131 <http://www.jusbrasil.com/topico/10727753/artigo-131-da-lei-n-5869-de-11-de-janeiro-de-1973> e 436 <http://www.jusbrasil.com/topico/10693540/artigo-436-da-lei-n-5869-de-11-de-janeiro-de-1973> do CPC <http://www.jusbrasil.com/legislacao/91735/código-processo-civil-lei-5869-73>), de sorte que compete a ele determinar a realização daquelas que se mostrem necessárias à instrução do processo. (TJ/PR - Agravo de Instrumento nº 482.691-1 - Rel. Fernando Wolff Filho - Data Publ.09/08/08). Processo AI 5756474 PR 0575647-4. Orgão Julgador 16ª Câmara Cível. Publicação DJ: 164. Julgamento 27 de Maio de 2009. Relator Lidia Maejima.

INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS DECORRENTES DE ALEGADO ERRO CLÍNICO. AUTOR SUBMETIDO A EXAME DE TOMOGRAFIA. NECESSIDADE DE INJEÇÃO DE CONTRASTE. ALEGAÇÃO DE ERRO NA APLICAÇÃO DA INJEÇÃO. REAÇÃO ALÉRGICA COM POSTERIOR NECESSIDADE DE AMPUTAÇÃO DE DEDO. IMPROCEDÊNCIA. RECURSO DO AUTOR. IMPUGNAÇÃO AO LAUDO PERICIAL. MERA INSATISFAÇÃO COM O RESULTADO DA PERÍCIA. JULGADOR DESTINATÁRIO DAS PROVAS, ADEMAIS.

O juiz, na condição de destinatário da prova, deve indeferir a produção de provas desnecessárias, inúteis ou protelatórias, que se constituam em atraso na prestação jurisdicional, se os elementos constantes dos autos forem suficientes ao seguro julgamento do processo. MÉRITO. LAUDO PERICIAL QUE INFORMOU QUE O PROCEDIMENTO REALIZADO FOI ADEQUADO.

Câmara - Única

zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

SENTENÇA MANTIDA. Procedimento médico realizado de maneira escorreita, assim verificado na prova pericial, não dá ensejo à reparação por danos materiais e morais, notadamente se o prejuízo verificado partiu de reação alérgica da própria vítima, da qual não se podia antever e não é sinônimo de falha. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. Processo AC 20150702784 Jaraguá do Sul 2015.070278-4. Orgão Julgador. Terceira Câmara de Direito Civil. Julgamento 8 de Março de 2016. Relator Gilberto Gomes de Oliveira. Andamento do Processo.
ACÓRDÃO Conversão do julgamento em diligência – Desnecessidade de nova perícia técnica – Laudo pericial bem fundamentado e que basta para o correto desate da lide. Acidente de trabalho – Auxílio acidente – Tendinite, tenossinovite (LER), síndrome do túnel do carpo e bursite – Laudo pericial dando conta da inexistência de demonstração de incapacidade com os requisitos necessários à concessão do benefício do auxílio acidente – Improcedência mantida – Recurso improvido.
Face ao exposto, nego provimento ao recurso, mantendo a sentença na íntegra.
Publique-se. Intime-se.
Boa Vista (RR), em 22 de maio de 2017.

Des. Mozarildo Monteiro Cavalcanti
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.16.800310-0 - BOA VISTA/RR
APELANTE: CLAUDINEIA DOS SANTOS ALENCAR
ADVOGADO: DR. JOHN PABLO SOUTO SILVA OAB/RR 506N
APELADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO: DR. JOÃO ALVES BARBOSA - OAB/RJ 134.307
RELATOR: DES. MOZARILDO CAVALCANTI

DECISÃO

Trata-se de apelação cível interposta em face da sentença exarada pelo MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista (RR), que reconheceu a ausência do nexo de causalidade entre as lesões e o acidente, bem como julgou improcedente o pedido de indenização.
A apelante alega nulidade da perícia, sob o argumento de que a perita não observou os documentos acostados aos autos, que comprovam o nexo causal entre as lesões e o acidente.
Por isso, pede o conhecimento e o provimento do recurso para anular a sentença e o laudo pericial.
Em contrarrazões, a apelada requer a manutenção da sentença em sua integralidade.
O Regimento Interno do Tribunal de Justiça estabelece o seguinte:
Art. 90. São atribuições do relator nos feitos cíveis:
V – negar provimento a recurso em manifesto confronto com jurisprudência dominante do Tribunal ou de Tribunal Superior;
VI – dar provimento a recurso contra decisão em manifesto confronto com jurisprudência dominante do Tribunal ou de Tribunal Superior;
O recurso trata de matéria pacificada na jurisprudência, razão pela qual desconsidero o relatótio de fls. 04/05 e passo a decidir monocraticamente.
No EP n.25 o laudo pericial dispõe não haver lesão decorrente de acidente com veículo automotor de via terrestre.
A apelante impugnou o laudo pericial (E.P.29), requerendo a designação de nova data para a realização da perícia, sob o argumento de que a perícia foi realizada de forma superficial, sem que a perita observasse o relatório de atendimento no Hospital Geral de Roraima e o Boletim de Ocorrência registrado na Delegacia de Acidente de Trânsito.
O ordenamento jurídico brasileiro adota o princípio do live convencimento motivado, que possibilita ao juiz apreciar livremente as provas constantes nos autos. Assim, sendo o Juiz não está adstrito à prova que a parte entende seja mais favorável, mas pode formar a sua convicção a partir de outros elementos constantes nos autos.

Câmara - Única
zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

Câmara - Única

Neste sentido, o laudo pericial, emitido por perito oficial, detentor de presunção de veracidade, é suficientemente claro para que seja aferida a lesão sofrida, moldando-a aos termos da Lei nº 11.945 <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/231840/lei-11945-09>/2009 e respectiva tabela.
Neste sentido:
AGRAVO. ATIVIDADE ESPECIAL. NOVA PERÍCIA TÉCNICA. DESNECESSIDADE. Tendo o perito oficial, profissional de confiança do Juízo, elaborado laudo técnico extenso e detalhado, que apresenta a fundamentação de todas as respostas aos quesitos apresentados pelas partes e que, de qualquer sorte, será analisado no contexto das demais provas trazidas aos autos, revela-se desnecessária a realização de nova perícia técnica, por outro profissional. Processo AG 50211784820124040000 5021178-48.2012.404.0000. Orgão Julgador SEXTA TURMA. Publicação D.E.26/04/2013. Julgamento 24 de Abril de 2013. Relator CELSO KIPPER.
AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE REVISÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS, EM FASE DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO. IMPUGNAÇÃO AO LAUDO APRESENTADO PELO PERITO. PEDIDO DE REALIZAÇÃO DE NOVOS CÁLCULOS. IMPROCEDENTE. AINDA NÃO PROFERIDA A DECISÃO DE HOMOLOGAÇÃO. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.
Em razão do princípio do livre convencimento motivado, o juiz é soberano no exame das provas (arts. 131 <http://www.jusbrasil.com/topico/10727753/artigo-131-da-lei-n-5869-de-11-de-janeiro-de-1973> e 436 <http://www.jusbrasil.com/topico/10693540/artigo-436-da-lei-n-5869-de-11-de-janeiro-de-1973> do CPC <http://www.jusbrasil.com/legislacao/91735/código-processo-civil-lei-5869-73>), de sorte que compete a ele determinar a realização daquelas que se mostrem necessárias à instrução do processo. (TJ/PR - Agravo de Instrumento nº 482.691-1 - Rel. Fernando Wolff Filho - Data Publ.09/08/08). Processo AI 5756474 PR 0575647-4. Orgão Julgador 16ª Câmara Cível. Publicação DJ: 164. Julgamento 27 de Maio de 2009. Relator Lidia Maejima.
INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS DECORRENTES DE ALEGADO ERRO CLÍNICO. AUTOR SUBMETIDO A EXAME DE TOMOGRAFIA. NECESSIDADE DE INJEÇÃO DE CONTRASTE. ALEGAÇÃO DE ERRO NA APLICAÇÃO DA INJEÇÃO. REAÇÃO ALÉRGICA COM POSTERIOR NECESSIDADE DE AMPUTAÇÃO DE DEDO. IMPROCEDÊNCIA. RECURSO DO AUTOR. IMPUGNAÇÃO AO LAUDO PERICIAL. MERA INSATISFAÇÃO COM O RESULTADO DA PERÍCIA. JULGADOR DESTINATÁRIO DAS PROVAS, ADEMAIS.
O juiz, na condição de destinatário da prova, deve indeferir a produção de provas desnecessárias, inúteis ou protelatórias, que se constituam em atraso na prestação jurisdicional, se os elementos constantes dos autos forem suficientes ao seguro julgamento do processo. MÉRITO. LAUDO PERICIAL QUE INFORMOU QUE O PROCEDIMENTO REALIZADO FOI ADEQUADO. SENTENÇA MANTIDA. Procedimento médico realizado de maneira escorreita, assim verificado na prova pericial, não dá ensejo à reparação por danos materiais e morais, notadamente se o prejuízo verificado partiu de reação alérgica da própria vítima, da qual não se podia antever e não é sinônimo de falha. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. Processo AC 20150702784 Jaraguá do Sul 2015.070278-4. Orgão Julgador. Terceira Câmara de Direito Civil. Julgamento 8 de Março de 2016. Relator Gilberto Gomes de Oliveira. Andamento do Processo.
ACÓRDÃO Conversão do julgamento em diligência – Desnecessidade de nova perícia técnica – Laudo pericial bem fundamentado e que basta para o correto desate da lide. Acidente de trabalho – Auxílio acidente – Tendinite, tenossinovite (LER), síndrome do túnel do carpo e bursite – Laudo pericial dando conta da inexistência de demonstração de incapacidade com os requisitos necessários à concessão do benefício do auxílio acidente – Improcedência mantida – Recurso improvido.
Face ao exposto, nego provimento ao recurso, mantendo a sentença na íntegra.
Publique-se. Intime-se.
Boa Vista (RR), em 22 de maio de 2017.

Des. Mozarildo Monteiro Cavalcanti
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000.17.000424-6 - BOA VISTA/RR

zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

Câmara - Única

AGRAVANTE: BANCO HONDA S/A
ADVOGADO: DR. DIEGO PAULI E OUTRO - OAB/RR 858N
AGRAVADO: DAGMARA BARBOSA COSTA
ADVOGADO: DR. GIOBERTO DE MATOS JÚNIOR - OAB/RR 787N
RELATOR: DES. MOZARILDO CAVALCANTI

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto em face da decisão proferida no processo n° 0812429-61.2016.8.23.0010, a qual deferiu, em tutela de urgência, o depósito das parcelas vencidas e vincendas no valor de R$ 187,27; a manutenção do bem na posse da agravada; e determinou que o agravante se abstenha de incluir o nome da agravada nos órgãos de proteção ao crédito, sob pena de multa diária.
Em suas razões, o agravante afirma, em síntese, que a decisão contraria os parágrafos 2º e 3º do art. 300 do CPC, pois o pagamento da quantia contratada é exigência nas ações decorrentes de financiamento; que o acolhimento do pedido de consignação do valor apresentado pela agravada é apoiar a inadimplência; que para afastar a mora, o pagamento do valor contratado tem que ser integral; e que a abstenção de inscrição do nome da agravada nos cadastros de proteção ao crédito somente é possível mediante caução idônea ou depósito dos valores incontroversos.
Ao final, requer a reforma da decisão para determinar que a agravada seja compelida a depositar o valor integral das parcelas contratadas, bem como a revogação da ordem de proibição de inclusão do nome da agravada nos cadastros de inadimplentes, de manutenção na posse do bem e da multa fixada.
Sem contrarrazões (fl. 58).
De acordo com o art. 932, VIII, do CPC, compete ao relator exercer outras atribuições estabelecidas no regimento interno do tribunal.
O Regimento Interno do Tribunal de Justiça estabelece o seguinte:
Art. 90. São atribuições do relator nos feitos cíveis:
V – negar provimento a recurso em manifesto confronto com jurisprudência dominante do Tribunal ou de Tribunal Superior;
VI – dar provimento a recurso contra decisão em manifesto confronto com jurisprudência dominante do Tribunal ou de Tribunal Superior;
No presente caso, observo que a decisão está em manifesto confronto com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, razão pela qual decido monocraticamente.
O agravante sustenta que a agravada não está cumprindo com as suas obrigações, estando ausentes os requisitos para a concessão da tutela de urgência, e que não ficou caracterizada a abusividade, não havendo elementos para suspender a inscrição nos serviços de proteção ao crédito.
O entendimento do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que é lícita a cobrança de juros remuneratórios acima de 12% ao ano, salvo se caracterizada a abusividade, o que não ocorreu no presente caso:
AGRAVO INTERNO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO. 1. CAPITALIZAÇÃO MENSAL PACTUADA. 2. JUROS REMUNERATÓRIOS. LIMITAÇÃO EM 12% A.A. IMPOSSIBILIDADE. 3. ABUSIVIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. SÚMULAS 5 E 7/STJ. 4. AGRAVO IMPROVIDO.
1. As instituições financeiras não se sujeitam à limitação dos juros remuneratórios estipulada na Lei de Usura (Decreto 22.626/1933), razão pela qual a estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade, devendo ser realizada uma aferição do desvio em relação à taxa média praticada no mercado.
2. É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após 31/3/2000, data da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17/2000 (em vigor como MP 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada. A capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual deve vir pactuada de forma expressa e clara. A previsão no contrato

zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada.
3. Em relação à questão dos juros remuneratórios no contrato em questão, tendo o Tribunal de origem consignado que não havia abusividade nas taxas cobradas, não há como acolher a pretensão do recorrente no ponto, diante dos enunciados sumulares n. 5 e 7 desta Corte.
4. Agravo interno a que se nega provimento.
(AgInt no AgInt no AREsp 929.720/MS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/02/2017, DJe 01/03/2017)
AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO BANCÁRIO. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. COBRANÇA. POSSIBILIDADE. JUROS REMUNERATÓRIOS. ABUSIVIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. SÚMULA Nº 7/STJ.
1. A capitalização dos juros em periodicidade inferior a 1 (um) ano é admitida nos contratos bancários firmados após 31/3/2000, data da publicação da Medida Provisória nº 1.963-17, desde que pactuada de forma clara e expressa, assim considerada quando prevista a taxa de juros anual em percentual pelo menos 12 (doze) vezes maior do que a mensal.
2. A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp nº 1.061.530/RS, Relatora a Ministra Nancy Andrighi, submetido ao regime dos recursos repetitivos, firmou posicionamento no sentido de que: "a) As instituições financeiras não se sujeitam à limitação dos juros remuneratórios estipulada na Lei de Usura (Decreto 22.626/33), Súmula 596/STF; b) A estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade; c) São inaplicáveis aos juros remuneratórios dos contratos de mútuo bancário as disposições do art. 591 c/c o art. 406 do CC/02; d) É admitida a revisão das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais, desde que caracterizada a relação de consumo e que a abusividade (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada - art. 51, §1º, do CDC) fique cabalmente demonstrada, ante às peculiaridades do julgamento em concreto".
3. Não tendo sido demonstrada, pelo tribunal de origem, a abusividade, correto o julgado que manteve os juros remuneratórios nos termos da contratação.
4. Analisar a questão referente ao cerceamento de defesa demandaria o reexame de matéria fático-probatória, procedimento inviável em recurso especial, conforme a Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça.
5. Agravo interno não provido.
(AgInt no AREsp 953.306/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/11/2016, DJe 21/11/2016)
AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INCONFORMISMO DA PARTE AUTORA.
1. É admitida a revisão das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais, desde que caracterizada a relação de consumo e que a abusividade (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada - art. 51, § 1º, do CDC) fique cabalmente demonstrada, ante às peculiaridades do julgamento em concreto, o que não foi comprovado nestes autos.
2. Esta Corte Superior, no julgamento do REsp nº 973.827/RS, Relª para acórdão Minª Maria Isabel Gallotti, submetido ao procedimento dos recursos repetitivos (art. 543-C do CPC), assentou entendimento de que é permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após 31/3/2000, data da publicação da Medida Provisória nº 1.963-17/2000, em vigor como MP nº 2.170-01, desde que expressamente pactuada.
2.1 No aludido julgamento, a Segunda Seção deliberou que a previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para caracterizar a expressa pactuação e permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada, hipótese dos autos.
2.2 Previsão negocial autorizando a prática firmada nas instâncias ordinárias. Impossibilidade de reexame da matéria por importar novo enfrentamento do quadro fático delineado na lide e interpretação de cláusulas contratuais. Incidência das súmulas ns. 5 e 7 do STJ.
3. Agravo regimental desprovido.

Câmara - Única
zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

(AgRg no AREsp 649.935/MS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 02/08/2016, DJe 16/08/2016)

Assim, é admitida a revisão das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais, desde que caracterizada a relação de consumo e que a abusividade (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada) fique cabalmente demonstrada, o que não se amolda ao caso em análise.

Face ao exposto, conheço do recurso, e dou-lhe provimento, com fundamento no artigo 90, VI, do RITJRR, para determinar que a agravada realize o pagamento das parcelas no valor contratado.

Desconsidere-se o relatório de fl. 60.

Publique-se. Intime-se.

Boa Vista – RR, 22 de maio de 2017.

Des. Mozarildo Monteiro Cavalcanti
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.13.704030-8 - BOA VISTA/RR
APELANTE: ESPÓLIO DE HELIO PINTO PINHEIRO
DEFENSORA PÚBLICA: DRA. INAJÁ DE QUEIROZ MADURO - OAB/RR 221N
1º. APELADO: ARTHUR GOMES BARRADA
2º. APELADO: AMADEU HUNZE HAMID
3º. APELADO: AMAZONAS BRASIL
4º. D. ROSSI EPP
ADVOGADO: DR. WARNER VELASQUE RIBEIRO - OAB/RR 288A
5º. APELADO: DELCI ROSSI
6º. APELADA: KÁTIA APARECIDA ROSSI
ADVOGADO: DR. WARNER VELASQUE RIBEIRO E OUTRO - OAB/RR 288A
7º. APELADA: LAIZA PEREIRA DA SILVA LOPES
ADVOGADA: DRA. PAULA REGINA PINHEIRO CASTRO LIMA - OAB/MA 8.958N
8º. APELADA: LUCIMAR NASCIMENTO CARDOSO
9º. APELADA: MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA THOMAS
ADVOGADO: DR. MAMEDE ABRÃO NETO
RELATOR: DES. MOZARILDO CAVALCANTI

DECISÃO

Trata-se de apelação cível interposta em face da sentença que, na Ação Reivindicatória nº 0704030-40.2013.8.23.0010, extinguiu o feito sem resolução do mérito, por ausência de pressuposto de constituição válida do processo consistente na citação do réu.

A parte apelante alega, em suma, que a sentença merece ser desconstituída, pois atos processuais ocorreram (desde o EP 157) sem que deles a defensoria pública fosse intimada.

Afirma que o julgado encontra-se em desacordo com o que preceitua o art. 10, do CPC, que veda a decisão surpresa, bem como em desrespeito aos princípios do contraditório e da cooperação.

Aduz que não se pode admitir, ante a nova sistemática processual, que o processo seja prematura e irregularmente extinto, já que não foi devidamente oportunizado, ao apelante, suprir a falta, seja pela intimação pessoal, seja pela intimação do seu defensor público.

Requer a cassação da sentença, tendo em vista sua nulidade, com o retorno dos autos à Vara de origem para regular processamento do feito.

Houve apresentação de contrarrazões pelos recorridos Kátia Aparecida Rossi e outros, alegando, em preliminar, a deserção do recurso, ante a ausência de preparo e, no mérito, pugnando pelo desprovimento do recurso.

Os recorridos Maria das Graças da Silva Thomas e Altaide Thomas da Silva também contrarrazoaram o recurso pugnando pelo seu desprovimento.

De acordo com o art. 932, inc. VIII, compete ao relator "exercer outras atribuições estabelecidas no regimento interno do tribunal".

Câmara - Única
zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

Comentando o dispositivo, o Min. Luiz Fux esclareceu que, a fim de manter estável a sua jurisprudência, os Tribunais podem inserir em seus regimentos internos os pronunciamentos judiciais previstos no art. 557 do CPC de 1973:

"...o recurso submetido ao relator pelo regime do CPC de 1973 pode receber do mesmo qualquer das decisões então previstas antes de 18 de março 2016, como os pronunciamentos judiciais previstos no o artigo 557 do CPC.

Deveras, o novo CPC, no artigo 932, inciso VIII, dispõe que o relator exercerá outras atribuições previstas no Regimento Interno do seu tribunal. Nesse sentido, forçoso convir que a própria lei (novo CPC) admitiu que o Regimento Interno possa acrescentar outros casos de concessão de poderes ao relator:

O STJ e o STF incluirão no seu Regimento os poderes previstos no artigo 557 do antigo CPC de 1973, de sorte que nos Tribunais Superiores continuará sendo possível ao relator também dar ou negar provimento ao recurso consoante : a) a jurisprudência dominante no tribunal local em matéria local, b) a Jurisprudência dominante no STJ ou no STF com relação , respectivamente às matérias infraconstitucionais e constitucionais.

Essa fórmula atende à ideologia do NCPC que foi prestigiar a jurisprudência ao dispor no verbis: Art. 926. Os tribunais devem uniformizar sua jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente." (O novo Código de Processo Civil e a segurança jurídica normativa Revista Consultor Jurídico, 22 de março de 2016, 16h06)

O Regimento Interno do Tribunal de Justiça prevê tais poderes do relator no art. 90:

Art. 90. São atribuições do relator nos feitos cíveis:

V – negar provimento a recurso em manifesto confronto com jurisprudência dominante do Tribunal ou de Tribunal Superior;

VI – dar provimento a recurso contra decisão em manifesto confronto com jurisprudência dominante do Tribunal ou de Tribunal Superior;

Inicialmente, cumpre afastar a preliminar de deserção do recurso alegada em sede de contrarrazões. Isto porque o recorrente é beneficiário da justiça gratuita, conforme se depreende do EP 95.

Desse modo, afasto a referida preliminar.

Feita tal consideração, observo que a sentença está em manifesto confronto com a jurisprudência dominante deste Tribunal, uma vez que extinguiu o processo, sem resolução do mérito, por ausência de constituição válida do processo, sem realizar a devida intimação do apelante ou de seu defensor público, conforme depreende-se da análise dos andamentos no sistema PROJUDI.

Assim, embora a parte esteja representada pela defensoria pública, não houve a imprescindível intimação acerca do despacho que determinou a manifestação sobre a ausência de citação.

O histórico de substabelecimentos de defensores, pela parte autora, nos presentes autos, é o seguinte:

"Defensor Público Leonardo Oliveira Costa: habilitado em 07/07/2015 e desabilitado em 20/02/2017;

Defensora Pública Paula Regina Pinheiro Castro Lima: habilitada em 20/02/2017 e desabilitada em 20/03/2017; e

Defensora Pública Inajá de Queiroz Maduro: habilitada em 21/03/2017".

No entanto, em 10/01/2015, o defensor Leonardo Oliveira Costa requereu sua desabilitação, nos seguintes termos (EP 96):

"MM. Juiz,

O Defensor Público Dr. Leonardo Oliveira Costa, inscrito na OAB-DF sob o n.º 17.137, está com sua exoneração prevista para o dia 12.1.2015, haja vista que tomará posse e entrará em exercício na referida data, motivo pelo qual pede sua desabilitação dos presentes autos.

E. deferimento.

São Luiz – RR, 10/1/2015.

Leonardo Oliveira Costa

Defensor Público"

Inobstante o pedido, o defensor indicado não foi desabilitado, ficando a parte recorrente, desse modo, sem assistência jurídica a partir de então, já que durante o período supramencionado de

Câmara - Única

zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

habilitação da defensora Paula Regina, ela também encontrava-se habilitada pela requerida Laiza Pereira da Silva Lopes desde 26/01/2017.
Observa-se que, em 13/10/2016, no EP 153 foi proferido despacho nos seguintes termos:
"1. Manifeste-se a parte autora, no prazo de 5 (cinco) dias;
2. Transcorrido o prazo sem resposta, certifique e aguarde-se em cartório por 30 (trinta) dias;
3. Permanecendo inerte, intime-se a autora pessoalmente para dar andamento ao feito, em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção (Art. 485, III, §1º CPC);
4. Decorrido o prazo acima sem manifestação, certifique-se e voltem os autos conclusos para sentença;
5. Intime-se."
Desse modo, a intimação acerca do despacho restou inócua.
Houve expedição de mandado de intimação pessoal do autor, o qual poderia suprir a falta de intimação da defensoria, contudo, restou negativo (Eps 158 e 159).
A sentença foi proferida no EP 164, em 25/02/2017, tendo sido expedida intimação à parte autora em 02/03/2017 (EP 165).
A defensora subscritora do recurso de apelação somente foi habilitada em 21/03/2017.
Sabe-se que a ausência de intimação do defensor público se caracteriza como nulidade insanável, porquanto caracterizado o cerceamento de defesa, uma vez que o feito foi sentenciado sem que a parte autora pudesse promover a citação dos demais réus.
A jurisprudência deste Tribunal de Justiça consolidou-se no seguinte sentido:
APELAÇÃO CÍVEL. PARTE PATROCINADA PELA DEFENSORIA PÚBLICA. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO COM VISTAS DOS AUTOS. CERCEAMENTO DE DEFESA CARACTERIZADO. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA ANULADA.
(TJRR – AC 0000.16.001045-0, Rel. Des. ELAINE BIANCHI, Câmara Cível, julg.: 15/12/2016, DJe 24/01/2017, p. 73)
APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO INDENIZATÓRIA - EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO - INTIMAÇÃO PRÉVIA PARA DEMONSTRAR INTERESSE NA CAUSA - MANDADO E EDITAL - AUTORA ASSISTIDA PELA DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL - AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL DA DPE - ART. 117, INC. I, DA LEI Nº 164/2010 - SENTENÇA EXTINTIVA ANULADA - INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 267, § 1º, DO CPC, E, SÚMULA Nº 240, DO STJ - APELO PROVIDO.
1. Apelação Cível interposta, em face de sentença que extinguiu processo de indenização por danos morais, sem resolução do mérito, por abandono de causa, nos termos do artigo 267, inciso III, do Código de Processo Civil.
2. Desinteresse da parte no prosseguimento e solução da causa não pode ser presumido pelo magistrado. É imprescindível para extinção do feito, sob tal fundamento, a intimação daquele que instaurou a lide.
3. In casu, a Apelante é assistida pela DPE, razão por que deveria esta ter sido intimada pessoalmente. Afronta ao artigo 117, inciso I, da Lei nº 164/2010.
4. A última manifestação da Apelante, por sua Defensora, foi pela realização da perícia. Após duas tentativas frustradas de intimação pessoal da Recorrente, o juízo extinguiu ação por abandono, sem intimar pessoalmente sua Defensora, e, sem pedido formal da parte requerida, como prevê Súmula nº 240, do STJ.
5. Apelo conhecido e provido. Sentença anulada.
(TJRR – AC 0010.07.153181-7, Rel. Juiz(a) Conv. LEONARDO CUPELLO, Câmara Única, julg.: 29/10/2013, DJe 06/11/2013, p. 14)
APELAÇÃO CÍVEL. PRELIMINARES. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CERCEAMENTO DE DEFESA. VIOLAÇÃO AO DEVIDO PROCESSO LEGAL. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL DA DEFENSORIA PÚBLICA. PRELIMINARES ACOLHIDAS. SENTENÇA ANULADA.
1 - No caso em exame, o julgamento antecipado da lide, sem oportunidade para que a apelante produzisse provas requeridas e deferidas, impossibilitou-a de comprovar suas alegações, o que tornou irremediavelmente nula a r. sentença apelada.
2 - O processo ainda contém outro vício de nulidade, por ausência de intimação pessoal da Defensoria Pública.

Câmara - Única
zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

3 - Ressalte-se que, a despeito da necessidade do cumprimento de metas de produtividade, o Judiciário não pode atropelar fases processuais e violar o direito ao devido processo legal, garantia constitucional das partes.
(TJRR – AC 0010.02.554444-5, Rel. Juiz(a) Conv. ERICK LINHARES, Câmara Única, julg.: 30/07/2013, DJe 07/08/2013, p. 14-15)
Face ao exposto, com fundamento nos artigos 932, VIII, e 926, ambos do CPC, e no artigo 90, VI, do RITJ/RR, dou provimento à apelação, para cassar a sentença e determinar o regular prosseguimento do feito.
Boa Vista, 22 de maio de 2017.

Des. Mozarildo Monteiro Cavalcanti
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0000.17.001210-8 - BOA VISTA/RR
APELANTE: JOTERDAN PEIXOTO RODRIGUES
ADVOGADO: DR. JOHN PABLO SOUTO SILVA - OAB/RR 506N
APELADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO: DR. ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES - OAB/RR 393A
RELATOR: DES. JEFFERSON FERNANDES

DECISÃO

Trata-se de Apelação Cível interposta em face de sentença proferida pelo MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível de Competência Residual da Comarca de Boa Vista, nos autos da ação de cobrança n.º 0802307-23.2015.8.23.0010, que julgou improcedente o pedido autoral, extinguindo o processo, com resolução do mérito, em razão de a parte autora não ter produzido provas suficientes para comprovar os fatos narrados na inicial e o grau de sua lesão.
Alega que, não consta nos autos qualquer ato intimatório pessoal para que a parte autora compareça à perícia médica, constando apenas intimação virtual e tal ato é passível de nulidade vez que, eivado de vício e ofensivo às garantias constitucionais vertentes, v.g., contraditório e devido processo legal.
Argumenta, ainda, que consta nos autos Laudo Médico atestando a lesão que incapacita a parte autora até prova em contrário.
Por fim, em razão da falta de intimação pessoal, para a parte autora comparecer em juízo, para fins de realização de prova pericial, requereu o provimento do presente recurso principalmente por não haver, qualquer, previsão legal no que concerne a julgamento com resolução de mérito, em razão de desídia processual, pois tal penalidade tem expressa previsão nas hipóteses do art.267, III do CPC e que seja a sentença cassada, do contrário, no máximo que se reforme no sentido de extinguir o feito sem a resolução do mérito.
Em suas contrarrazões (E.P. 71), o Apelado, requer a manutenção da sentença em todos seus termos.
É o breve relato. DECIDO.
Dispõe o art. 90, incisos V e VI, do Regimento Interno desta Corte de Justiça:
Art. 90. São atribuições do relator nos feitos cíveis:
(…)
V – negar provimento a recurso em manifesto confronto com jurisprudência dominante do Tribunal ou de Tribunal Superior;
VI – dar provimento a recurso contra decisão em manifesto confronto com jurisprudência dominante do Tribunal ou de Tribunal Superior;
No caso dos autos, entendo aplicável o dispositivo supracitado, uma vez que a controvérsia trazida à apreciação deste Juízo já se encontra sedimentada no âmbito da jurisprudência desta Corte de Justiça.
Pois bem, após análise dos autos e das razões aventadas pelas partes, tenho que o presente recurso não merece provimento.

Câmara - Única
zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

No caso em apreço, verifico que a sentença objurgada julgou improcedente a pretensão inicial, em razão da ausência da parte autora na perícia médica, bem como pela ausência de qualquer elemento probatório capaz de indicar a incapacidade/invalidez da mesma.
Com efeito, a realização de perícia a fim de apurar o grau de lesão do segurado, para o pagamento de indenização a título de seguro DPVAT, é ato imprescindível, na medida em que o pagamento deve ser realizado de forma proporcional ao grau de invalidez, verificando-se o membro afetado, bem como a intensidade da sequela, consoante enuncia o art. 3º da Lei n.º 6.194/74.
Tal entendimento restou pacificado por meio do verbete sumular n.º 475, do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, o qual enuncia que "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez."
Dessarte, para a comprovação do fato constitutivo do direito do Autor, não se afigura suficiente a comprovação da invalidez, mas também o grau de intensidade da sequela, por meio de laudo pericial idôneo, razão pela qual faz-se necessária a realização de perícia médica, a fim de realizar o enquadramento legal da lesão.
Por conseguinte, a presença do segurado à audiência para realização da perícia médica mostra-se essencial ao deslinde da causa.
No caso dos autos, verifico que a parte Autora não trouxe documento hábil a comprovar a invalidez e o grau de intensidade da lesão, pois os documentos por ela juntados carecem de informações precisas quanto aos precitados elementos.
Ademais, a parte Autora/Apelante não compareceu à perícia médica designada, oportunidade em que as informações necessárias para o deslinde do feito poderiam ter sido produzidas.
Quanto a este ponto, verifico que o Juízo de piso determinou a realização de perícia médica e no mesmo ato determinou a intimação pessoal da parte Autora/Apelante, por meio de aviso de recebimento, para comparecimento ao local designado para a realização da perícia, consoante despacho proferido no EP n.º 40.
Verifico, ainda, que o aviso de recebimento retornou sem cumprimento, com a informação "mudou-se" certificada pelo Correios, conforme EP n.º 54.
Dessa forma, verifico que a parte Autora/Apelante foi devidamente intimada, não havendo que se falar em cerceamento de defesa, uma vez que as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, presumem-se válidas, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço, consoante enuncia o parágrafo único do art. 274, do NCPC.
Nesse sentido, vejamos a jurisprudência de outros tribunais:
APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. PEDIDO JULGADO IMPROCEDENTE POR AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO DO AUTOR. FALTA DE COMPARECIMENTO NA DATA DESIGNADA PARA A REALIZAÇÃO DE PERÍCIA MÉDICA. INTIMAÇÃO POSTAL ENCAMINHADA PARA O ENDEREÇO INDICADO NA INICIAL. PRESUNÇÃO DE VALIDADE. ART. 238, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. DEVER DA PARTE DE FORNECER O ENDEREÇO COMPLETO E ATUALIZADO EM JUÍZO. INEXISTÊNCIA DE QUALQUER JUSTIFICATIVA PARA O NÃO COMPARECIMENTO. PRECLUSÃO DA PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA INVALIDEZ. ÔNUS DA PROVA. NÃO DESINCUMBÊNCIA. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. SENTENÇA MANTIDA. PRECEDENTES. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. "Não tendo o postulante se desincumbido do ônus de comprovar os fatos constitutivos do seu direito, vez que não compareceu em audiência designada para a realização de perícia, para constatação do grau de invalidez, presumindo-se válida, ressalte-se, a intimação pessoal realizada no endereço indicado na inicial, como prevê o parágrafo único, do artigo 238, do Código de Processo Civil, correto o reconhecimento da improcedência da pretensão inicial". (TJPR - 10ª C.Cível - AC - 1217971-0 - Região Metropolitana de Londrina - Foro Central de Londrina - Rel.: Luiz Lopes - Unânime - - J. 31.07.2014). (TJPR - 10ª C.Cível - AC - 1385120-8 - Região Metropolitana de Londrina - Foro Central de Londrina - Rel.: Guilherme Freire de Barros Teixeira - Unânime - - J. 20.08.2015).(TJ-PR - APL: 13851208 PR 1385120-8 (Acórdão), Relator:

Câmara - Única
zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

Guilherme Freire de Barros Teixeira, Data de Julgamento: 20/08/2015, 10ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ: 1656 25/09/2015). (Sem grifos no original)
Por conseguinte, não tendo a parte Autora/Apelante comprovado a invalidez permanente e a intensidade da sequela, nem comparecido à perícia médica designada, de forma a realizar o enquadramento da lesão nos moldes estatuídos pelo art. 3º da Lei n.º 6.194/74, o não provimento do recurso é medida que se impõe.
Diante do exposto, conheço e nego provimento ao recurso, mantendo incólume a sentença de piso.
P. I.
Baixas necessárias.
Boa Vista – RR, 24 de maio de 2017.

JEFFERSON FERNANDES DA SILVA
Desembargador Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.16.802334-8 - BOA VISTA/RR
APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO: DR. ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES - OAB/RR 393A
APELADO: DHOW BRENDO UCHOA NASCIMENTO
ADVOGADO: DR. JOHN PABLO SOUTO SILVA - OAB/RR 506N
RELATORA: DESA. TÂNIA VASCONCELOS

DECISÃO

Trata-se Apelação Cível interposta pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A em face de sentença proferida pelo Juízo da 3.ª Vara Cível, que julgou parcialmente procedente o pedido inicial condenando-a ao pagamento de R$ 843,75 (Oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), extinguindo o feito, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC.
Inconformada, a parte recorrente alega que a sentença deve ser reformada pois o MM. Juiz não observou a divergência entre o perito judicial e o assistente técnico.
Aduz que o valor devido já foi pago administrativamente, e se houver alguma complementação a ser feita será no valor de R$ 337,50 (trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos).
Requer pelo provimento do recurso para cassar a sentença monocrática, julgando improcedente a ação.
Em contrarrazões, o apelado manifestou-se pela manutenção da sentença em todos os seus termos.
É o breve relato.
Decido, autorizada pelo art. 90 do RITJRR.
Em que pesem os argumentos da apelante, o recurso não merece prosperar.
Isso porque a simples divergência entre os laudos do perito e do assistente técnico da parte não se mostra motivo suficiente para desconstituir o laudo elaborado pelo perito judicial, se tal divergência refere-se apenas ao percentual a ser aplicado em relação ao grau de incapacidade permanente da vítima.
Ademais, não foi requerida nova perícia, nem apresentadas provas capazes de demonstrar desacerto na conclusão do perito.
Nesse sentido é a jurisprudência desta Corte de Justiça:
"APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSUAL CIVIL. COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. DIVERGÊNCIA ENTRE O LAUDO ELABORADO PELO EXPERT JUDICIAL E O PARECER DO ASSISTENTE TÉCNICO. RECORRENTE NÃO REQUEREU NOVA PERÍCIA NEM SUSCITOU QUALQUER NULIDADE. PREVALÊNCIA DO LAUDO PERICIAL. PROFISSIONAL A QUE SE ATRIBUI CONDIÇÃO DE IMPARCIAL. RECURSO CONHECIDO MAS DESPROVIDO.
1. A simples divergência entre o laudo apresentado pelo assistente técnico da parte, dissociado de outros elementos de prova aptos a corroborar tal conclusão, não se afigura suficiente para infirmar

Câmara - Única
zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

o laudo elaborado pelo perito judicial, o qual além de estar equidistante dos interesses das partes encontra-se apto a laborar de forma absolutamente imparcial. (g.n)
2. Recurso conhecido, mas desprovido." (TJRR – AC 0010.15.815766-8, Rel. Des. JEFFERSON FERNANDES DA SILVA, Câmara Cível, julg.: 13/10/2016, DJe 18/10/2016, p. 22)
"APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSUAL CIVIL. COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. BOLETIM DE OCORRÊNCIA DEVE SER AVALIADO EM CONJUNTO COM OS DEMAIS ELEMENTOS DO CONTEXTO PROBATÓRIO. LAUDO PERICIAL QUE CORROBORA AS LESÕES SOFRIDAS. DIVERGÊNCIA ENTRE O LAUDO ELABORADO PELO EXPERT JUDICIAL E O PARECER DO ASSISTENTE TÉCNICO. RECORRENTE NÃO REQUEREU NOVA PERÍCIA NEM SUSCITOU QUALQUER NULIDADE. PREVALÊNCIA DO LAUDO PERICIAL. PROFISSIONAL A QUE SE ATRIBUI CONDIÇÃO DE IMPARCIAL. RECURSO CONHECIDO MAS DESPROVIDO." (TJRR – AC 0010.14.837255-9, Rel. Des. JEFFERSON FERNANDES DA SILVA, Câmara Cível, julg.: 13/10/2016, DJe 18/10/2016, p. 20)
Cumpre, ainda, ressaltar, que o valor fixado na condenação é equivalente ao constante da manifestação apresentada pela ora apelante em relação ao laudo pericial (EP 39), verbis:
"(...).
Desta forma, eventual condenação deve ser calculada considerando o teto máximo indenizável, qual seja, até R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), na proporção da invalidez ocasionada pelo sinistro conforme a tabela instituída pela Medida Provisória nº 451 de 2008, qual seja o importe de R$ 843,75 (Oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos)."
Do exposto, com fulcro no art. 90, V, do RITJRR, nego provimento ao presente recurso e mantendo a sentença monocrática em todos os seus termos.
Publique-se e Intimem-se.
Boa Vista, 25 de maio de 2017.

Desa. TÂNIA VASCONCELOS
Relatora

REMESSA NECESSÁRIA Nº 0005.15.800001-7 - ALTO ALEGRE/RR
REQUERENTE: ADOLFO CELESTINO DE ABREU FILHO
ADVOGADO: DR. MARCUS PAIXÃO COSTA DE OLIVEIRA - OAB/RR 285A
REQUERIDO: O MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE - RR
PROCURADORA DO MUNICÍPIO: DRA. ILANA RHÊNIA LEITE SAMPAIO - OAB/RR 970N
RELATOR: DES. CRISTÓVÃO SÚTER

I - Tratam os autos de Remessa Necessária de sentença proferida pelo MM. Juiz de Direito da Comarca de Alto Alegre, que julgou parcialmente procedente pleito relativo a verbas trabalhistas, condenando o requerido ao pagamento do FGTS.
Aduz o autor, na inicial, que faria jus ao recebimento de verbas remuneratórias, consistentes no aviso prévio, férias, 13.º salário e FGTS, por ter trabalhado no período de 01/02/2010 a 31/12/2012.
Consta dos autos, que o requerido, em contestação, argumentou que reconhecida a nulidade da contratação por inobservância ao disposto no art. 37, II, § 2.º, da Lei maior, sequer se cogitaria de vínculo empregatício.
Sem recurso voluntário de qualquer das partes, subiram os autos em Remessa Necessária.
É o breve relato.
Passo a decidir.
II - Merece reforma a sentença.
Da análise dos autos, constata-se que a sentença proferida afigura-se contrária à jurisprudência dominante deste Tribunal e do Pretório Excelso, autorizando o julgamento monocrático da remessa necessária pelo Relator, nos termos do art. 932, inciso VIII, do CPC, combinado com o art. 90, VIII, do Regimento Interno deste Tribunal.
Constitui entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal (Recurso Extraordinário n.º 705.140/RS, com repercussão geral), que reconhecida a nulidade da contratação do empregado

Câmara - Única
zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=
SICOJURR - 00057053

público, persiste o direito do trabalhador tão somente à percepção dos salários concernentes ao intervalo trabalhado e ao levantamento do FGTS.
Confira-se:
"AÇÃO RESCISÓRIA - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - CONTRATAÇÃO DE PESSOAL - AUSÊNCIA DE CONCURSO PÚBLICO - NULIDADE - PRETENSÃO AO RECEBIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS, 13.º SALÁRIO PROPORCIONAL E FGTS - IMPOSSIBILIDADE - TEMA 308 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - AÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE. Os contratos temporários declarados nulos com a administração pública têm como "Efeitos jurídicos: pagamento do saldo salarial e levantamento de FGTS" (STF, RE nº 863.125/MG-AgR, Segunda Turma, Relator: Ministro Gilmar Mendes - p.: 06/05/2015)." (TJRR, AR 0000.14.002316-9, Câmara Cível, Relator: Des. Cristóvão Suter - p.: 22/11/2016)
"APELAÇÃO CÍVEL - CONTRATO TEMPORÁRIO DE TRABALHO -ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL - AUSÊNCIA DE CONCURSO PÚBLICO - PERCEPÇÃO DE VERBAS TRABALHISTAS - IMPOSSIBILIDADE - REPERCUSSÃO GERAL/STF - DIREITO SOMENTE A SALDO DE SALÁRIO E FGTS - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. A contratação de pessoal para a administração pública sem a observância da regra do concurso público, torna o contrato nulo, subsistindo somente o direito do trabalhador ao saldo de salário, se existente, e ao saque do FGTS. (...)." (TJRR, AC 0010.15.806903-8, Câmara Cível, Relatora: Desa. Tania Vasconcelos - p.: 11/04/2017)
III - Posto isto, reformo parcialmente a sentença em remessa necessária, reconhecendo ao autor tão somente o direito ao levantamento dos depósitos efetuados no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.
Retifique-se a autuação, lançando-se a expressão Remessa Necessária.
Boa Vista, 19 de maio de 2017.

Desembargador Cristóvão Suter

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000.17.000552-4 - BOA VISTA/RR
AGRAVANTE: IVANIL XAVIER RODRIGUES
ADVOGADO: DR. EDSON MENDONÇA FERREIRA - OAB/RR 1.636N
AGRAVADO: COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA
ADVOGADO: DR. LEONILDO TAVARES LUCENA JÚNIOR - OAB/RR 475N
RELATOR: DES. JEFFERSON FERNANDES

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto em face da decisão proferida pelo douto Juízo da 5ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista (RR), no bojo da ação de obrigação de fazer c/c indenização, autos nº 0824654-16.2016.823.0010, que indeferiu pedido de tutela antecipada, consistente em suspender a cobrança da tarifa de esgoto cobrada da parte Autora ora Agravante.
Em sua inicial e em sede de razões recursais, aduz a parte Autora ora Agravante, em síntese, que, em julho de 2015, recebeu um comunicado enviado pela empresa Agravada, informando sobre a obrigatoriedade de conexão dos sistemas hidráulicos na rede de esgoto disponível.
Argumenta, porém, que a parte Agravada não disponibilizou nenhuma ligação para a residência da Agravante, a fim de permitir o cumprimento da determinação.
Segue afirmando que não se preocupou em realizar nenhum pedido, já que a única pessoa que possui capacidade técnica e autorização para fazê-lo é a empresa Requerida.
Conclui que, muito embora a empresa não tenha realizado o serviço, a Agravante foi surpreendida com a cobrança de tarifa de esgoto em sua fatura, no valor de R$ 87,69 (oitenta e sete reais e sessenta e nove centavos).
Sustenta que a Agravante procurou a empresa Agravada, onde foi informada sobre a obrigatoriedade do pagamento da tarifa independente da utilização do serviço.

Câmara - Única
zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

Aduz que a empresa Agravada está cobrando por um serviço que a Agravante não utiliza e sem que haja possibilidade de vir a utilizar, alegando que o ponto de ligação na rede de esgoto somente pode ser disponibilizado pela empresa Requerida.

Assevera, em arremate, que os serviços de esgotamento sanitários não estão sendo fornecidos, conforme fotos colacionados na exordial que evidenciam que o esgoto está sendo despejado a céu aberto, haja vista a inviabilidade técnica para a utilização da rede de esgoto.

Requer, preliminarmente, a atribuição do efeito suspensivo/ativo ao agravo, e, no mérito, pleiteia a reforma da decisão hostilizada.

Às fls. 49/50, o pedido de atribuição do efeito suspensivo ao recurso restou indeferido.

A parte Agravada fora devidamente intimada para apresentar contrarrazões, mas deixou o prazo transcorrer in albis (fls. 52).

É o breve relatório. DECIDO.

Como é pacífico, compete ao Relator o exame dos pressupostos de admissibilidade recursal, podendo monocraticamente não conhecer do recurso nas hipóteses do artigo 932, III a V, todos do CPC.

Neste contexto, após análise das razões do recurso de agravo, verifico que o presente recurso não merece ser conhecido.

Isso porque, é dever da parte interessada impugnar com precisão os fundamentos da decisão/sentença recorrida, sob pena de tornar inviável a apreciação do recurso.

É o que dispõe o artigo 932, inciso III, do CPC, in verbis:

Art. 932. Incumbe ao relator:

III - não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida;

Por conseguinte, referido artigo positiva o chamado "Princípio da Dialeticidade", segundo o qual se exige que a peça recursal contenha fundamentos que venham a embasar o inconformismo, declinando os fundamentos de fato e de direito de sua contrariedade.

É, portanto, um ônus atribuído ao Recorrente a fim de que evidencie os motivos para a reforma da decisão recorrida.

No caso presente, verifico que o Juízo de primeira instância indeferiu pedido de tutela antecipada, consistente em suspender cobrança da tarifa de esgoto cobrada da parte Autora ora Agravante, sob o fundamento que não restou demonstrado que "efetivamente não há ligação de sua residência à rede disponibilizada pela CAERR".

Conquanto a ausência de ligação da residência da Agravante com a rede de esgoto pública não seja o ponto nodal da questão sob apreciação, a parte Agravante, em sede de razões recursais, limitou-se a reproduzir as alegações constantes de sua petição inicial, argumentando que a empresa Agravada não disponibilizou nenhuma ligação para a residência da Agravante, a fim de permitir a conexão dos sistemas hidráulicos na rede de esgoto, de modo que está sendo indevidamente cobrada por um serviço que não utiliza e sem que haja possibilidade de vir a utilizar, pois "o agravado não realiza coleta e transporte do esgoto sanitário na residência da agravante".

Em outras palavras, as razões do agravo de instrumento estão dissociadas dos fundamentos da decisão recorrida, eis que o Agravante insurge-se de forma genérica, pois não impugnou especificamente os termos da decisão de piso.

Mostra-se, portanto, que o não conhecimento do recurso é medida que se impõe.

Neste sentido é a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APLICAÇÃO DO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ PARA O PRESENTE AGRAVO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE INADMITIU O RECURSO ESPECIAL. 1. É dever da agravante (em virtude do princípio da dialeticidade) demonstrar o desacerto da decisão que inadmitiu o recurso especial, atacando especificamente e em sua totalidade o seu conteúdo, o que não ocorreu na espécie, uma vez que as razões apresentadas contra a decisão de inadmissibilidade do recurso especial não impugnou todos os seus fundamentos. A ausência de impugnação específica impede o conhecimento do agravo em recurso especial.2. Agravo interno não provido".(AgInt no AREsp 863.182/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 02/06/2016, DJe 08/06/2016)

Câmara - Única

zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

Ante o exposto, com fundamento no artigo 932, inciso III, do CPC, combinado com o artigo 90, IV, do RI-TJE/RR, julgo extinto o recurso de agravo de instrumento, sem resolução do mérito, por ausência de dialeticidade.
Publique-se.
Boa Vista (RR), em 24 de maio de 2017.

JEFFERSON FERNANDES DA SILVA
Desembargador Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.15.830551-5 - BOA VISTA/RR
APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO: DR. ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES - OAB/RR 393A
APELADO: RAIMUNDO ANDRADE CRUZ
ADVOGADO: DR. IGOR LYNIKER MENESES CAVALCANTE GOMES - OAB/RR 1.480N
RELATOR: DES. JEFFERSON FERNANDES

DECISÃO

Trata-se de Apelação Cível interposta, em face de sentença proferida pelo douto Juízo da 3ª Vara Cível de Competência Residual da Comarca de Boa Vista/RR, nos autos da ação de cobrança n.º 0830551-59.2015.8.23.0010, a qual julgou parcialmente procedente o pleito inicial, condenando a parte Apelante ao pagamento de R$ 945,00 (novecentos e quarenta e cinco reais) a título de seguro obrigatório DPVAT.
Em suas razões recursais, aduziu a parte Apelante, em síntese, que houve evidente ausência de comprovação do nexo causal da lesão acometida, em decorrência de acidente de trânsito, visto que o laudo pericial apresentou graduação da lesão no membro inferior direito com repercussão de 10%, no entanto, o parecer do assistente técnico fora indicada ausência de deformidades.
Pugnou pelo conhecimento e provimento do recurso, a fim de que a sentença de piso seja reformada, em razão da evidente ausência de lesão.
A parte Apelada não apresentou contrarrazões.
Eis o breve relato. DECIDO.
Dispõe o art. 90, incisos V e VI, do Regimento Interno desta Corte de Justiça:
Art. 90. São atribuições do relator nos feitos cíveis:
(…)
V – negar provimento a recurso em manifesto confronto com jurisprudência dominante do Tribunal ou de Tribunal Superior;
VI – dar provimento a recurso contra decisão em manifesto confronto com jurisprudência dominante do Tribunal ou de Tribunal Superior;
No caso dos autos, entendo aplicável o dispositivo supracitado, uma vez que a controvérsia trazida à apreciação deste Juízo já se encontra sedimentada no âmbito da jurisprudência desta Corte de Justiça.
Pois bem. Da análise dos autos, verifica-se que a petição inicial encontra-se instruída com o boletim de ocorrência e ficha de atendimento médico que, somados às conclusões do laudo pericial, são suficientes à comprovação do nexo causal entre o acidente e os danos sofridos.
A simples divergência entre o laudo apresentado pelo assistente técnico da parte, dissociado de outros elementos de prova aptos a corroborar tal conclusão, não se afigura suficiente para infirmar o laudo elaborado pelo perito judicial, o qual além de estar equidistante dos interesses das partes encontra-se apto a laborar de forma absolutamente imparcial.
Nesse sentido, vejamos a jurisprudência de outros tribunais:
PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. CONDIÇÕES PESSOAIS. AUTORA COM 39 ANOS DE IDADE. BENEFÍCIO INDEVIDO. TEMPESTIVIDADE DO RECURSO DO INSS. DATA DA POSTAGEM VIA CORREIOS.. PRECEDENTES. (…) 5. Havendo divergência entre o laudo do perito judicial e do assistente técnico da parte, vigora o princípio do livre convencimento motivado, sendo razoável privilegiar o primeiro, pois é elaborado por profissional em posição

Câmara - Única
zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

eqüidistante das partes, com confiança do juízo, ademais elaborado com atenção ao contraditório e a ampla defesa. (AC 0013124-55.2008.4.01.9199 / MG, Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL JAMIL ROSA DE JESUS OLIVEIRA, Rel.Conv. JUIZ FEDERAL MARCELO MOTTA DE OLIVEIRA, 1ª CÂMARA REGIONAL PREVIDENCIÁRIA DE JUIZ DE FORA, e-DJF1 p.953 de 22/09/2015).(…) (AC 0043223-66.2012.4.01.9199 / MG, Rel. JUIZ FEDERAL RÉGIS DE SOUZA ARAÚJO, PRIMEIRA TURMA, e-DJF1 p.814 de 28/01/2016) (sem grifos no original)

DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ ACIDENTÁRIA. NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS (ART. 42, DA LEI 8.213/91). AUSÊNCIA DE NEXO CAUSAL ENTRE A ATIVIDADE PRATICADA PELO DEMANDANTE E A DOENÇA DE FUNDO PSIQUIÁTRICO. DIVERGÊNCIA ENTRE O LAUDO PERICIAL JUDICIAL E OS RELATÓRIOS MÉDICOS PARTICULARES. PREVALÊNCIA DO PRIMEIRO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. INVIABILIDADE. SENTENÇA MANTIDA. 1. Sendo o laudo pericial do Juízo conclusivo no sentido de que não há comprovação de que o estado depressivo e ansioso alegado na inicial tenha sido originado ou agravado pelas atividades laborativas pregressas do demandante, bem como que o periciando não é portador de doença ocupacional, não merece acolhida o pedido de aposentadoria por invalidez. 2. Havendo divergência entre os relatórios médicos particulares e o laudo pericial do Juízo, este deve prevalecer, porquanto elaborado sob o crivo do contraditório e por profissional imparcial. Precedente. 3. Demonstrada a inexistência de nexo causal entre o trabalho e o agravo, não há que se falar em concessão de aposentadoria com fundamento no nexo epidemiológico entre a atividade da empresa e a entidade mórbida motivadora da incapacidade elencada na Classificação Internacional de Doenças CID, nos termos da Lei nº 11.340/06 e Decreto nº 6.042/07. 4. Recurso improvido. Sentença mantida.(TJ-DF – APC: 20090111541480 DF 0216089-88.2009.8.07.0015, Relator: ARNOLDO CAMANHO DE ASSIS, Data de Julgamento: 22/10/2014, 4ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE: 05/11/2014. Pág.: 211) (sem grifos no original)

Ademais, em suas razões de recurso, a Seguradora limitou-se a apontar que houve divergência entre as conclusões do laudo pericial e do parecer do assistente técnico, não requerendo sequer a realização de nova perícia.

Portanto, considerando que a parte Apelante não apresentou outros elementos de prova, tenho que deve prevalecer o laudo elaborado pelo expert judicial, razão pela qual o não provimento do recurso é medida que se impõe.

Diante do exposto, pelas razões acima delineadas, conheço do Apelo, mas nego provimento ao recurso, mantendo incólume a sentença de piso.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 1º do CPC/2015, fixo os honorários advocatícios na seara recursal em 10% (dez por cento) do valor da condenação, em favor do Apelado.

P.I.

Baixas necessárias.

Boa Vista – RR, em 23 de maio de 2017.

JEFFERSON FERNANDES DA SILVA
Desembargador Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.14.806705-0 - BOA VISTA/RR
APELANTE: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO: DR. MAURO PAULO GALERA MARI - OAB/MT 3.056N
APELADO: ODONTOCLINICA TRATAMENTO ODONTOLOGICO LTDA - ME E OUTROS
RELATOR: DES. CRISTÓVÃO SÚTER

I - Tratam os autos de Apelação Cível, apresentada pelo Banco Bradesco S/A, contra sentença oriunda da 2.ª Vara Cível, que extinguiu o feito sem julgamento de mérito, sob o fundamento de abandono da causa.

Aduz o apelante a necessidade de reforma da sentença, porquanto não teria aplicado o melhor direito ao proclamar a extinção dos autos por abandono da causa, sustentando ausência de intimação do advogado constituído.

Câmara - Única

zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

Não houve a apresentação de contrarrazões.
É o breve relato.
Passo a decidir.
II - Não se justifica o reclame.
Inicialmente, constata-se que a sentença proferida encontra-se em consonância com a jurisprudência dominante do colendo Superior Tribunal de Justiça, autorizando o julgamento monocrático do recurso pelo Relator, nos termos do art. 932, inciso VIII, do CPC, combinado com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno deste Tribunal.
Ao tratar da extinção do processo sem julgamento de mérito, estabelece de forma clara o Código de Processo Civil:
"Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: (...)
III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; (...)
§ 1o Nas hipóteses descritas nos incisos II e III, a parte será intimada pessoalmente para suprir a falta no prazo de 5 (cinco) dias."
No caso dos autos, determinou o reitor singular a intimação pessoal da parte (EP 72), cumprindo a determinação prevista na legislação de regência, deixando o apelante que se escoasse o prazo assinado, sem a respectiva providência.
Oportuno ressaltar que "a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou-se no sentido de que "é obrigatória a intimação do autor, nos casos de abandono da causa, e não de seu advogado, para que não ocorra de a parte ser surpreendida pela desídia de seu procurador"" (STJ, AgRg no AREsp 785.799/RJ, Segunda Turma, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques - p.: 13/11/2015).
Confira-se:
"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMPROVAÇÃO DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO ESPECIAL EM AGRAVO REGIMENTAL. SUSPENSÃO DO EXPEDIENTE FORENSE. POSSIBILIDADE. EXTINÇÃO DO PROCESSO. ABANDONO DA CAUSA. NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO AUTOR. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO DO ADVOGADO. JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL. SÚMULA N. 83/STJ. 1. A comprovação da tempestividade do agravo em recurso especial em decorrência de suspensão de expediente forense no Tribunal de origem pode ser feita posteriormente, em agravo regimental, desde que por meio de documento idôneo capaz de evidenciar a prorrogação do prazo do recurso cujo conhecimento pelo STJ é pretendido. 2. Para a extinção da ação por abandono da causa, é necessária a intimação pessoal da parte autora, sendo descabida a intimação de seu advogado. Incidência da Súmula n. 83/STJ. 3. Embargos de declaração acolhidos". (STJ, EDcl no AgRg no AREsp 205.965/MA, Terceira Turma, Rel. Ministro João Otávio De Noronha - p.: 19/02/2016)
"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. ABANDONO DE CAUSA. EXTINÇÃO DO PROCESSO. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO DO PATRONO DA PARTE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. EXCESSO DE EXECUÇÃO. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL. RECONHECIMENTO. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DESTA CORTE. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. É desnecessária a intimação do patrono da parte para a extinção do processo em decorrência do abandono da causa. Incidência da Súmula 83/STJ. 2. O Tribunal de origem, com base nos fatos e provas dos autos, concluiu que a intimação pessoal da parte fora comprovada na espécie. O acolhimento das razões de recurso, na forma pretendida, demandaria o reexame de matéria fática. Incidência do verbete 7 da Súmula desta Corte. 3. Agravo regimental a que se nega provimento." (STJ, AgRg no AREsp 238.795/SP, Quarta Turma, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti - p.: 27/09/2013)
III - Posto isto, nos termos do art. 932, inciso VIII, do CPC, combinado com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno deste Tribunal, nego provimento ao recurso.
Boa Vista, 25 de maio de 2017.

Desembargador Cristóvão Suter

Câmara - Única
zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

Câmara - Única

PUBLICAÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 0000.15.002667-2 – BOA VISTA/RR
AUTOR: HENRIQUE MANOEL FERNANDES MACHADO
ADVOGADO: DR. ÂNGELO PECCINE NETO E OUTRO – OAB/RR Nº 791
RÉU: BANCO DA AMAZÔNIA S/A
ADVOGADO: DR. DIEGO LIMA PAULI E OUTRO - OAB/RR 858
RELATOR: DES. CRISTÓVÃO SÚTER

FINALIDADE: Intimação do advogado DR. ÂNGELO PECCINE NETO – OAB/RR Nº 791, para devolução do processo acima identificado, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.
Boa Vista, 26 de maio de 2017.

Cristine Helena Miranda Ferreira Rodrigues
Diretora da Secretaria

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.15.809102-4 – BOA VISTA/RR
APELANTE: EVARISTO MARQUES DE MESQUITA
ADVOGADO: DR. GUILHERME AUGUSTO MACHADO EVELIM COELHO – OAB/RR Nº 839
APELADO: MARIA DO SOCORRO RIBEIRO DE MESQUITA
ADVOGADO: DR. LEONE VITTO SOUSA DOS SANTOS E OUTRO - OAB/RR 1.106
RELATOR: DES. CRISTÓVÃO SÚTER

FINALIDADE: Intimação do advogado DR. GUILHERME AUGUSTO MACHADO EVELIM COELHO – OAB/RR Nº 839, para devolução do processo acima identificado, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.
Boa Vista, 26 de maio de 2017.

Cristine Helena Miranda Ferreira Rodrigues
Diretora da Secretaria

SECRETARIA DAS CÂMARAS REUNIDAS
BOA VISTA, 26 DE MAIO DE 2017

CRISTINE HELENA MIRANDA FERREIRA RODRIGUES
DIRETORA DA SECRETARIA

GLENN LINHARES VASCONCELOS
DIRETOR DA SECRETARIA

zQ9hdROhT7QAkMi8NuM4Xua7fTc=

Presidência - TJRR

PRESIDÊNCIA

ATOS DO DIA 26 DE MAIO DE 2017.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a decisão proferida no Processo SEI n° 0008523-51.2017.8.23.8000,

RESOLVE:

N.° 460 - Exonerar a servidora **LORENA GRACIE DUARTE VASCONCELOS**, Técnica Judiciária, do cargo em comissão de Diretor de Secretaria, código TJ/DCA-5, da Primeira Vara Criminal/Secretaria, a contar do dia 26/05/2017.

N.° 461 - Exonerar o servidor **MARCOS ANTÔNIO DEMÉZIO DOS SANTOS**, Analista Judiciário - Análise de Processos, do cargo em comissão de Diretor de Secretaria, código TJ/DCA-5, da Segunda Vara Criminal/Secretaria, a contar do dia 26/05/2017.

N.° 462 - Exonerar a servidora **FLÁVIA ABRÃO GARCIA MAGALHÃES**, Analista Judiciária - Análise de Processos, do cargo em comissão de Diretor de Secretaria, código TJ/DCA-5, da Terceira Vara Criminal/Secretaria, a contar do dia 26/05/2017.

N.° 463 - Exonerar o servidor **JOSÉ ROGÉRIO DE SALES FILHO**, Técnico Judiciário, do cargo em comissão de Diretor de Secretaria, código TJ/DCA-5, do Primeiro Juizado de Violência Doméstica/Secretaria, a contar do dia 26/05/2017.

N.° 464 - Nomear a servidora **ALINE BLEICH SANDER**, Técnica Judiciária, para exercer o cargo em comissão de Diretor de Secretaria, código TJ/DCA-5, da Secretaria de Processamento Judicial Eletrônico das Varas Criminais e dos Juizados de Violência Doméstica da Comarca de Boa Vista, a contar de 26/05/2017.

N.° 465 - Nomear o servidor **MARCOS ANTÔNIO DEMÉZIO DOS SANTOS***,* Analista Judiciário - Análise de Processos, para exercer o cargo em comissão de Diretor de Secretaria, código TJ/DCA-5, da Secretaria Unificada das Varas Criminais, a contar do dia 26/05/2017.

N.° 466 - Nomear o servidor **JOSÉ ROGÉRIO DE SALES FILHO**, Técnico Judiciário, para exercer o cargo em comissão de Diretor de Secretaria, código TJ/DCA-5, da Secretaria Unificada dos Juizados de Violência Doméstica, a contar do dia 26/05/2017.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

Desa. ELAINE BIANCHI
Presidente

bwg/2oMkzJhYyop0PsP2r1m4wq4=

Presidência - TJRR

PORTARIA N.º 1085, DO DIA 26 DE MAIO DE 2017

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a decisão proferida no Processo SEI nº 0006500-35.2017.8.23.8000, publicada no DJE, edição 5970, página 82, de 08/05/2017,

RESOLVE:

Autorizar o afastamento, com ônus, no período de 20 a 23 de junho do corrente ano, do **Dr. ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA**, Juiz de Direito Titular da Vara da Justiça Itinerante, para participar de reunião do Grupo de Trabalho, visando o aprimoramento da prestação jurisdicional, com a ampliação ao atendimento e acesso à jurisdição, por meio da cooperação nacional entre as justiças estadual, federal e trabalhista, na sede da Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça- CNJ, a realizar-se em Brasília/DF no período de 21 a 22.06.2017.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

Desa. ELAINE BIANCHI
Presidente

Presidência
SEI n.º 0008233-36.2017.8.23.8000
Assunto: Hora extra Tribunal do Júri.

DECISÃO

Trata-se de expediente originado pelos servidores Cláudio Oliveira Ferreira e Edisa Kelly Vieira Mendonça- – Oficiais de Justiça, lotados na CENMAN, por meio do qual solicitam o pagamento de adicional de serviço extraordinário, por terem laborado no Tribunal do Júri, na sessão do dia 09/05/2017, de acordo com declaração anexada no evento0152418.

Constam os cálculos dos valores a serem pagos, em caso de deferimento do pleito (0153508).

Há informação de disponibilidade orçamentária para atender a despesa (0155858).

A SGP apresentou manifestação no sentido de se deferir o pleito, autorizando o serviço extraordinário pelo tempo em que for necessário para o julgamento, conforme entendimento proferido no Procedimento Administrativo nº 1273/2015, incluindo-se no cálculo dos valores a serem pagos as horas destinadas ao intervalo para o almoço, na forma exarada no acórdão proferido no Recurso Administrativo nº 00012001054-1 (0155074).

A Secretaria Geral manifestou-se sugerindo a autorização do serviço extraordinário requerido (0156001).

Vieram os autos para deliberação. Decido.

Estando o feito devidamente instruído e não tendo sido apontado nenhum impedimento, acolho manifestação do Secretário Geral e defiro o pedido.

Publique-se.

À SGP para as providências necessárias.

Boa Vista, 26 de maio de 2017.

Desa. ELAINE BIANCHI

Presidente

bwg/2oMkzJhYyop0PsP2r1m4wq4=

Presidência - TJRR

VICE-PRESIDÊNCIA

PORTARIA N.° 03, DO DIA 26 DE MAIO DE 2017.

O VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por meio da Portaria n.° 1055, do dia 18 de maio de 2017,

CONSIDERANDO o teor do Processo SEI n° 0008401-38.2017.8.23.8000,

RESOLVE:

Conceder ao **Desembargador JEFFERSON FERNANDES DA SILVA**, 30 (trinta) dias de férias, referentes a 2014, no período de 26/05/2017 a 24/06/2017.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

MOZARILDO CAVALCANTI
Vice-Presidente

Vice-Presidência
SEI n° 0008517-44.2017.8.23.8000
Assunto: Afastamento da Desa. Elaine Bianchi, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima

DECISÃO

Defiro o pedido de emissão de passagens aéreas e pagamento de diárias à Desembargadora Elaine Bianchi, Presidente do TJRR, para sua participação na audiência com o Min. Marco Aurélio, no dia 08/06/17 (0155453), bem como de reunião de trabalho com a Ministra Carmen Lúcia, no dia 09/06/17 - conforme data agendada pela Ministra na última Reunião, ocorrida em 12/05/17.

Ressalto que o deferimento do pedido está condicionado à disponibilidade orçamentária.

Encaminhe-se o feito à SGP para as providências de praxe.

Encaminhe-se à Presidência para publicação desta decisão.

Publique-se.

Boa Vista, 25 de maio de 2017.

MOZARILDO CAVALCANTI
Vice-Presidente

bwg/2oMkzJhYyop0PsP2r1m4wq4=



SEMANALMENTE, NOVA EDIÇÃO TODA TERÇA
NO PORTAL DO SERVIDOR

CONFIRA!


Informações institucionais
para Magistrados e Servidores
ZAP
JUS
Para Receber os informes:
Adicione o Contato do ZapJus
Envie seu Nome e Matrículia
NOVO número
(95) 98403-3518


SOU
Minha
2ª Família
TJ
TJRORAIMA

CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Corregedoria

Expediente de 26/05/2017

SEI Nº 0007511-92.2017.8.23.60301-380

Assunto: Consulta

Origem: Tabelionato do 1º Ofício de Notas, Protestos e Registros de Boa Vista

Decisão

Cuida-se de consulta realizada pelo tabelião do 1º Ofício de Notas, Protesto e Registro de Boa Vista, Joziel Silva Loureiro, quanto a possibilidade de "realização de atos cartorários de procuração e escrituração pública a serem praticados por estrangeiro com visto de permanência expirado", alegando não haver previsão na legislação estadual.

No presente feito, o senhor Isidoro Rene Reyes Avila intenta proceder a realização de instrumento procuratório, contudo, tanto o visto de permanência temporário, quanto a cédula de identidade estão com suas datas de validades expiradas.

Vieram-me conclusos.

Com efeito, estabelece o Provimento CGJ 01/2017, seção VII – Do Reconhecimento de Firmas – art. 347, in verbis:

Art. 347. É obrigatória a apresentação do original de documento de identificação (Registro Geral; Carteira Nacional de Habilitação; carteira de exercício profissional expedida pelos entes criados por Lei Federal, nos termos da Lei n.º 6.206/75; passaporte, que, na hipótese de estrangeiro, deve estar com o prazo do visto não expirado; Carteira de Trabalho e Previdência Social, modelo atual, informatizado, e carteira de identificação funcional dos Magistrados, membros do Ministério Público e da Defensoria Pública) para abertura da ficha-padrão/cartão de assinatura. (omissis).

Por outro lado, o ainda vigente Estatuto do Estrangeiro, Lei 6815/80, assim dispõe:

Art. 96. Sempre que lhe for exigido por qualquer autoridade ou seu agente, o estrangeiro deverá exibir documento comprobatório de sua estada legal no território nacional.

Deduz-se da leitura das citadas normas, a necessidade de exibição de documentos válidos para continuidade da execução de atos pela serventia extrajudicial. Desta forma, como resposta à consulta, recomenda-se a exigência da apresentação de documentos válidos por estrangeiros para a realização de atos cartorários.

À SGE/CGJ para comunicação às serventias.

Publique-se.

XJXPiqbUmRGSTbxo06Jw2kdzm5U=

RODRIGO FURLAN

Juiz Auxiliar da Corregedoria

Corregedoria

XJXPjqbUmRGSTbxo06Jw2kdzm5U=

Corregedoria

RECOMENDAÇÃO/CGJ N.º 06 DE 26 DE MAIO DE 2017.

Recomenda ao Juízo da Vara de Execução Penal do Estado de Roraima a observância do enunciado da Súmula nº. 533 do STJ.

O CORREGEDOR GERAL DE JUSTIÇA, no uso das suas atribuições legais e regulamentares,

CONSIDERANDO a demanda do SEI n.º 0007582-94.2017.8.23.8000;

CONSIDERANDO o Acórdão proferido no Agravo em Execução Penal nº 0000.17.000140-8/Boa Vista.

RESOLVE:

RECOMENDAR ao Juízo da Vara de Execução Penal do Estado de Roraima a observância do enunciado da Súmula nº. 533 do STJ, *in verbis:*

"Para o reconhecimento da prática de falta disciplinar no âmbito da execução penal, é imprescindível a instauração de procedimento administrativo pelo diretor do estabelecimento prisional, assegurado o direito de defesa, a ser realizado por advogado constituído ou defensor público nomeado." STJ. 3ª Seção. Aprovada em 10/06/2015, Dje 15/06/2015.

Publique-se e cumpra-se.

MAURO CAMPELLO

Corregedor Geral de Justiça

XJXPjqbUmRGSTbxo06Jw2kdzm5U=

Corregedoria

RECOMENDAÇÃO/CGJ N.º 07 DE 26 DE MAIO DE 2017.

Recomenda a todas as unidades judiciais das Comarcas do interior do Estado de Roraima que proceda a intimação da Procuradoria da Fazenda Nacional em Roraima, via sistema PROJUDI, para recolhimento das custas nas cartas precatórias de seu interesse.

O CORREGEDOR GERAL DE JUSTIÇA, no uso das suas atribuições legais e regulamentares,

CONSIDERANDO a demanda do SEI n.º 0007582-94.2017.8.23.8000;

CONSIDERANDO a manifestação da Diretoria de Gestão de 1º Grau (SEI nº 0143710);

CONSIDERANDO a manifestação da SISJUD/STI (SEI nº 0143030);

CONSIDERANDO que a Procuradoria da Fazenda Nacional possui cadastro para recebimento de citações e intimações eletrônicas junto ao sistema PROJUDI.

RESOLVE:

RECOMENDAR a todas as unidades judiciais das Comarcas do interior do Estado de Roraima que proceda a intimação da Procuradoria da Fazenda Nacional em Roraima, via sistema PROJUDI, para recolhimento das custas nas cartas precatórias de seu interesse.

Publique-se e cumpra-se.

MAURO CAMPELLO

Corregedor Geral de Justiça

XJXPjqbUmRGSTbxo06Jw2kdzm5U=

Corregedoria

RECOMENDAÇÃO/CGJ N.º 08 DE 26 DE MAIO DE 2017.

Recomenda às unidades jurisdicionais de 1º Grau a observância do controle da habilitação e desabilitação dos magistrados quando da atuação temporária em determinado Juizado/Vara/Turma/Setor.

O CORREGEDOR GERAL DE JUSTIÇA, no uso das suas atribuições legais e regulamentares,

CONSIDERANDO a demanda do SEI n.º 0002114-59.2017.8.23.8000;

CONSIDERANDO as dificuldades técnicas apresentadas pela Secretaria de Tecnologia da Informação, não possuindo a funcionalidade de inserir período de ação dos magistrados;

CONSIDERANDO que controlar o período que o magistrado se encontra na lotação temporária é inviável para o setor responsável;

CONSIDERANDO que o Setor de Sistemas Judiciais liberou o acesso para que o Juiz atuante do Juizado/Vara/Turma/Setor visualize todos os processos onde está lotado, mesmo que temporariamente;

RESOLVE:

RECOMENDAR a todas as unidades jurisdicionais que abram um chamado no tjrr.milldesk.com ou atendimento@tjrr.jus.br para habilitar o magistrado e outro para o desabilitar, observando o período em que o magistrado se encontrar na lotação temporária;

RECOMENDAR a todas as unidades jurisdicionais que retirem todos os processos que foram habilitados temporariamente no sistema ao magistrado em caso de substituição, para que a unidade responsável proceda com a desabilitação na sua lotação.

Publique-se e cumpra-se.

MAURO CAMPELLO

Corregedor Geral de Justiça

XJXPjqbUmRGSTbxo06Jw2kdzm5U=

SUBSECRETARIA DE COMPRAS

Expediente de 26/05/2017

Ata de Registro de Preços N.º 012/2017

Procedimento Administrativo n.º **0003272-52.2017.8.23.8000**
Pregão Eletrônico n.º 013/2017

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, com sede na Praça do Centro Cívico, sem número, Centro, na cidade de Boa Vista, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n.º 34.812.669/0001-08, neste ato, representado pelo Secretário de Gestão Administrativa, Bruno Campos Furman, nomeado pela Portaria n.º 208 de 10 de fevereiro de 2017, publicada no DJE do dia 13 de fevereiro de 2017, inscrito no CPF sob o n.º 815.622.762-04, Portador(a) da Carteira de Identidade n.º 204.434 de SSP/RR de 24 de abril de 1998, considerando o julgamento da licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS, em epígrafe, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e nas quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Resolução TJRR n.º 08/2015, na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892/2013, observadas, ainda, as demais normas legais aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **Registro de Preços para a aquisição de 15 (quinze) licenças definitivas de software para o apoio ao desenvolvimento, incluindo suporte/atualizações pelo período mínimo de 12 (doze) meses**, conforme as especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência n.º 20/2017 – Anexo I deste Edital do **Pregão Eletrônico n.º 013/2017**.

2. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a contar da publicação, não podendo ser prorrogada.

2.2. O Edital do **Pregão Eletrônico n.º 013/2017** e seus anexos são partes integrantes desta Ata, assim como a proposta vencedora e a ata da sessão pública do **Pregão Eletrônico**, independente de transcrição.

2.3. Integram a Ata, como anexo, a relação das **licitantes** que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao da **licitante** vencedor do certame.

3. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, **fornecedor**(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

EMPRESA: Campos & Menezes LTDA - ME					
CNPJ: 19.885.972/0001-39					
ENDEREÇO COMPLETO: Rua Senador Dantas, n.º 75, Sl 2402/2403 - Centro - Rio de Janeiro/RJ CEP.: 20.031-203					
REPRESENTANTE: Alexandre Oliveira de Menezes					
TELEFONE: (21) 3942-9988 **E-MAIL: c**ontato@camposemenezes.com					
PRAZO DE ENTREGA: O prazo para disponibilidade do link e login de acesso ao sistema será de no máximo 72 horas, contados da assinatura do instrumento contratual.					
Item	**Descrição**	**Und.**	**Qtd.**	**VALOR**	
				Unitário R$	**Total R$**

Permanente de Licitação - Presidência

ir+esuHDewMHBRghpRbL2Rb9vbY=

1	**Licença definitiva de Software de Apoio ao Desenvolvimento (tipo IntelliJ IDEA, similar ou superior) incluindo suporte/atualizações pelo período mínimo de 12 (doze) meses**, e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital. MARCA/MODELO: IntelliJ Idea/JetBrains	Und.	15	1.837,98	27.569,70

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CADASTRO RESERVA	
Classificação	**Licitante**
1	TRECH SOLUCOES DIGITAIS EIRELI - ME - CNPJ: 24.030.023/0001-07

Documento assinado eletronicamente por **BRUNO CAMPOS FURMAN**, **Secretário(a)**, em 23/05/2017, às 17:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.Portaria da Presidência - TJRR nº1650/2016.

Documento assinado eletronicamente por **Ozilio Campos Simão**, **Usuário Externo**, em 26/05/2017, às 11:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.Portaria da Presidência - TJRR nº1650/2016.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjrr.jus.br/autenticidade informando o código verificador **0153169** e o código CRC **B9C42D3C**.

Permanente de Licitação - Presidência

ir+esuHDewMHBRghpRbL2Rb9vbY=

Diretoria - Secretaria Geral

SECRETARIA GERAL

SEI nº 0000340-93.2016.6.23.8000
Origem: Presidência
Assunto: Credenciamento de profissionais (pessoas físicas), inscritos nos órgãos de classe competentes, com especialidade comprovada nas áreas: médica, odontológica, assistência social, fonoaudiologia, psicologia, pedagogia, contábil, engenharia (ambiental, civil, elétrica, mecânica, sanitarista), arquitetura, grafotécnica e corretagem de imóveis para atuarem como PERITOS nos feitos de jurisdição da Justiça Estadual, quando as partes forem beneficiárias da gratuidade judiciária.

DECISÃO 0157059

1. Considerando que após análise da documentação apresentada pela interessada NYMPHA CARMEN AKEL THOMAZ SALOMÃO (evento nº 0156646) pela Comissão de Credenciamento, constatou-se que a documentação atende ao exigido no item 4.1, do Edital de Credenciamento nº 001/2017, a deliberação foi pela habilitação do requerente para atuar como **PERITA - especialidade: Medicina Legal - Perícia Médica - Medicina do Trabalho,** na Comarca de Boa Vista - nos feitos de jurisdição da Justiça Estadual, quando as partes forem beneficiárias da gratuidade judiciária .
2. Desta forma, nos termos do item 5.2, do referido Edital e art. 1º, inciso III, da Portaria TJRR nº 738/2012, homologo o resultado de credenciamento de NYMPHA CARMEN AKEL THOMAZ SALOMÃO, para atuar como **PERITA - especialidade: Medicina Legal - Perícia Médica - Medicina do Trabalho -** nos feitos de jurisdição da Justiça Estadual, quando as partes forem beneficiárias da gratuidade judiciária, efetuado pela Comissão de Credenciamento, em conformidade com a Ata da Sessão (evento nº 0156647).
3. Publique-se.
4. Após, encaminhem-se os autos à **Secretaria de Gestão Administrativa** para as providências pertinentes**.**

Boa Vista – RR, 26 de maio de 2017.

ELÍZIO FERREIRA DE MELO
SECRETÁRIO-GERAL

uxL6E2kY6/EB+6ejKVfOukuVurA=

SECETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - GABINET

PORTARIAS DO DIA 26 DE MAIO DE 2017

A SECRETÁRIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, com fundamento no disposto pelo art. 5º, IX da Portaria n.º 738 de 04 de maio de 2012,

RESOLVE**:**

Nº 173 - Considerando o teor do Procedimento Administrativo SEI nº 0007763-05.2017.8.23.8000, autorizar o pagamento de diárias aos servidores abaixo discriminados, conforme detalhamento:

Nome	Cargo/Função	Quantidade de Diárias
Ângelo José da Silva Neto	Chefe de Setor	0,5 (meia)
Destinos:	Comarca de Caracaraí.	
Motivo:	Deslocamento para concluir conserto no gerador da Comarca.	
Data:	11/05/2017.	

Nº 174 - Considerando o teor do Procedimento Administrativo **SEI nº** 0008261-04.2017.8.23.8000, autorizar o pagamento de diárias ao servidor abaixo discriminado, conforme detalhamento:

Nome	Cargo/Função	Quantidade de Diárias
José Fabiano de Lima Gomes	Oficial de Justiça	7,0 (sete)
Luciano Sampaio Moraes	Motorista	4,0 (quatro)
Destinos:	Localidades situadas fora dos limites urbanos dos Municípios do Amajarí e Pacaraima.	
Motivo:	Cumprimento de Mandados Judiciais	
Data:	03/05, 05 a 07/05, 08/05, 10 e 11/05, 12 e 13/05 e 15/05.	

Nº 175 - Considerando o teor do Procedimento Administrativo **SEI nº** 0008507-97.2017.8.23.8000, autorizar o pagamento de diárias ao servidor abaixo discriminado, conforme detalhamento:

Nome	Cargo/Função	Quantidade de Diárias
Almério Monteiro de Souza	motorista	1,5 (uma e meia)
Amiraldo Brito Sombra	motorista	1,5 (uma e meia)
Destinos:	Localidades situadas fora dos limites urbanos do Município de Caracaraí.	
Motivo:	transportarem do município de Caracaraí para Boa Vista os equipamentos da Justiça Itinerante	
Data:	de 30 a 31.05.17	

Boa Vista, 26 de maio de 2017.

ELAINE ASSIS MELO
Secretária de Orçamento e Finanças

Departamento - Planejamento e Finanças / Diretoria - Secretaria Geral

jXLPC5JnG/CeaL+6xvGfL3d2/3E=

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Republicação por Alteração no Layout

ESTADO DE RORAIMA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2016 A ABRIL/2017

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" – Anexo I R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**147.865.654,66**	**5.119.141,20**
Pessoal Ativo	144.704.901,71	4.930.874,86
Pessoal Inativo e Pensionista	2.452.833,70	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	707.919,25	188.266,34
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	**3.444.156,57**	**600,59**
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	3.444.156,57	600,59
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)	**144.421.498,09**	**5.118.540,61**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	3.411.462.366,30	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	0,00	0,00 %
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	3.411.462.366,30	100,00 %
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (VII) = (III a + III b)	**149.540.038,70**	**4,38 %**
LIMITE MÁXIMO (VIII) (inciso II, alínea "b" do art. 20 da LRF)	204.687.741,98	6,00 %
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	194.453.354,88	5,70 %
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VI) (Inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	184.218.967,78	5,40 %

FONTE: Sistema Thema/GRP, Tribunal de Justiça do Estado de Roraima.
FONTE RCL: Secretaria de Estado da Fazenda de Roraima.

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.
Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.
NOTA EXPLICATIVA: Foram cancelados R$ 203.358,04 no período de Janeiro a Abril de 2017, restando R$ 4.930.874,86 de saldo de RP não processados.

Boa Vista – RR, 23 de maio de 2017.

Desª. Elaine Bianchi
Presidente

Elízio Ferreira de Melo
Secretário-Geral

Tainah Westin de Camargo Mota
Coord. Núcleo de Controle Interno

Elaine Assis de Melo
Secretário de Orçamento e Finanças

Departamento - Planejamento e Finanças / Diretoria - Secretaria Geral

jXLPC5JnG/CeaL+6xvGfL3d2/3E=

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS - GABINETE

Processos SEI n.° 0006978-43.2017.8.23.8000
Origem: (...)
Assunto: Adequação da sua margem consignável

DECISÃO

1. Trata-se de requerimento originado pelo servidor (...), solicitando a adequação da sua margem consignável, considerando a base de cálculo o somatório do seu vencimento, adicional por tempo de serviço, quintos incorporados, gratificação especial de atividade, auxílio alimentação e abono permanência (0139348).

2. O requerente pleiteia que sejam considerados os valores deduzidos a "REDUTOR – TETO REMUNERATÓRIO" na base de cálculos das margens consignáveis de 30% e 70%.

3. O presente processo foi remetido ao Núcleo Jurídico Administrativo - NUJAD para análise jurídica do pedido (0144174).

4. De acordo com o PARECER/SG/NUJAD nº 205/2017, a interpretação literal da Portaria nº 978/2010 não importará em prejuízo para este Tribunal posto que sejam respeitados os limites insertos no art. 16, em especial o de 70% relativo ao somatório das consignações, havendo, assim, a possibilidade da referida base de cálculo das margens consignáveis se encerrarem no somatório das verbas listadas no art. 16 da referida Portaria, sem aplicação do abate-teto (0151511).

5. Ademais, consoante o descrito no referido parecer, verificou-se pelo contracheque juntado aos autos (0148458) que, embora todos os descontos já praticados, o valor líquido percebido é montante superior a dez salários mínimos vigentes, situação esta que, realizando-se o cálculo como governa a portaria e requerido pelo servidor, sua dignidade não será lesionada.

6. Todavia, a Coordenadoria do NUJAD frisou que, em que pese à interpretação dada pela assessoria jurídica daquele Núcleo tenha sido no sentido da possibilidade do deferimento do pleito

> a interpretação mais recente o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte deliberou que "*não se pode considerar o valor do subsídio bruto em espécie dos ministros do STF e compará-lo com o valor líquido a ser recebido pelos servidores estaduais*"´. Por isso, o entendimento é que o corte deve ser referente ao valor bruto da remuneração dos servidores estaduais, que as pensões alimentícias, o Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) e o desconto previdenciário incidem após a aplicação do "abate-teto". Da mesma forma, a restituição ao erário, o desconto por faltas e **consignações**, bem como, quaisquer outros descontos devem incidir após a aplicação do abate-teto, "*por não poderem ser aplicados sobre verbas não disponibilizadas ao servidor" (...).*

7. Da dicção do entendimento citado alhures depreende-se que se impõe à Administração o encargo de evitar antagonismos entre tratamentos, além daqueles já previstos leis, dados a uma mesma verba remuneratória ao se computar as diferentes bases de cálculos a que estão sujeitas seus administrados.

8. Nessa esteira, analisando-se o contracheque do requerente, é possível observar que os valores deduzidos a título de "REDUTOR – TETO REMUNERATÓRIO" não são considerados para a base de cálculos do imposto de renda e da previdência social, tampouco para desconto de pensão alimentícia, motivo pelo qual, inobstante a manifestação inicial desta signatária no despacho nº 0144174, não se torna razoável considerá-los para a base de cálculo das margens consignáveis. Além disso, o aumento da margem na forma requerida não reflete aumento real da remuneração do servidor.

9. Ante o exposto, não vislumbro a possibilidade de entendimento em favor do requente, razão pela qual INDEFIRO o pedido formulado pelo servidor (...).

Boa Vista, 26 de maio de 2017.

VICTÓRIA CORRÊA FORTES
Secretária

Departamento - Recursos Humanos / Diretoria - Secretaria Geral

ym0UOrOLpWb8k6jm23KBant7Lp8=

Processos SEI n.° 0006145-25.2017.8.23.8000
Origem: Central de Mandados
Assunto: Falta de servidores

DECISÃO

1. Trata-se de Comunicado de Ocorrência originado pela Central de Mandados informando a ausência injustificada dos servidores (...) e (...), no mês de março de 2017 (0131039).

2. O setor de licenças e afastamentos informou que os servidores foram notificados, via e-mail funcional, no dia 10.04.2017, estes deixaram transcorrer o prazo para defesa conforme Resolução do Tribunal Pleno n.° 25/2015 (0140643).

> Art. 6º. Recebida a informação de ausências ou atrasos injustificados, a Divisão de Gestão de Pessoal deverá notificar o servidor para apresentar defesa **no prazo de 05 (cinco) dias. (g.n.)**
> I - Havendo justificativa para falta ou atraso ao expediente, aboná-los e mandar registrar no respectivo assentamento, podendo o servidor, em casos de ausências por motivo de força maior ou caso fortuito, compensá-las a critério da chefia imediata.
> **II - Não havendo justificativa, determinará o registro da ausência ou do atraso do servidor, bem como aplicará o disposto no artigo 40, incisos I e II, da Lei Complementar Estadual n.º 053/01, conforme o caso.** (g.n.)

3. A Subsecretaria de Folha de Pagamento informou que os descontos referentes à falta da servidora (...), foram realizados na folha mensal de maio/2017 (0154122).

4. O servidor (...) apresentou defesa, intempestivamente, na qual informa que nos dia 27/03, 28/03 e 29/03/2017 (0146515), estava realizando perícia médica de avaliação psiquiátrica designada pela Corregedoria, tendo assim justificativa para abonar tais faltas. (0146517). Manifesta, ainda, o interesse em compensar as demais faltas, em horário diverso, à critério da chefia imediata.

5. Consta dos autos manifestação do Coordenador da Central de Mandados, o qual afasta a possibilidade de compensação pelos dias não laborados. (0152281).

6. No caso em apreço, em que pese tenha o servidor apresentado possíveis justificativas às faltas informadas no Comunicado de Ocorrências, este não observou o prazo de 05 (cinco) dias para defesa, conforme determina Resolução do Tribunal Pleno n.° 25/2015.

7. Assim, não se pode olvidar que à Administração é vedado atuar em desarmonia com a norma regente. Nessa esteira, o Administrador Público, na prática de seus atos, deve pautar-se no Princípio da Legalidade, pois, de outro modo, tornar-se-iam inócuas as normas regulamentares que não fossem observadas, não atingindo o fim público colimado.

8. Por todo o exposto, considerando as informações trazidas na instrução, e que o servidor não foi capaz de apresentar no prazo determinado justificativa por não ter comparecido ao serviço, pelos princípios que regem a Administração Pública, determino a aplicação de falta ao servidor (...), pelas ausências injustificada nos dias 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30 e 31.03.2017, conforme art. 40, I e II da LCE 053/2001.

9. Publique-se e notifique-se via e-mail funcional.

10. Aguarde-se o prazo para recurso.

11. Após, à Subsecretaria de Acompanhamento de Pessoal para providências.

Boa Vista, 26 de maio de 2017.

VICTÓRIA CORRÊA FORTES
Secretária

Departamento - Recursos Humanos / Diretoria - Secretaria Geral

ym0UOrOLpWb8k6jm23KBant7Lp8=

O nome das unidades judiciais criadas pelo COJERR/2014 foi simplificado pelo Regimento Interno de 2015.

Utilize-os!

Os novos nomes das unidades já instaladas são:

PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DE RORAIMA

1ª e 2ª Varas de Família;
1ª e 2ª Varas de Fazenda Pública;
1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª Varas Cíveis;
1ª e 2ª Varas do Tribunal do Júri e da Justiça Militar;
Vara de Execução Penal;
Vara de Entorpecentes e Organizações Criminosas;
Vara de Crimes contra Vulneráveis;
Vara de Penas e Medidas Alternativas;
1ª, 2ª e 3ª Varas Criminais;
1ª Vara da Infância e da Juventude;
Vara da Justiça Itinerante.
1º Juizado de Violência Doméstica;
1º, 2º e 3º Juizados Especiais Cíveis;
Juizado Especial da Fazenda Pública;
Juizado Especial Criminal;
Turma Recursal.

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIAS DO DIA 26 DE MAIO DE 2017

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Portaria n.º 1055, de 18 de maio de 2017,

RESOLVE:

N.º 1407 - Alterar a 2.ª e 3.ª etapa das férias da servidora **ALINE BLEICH SANDER**, Técnica Judiciária, referentes ao exercício de 2017, para serem usufruídas nos períodos de 24.07 a 02.08.2017 e de 11 a 20.09.2017.

N.º 1408 - Alterar a 2.ª etapa das férias da servidora **DANIELE MARIA DE BRITO SEABRA**, Técnica Judiciária, referentes ao exercício de 2016, para serem usufruídas no período de 19 a 28.06.2017.

N.º 1409 - Conceder as férias do servidor **JOSÉ FABIANO DE LIMA GOMES**, Oficial De Justiça - Em Extinção, referentes ao exercício de 2016, para serem usufruídas nos períodos de 03 a 17.07.2017 e de 23.10 a 06.11.2017.

N.º 1410 - Alterar as férias da servidora **POLIANA DO RÊGO MOURA**, Chefe de Gabinete Administrativo, referentes ao exercício de 2016, para serem usufruídas nos períodos de 11 a 30.09.2017 e de 16 a 25.10.2017.

N.º 1411 - Alterar as férias da servidora **POLIANA DO RÊGO MOURA**, Chefe de Gabinete Administrativo, referentes ao exercício de 2017, para serem usufruídas no período de 01 a 30.03.2018.

N.º 1412 - Conceder à servidora **POLIANA DO RÊGO MOURA**, Chefe de Gabinete Administrativo, 18 (dezoito) dias de recesso forense, referente a 2016, para ser usufruído nos períodos de 03 a 11.07.2017 e de 06 a 14.11.2017.

N.º 1413 – Designar o servidor **THIAGO DOS SANTOS DUAILIBI**, Analista Judiciário - Análise de Processos, para responder pelo cargo de Chefe de Gabinete de Juiz da Segunda Vara Criminal/ Gabinete, no período de 07 a 30.06.2017, em virtude de folgas e férias da titular.

N.º 1414 – Designar o servidor **CAIO LUCHINI WENDERLICH CORREIA LIMA DE CASTRO**, Assessor Jurídico, para, sem prejuízo de suas atribuições, responder pelo cargo de Chefe de Gabinete de Juiz da Segunda Vara Criminal/ Gabinete, no período de 03 a 17.07.2017, em virtude de férias da titular.

N.º 1415 – Designar o servidor **ELIAS RIBEIRO DOS SANTOS**, Chefe de Setor, para, sem prejuízo de suas atribuições, responder pelo cargo de Gestor de Fórum da Diretoria do Fórum Cível, no período de 05 a 14.06.2017, em virtude de férias do titular.

N.º 1416 - Cessar os efeitos, a contar de 24.05.2017, da designação da servidora **YANE NOGUEIRA SEVERO GAMEIRO**, Assessora Jurídica, para, sem prejuízo de suas atribuições, responder pela Coordenação do Núcleo Jurídico Administrativo, em virtude de recesso da titular, objeto da Portaria n.º 1305, de 18.05.2017, publicada no DJE n.º 5979, de 19.05.2017.

N.º 1417 - Tornar sem efeito a designação do servidor **FRANCISCO SOCORRO PINHEIRO DOS ANJOS**, Assessor Jurídico, para, sem prejuízo de suas atribuições, responder pela Coordenação do Núcleo Jurídico Administrativo, no período de 05 a 14.06.2017, em virtude de férias da titular, objeto da Portaria n.º 1306, de 18.05.2017, publicada no DJE n.º 5979, de 19.05.2017.

N.º 1418 - Designar a servidora **YANE NOGUEIRA SEVERO GAMEIRO**, Assessora Jurídica, para, sem prejuízo de suas atribuições, responder pela Coordenação do Núcleo Jurídico Administrativo, no período de 29.05 a 04.06.2017, em virtude de recesso da titular.

Seção - Acompanhamento e Controle de Pessoal / Divisão - Desenvolvimento e Controle de Recursos Humanos / Departamento - Recursos Humanos / Diretoria - Secretaria Geral

v8tk/C0g2d3Kl/Vhc4deyp9g0K4=

N.º 1419 – Designar o servidor **FRANCISCO SOCORRO PINHEIRO DOS ANJOS**, Assessor Jurídico, para, sem prejuízo de suas atribuições, responder pela Coordenação do Núcleo Jurídico Administrativo, no período de 19 a 28.06.2017, em virtude de férias da titular.

N.º 1420 – Designar o servidor **ARTHUR AZEVEDO**, Analista Judiciário - Administração, para responder pelo cargo de Assessor Técnico I da Secretaria de Gestão de Pessoas, nos períodos de 01 a 18.06.2017 e de 29.06 a 31.07.2017, em virtude de licença à gestante da servidora Michele Rodrigues Morais.

N.º 1421 – Designar a servidora **ALINE CORREA MACHADO DE AZEVEDO,** Oficiala de Justiça – em extinção, para responder pela Função de Chefe de Setor da Central de Mandados, no período de 29.05 a 07.06.2017, em virtude de férias do titular.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

VICTÓRIA CORRÊA FORTES
Secretária de Gestão de Pessoas

PORTARIA N.º 1422 DO DIA 26 DE MAIO DE 2017

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Portaria n.º 1055, de 18 de maio de 2017,

Considerando a Decisão no Processo n.º 0007587-26.2017.8.23.8000 (Sistema SEI), publicada no DJE n.º 5984, de 26.05.2017,

RESOLVE:

Alterar o período de dispensa do serviço, do servidor **AMARILDO DE BRITO SOMBRA**, Auxiliar Administrativo, concedido anteriormente para os dias 11 e 12.04.2017, em virtude de ter trabalhado nas eleições municipais de 2016, para serem usufruídos nos dias 10 e 11.04.2017.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

VICTÓRIA CORRÊA FORTES
Secretária

REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

PORTARIA DO DIA 25 DE MAIO DE 2017

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Portaria n.º 1055, de 18 de maio de 2017,

RESOLVE:

N.º 1398 - Alterar as férias do servidor **FERNANDO NOBREGA MEDEIROS**, Subsecretário, referentes ao exercício de 2017, para serem usufruídas no período de 05.03 a 03.04.2018.

N.º 1401 - Alterar a 3.ª etapa das férias do servidor **MATEUS HEMÉTRIO CALDEIRA DE MENEZES,** Assessor Jurídico, referentes ao exercício de 2017, para serem usufruídas no período de 23 a 28.10.2017.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

VICTÓRIA CORRÊA FORTES
Secretária

Seção - Acompanhamento e Controle de Pessoal / Divisão - Desenvolvimento e Controle de Recursos Humanos / Departamento - Recursos Humanos / Diretoria - Secretaria Geral

v8tk/C0g2d3Kl/Vhc4deyp9g0K4=

SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Expediente de 26/05/2017

EXTRATO DE TERMO ADITIVO	
Nº DO CONTRATO:	007/2015 **SEI nº 0007006-45.2016.8.23.8000**
ADITAMENTO:	Décimo Termo Aditivo
ASSUNTO:	Serviço de natureza de vigilância armada
CONTRATADA:	**PROSEGUR BRASIL S/A – Transportadora de Valores e Segurança -** CNPJ Nº 17.428.731/0171-00
FUNDAMENTAÇÃO:	Lei nº 8.666/93
OBJETO DA ALTERAÇÃO:	**Cláusula Primeira** Fica alterado o § 2º da Cláusula Primeira do Nono Termo aditivo ao Contrato n° 007/2015, em virtude da transferência dos postos de vigilância **diurno e noturno**, localizado no Prédio do Almoxarifado Central, para o Centro Administrativo a partir de 19/05/2017. **Cláusula Segunda** Ficam mantidas as demais cláusulas do instrumento original.
DATA:	Boa Vista/RR, 16 de maio de 2017.

Departamento - Secretaria de Gestão Administrativa / Diretoria - Secretaria Geral

OrkcApXYSESzkfI4ZQHfYr1mME0=

Comarca de Boa Vista

Índice por Advogado

002067-AC-N: 005
037500-RJ-N: 002
069016-RJ-N: 002
155349-RJ-N: 002
155925-RJ-N: 002
000087-RR-E: 006
000107-RR-A: 006
000114-RR-A: 006
000125-RR-N: 005
000155-RR-N: 007
000160-RR-B: 014
000172-RR-N: 001
000189-RR-N: 004
000201-RR-A: 005
000263-RR-N: 001
000264-RR-N: 004, 006
000269-RR-N: 005
000270-RR-B: 004, 010
000282-RR-N: 007
000290-RR-E: 004
000298-RR-B: 002
000332-RR-B: 004
000385-RR-N: 004
000416-RR-E: 006
000451-RR-N: 004
000467-RR-N: 007
000479-RR-A: 003
000482-RR-A: 003
000507-RR-N: 004
000550-RR-N: 004
000557-RR-N: 010
000692-RR-N: 002
000994-RR-N: 003
001065-RR-N: 004
001171-RR-N: 012
001375-RR-N: 006
001546-RR-N: 010
056248-SP-N: 007

Publicação de Matérias

2ª Vara Cível

Expediente de 25/05/2017

JUIZ(A) TITULAR:
Ângelo Augusto Graça Mendes
PROMOTOR(A):
Zedequias de Oliveira Junior
ESCRIVÃO(Ã):
Khallida Lucena de Barros

Cumprimento de Sentença

001 - 0059541-16.2003.8.23.0010
Nº antigo: 0010.03.059541-6
Executado: Marcos José Pereira de Souza
Executado: Massa Falida de S/a (viação Aérea Rio Grandense)
DESPACHO

Defiro (fls. 731/732).
Proceda-se conforme requerido pelo causídico exequente, incidindo-se no montante da multa de 10% pelo não pagamento voluntário (art.523, CPC).

Boa Vista, 25/05/2017

Angelo Augusto Graça Mendes
Juiz de Direito
Advogados: Elceni Diogo da Silva, Rárison Tataira da Silva

Procedimento Comum

002 - 0015480-26.2010.8.23.0010
Nº antigo: 0010.10.015480-5
Autor: P.D.T.-.P.-.D.N.
Réu: N.G.V.
DESPACHO

Efetuada a cobrança das custas processuais ao autor, arquivem-se os autos com as devidas baixas no sistema.

Boa Vista, 25/05/2017

Angelo Augusto Graça Mendes
Juiz de Direito
Advogados: Lauro Mário Perdigão Schuch, Dario Martins de Lima, Luciana da Oliveira Vieira, Marcelo Augusto Teixeira Brandão Camello, Agenor Veloso Borges, Vanessa Maria de Matos Beserra

3ª Vara Cível

Expediente de 26/05/2017

JUIZ(A) TITULAR:
Bruno Fernando Alves Costa
Rodrigo Bezerra Delgado
PROMOTOR(A):
Jeanne Christhine Fonseca Sampaio
Zedequias de Oliveira Junior
ESCRIVÃO(Ã):
Débora de Lima Batista
Flávio Dias de Souza Cruz Júnior
Héber Augusto Nakauth dos Santos

Cumprimento de Sentença

003 - 0063011-55.2003.8.23.0010
Nº antigo: 0010.03.063011-4
Executado: Banco do Brasil S/a
Executado: Sandra Eliane de Lima
Indefiro pedido de certidão de crédito, porquanto o feito já trata de execução de título extrajudicial.
Intime-se.
Manifeste-se o exequente em cinco dias sobre eventual ocorrência de prescrição intercorrente.

Boa Vista/RR, 25 de maio de 2017.

Juiz Rodrigo Delgado
Advogados: Servio Tulio de Barcelos, José Arnaldo Janssen Nogueira, Vinicius Guareschi

004 - 0123521-63.2005.8.23.0010
Nº antigo: 0010.05.123521-5
Executado: Elivan de Albuquerque Rocha Lima
Executado: Concretex Concreto Usinado Ltda
Suspendo o processo.
Intime-se espólio e/a sucessora para que manifestem acerca de eventual sucessão processual no prazo de quinze dias, sob pena de extinção (art. 313, §2º, II do CPC).

Boa Vista/RR, 25 de maio de 2017.

Juiz Rodrigo Delgado
Advogados: Lenon Geyson Rodrigues Lira, Alexandre Cesar Dantas

Socorro, Henrique Edurado Ferreira Figueredo, Jorge K. Rocha, Sandra Marisa Coelho, Almir Rocha de Castro Júnior, Roberto Guedes de Amorim Filho, Manuela Dominguez dos Santos, Deusdedith Ferreira Araújo, Paula Raysa Cardoso Bezerra

005 - 0125062-34.2005.8.23.0010
Nº antigo: 0010.05.125062-8
Executado: Rodolpho César Maia de Moraes
Executado: Eunice Tertulino Cavalcanti
Trasnfira-se o valor bloqueado.
Após, intime-se a parte executada para, querendo, embargar.

Boa Vista/RR, 25 de maio de 2017.

Juiz Rodrigo Delgado
Advogados: Selma Aparecida de Sá, Pedro de A. D. Cavalcante, Luiz Eduardo Silva de Castilho, Rodolpho César Maia de Moraes

006 - 0131265-75.2006.8.23.0010
Nº antigo: 0010.06.131265-7
Executado: Denarium Fomento Mercantil Ltda
Executado: G a Guarienti e outros.
Defiro fl.56.
Oficie-se como requerido.
Após, arquive-se.

Boa Vista/RR, 25 de maio de 2017.

Juiz Rodrigo Delgado
Advogados: Allan Kardec Lopes Mendonça Filho, Antonieta Magalhães Aguiar, Francisco das Chagas Batista, Alexandre Cesar Dantas Socorro, Fernando Roberto Magalhaes de Albuquerque, Andre Luiz Carvalho Reis

Procedimento Comum

007 - 0186656-44.2008.8.23.0010
Nº antigo: 0010.08.186656-7
Autor: Ailton Rodrigues Wanderley e outros.
Réu: Galleria Della Pietra Comércio de Marmores Ltda
Intime-se a parte autora para proceder ao cumprimento de sentença no prazo de quinze dias, sob as penas do art. 523, §1º do CPC/15.

Boa Vista/RR, 25 de maio de 2017.

Juiz Rodrigo Delgado
Advogados: Antônio Oneildo Ferreira, Valter Mariano de Moura, Ronald Rossi Ferreira, Sergio Galvão de Souza Campos

1ª Vara do Júri

Expediente de 25/05/2017

JUIZ(A) TITULAR:
Lana Leitão Martins
PROMOTOR(A):
Madson Welligton Batista Carvalho
Marco Antônio Bordin de Azeredo
Rafael Matos de Freitas Morais
ESCRIVÃO(Ã):
Aline Moreira Trindade

Ação Penal Competên. Júri

008 - 0005608-79.2013.8.23.0010
Nº antigo: 0010.13.005608-7
Réu: Carlos Manduca da Silva
Laudo de exame pericial em arma branca 103/105.
Durante a instrução processual foram tomados os depoimentos de: EDIR LUCAS MANDUCA DA SILVA (fl. 73), EDNALDO ALENCAR DE SOUZA (fl. 74), JOCILENE MANDUCA DA SILVA (fl. 75) e JARLNE MANDUCA DA SILVA (fl. 76) e LILIANA MANDUCA DA SILVA (fl. 99).
O Réu CARLOS MANDUCA DA SILVA foi interrogado à fl. 100.
O Ministério Público apresentou alegações finais, em memoriais, requerendo a pronúncia do Réu nos mesmos termos da denúncia, com a inclusão da qualificadora da qualificadora do recurso que dificultou a defesa da vítima conforme fls. 108/111.
A Defesa, em suas alegações finais, sustentou a exclusão das qualificadoras contidas na denúncia, conforme peça juntada aos autos às folhas 113/119.
Sentença de pronúncia foi anexada às fls. 121/125, onde o Réu foi pronunciado nos termos do artigo 121, § 2º, I (motivo torpe) e III (cruel) do Código Penal, sendo excluída a qualificadora contida no inciso IV do § 2º do artigo citado acima.
O Ministério Público ingressou com Recurso em Sentido Estrito com o fito de incluir a qualificadora rejeitada na pronúncia, bem como requereu a decretação da prisão preventiva do Réu, conforme fls. 129/138.
Contrarrazões da Defensoria Pública às fls. 149/156.
Acórdão onde foi conhecido o recurso e negado provimento, razão pela qual foi anulada a sentença de pronúncia, conforme fl. 181.
Decisão que recebeu o aditamento da denúncia e designou novo interrogatório do Acusado frente ao pedido da Defensoria Pública, conforme fl. 193.
O réu foi interrogado novamente à fl. 222, conforme ata juntada. nessa mesma ocasião tanto o Ministério Público quanto a Defensoria Pública ratificaram as suas alegações finais.
É o relatório.
A sentença de pronúncia representa exclusivamente o juízo de prelibação, encerrando a primeira fase do Júri, o denominado jus accusationis, ou seja, consiste no juízo de admissibilidade da acusação de um possível cometimento de crime doloso contra a vida.
Nesta ettapa não cabe análise acurada das provas colhidas na instrução criminal, exige-se apenas a comprovação da materialidade e indícios suficientes da autoria do crime, cabendo ao corpo de jurados o exame destas, decidindo de acordo com a convicção e maioria dos votos dos integrantes do conselho de sentença, conforme preceitua o artigo 413 do CPP.
Pesa contra o Acusado a imputação do crime de homicídio qualificado da vítima Samara Costa dos Santos.
A materialidade das lesões encontra-se concretizada através do laudo de exame cadavérico (fls. 20/21), bem como dos depoimentos angariados durante a instrução criminal.
Da prova testemunhal colhida durante a instrução, amparada sob os princípios do contraditório e da ampla defesa, há indícios de que o acusado pode ter sido o autor do delito que lhe é imputado, senão vejamos:
O Réu disse em seu interrogatório que matou a vítima por vingança porque esta teria assassinado seu irmão, afirmando que seu Lazaro era seu irmão e que seu pai foi quem matou seu irmão.
A testemunha Edir Lucas disse que eles estava bebendo chegou a ver seu tio Benjamim caído no chão, no entanto achou que ele estava dormindo bêbado. Nesse mesmo local viu seu irmão Carlos sentado na rede e depois saindo. Narrou ainda que no dia seguinte, ainda pela manhã, ficou sabendo que seu irmão tinha matado seu tio, bem como afirmou que seu pai matou um irmão nosso, acreditando que por isso Carlos ficou revoltado com a morte do irmão e se vingou do pai.
A testemunha Ednaldo Alencar narrou que o Réu correu para um terreno e foi lá que o encontraram, segundo informações recebidas pelo depoente, o Réu havia matado a vítima.
As demais testemunhas não acrescentaram nada de novo aos fatos já narrados acima.
Diante das provas carreadas mostra-se necessária a análise da tese sustentada a tese sustentada de legítima defesa pelo Conselho de Sentença.
Pelo exposto, presente a materialidade e indícios suficientes da autoria do crime, mostra-se necessária a pronúncia do Réu.
No que tange à qualificadora do motivo torpe, não há como afastá-la nesta fase, pois o Réu citou em seu depoimento que matou seu pai por vingança.
A qualificadora no meio cruel não pode ser rejeitada de plano frente ao número de golpes que constam no laudo de exame cadavérico da vítima.
Quanto a qualificadora do recurso que dificultou a defesa da vítima apresentada pelo Ministério Público em suas alegações finais, destaco que não há como afastá-la nesse momento processual ante ao relato de que a vítima estaria desarmada.
Do exposto, presente a materialidade e indícios suficientes da autoria do crime, mostra-se necessária a pronúncia do Réu.
Pelo exposto, com esteio no artigo 413 do CPP, pronuncio CARLOS MANDUCA SILVA, qualificado nos autos, como incurso nas penas previstas no artigo 121, § 2º, I (motivo torpe), III (cruel) e IV (recurso que dificultou a defesa da vítima) do CP, para em tempo oportuno ser levado a julgamento pelo Tribunal do Júri.
Em atendimento ao disposto no artigo 413, § 3º do CPP, não há outro caminho a ser seguido senão a manutenção da sua custódia cautelar, haja vista que mesmo pronunciado por um crime de homicídio, Carlos Manduca voltou a se envolver em outro crime no dia 19 de janeiro desse ano, demonstrando assim que não respeita as ordens emanadas do Poder Público.
Diante dos exposto, estando presente pelo menos um dos requisitos estampados no artigo 312 do CPP, mantenho a prisão preventiva do ora Denunciado.
Ciência desta decisão ao Ministério Público.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se o Acusado.
Boa Vista, 19 de maio de 2017.

LANA LEITÃO MARTINS

Juíza de Direito
Titular da 1ª Vara do Tribunal do Júri e da Justiça Militar
Nenhum advogado cadastrado.

Inquérito Policial

009 - 0019430-67.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.019430-5
Indiciado: F.S.F.
Em conformidade ao artigo 41 do Código Penal e diante da ausência de qualquer das hipóteses contidas no artigo 395 do Código de Processo Penal, RECEBO a denúncia, dando o denunciado como incurso nas penas dos artigos citados.
Cite-se o Denunciado para apresentação de resposta escrita no prazo de 10 (dez) dias, com a advertência de que se forem arroladas testemunhas residentes em Comarca(s) contígua(s) ela serão ouvidas nas Comarcas onde residem, caso, após serem intimadas a Defesa afirmar a impossibilidade de comparecimento espontâneo.

Advirta-se ao Acusado de que em caso de procedência da ação, a sentença poderá fixar valor mínimo à reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido, conforme inciso IV do art. 387 do CPP.

Determine ao Acusado que, após citado e certificado do prazo sem apresentação de defesa escrita pelo defensor constituído, será intimada a Defensoria Pública ou nomeado defensor dativo para apresentá-las.

Designar data para audiência una, intimando-se as testemunhas da Acusação, da Defesa e o Réu.

Quanto à custódia cautelar do Acusado, não há outro caminho a ser seguido senão manutenção da sua liberdade, uma vez que não se fazem presentes os requisitos estampados no artigo 312 do Código de Processo Penal.

Ao Cartório:

Providencie a comunicação aos serviços de estatística e bancos de dados relativos ao Denunciado, assim como verifique se houve encaminhamento dos laudos periciais. Caso a resposta seja negativa, reitere-se o pedido no prazo de 5 (cinco) dias.

Processem-se em apartado eventuais exceções apresentadas no prazo da resposta escrita.

Boa Vista/RR, 25 de maio de 2017.

LANA LEITÃO MARTINS
Juíza de Direito
Titular da 1ª Vara Criminal do Tribunal do Júri e da Justiça Militar
Nenhum advogado cadastrado.

1ª Vara Militar

Expediente de 25/05/2017

JUIZ(A) TITULAR:
Lana Leitão Martins
PROMOTOR(A):
Carlos Paixão de Oliveira
Ricardo Fontanella
ESCRIVÃO(Ã):
Aline Moreira Trindade

Ação Penal

010 - 0019203-77.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.019203-6
Réu: Marco Nogueira Ferreira e outros.
Trata-se de Ação Penal Militar em que visa apurar os crimes capitulados nos artigos 177 e artigo 298, ambos do Código Penal Militar.

Conforme Certidão de Óbito juntada aos autos às fls. 127, tendo em vista a extinção da punibilidade do acusado MARCO NOGUEIRA FERREIRA em razão da sua morte ocorrida em 14.04.2017, causada por Politraumatismo Grave, ação contundente em acidente de trânsito.

Vieram conclusos. Decido.

A morte do agente é causa extintiva da punibilidade, fazendo com que o Estado perca o jus puniendi.

O pressuposto legal do artigo 81, parágrafo único, do Código de Processo Penal Militar, está presente, qual seja, a comprovação através da Certidão de Óbito (fl. 127), fazendo-se necessária tal declaração.

Diante do exposto, decreto a extinção da punibilidade de MARCO NOGUEIRA FERREIRA em relação ao fato noticiado nestes autos, face à comprovação de seu falecimento, com base no artigo 123, I, do Código Penal Militar.

Ciência ao MP e ao Advogado.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Boa Vista/RR, 24 de maio de 2017.

LANA LEITÃO MARTINS
Juíza de Direito
Titular da 1ª Vara do Tribunal do Júri e da Justiça Militar
Advogados: Henrique Edurado Ferreira Figueredo, Luiz Geraldo Távora Araújo, Henrique Maravalha Molina

2ª Vara Criminal

Expediente de 25/05/2017

JUIZ(A) TITULAR:
Rodrigo Cardoso Furlan
PROMOTOR(A):
Cláudia Corrêa Parente
Ilaine Aparecida Pagliarini
ESCRIVÃO(Ã):
Eliane de Albuquerque Cavalcanti Oliveira
Marcos Antonio Demezio dos Santos

Inquérito Policial

011 - 0007257-74.2016.8.23.0010
Nº antigo: 0010.16.007257-4
Réu: Jackson Silva Pereira
PROCESSO Nº 0010.16.007257-4

ATA DE DELIBERAÇÃO

1) Presente o MM. Juiz Substituto Dr. RAIMUNDO ANASTACIO CARVALHO DUTRA FILHO, presente a Promotora de Justiça Dra. CLAUDIA PARENTE e o Defensor Público ROGENILTON GOMES FERREIRA.
2) Ausente o réu JACKSON SILVA PEREIRA, embora devidamente intimado conforme fl.122, não sendo apresentado pelo sistema prisional.
3) Ausente as testemunhas PM TONI MAIK LOPES SOUZA e PM JOCIVALDO FREITAS COSTA, embora devidamente requisitados, conforme fl. 123.
4) Ausente a testemunha MAURICIO DA MACEDO PAES BARRETO, não havendo expedientes de intimação.
5) As partes nada requerem.
6) Pelo MM. Juiz:
"I - Designo o dia 20/06/2017 às 12h00min para continuidade da audiência de instrução e julgamento;
II Oficie-se ao Comando Geral de Polícia Militar, para informar o motivo da ausência das testemunhas PM TONI MAIK LOPES SOUZA e PM JOCIVALDO FREITAS COSTA, embora devidamente requisitados, conforme fl.123;
III - Requisite-se novamente as testemunhas, Policiais Militares, conforme determina o artigo 221, § 2o, CPP ("Os militares deverão ser requisitados à autoridade superior"), encaminhando expediente, por qualquer meio, inclusive eletrônico, ao Comando-Geral da Polícia Militar e ao Comando de Policiamento do Interior;
IV - Intime-se, pessoalmente, por intermédio de oficial de justiça, o réu; Caso, o acusado se recuse a sair da cela, a assinar o mandado ou diga que não quer comparecer em juízo, deve o Sr. Oficial de Justiça lavrar certidão circunstanciada informando expressamente o fato;
V - Requisite-se ao Sr. Diretor da Penitenciária Agrícola do Monte Cristo ou da unidade prisional em que estiverem custodiado, a apresentação dos réus, conforme determina o artigo 185, § 7o, CPP;
VI - Intimem-se as partes e tomem-se todas as demais providências necessárias.
VII - Cópia da presente decisão servirá como ofício e mandado. Cumpra-

se com urgência, inclusive quanto aos mandados, por se tratar de réu preso.

Boa Vissta/RR, 23 de maio de 2017.

RAIMUNDO ANASTACIO CARVALHO DUTRA FILHO
Juiz Substituto
Respondendo pela 2ª Vara Criminal
Nenhum advogado cadastrado.

Ação Penal

012 - 0017329-91.2014.8.23.0010
Nº antigo: 0010.14.017329-4
Réu: Fabiana de Araujo Sicales e outros.
PROCESSO Nº 0010.14.017329-4

ATA DE DELIBERAÇÃO

1) Presente o MM. Juiz Substituto Dr. RAIMUNDO ANASTACIO CARVALHO DUTRA FILHO, a Promotora de Justiça Dra. CLAUDIA PARENTE, a Advogada Dra. TUYANE PEIXOTO OAB/RR Nº 1171 (FABIANA, FÁBIA E MARIA AUGUSTA), o Defensor Público ROGENILTON GOMES FERREIRA (ALESSANDRA) e a Advogada Dr. MARIA EMILIA BRITO SILVA LEITE OAB/RR Nº87-B (MARIA DO CARMO).
2) Presente a ré ALESSANDRA LOPES DA SILVA, FABIANA DE ARAÚJO SICALES, FÁBIA ARAÚJO SICALES e MARIA AUGUSTA ARAÚJO DE PAULA.
3) Presente a testemunha MARIA DO CARMO MACHADO LIRA.
4) Pela Advogada (FABIANA, FÁBIA E MARIA AUGUSTA): "MM. Juiz, requeiro a desistência da oitiva da testemunha de defesa MARIA DO CARMO MACHADO DE LIRA."
5) Pelo Defensor: "."
6) Pelo MPE: "Nada Requer."
7) Pelo MM. Juiz: "I Defiro a desistência da testemunha MARIA DO CARMO MACHADO LIRA; II Designo o dia 15.08.2017 às 10:00 horas para audiência de interrogatório; III As partes intimadas em audiência, inclusive todas as rés."

Boa Vista/RR, 23 de maio de 2017.

RAIMUNDO ANASTACIO CARVALHO DUTRA FILHO
Juiz Substituto
Respondendo pela 2ª Vara Criminal
Advogado(a): Tuyane Cantanhede de Oliveira Aguiar Peixoto

Vara Itinerante

Expediente de 25/05/2017

JUIZ(A) TITULAR:
Elvo Pigari Junior
Erick Cavalcanti Linhares Lima
PROMOTOR(A):
Ademar Loiola Mota
Ademir Teles Menezes
André Paulo dos Santos Pereira
Rogerio Mauricio Nascimento Toledo
Ulisses Moroni Junior
Valdir Aparecido de Oliveira
ESCRIVÃO(Ã):
Luciana Silva Callegário

Alimentos - Lei 5478/68

013 - 0002889-85.2017.8.23.0010
Nº antigo: 0010.17.002889-7
Autor: L.V.S.A.
Réu: L.P.A.
S E N T E N Ç A

Vistos, etc.
Cuida-se de Ação de Execução de Alimentos proposta por AURA DI CARLY PASSOS FIGUEIRA em face de CARLOS ANTONIO SOUZA FIGUEIRA.
Em fl. 151, a parte autora requereu a desistência da ação.
Dispõe o art. 485, inciso VIII, do Novo Código de Processo Civil:
" Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando:
VIIII - homologar a desistência da ação;;"
Ex positis, supedaneado no citado art. 485, VIII, do CPC, julgo extinto o presente feito.
Após o trânsito em julgado, arquive-se. Ciência ao Ministério Público do Estado e à Defensoria Pública do Estado.
Sem custas e honorários advocatícios.
P.R.I.

Boa Vista(RR), 24 de maio de 2017

ERICK LINHARES
Juiz de Direito
Nenhum advogado cadastrado.

Regulamentação de Visitas

014 - 0001499-80.2017.8.23.0010
Nº antigo: 0010.17.001499-6
Autor: L.A.A.S. e outros.
SENTENÇA

Vistos etc.

Não obstante instado a se manifestar, o requerente quedou-se inerte, situação essa que, na ótica deste Juízo, configura desinteresse superveniente na efetivação da tutela. Justo por isso, impõe-se, no presente caso, reconhecer-se a ausência de interesse de agir ou numa linguagem mais técnica, da ausência de interesse-necessidade da tutela jurisdicional.

Dispõe o art. 485, inc. VI do NCPC:

"Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando:
VI - verificar ausência de legitimidade ou de interesse processual."

Isto posto, face à ausência superveniente de interesse de agir, com amparo no art. 485, VI do CPC, julgo extinto o presente feito.

Sem custas e honorários advocatícios.

P. R. Intimem-se.

Boa Vista, 25 de maio de 2017.

Erick Linhares
Juiz de Direito
Advogado(a): Christianne Conzales Leite

Comarca de Caracarai

Índice por Advogado

000105-RR-B: 001
000200-RR-B: 002
000218-RR-N: 004
000245-RR-B: 001
000247-RR-B: 002
000479-RR-A: 001
000689-RR-N: 004
000994-RR-N: 001

Publicação de Matérias

Vara Cível

Expediente de 25/05/2017

JUIZ(A) TITULAR:
Evaldo Jorge Leite
PROMOTOR(A):
Kleber Valadares Coelho Junior

Masato Kojima
Rafael Matos de Freitas
Silvio Abbade Macias
Soraia Andreia de Azevedo Cattaneo
ESCRIVÃO(Ã):
Rayson Alves de Oliveira

Procedimento Comum

001 - 0003315-58.2003.8.23.0020
Nº antigo: 0020.03.003315-1
Autor: Banco do Brasil S/a
Réu: Olavio Claudio Gonçalves de Sena
PUBLICAÇÃO: Intimação e vistas fora do cartório aos causídicos.
Advogados: Johnson Araújo Pereira, Edson Prado Barros, Servio Tulio de Barcelos, Vinicius Guareschi

002 - 0008987-42.2006.8.23.0020
Nº antigo: 0020.06.008987-5
Autor: Maria de Lourdes Monteiro da Conceição
Réu: Banco Bmg e outros.
Ato OrdinatórioDe ordem do MM. Juiz de Direito da Comarca de Caracaraí, Dr. Evaldo Jorge Leite, abro vista à autora para que manifeste-se, no prazo de 05 (cinco) dias, quanto a impugnação de fls. 379-385.Caracaraí/RR, 24 de maio de 2017.Walterlon Tertulinomatrícula 3011195
Advogados: Maria das Graças Barbosa Soares, Alexander Sena de Oliveira

Vara Criminal

Expediente de 25/05/2017

JUIZ(A) TITULAR:
Evaldo Jorge Leite
PROMOTOR(A):
Kleber Valadares Coelho Junior
Marco Antonio Bordin de Azeredo
Masato Kojima
Rafael Matos de Freitas
Silvio Abbade Macias
Soraia Andreia de Azevedo Cattaneo
ESCRIVÃO(Ã):
Rayson Alves de Oliveira

Ação Penal

003 - 0000316-49.2014.8.23.0020
Nº antigo: 0020.14.000316-9
Réu: Raimundo Farias Guimaraes
Autos remetidos ao Tribunal de Justiça.
Nenhum advogado cadastrado.

004 - 0000641-29.2011.8.23.0020
Nº antigo: 0020.11.000641-6
Réu: Suzana Oliveira de Almeida
Audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 25/05/2017 às 18:00 horas.Sentença: Julgada improcedente a ação.
Advogados: Lícia Catarina Coelho Duarte, Ariosvaldo Alves dos Santos Júnior

Comarca de Mucajai

Não foi possível estabelecer uma conexão com esta comarca

Comarca de Rorainópolis

Índice por Advogado

008302-AM-N: 001
000176-RR-B: 001
000371-RR-N: 001
000412-RR-N: 005
000784-RR-N: 003
000792-RR-N: 003
001141-RR-N: 001

Publicação de Matérias

Vara Cível

Expediente de 25/05/2017

JUIZ(A) TITULAR:
Jaime Plá Pujades de Ávila
PROMOTOR(A):
Antônio Carlos Scheffer Cezar
Masato Kojima
Paulo André de Campos Trindade
Soraia Andreia de Azevedo Cattaneo
ESCRIVÃO(Ã):
Augusto Santiago de Almeida Neto
Elisangela Evangelista Beserra

Alimentos - Lei 5478/68

001 - 0008932-39.2008.8.23.0047
Nº antigo: 0047.08.008932-0
Autor: Criança/adolescente
Réu: D.M.F.
DESPACHO; Despacho de mero expediente. ** AVERBADO **
Advogados: Clóvis João Barreto do Nascimento, João Pereira de Lacerda, Luciléia Cunha, Iara Lilian de Sousa Barros

Vara Criminal

Expediente de 25/05/2017

JUIZ(A) TITULAR:
Jaime Plá Pujades de Ávila
PROMOTOR(A):
Antônio Carlos Scheffer Cezar
Masato Kojima
Paulo André de Campos Trindade
Soraia Andreia de Azevedo Cattaneo
ESCRIVÃO(Ã):
Augusto Santiago de Almeida Neto
Elisangela Evangelista Beserra

Ação Penal

002 - 0000225-04.2016.8.23.0047
Nº antigo: 0047.16.000225-0
Indiciado: A.D.C.S. e outros.
Audiência REALIZADA.Sentença: Suspensão Condicional do Processo decretada.
Nenhum advogado cadastrado.

Rest. de Coisa Apreendida

003 - 0000043-81.2017.8.23.0047
Nº antigo: 0047.17.000043-5
Autor: Madeireira Vitória Indústria e Comércio Ltda e outros.
Autos nº.: 047.17.00043-8
Requerente: MADEIREIRA VITÓRIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

SENTENÇA

Trata-se de pedido de restituição de coisa apreendida, formulado por MADEIREIRA VITÓRIA INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA, objetivando a restituição do bem Carregadeira VOLVO 1 90E71221, ano 2006, apreendida em decorrência de decisão proferida nos autos da ação penal nº 047.16.00518-8, na qual a requerente figura dentre as rés, ação essa que visa apuração de crime ambiental.

Aduz, em apertada síntese, que o bem se encontra apreendida por prazo muito superior a 90 (noventa) dias, conforme determinado na r. decisão que determinou a apreensão.

Alega, ainda, que pelo fato de o órgão do Ministério Público não ter solicitado o leilão do referido bem até a presente data, restou evidente o desinteresse processual do mesmo bem.

Por fim, alega que a Carregadeira objeto do pedido está sendo mal e indevidamente utilizada nas dependências da IFRR, para carregamento de madeiras. Para tanto, traz fotos da utilização do bem por terceiros (fls. 12/18).

O representante do Ministério Público se manifestou às fls. 19/23, pugnando pelo indeferimento do pleito.

É o relatório, no essencial. Decido.

De fato, o bem móvel Trator Carregadeira VOLVO 1 90e71221, ano 2006, foi apreendido em razão de fiscalização da FEMARH - FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HIDRICOS.

Conforme se verifica, a empresa requerente teve suas atividades suspensas em 1º/07/2016, em decorrência de investigação deflagrada para apuração de 1.200 toras de madeira furtadas. Dentre as medidas adotadas, apreendeu-se o veículo cuja restituição se requer.

Nada obstante, mesmo com suas atividades suspensas, há comprovação, pela própria FEMARH, de que a empresa requerente continuou movimentando toras de madeira no dia 05/07/2016, em afronta à determinação da autoridade competente.

Ainda, restou comprovado, que no pátio da empresa requerente foram encontradaas toras de madeira que haviam sido furtadas em momento anterior, e que haviam sido apreendidas.

Também restou comprovado que a aludida movimentação se dava justamente com a utilização da carregadeira ora objeto de restituição.

Esses simples argumentos dão conta de que a Carregadeira ainda é de interesse do processo, não havendo falar em restituição neste momento processual, haja vista que, muito provavelmente, caso seja restituído, e veículo poderá ser utilizado para reiteração de crimes ambientais por parte dos representantes da empresa, como já aconteceu.

Ressalte-se que não há prazo para que o bem seja leiloado ou tenha seu destino traçado, como alega a requerente. Assim, o bem, em sendo o caso, poderá ser até mesmo objeto de perdimento ao final do processo.

Por outro lado, o 6º Batalhão do Exército foi nomeado fiel depositário do referido bem, havendo indícios de que, de fato, a Carregadeira VOLVO 1 90E71221, ano 2006, está sendo utilizada sem nenhuma autorização deste juízo.

Em face do exposto, INDEFIRO o pedido de restituição da Carregadeira VOLVO 1 90E71221, ano 2006, nos termos em que requerida.

De outra banda, oficie-se ao Comando do 6º Batalhão do Exército, para que se abstenha de utilizar, seja de que forma for, a Carregadeira VOLVO 1 90E71221, objeto de depósito por determinação deste juízo, sob pena de responsabilização administrativa e criminal, em caso de descumprimento da ordem, devendo, ainda, permanecer na qualidade de fiel depositário até ulterior deliberação deste juízo.

Intimem-se.

Vista ao Ministério Público.

Após o trânsito, traslade-se cópia desta decisão para os autos principais e arquivem-se os autos.

P. R. I.C.

Rorainópolis/RR, 25 de maio de 2017.

JAIME PLÁ PUJADES DE ÁVILA
Juiz de Direito
Advogados: Welington Albuquerque Oliveira, Kairo Ícaro Alves dos Santos

Ação Penal

004 - 0001244-84.2012.8.23.0047
Nº antigo: 0047.12.001244-9
Indiciado: M.A.L.
Audiência REALIZADA.
Nenhum advogado cadastrado.

005 - 0005965-89.2006.8.23.0047
Nº antigo: 0047.06.005965-7
Réu: Mauro Ferreira Barros e outros.
PROCESSO nº: 047.06.005965-7
RÉU: MARIO JORGE DA SILVA NONATO.

SENTENÇA

O Ministério Público Estadual, no uso de suas atribuições legais, ofereceu denúncia contra MAURO FERREIRA BARROS e AMARILDO MARQUES COELHO imputando-lhes as práticas dos crimes previstos nos artigo 155, § 4º, incisos I e IV, do Código Penal, e 244-B, da Lei 8.069/90; contra JOSIAS SILVA MARTINS, pela prática do tipo penal do artigo 180, caput, do Código Penal, e contra o réu MARIO JORGE DA SILVA NONATO, o Ministério Público ofereceu denúncia pela suposta prática do crime de receptação qualificada, prevista no artigo 180, § 1º, do Código Penal.

Narra a denúncia que na madrugada do dia 15 de abril 2006, na Serraria Paganot e Santos, localizada na Vicinal 02, km 1,5, neste município, os acusados MAURO, vulgo "MAURINHO", e AMARILDO, agindo livres e de forma consciente, em unidade de desígnios, subtraíram para si 01 Motosserra modelo 288 - Husqvarna, pertencente à Madeireira C. L Santos (Paganot e Santos) de propriedade do senhor LUIZ GUSTAVO FERREIRA DE OLIVEIRA, empresa na qual eram funcionários.

Após a prática do crime, passados alguns dias, MAURO entregou a motosserra para JOSIAS, para que este a vendesse. JOSIAS, sabendo que se tratava de objeto de furto, vendeu a motosserra para MARIO JORGE DA SILVA NONATO, vulgo "GORDO", pelo valor de R$ 300,00 (trezentos) reais. O valor da venda foi dividido entre os denunciados MAURO, AMARILDO e JOSIAS.

O denunciado MARIO JORGE adquiriu o produto, sem nota fiscal e por valor bem abaixo do real, no entanto, por volta do dia 24 de abril de 2006, vendeu a motosserra pelo valor de R$ 1.000,00 (mil reais) ao senhor GERALDO MOREIRA DE OLIVEIRA.
A denúncia foi recebida no dia 1º de abril de 2014 (fl. 136).
Os acusados MAURO FERREIRA BARROS e MARIO JORGE DA SILVA NONATO foram citados pessoalmente (fls. 149/154).

O réu JOSIAS DA SILVA MARTINS foi citado por edital (fls. 173/174).

Resposta à acusação em reelação aos réus MAURO FERREIRA BARROS e MARIO JORGE DA SILVA NONATO conta nas folhas 156/158.

Foi determinada a suspensão de feito e do prazo prescricional em relação ao acusado JOSIAS SILVA MARTINS (fl. 191).

Foi declarada a prescrição da pretensão punitiva em relação aos acusados MAURO FERREIRA BARROS e AMARILDO MARQUES COELHO, bem como determinado o desmembramento do processo em relação ao acusado JOSIAS SILA, seguindo este feito somente em relação ao imputado MARIO JORGE DA SILVA NONATO (fls. 191, 224/226).

Durante a instrução foram ouvidas as testemunhas WDEMESON SILVA BARROS (fl. 217), GERALDO MOREIRA DE OLIVEIRA (fl. 218) e JAKSON VIANA BARROS (fl. 239). O Ministério Público desistiu de oitiva da testemunha ANTONIO CLEBSON DA SILVA SANTOS (fl. 229), sendo tal desistência devidamente homologada (fl. 233-v).

Nas alegações finais orais, o Ministério Público pugnou pela procedência da denúncia, para condenação do réu na pena do artigo 180, § 1º, do Código Penal.

A Defesa, nos Memoriais Finais (fls. 240/256), pugnou pela absolvição dos acusado, aduzindo que o réu não agiu em consonância com o tipo penal a que está incurso na denúncia. De forma subsidiária, requereu a desclassificação do crime de receptação qualificada para o tipo penal de receptação culposa com aplicação do perdão judicial previsto no § 5º do artigo 180 do Código Penal.

É o relatório. DECIDO

Conforme já exposto no relatório, este feito segue apenas em relação ao acusado MARIO JORGE DA SILVA NONATO, razão pela qual haverá análise dos fatos somente em relação à conduta deste acusado.
A materialidade do fato delituoso descrito na denúncia está comprovada pelo registro da ocorrência de furto (fl. 08), pelo auto de apresentação e apreensão (fl. 15), pelo termo de restituição (fl. 16) e pela prova oral colhida em juízo, sob a égide do contraditório e da ampla defesa.

A autoria do delito de receptação qualificada pesa em desfavor do réu MARIO JORGE, vez que a prova dos autos dão conta de que este adquiriu produto no exercício da atividade comercial por preço bem abaixo do praticado no comércio, quando deveria saber da procedência ilícita do bem.

A nota fiscal acostada na folha 18 demonstra que, na época dos fatos, o bem foi adquirido pela importância de R$ 1.988,91 (mil e novecentos e oitenta e oito reais e noventa e um centavos).

A testemunha GERALDO MOREIRA DE OLIVEIRA, ao ser ouvida na fase judicial, confirmou que comprou a motosserra do acusado pela importância de R$ 1.000,00 (mil) reais, acrescentando que o bem estava em perfeito funcionamento. Mencionou que foi até a oficina do réu para levar outro motor para consertar, ocasião em que negociou com o próprio acusado a motosserra objeto de furto narrado nestes autos, a qual estava na oficina de propriedade do acusado. Disse que pouco tempo depois de ter negociado com o réu, a polícia chegou a sua residência e apreendeu o bem.
O réu, ao ser interrogado em juízo, confessou parcialmente o crime. Disse que comprou a motosserra de uma pessoa chamada JOSIAS, pagando pelo bem a quantia de R$ 500,00 (quinhentos) reais, entregando R$ 300,00 (trezentos) reais no ato, ficando acertado que depois pagaria o restante de R$ 200,00 (duzentos) reais. Ao ser questionado, respondeu o valor do bem, na época dos fatos, variava entre R$ 1.500,00 a R$ 1.600,00 (mil e quinhentos e mil e seiscentos reais). Aduziu que não vendeu o bem para o senhor GERALDO, argumentando que apenas houve um empréstimo da motosserra. Negou ter conhecimento de que o bem era produto de crime quando houve a aquisição.
Observo certa divergência entre o depoimento prestado pelo acusado na fase administrativa com o prestado na fase judicial. Na delegacia, o acusado afirmou que comprou o bem por R$ 300,00 (trezentos reais) e posteriormente o vendeu por R$ 1.000,00 (mil reais) para o senhor GERALDO, cliente da loja (fl. 63). Entretanto, tal divergência, por si só, não desnatura o crime de receptação qualificada, haja vista que o núcleo do tipo "adquirir" está presente, sendo uma elementar do tipo penal, o que já caracteriza o crime em tela.

Ademais, tratando-se de indivíduo que trabalhava com manutenção de motosserra estava ciente de que deveria comprar bens apenas quando ciente de sua origem. Assim, não poderia simplesmente comprar o referido bem sem as cautelas de praxe.

Sabe-se que, nos crimes de receptação, a prova do conhecimento da origem criminosa do bem é extraída a partir da própria conduta do agente e dos fatos circunstanciais que envolvem a infração.

A propósito do tema, trago o seguinte julgado:

APELAÇÃO CRIMINAL - RECEPTAÇÃO QUALIFICADA - AUTORIA E MATERIALIDADE DEMONSTRADAS - DOLO CARACTERIZADO - CONDENAÇÃO MANTIDA- REGIME PRISIONAL - ADEQUAÇÃO - NECESSIDADE . 01. Comprovado que o agente, no exercício de atividade comercial, adquiriu bem cuja origem deveria saber ser criminosa, é de se condená-lo pela prática do delito de receptação qualificada. 02. Sendo o agente primário, condenado a pena inferior a quatro anos, com exame das circunstâncias judiciais favoráveis, faz jus a cumprir a sanção reclusiva que lhe foi imposta no regime prisional aberto, a teor do disposto no art. 33 <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10636569/artigo-33-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940>, § 2º <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10636434/par%C3%A1grafo-2-artigo-33-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940>, 'c, do CP <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1033702/c%C3%B3digo-penal-decreto-lei-2848-40>. (TJ-MG APR 10620130018620001; 3º Câmara Criminal; Relator FORTUNA GRION, julgado dia 1° de dezembro de 2015, DJe 18/12/2015) (grifo nosso).

Insta destacar ser incumbência do comerciante assegurar-se de que os produtos trazidos por terceiros para eventual aquisição não são produtos de ilícito, circunstância facilmente identificável mediante o pedido de apresentação da nota fiscal do produto.

Ressalte-se que a figura qualificadora atinge tanto as atividades regulares como as irregulares. No mesmo sentido, o indivíduo que labora com atividade correlata ao ilícito está obrigado a zelar pela legalidade dos bens com que trabalha.

No caso em tela, verifica-se que não há como prosperar a tese de atipicidade da conduta por suposta ausência de dolo, vez que ficou comprovado nos autos que o acusado deveria saber da origem espúria do bem, pois o adquiriu sem a devida documentação, por preço inferior ao praticado no mercado e no exercício da atividade comercial.

Não há como reconhecer, no presente caso, a receptação culposa (art. 180, § 3º CP), como requer a defesa, vez que as provas dos autos dão conta de que o réu deveria saber da origem do bem no momento em que o adquiriu, sendo a condenação pelo tipo penal descrito no artigo 180, § 1°, do Código Penal a medida que se impõe.

Também não é possível o perdão judicial como postulado pela defesa, pois tal benefício é inadmissível nos casos de receptação dolosa, conforme descrito no artigo 180, § 5º (primeira parte) do Código Penal.

Diante do conjunto probatório, não há dúvida de que o acusado MARIO JORGE DA SILVA NONATO deveria saber da procedência ilícita do bem, uma vez que o adquiriu sem a devida documentação e por preço inferior ao praticado no mercado.
Não há no processo, nenhuma causa de exclusão da ilicitude dos fatos ora analisados.
O réu tinha plena consciência do caráter ilícito de sua conduta. Ainda assim, preferiu agir em desacordo com esse entendimento, quando lhe era exigível uma conduta diversa, restando, portanto, evidenciada a sua culpabilidade.

DISPOSITIVO

Por todo o exposto, e por tudo que nos autos consta, JULGO PROCEDENTE a pretensão punitiva do órgão estatal para CONDENAR o réu MARIO JORGE DA SILVA NONATO, vulgo "GORDO" pelo crime previsto no artigo 180, § 1º (receptação qualificada), do Código Penal.

Atento às condições do art. 59, caput do Código Penal, passo à individualização da pena.

A culpabilidade do réu apresentou grau de reprovabilidade normal à espécie. Os motivos não merecem maior relevância, pois são inerentes ao tipo penal. As circunstâncias do fato já foram consideradas quando da tipificação do delito, praticada no exercício da atividade comercial.

O réu não tem antecedentes. Não há informações que maculem a sua conduta social. Não há nos autos elementos que possam valorar a sua personalidade. O crime não trouxe maiores consequências, vez que a motosserra produto do crime foi recuperada e restituída ao proprietário.

Tais as circunstâncias, fixo a pena-base em 03 (três) anos de reclusão e 100 (cem) dias-multa, no valor de 1/30 (um trinta avos) do menor salário-mínimo vigente à época do fato, cada dia-multa.

Presente a atenuante prevista no artigo 65, I, do Código Penal, mas deixo de valorá-la em razão de a pena-base ter sido aplicada no mínimo legal (Súmula 231 do STJ).

Não há circunstâncias agravantes.

Não há causas de aumento ou diminuição de pena, razão pela qual torno DEFINITIVA a pena em 03 (TRÊS) ANOS DE RECLUSÃO E 100 (CEM) DIAS-MULTA, no patamar retromencionado.

Presentes os requisitos do artigo 44 do Código Penal, substituo a pena privativa de liberdade aplicada por 02 (duas) penas restritivas de direito, consistentes na prestação pecuniária no valor 03 (três) salários mínimos e na prestação de serviços à comunidade, a ser especificado local, oportunamente, no momento da audiência admonitória.

Se, eventualmente, o réu descumprir injustificadamente as penas restritivas de direito impostas, haverá a conversão destas em pena privativa de liberdade, cujo regime inicial para o cumprimento será o aberto.

Como o réu respondeu a todo o processo solto, não tendo sobrevindo nenhuma das hipóteses previstas no artigo 312 do Código de Processo Penal, concedo-lhe o direito de recorrer em liberdade.

Transitada em julgado esta decisão, lance-se o nome do réu no rol dos culpados.
Proceda-se às devidas comunicações ao Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, Instituto de Identificação Civil e Criminal da Secretaria de Segurança Pública de Roraima e Superintendência Regional da Polícia Federal;
Designe-se audiência admonitória.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Rorainópolis/RR, 24 de maio de 2017.

JAIME PLÁ PUJADES DE ÁVILA
Juiz de Direito
Advogado(a): Irene Dias Negreiro

Infância e Juventude

Expediente de 25/05/2017

JUIZ(A) TITULAR:
Jaime Plá Pujades de Ávila
PROMOTOR(A):
Antônio Carlos Scheffer Cezar
Masato Kojima
Paulo André de Campos Trindade
Soraia Andreia de Azevedo Cattaneo
ESCRIVÃO(Ã):
Augusto Santiago de Almeida Neto
Elisangela Evangelista Beserra

Boletim Ocorrê. Circunst.

006 - 0000774-14.2016.8.23.0047
Nº antigo: 0047.16.000774-7
Indiciado: Criança/adolescente e outros.
Audiência REALIZADA.Sentença: Homologada a remissão.
Nenhum advogado cadastrado.

Comarca de São Luiz do Anauá

Publicação de Matérias

Vara Criminal

Expediente de 25/05/2017

JUIZ(A) TITULAR:
Air Marin Junior
PROMOTOR(A):
Antônio Carlos Scheffer Cezar
Marco Antonio Bordin de Azeredo
Soraia Andreia de Azevedo Cattaneo
ESCRIVÃO(Ã):
Augusto Santiago de Almeida Neto
Francisco Jamiel Almeida Lira

Ação Penal

001 - 0000049-54.2014.8.23.0060
Nº antigo: 0060.14.000049-2
Réu: David Lennon Barbosa da Silva e outros.
(...)DISPOSITIVO.
Ante o exposto, Julgo parcialmente procedente a denúncia, para o fim de CONDENAR o denunciado D.L.B.S., qualificado nos autos, no art. 155, § 4º, IV (cinco vezes), na forma do art. 71, ambos do Código Penal, pena de 8 (oito) anos de reclusão e 120 (cento e vinte) dias-multa, a ser cumprida inicialmente no regime semiaberto, e ABSOLVER J.S.G., da imputação do crime previsto no art. 12 da Lei 10826/03, o que faço com amparo no art. 386, III, do Código de Processo Penal.
O condenado não poderá recorrer da sentença em liberdade, já que, neste momento, continuam presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva decretada às fls. 85-86, mormente se considerado que crimes de furto se deram em período em que o denunciado esteve foragido do sistema prisional, onde cumpre pena pelo crime de tentativa de homicídio qualificado.
De mais a mais, permaneceu preso durante toda a instrução do processo.
Assim, patente que os requisitos da prisão preventiva permanecem presentes, pois visam à garantia da ordem pública.
Nesse sentido, aliás, segue entendimento do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA:
"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. CONCURSO DE AGENTES. CORRUPÇÃO DE MENORES. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. CONDENAÇÃO. NEGATIVA DO APELO EM LIBERDADE. SEGREGAÇÃO FUNDADA NO ART. 312 DO CPP. PERICULOSIDADE SOCIAL DO ENVOLVIDO.NECESSIDADE DE ACAUTELAMENTO DA ORDEM PÚBLICA. RÉU QUE RESPONDEU PRESO A AÇÃO PENAL. CUSTÓDIA FUNDAMENTADA E NECESSÁRIA. REGIME INICIAL SEMIABERTO. AUSÊNCIA DE INCOMPATIBILIDADE COM A CONSTRIÇÃO PROCESSUAL. ADEQUAÇÃO DA CUSTÓDIA COM O MODO DE EXECUÇÃO FIXADO JÁ EFETUADA PELO MAGISTRADO SENTENCIANTE. COAÇÃO ILEGAL AUSENTE. RECLAMO IMPROVIDO.
1. Não há ilegalidade quando a constrição processual está fundada na necessidade de se acautelar a ordem pública, em razão da periculosidade social do agente, denotada pelas graves circunstâncias em que ocorrrido o delito - roubo majorado praticado em concurso com dois menores infratores - reveladoras do periculum libertatis exigido para a preventiva.
2. A orientação pacificada nesta Corte Superior é no sentido de que não há lógica em deferir ao condenado o direito de recorrer solto quando permaneceu segregado durante a persecução criminal, se persistentes os motivos para a preventiva.
3. Não há incompatibilidade na fixação do modo semiaberto de cumprimento da pena e o instituto da prisão preventiva, bastando a adequação da constrição ao modo de execução estabelecido, o que já foi determinado pelo magistrado sentenciante.
4. Não é razoável manter o réu segregado durante o desenrolar da ação penal, diante da persistência dos motivos que ensejaram a prisão preventiva, e, por fim, libertá-lo apenas porque foi agraciado com regime de execução diverso do fechado, permitindo-lhe que, solto, ou mediante algumas condições, aguarde o trânsito em julgado da condenação.
5. Recurso improvido.(RHC 68.455/DF, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 07/04/2016, DJe 15/04/2016).
Deixo de condenar o denunciado ao pagamento das custas processuais, vez que foi patrocinado pela Defensoria Pública, o que faz presumir que não tem condições de arcar com as referidas custas sem prejuízo ao sustento próprio e de sua família.
Deixo de fixar a reparação mínima de danos, nos termos do art. 387, IV, do Código de Processo Penal, tendo em vista que não foi exercido em audiência o contraditório.
Tendo em vista a situação econômica do denunciado, fixo o valor unitário do dia-multa em 1/30 (um trinta) avos do salário mínimo da época dos fatos (CP, art. 49, § 1º), que deverão ser devidamente corrigidos a partir da data dos fatos.
Expeça-se guia de execução penal provisória, e, encaminhe-se para a Vara de Execução Penal de Boa Vista-RR, local onde será realizada a soma e unificação das penas (LEP, art. 66, III, letra "a").
Oportunamente, certificado o trânsito em julgado desta sentença, tomem-se as seguintes providências:
a) Lance-se o nome do condenado no rol dos culpados;
b) Oficie-se ao TRE-RR, informado a condenação do denunciado D.L..B.S., para os fins do art. 71, § 2º, do CE e art. 15, III, da CF;
c) Oficie-se o Instituto de Identificação do Estado de Roraima e o Instituto Nacional de Identificação, informando a condenação do denunciado D.L.B.S., para fins de estatística judiciária (CPP, art. 809);
d) Oficie-se o Instituto de Identificação do Estado de Roraima e o Instituto Nacional de Identificação, informando a absolvição J.S.G., para fins de estatística judiciária (CPP, art. 809);
P.R.I.C.
São Luiz-RR, 25 de maio de 2017
Juiz AIR MARIN JUNIOR
Nenhum advogado cadastrado.

Comarca de Alto Alegre

Índice por Advogado

007015-AM-N: 001

Publicação de Matérias

Vara Criminal

Expediente de 25/05/2017

JUIZ(A) TITULAR:
Sissi Marlene Dietrichi Schwantes
PROMOTOR(A):
André Paulo dos Santos Pereira
Hevandro Cerutti
Igor Naves Belchior da Costa
José Rocha Neto
Kleber Valadares Coelho Junior
Madson Welligton Batista Carvalho
Márcio Rosa da Silva
Marco Antonio Bordin de Azeredo
Marco Antonio Bordin de Azeredo
Rogerio Mauricio Nascimento Toledo
Soraia Andreia de Azevedo Cattaneo
Valdir Aparecido de Oliveira
ESCRIVÃO(Ã):
Augusto Santiago de Almeida Neto
Lorena Barbosa Aucar Seffair

Ação Penal

001 - 0000148-58.2015.8.23.0005
Nº antigo: 0005.15.000148-4
Réu: Osvaldo Gomes da Silva
Despacho:Vista ao MP e Defesa, sucessivamente, na fase do artigo 422 do CPP.Alto Alegre 16/05/2017.Sissi Marlene Dietrich SchwantesJuíza de Direito.
Advogado(a): Evander Elias de Queiroz

Infância e Juventude

Expediente de 25/05/2017

JUIZ(A) TITULAR:
Sissi Marlene Dietrichi Schwantes
PROMOTOR(A):
André Paulo dos Santos Pereira
Hevandro Cerutti
Igor Naves Belchior da Costa
José Rocha Neto
Kleber Valadares Coelho Junior
Madson Welligton Batista Carvalho
Márcio Rosa da Silva
Marco Antonio Bordin de Azeredo
Rogerio Mauricio Nascimento Toledo
Soraia Andreia de Azevedo Cattaneo
Valdir Aparecido de Oliveira
ESCRIVÃO(Ã):
Augusto Santiago de Almeida Neto
Lorena Barbosa Aucar Seffair

Boletim Ocorrê. Circunst.

002 - 0000104-05.2016.8.23.0005
Nº antigo: 0005.16.000104-5
Infrator: Criança/adolescente
Audiência de JUSTIFICAÇÃO designada para o dia 14/06/2017 às 13:30 horas.
Nenhum advogado cadastrado.

Comarca de Pacaraima

Publicação de Matérias

Vara Criminal

Expediente de 25/05/2017

JUIZ(A) TITULAR:
Eduardo Messaggi Dias
PROMOTOR(A):
Diego Barroso Oquendo
Marco Antonio Bordin de Azeredo
Soraia Andreia de Azevedo Cattaneo
ESCRIVÃO(Ã):
Adahra Catharinie Reis Menezes

Ação Penal

001 - 0000202-64.2016.8.23.0045
Nº antigo: 0045.16.000202-3
Réu: Ronne Von Guimarães Brandão
SENTENÇA
I- RELATÓRIO
O Ministério Público ofereceu denúncia em desfavor de RONNE VON GUIMARÃES BRANDÃO, conhecido como "Rony Gordo", qualificado nos autos, como incurso nas penas do artigo 217-A c/c art. 234-A, III, ambos do Código Penal, narrando que:
"(...) durante os anos de 2014 e 2015, neste município de Pacaraima/RR, o denunciado RONNE VON GUIMARÃES BRANDÃO, de forma livre e consciente, praticou conjunção carnal com a adolescente L. L. C., que contava com, à época, 13 (treze) anos de idade.
(...)
Ademais, por conta das relações sexuais havidas entre RONNE e L. L. C., esta engravidou. (...)".
Recebimento da denúncia, em 06/02/2016, fl. 07/08.
Citação do acusado, fl. 22/23.
Resposta a acusação pela Defensoria Pública na fl. 28.
Termo de audiência complementar em que o acusado assume a paternidade de L.L.C.B, filho da vítima e do réu, fl. 43.
Oitiva em Juízo da vítima L. L. C. (fls. 40), testemunha/informante L. L. C. (fls.39) e M. S. L. S. (fls. 41). As partes desistiram da oitiva da testemunha RICARDO NEGRÃO CONTE, fl.37.
Interrogatório do acusado às fls. 38.
O Ministério Público apresentou seus memoriais finais escritos em fls. 46/53, onde requereu que seja julgada procedente a ação penal para o fim de condenar o réu nas penas do art. 217-A c.c art. 234-A, III, ambos do Código Penal Brasileiro.
A Defensoria Pública em assistência ao acusado, por meio de memorais finais escritos em fls. 54/60, requereu a absolvição do acusado, nos termos do Art. 386, III do CPP. Em caso de condenação, pugnou pela aplicação da pena mínima e o reconhecimento da atenuante da confissão espontânea.
É o relato, no que ele tem de essencial. Decido.
Certidão de Antecedentes Criminais da Comarca de Alto Alegre, fl. 61, da Comarca de Boa Vista, fl. 62/63, da comarca de Caracaraí, fl. 64, da Comarca de Mucajaí, fl. 65, da Comarca de Pacaraima em fls. 66, da Comarca de Rorainópolis em fls. 67, da Comarca de São Luiz em fls. 68.
PRELIMINARMENTE
Determino a juuntada da certidão carcerária e da ficha de antecedentes criminais. Apesar da não juntada no momento oportuno, os documentos refletem situação já conhecida na audiência de instrução, pois o réu veio escoltado, porque preso por outro motivo.
II- FUNDAMENTAÇÃO:
Passo a análise do mérito da demanda em si e para tanto começo a transcrever os tipos penais em que o acusado está denunciado. Diz o art. 217-A do Código Penal:
Estupro de Vulnerável
Art. 217-A. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos:
Pena - reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos.
Aumento de Pena
Art. 234-A. Nos crimes previstos neste Título a pena é aumentada:
(...)
III - de metade, se do crime resultar gravidez.
A materialidade delitiva restou cabalmente comprovada nos autos por meio do termo de fls. 42, onde o acusado assume a paternidade do infante L.L.C.B, filho da vítima, bem como pela cópia do RG da vítima, onde pode ser visto que a vítima tinha 13 anos à época do fato.
Quanto à autoria, constam os seguintes elementos que comprovam o ilícito.
No que concerne a autoria tem se que a menor L. L. C. ouvida em Juízo

declarou, em síntese e em transcrição livre, que, por volta de 2014/2015, trabalhava como babá na casa do acusado; que tem um filho com o acusado; manteve relação sexual com o acusado durante esse período; as relações não foram forçadas; o acusado sabia que era o pai da criança.
A testemunha, ouvida na qualidade de informante, M. S. L. S., avó da vítima, declarou, em transcrição livre, que soube da gravidez da vítima quando esta estava com 4 (quatro) meses de gestação; não sabia da relação da vítima com o acusado; na época a vítima estava com 13/14 anos; a vítima contou que o réu é o pai da criança;
A genitora da vítima, L. L. C., declarou que sabia que a vítima trabalhava como babá na casa do acusado; não sabia que os dois mantinham um relacionamento; na época a vítima estava com 13 anos; a vítima a informou que estava grávida do acusado. (transcrição livre do depoimento)
Interrogado em juízo, o acusado RONNE VON GUIMARÃES BRANDÃO declarou, em síntese, que (...) "ela me dizia que tinha 15 (quinze) anos, né, eu fui burro, eu pedi documento, só que ela só dizia que ia trazer, trazer e nunca trouxe (...)"; só soube a idade da vítima no dia da audiência; que a vítima cuidava do seu filho; manteve relação sexual com a vítima; que nunca forçou nenhuma relação; assume a paternidade do filho da vítima.
Dessa forma, analisando-se o teor de todos os depoimentos supramencionados, fica claro e cristalino que o acusado manteve relações sexuais com a vítima, por algumas vezes, que à época contava com menos de 13 (treze) anos.
A defesa, em sede de alegações finais, arguiu que a presunção de violência nesses casos deve ser relativa, por ter a vítima consentido com as relações. Ocorre que a vítima tinha 13 anos de idade. Não se desconhece o posicionamento doutrinário e jurisprudencial que admite ser relativa a presunção de vulnerabilidade.
No entanto, neste caso, esta não merece prosperar, o acusado possuía quando da prática delitiva 37 anos de idade. Portanto, há uma gritante diferença de idade entre a vítima e o acusado. Não há ainda, relação de namoro com o consentimento dos pais, conforme se extrai dos depoimentos em juízo. Nada socorre o acusado que valendo de sua experiência praticou o ato sexual com a adolescente. Portanto, em que pese os argumentos da defesa tenho que não é possível o acolhimento da tese sustentada nos memoriais, pelo que rechaço a tese, vez que a vítima não consentiu validamente.
Restou claro pelos depoimentos da vítima, testemunhas e pela confissão do réu, que as constantes relações resultou em gravidez da vítima. Tendo o réu, na audiência de interrogatório, reconhecido a paternidade, oportunidade em que registrou a criança perante o juízo, conforme se insurge do termo lavrado e acostado às fls. 43.
Assim, por todo o exposto, nota-se que a autoria e a materialidade encontram-se demonstradas, a culpabilidade é clara, bem como a antijuridicidade do ato do réu, de modo que a conduta do acusado ora apurada e que amplamente demonstrada, é absolutamente reprovável e ilícita, porquanto, viola o preceito penal descrito no art. 217-A do CP.
Não havendo qualquer causa excludente da ilicitude, a procedência do pedido condenatório se impõe.
III - DISPOSITIVO
Em face do exposto, JULGO PROCEDENTE a denúncia formulada pelo Ministério Público, para CONDENAR o réu RONNE VON GUIMARÃES BRANDÃO, pela prática do crime previsto no CP, art. 217-A, caput do CP c/c Art. 234-A, III, ambos do Código Penal.
Passo a dosar a respectiva pena a ser aplicada, em estrita observância ao disposto pelo artigo 68, caput, do Código Penal.
Analisadas as circunstâncias do art. 59 do Código Penal, considero-as nos seguintes termos: CULPABILIDADE, entendida como o juízo de censurabilidade que recai sobre a conduta do agente, é alta reprovabilidade, pois a vítima, à época dos fatos trabalhava na casa do acusado; ANTECEDENTES, há registro de outra condenação, portanto, o réu é portador de maus antecedentes;; CONDUTA SOCIAL e PERSONALIDADE DO AGENTE da pessoa comum, nada tendo a se valorar; MOTIVOS são os inerentes ao tipo penal, qual seja, satisfação da lascívia, CIRCUNSTÂNCIAS normal do tipo, CONSEQUÊNCIAS DO CRIME normais do tipo sendo de relevo que o acusado reconheceu a paternidade, fl. 43; COMPORTAMENTO DA VÍTIMA, esta não concorreu para o crime sexual
Com estas considerações em mente, passo a fixar-lhe a pena:
À vista dessas circunstâncias analisadas individualmente, fixo a pena-base para o delito descrito no art. 217-A do CP em 10(dez) anos de reclusão, pena-base fixada acima do mínimo tendo em vista a circunstância da culpabilidade e antecedentes.
Há, atenuante da confissão do acusado, nos termos do Art. 65, III, d do Código Penal. Assim, ATENUO a pena privativa de liberdade em 02 (dois) anos. Portanto, a pena está concretamente fixada nesta fase em 08 (oito) anos de reclusão.
Sem agravantes.
Não há causa de diminuição de pena. Há a causa de aumento de pena, vez que a vítima ficou grávida. Dessa forma aumento a pena na fração legal, qual seja ½ (metade). Assim a pena está concretamente fixada em 12 (doze) anos de reclusão.
Fixo o regime inicial de cumprimento de pena no FECHADO, tendo em vista o quantum da condenação.
Não há que se falar em restritiva de direitos e em sursis tendo em vista o quantum da condenação.
Deixo de fixar indenização a vítima a míngua de pedido expresso. Ademais não há óbice para que a vítima busque a reparação cível, nos termos dos artigos 63 a 68 do Código de Processo Penal.
Concedo ao réu o direito de apelar em liberdade, pois é a condição em que se encontra durante todo o processo, e não se encontram presentes os requisitos para decretação de sua custódia preventiva.
Não há pedido em tal sentido. Apesar da certidão de antecedentes, entendo inviável a prisão preventiva "de ofício".
Considerando a natureza e gravidade do delito, contudo, fixo medida cautelar de comparecimento mensal em juízo, a fim de justificar as suas atividades, e não praticar novos crimes, sob pena de decretação de prisão cautelar.
Transitada em julgado:
1) Lance-se o nome dos réus no rol dos culpados;
2) Proceda-se às devidas comunicações ao Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, Instituto de Identificação Civil e Criminal da Secretaria de Segurança Pública de Roraima e Superintendência Regional da Polícia Federal;
3) Adotem-se as providências necessárias para o cumprimento da pena.
Deixo de condenar o réu no pagamento das custas processuais, por ser assistido pela DPE.
Publique-se, com as cautelas alusivas ao segredo de justiça.
Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.
Pacaraima/RR, 25 de maio de 2017
Eduardo Messaggi Dias
Juiz Titular
Nenhum advogado cadastrado.

002 - 0000207-86.2016.8.23.0045
Nº antigo: 0045.16.000207-2
Réu: Edmar Augusto Oreano
O Ministério Público Estadual, no uso de suas atribuições legais, ofereceu denúncia, arrimado em inquérito policial, em desfavor de EDMAR AUGUSTO OREANO, devidamente qualificado nos autos, por infringência ao disposto nos artigos 306 do CTB e art. 16, parágrafo único, inciso IV, da Lei n.º 10.826/2003, pelos fatos ocorridos em 14/01/2016, conforme narra a denúncia:
" Consta do incluso fascículo policial, que na data de 14 de janeiro de 2016, por volta das 21:50 horas, na rodovia BR-174, nas imediações da Vila Três Corações (localidade conhecida como KM 100), município de Amajari/RR, o denunciado EDMAR AUGUSTO OREANO foi surpreendido conduzindo veículo automotor marca VW, modelo AMAROK, placa NAO-2173 estando com sua capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool.
()
Na mesma ocasião, o denunciado portava, sem autorização, em desacordo com determinação legal e regulamentar, uma arma de fogo pistola calibre .22 com numeração de identificação suprimida -, além de 44 (quarenta e quatro) munições intactas (Auto de Apresentação e Apreensão constante às fls. 10."
Recebida a denúncia em 28/07/2016 (fl. 45).
Termo de constatação de embriagues à fl. 26/27.
Laudo de exame em arma de fogo à fl. 31/32.
Inquérito policial às fls. 02/39.
Certidões criminais do acusado às fls. 42/44 e 126/129 e fl. 131.
Citação do réu, fl. 51.
Resposta a acusação às fls. 55/62.
Oitiva das testemunhas comuns Fábio Ribeiro Silva (fl. 93), Nelson Alexandre Ayres Castro (fl. 94), Jackson de Melo Pinto (fl. 95), Hélio do Nascimento Ferreira (fl. 96).
Termos de Qualificação e Interrogatório do réu à fl. 92.
Em alegações finais, o douto órgão ministerial (fls. 99/110) pugna pela condenação do acusado, nos exatos termos da denúncia.
Por sua vez, a defesa, também em alegações finais (fls. 112/124), pugna pela absolvição do acusado. Em caso de condenação, requer a aplicação da pena mínima, bem como sua substituição por pena restritiva de direitos.
Era o quue cabia relatar.
Decido.
Com efeito, o presente processo foi instaurado para averiguar a ocorrência dos crimes previstos no artigo 306 do CTB c/c art. 16, inciso IV da Lei 10.826/2003.
Diz o Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503/97:
Art. 306. Conduzir veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência:
Penas - detenção, de seis meses a três anos, multa e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo

automotor.
Diz o Estatuto do Desarmamento, Lei nº 10.826/2003:
Art. 16. Possuir, deter, portar, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob sua guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição de uso proibido ou restrito, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar:
Pena reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.
Parágrafo único. Nas mesmas penas incorre quem:
(...)
IV portar, possuir, adquirir, transportar ou fornecer arma de fogo com numeração, marca ou qualquer outro sinal de identificação raspado, suprimido ou adulterado;
Quanto ao delito tipificado no art. 306, do CTB:
A materialidade do crime de conduzir veículo automotor sob influência de álcool restou demonstrada pelos termos de constatação de embriaguez (fls. 26/27), bem como pelos depoimentos das testemunhas ouvidas em Juízo.
A autoria também restou comprovada face à confissão do acusado tanto em sede inquisitorial quanto em Juízo, uma vez que narrou que no dia dos fatos havia ingerido bebida alcoólica e em seguida dirigiu o seu veículo.
Quanto ao delito tipificado no art. 16, IV, do Estatuto do Desarmamento:
A materialidade do presente delito restou comprovada por perícia (fls. 31/32), que constatou que houve supressão, por ação abrasiva, de todos os sinais de identificação da arma de fogo (marca/modelo, calibre e numeração).
A autoria também resta comprovada, tendo em vista que o acusado confessou ser proprietário da arma e das munições encontradas em seu poder.
Assim, a pretensão punitiva merece ser julgada procedente.
Vejamos a prova produzida em juízo:
O denunciado EDMAR AUGUSTO OREANO ao ser interrogado em Juízo, confessou o delito. Declarou que o fato aconteceu após a finalização de uma obra pela sua empresa, e que ingeriu duas latas de cerveja. Disse ainda que estava visivelmente cansado pois havia trabalhado o dia inteiro na obra que sua empresa estava concluindo. Respondeu que não havia visto o cone na pista e que parou o veículo assim que percebeu que se tratava de uma fiscalização. Informou também que comprou a arma de um amigo, na informalidade, e que a mesma se encontrava no console central do veículo, pois tinha a intenção de verificar se ela funcionaria, vez que nunca havia tentado disparar. Afirmou que não conseguiu disparar a arma. (transcrição livre do depoimento)
A testemunha NELSON ALEXANDRE AYRES CASTRO, em seu depoimento judicial, declarou que estava em missão junto aos funcionários da ADERR, e que os fatos objeto de discussão ocorreu ao final da fiscalização; indicou que a fiscalização estava devidamente sinalizada e que o acusado passou pela fiscalização sem diminuir, atropelando um cone no caminho; ato contínuo ele junto aos colegas policiais seguiram para a viatura para alcançar o veículo, que fez a ordem de parada, tendo o acusado obedecido; da abordagem percebeu que o acusado estava visivelmente alcoolizado, reafirmando os termos do ROP de fl. 30; fez a busca no veículo de imediato, tendo encontrado latas de cerveja, ato contínuo o veículo, seus ocupantes e o denunciado foram trazidos para Pacaraima, onde foi realizada nova vistoria no veículo quando encontrada a arma e as munições. (transcrição livre do depoimento)
A testemunha FÁBIO RIBEIRO DA SILVA, em juízo declarou que o acusado após a abordagem desceu do carro cambaleando, momento em que o Sargento Jackson deu voz de prisão, que a arma de fogo foi encontrada após revistar o veículo, que haviam munições no pente bem como em uma caixa, localizadas em um porta-objetos entre os bancos dianteiros do veículo. (transcrição livre do depoimento)
A testemunha JACKSON DE MELO PINTO, em juízo declarou que era o superior responsável pela guarnição que acompanhava as abordagens realizadas pelo Agente da ADERR próximo à Comunidade de Três Corações; todos os veículos que passaram no dia paravam para a fiscalização, que estava devidamente sinalizada. Ainda, informou que o acusado estava visivelmente alcoolizado, que conduziram o veículo à delegacia, onde houve uma vistoria que encontrou a arma de fogo e as munições. (transcrição livre do depoimento)
A testemunha HÉLIO DO NASCIMENTO FERREIRA, em juízo declarou que estava de plantão na Delegacia quando o acusado foi apresentado pelos Policiais Militares. Respondeu que na ocasião o acusado aparentava estar sob o efeito de álcool quando chegou à Delegacia. Informou ainda que foi apreendida uma arma pequena e munições. (transcrição livre).
Descreve o termo de constatação de embriaguez que o acusado apresentava olhos vermelhos, odor de álcool no hálito, estava falante e apresentava dificuldade no equilíbrio, fls. 26/27.
A defesa alega que a 'avaliação para determinar a alteração psicomotora do acusado é inconclusiva", e que o tipo descrito no art. 306, CTB, possui como elemento objetivo a capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool.
Porém, é pacificado o entendimento de que é possível a comprovação do estado de embriaguez por outros meios de provas, não apenas pelo teste de alcoolemia, popular "teste do bafômetro", o que aqui se verifica. Neste sentido:
() À toda evidência, com a modificação promovida pela Lei n. 12.760/12 no Código de Trânsito Brasileiro, aplicável ao caso pois o crime data de 3 de maio de 2015, o exame de alcoolemia não é mais o único meio de demonstração da alteração da capacidade psicomotora do condutor de veículo automotor, sendo admitidos, em igual sede, sinais exteriores que indiquem essa perturbação, demonstráveis por "exame clínico, perícia, vídeo, prova testemunhal ou outros meios de prova em direito admitidos", sendo inviável falar-se em ausência de justa causa para a persecução penal. (Precedentes).(...)
(RHC 71.331/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 20/04/2017, DJe 15/05/2017)
O argumento que não teria visto os cones na barreira da ADERR não convence, eis que a fiscalização estava sendo realizada por horas, e não se tem conhecimento de outros incidentes com motoristas que trafegaram pelo local, pois se assim tivesse ocorrido os responsáveis pela fiscalização teriam verificado o perigo e encerrado os trabalhos ao início da noite. Tal fato vem a confirmar o estado alterado da sua capacidade psicomotora.
Quanto ao delito epigrafado no art. 16, Estatuto do Desarmamento, em que pese a Defesa tenha arguido que a arma não funcionava e que por isso a conduta do acusado seria atípica, entendo que tal argumento não merece prosperar.
O crime de porte de arma de fogo de uso restrito ou conduta equiparada de arma com sinal de identificação raspado é de mera conduta, logo independe de resultado naturalístico para sua concretização, ou dano efetivo. Sendo suficiente a ação de portar ilegalmente a arma e/ou munição.
Tal tipo visa antecipar e evitar condutas que apresentam potencial lesivo à população, prevenindo a prática de crimes (STF, HC 119154 / BA - BAHIA - Relator: Min. TEORI ZAVASCKI - Julgamento: 26/11/2013 Segunda Turma).
Desta forma, resta claro que o acusado incidiu nas condutas tipificadas nos art. 306, CTB e art. 16, do Estatuto do Desarmamento.
DISPOSITIVO:
Assim, comprovada a materialidade e autoria dos delitos e não havendo causas excludentes de tipicidade ou ilicitude, bem como que isente o réu de pena, a condenação é medida que se impõe. Assim JULGO PROCEDENTE a pretensão punitiva do Estado, razão pela qual condeno o acusado EDMAR AUGUSTO OREANO, por incidência no art. 306 do CTB e art. 16, inciso IV, do Estatuto do Desarmamento.
Passo a dosar a pena a ser aplicada, em observância ao princípio constitucional de sua individualização.
Art. 306 do CTB:
Considerando as circunstâncias judiciais do artigo 59 do Código Penal, verifica-se, quanto à culpabilidade, que o réu agiu com dolo normal à espécie, nada havendo a ser valorado. Quanto aos antecedentes, não os possui; No concernente à conduta social e à personalidade, nada há nos autos para valorá-la. Pelo que se depreende dos autos o motivo do delito não o favorece, pois, decorrente da ingestão de bebida alcoólica. As circunstâncias do fato já foram consideradas quando da tipificação do delito. Não há demonstração de consequências extrapenais em razão da prática do delito. Não que se falar em comportamento da vítima.
Considerando as circunstâncias judiciais antes apreciadas, fixo a pena-base em 06 (seis) meses de detenção e 30 (trinta) dias-multa
Presente a atenuante da confissão, contudo, fica mantida no mínimo na presente fase, por conta do que dispõe a Súmula nº 231, STJ.
Sem agravantes.
Não havendo causa de diminuição ou aumento de pena a serem aplicadas, fixo a pena definitivamente 06 (seis) meses de detenção e 30 (trinta) dias-multa considerando a capacidade econômica do réu verificada nos autos, veículo novo, empresário, fixo o valor do dia-multa em 1/10 (um décimo) do valor do salário mínimo vigente ao tempo dos fatos.
Suspendo a habilitação do sentenciado pelo mesmo prazo da condenação, qual seja, 06 (seis) meses, com arrimo no disposto no art. 293 do CTB.
Art. 16, inciso IV, do Estatuto do Desarmamento:
Tenho que as circunstâncias judiciais (CP, art. 59) são as mesmas já dimensionadas acima. Razão pela qual fixo a pena base em 03 (três) anos de reclusão e 30 (trinta) dias-multa.
Presente a atenuante da confissão, contudo, fica mantida no mínimo na presente fase, por conta do que dispõe a Súmula nº 231, STJ.
Sem agravantes.
Não havendo causa de diminuição ou aumento de pena a serem aplicadas, fixo a pena definitivamente em 03 (três) anos de reclusão e 30 (trinta) dias-multa, fixo o valor do dia-multa em 1/10 (um décimo) do valor do salário mínimo vigente ao tempo dos fatos, pelos motivos já

expostos na dosimetria do crime do art. 306 do CTB.
Tratando-se de fatos distintos e independentes, praticados pelo autor por mais de uma ação, há concurso material de crime, devendo aplicar-se cumulativamente as penas privativas de liberdade, em razão do comando inserido no art. 69 do Código Penal.
Contudo, as penas privativas de liberdade são de naturezas distintas, reclusão e detenção, e não podem ser somadas. Assim, em cumprimento ao disposto no art. 69, caput, segunda parte, do CP, deve ser executada primeiro a pena de reclusão e depois a de detenção, cada uma em seu regime inicial próprio.
Fica o réu condenado a 03 (três) anos de reclusão, 06 (seis) meses de detenção e 60 (sessenta) dias-multa.
O regime inicial de cumprimento de pena para cada um dos delitos será o aberto, tendo em vista o disposto no art. 33, § 2º, "c",do CP.
Não há o que ser detraído, uma vez que o acusado não foi preso cautelarmente.
Tenho que o sentenciado faz jus a restritiva de direitos, uma vez atendido o disposto no artigo 44 e seus incisos do Código Penal. Assim, entendo cabível a substituição prevista no referido artigo, motivo pelo qual CONVERTO as penas privativas de liberdade aplicadas em RESTRITIVA DE DIREITOS, na modalidade a ser definida em audiência admonitória.
Prejudicado a analise do sursis tendo em vista a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos.
Concedo ao réu o direito em apelar em liberdade, tendo em vista o quantum da condenação, a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos. E, ainda, por não estarem presentes os requisitos da prisão preventiva.
Condeno o acusado ao pagamento das custas processuais.
Transitada em julgado a sentença, lance-se o nome do réu no rol de culpados, proceda-se às devidas comunicações e adotem-se as providências necessárias para o cumprimento da pena, com designação de audiência admonitória.
Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.
Pacaraima/RR, 25 de maio de 2017
Eduardo Messaggi Dias
Juiz Titular
Nenhum advogado cadastrado.

003 - 0000679-58.2014.8.23.0045
Nº antigo: 0045.14.000679-7
Réu: Rutineide Nascimento da Silva
SENTENÇA

Tratam os autos de ação penal pública movida contra RUTINEIDE NASCIMENTO DA SILVA, pela suposta prática dos delitos de injúria racial e desacato, descritos nos artigos 140, §3º, e 331, ambos do CP contra a vítima E. A. C., em razão dos fatos ocorridos no dia 05.11.2014.
A denúncia ofertada pelo Ministério Público contém a seguinte narrativa:

"() na data 05 de novembro de 2014, por volta das 20:00 horas, enquanto era contida por ter incorrido em crime de outra natureza, a denunciada RUTINEIDE NASCIMENTO DA SILVA desacatou funcionário público que estava no exercício de sua função. Apurou-se que na referida data e horário, enquanto era contida pro agentes de polícia civil da Delegacia de Pacaraima, a denunciada proferiu contra o servidor APC E.A.C. vários xingamentos, dentre os quais "policial de merda, policial bandido e negro filho da puta", irrogando também contra sua pessoa difamação e calúnia.
Na mesma ocasião, a denunciada proferiu xingamentos ao referido agente de polícia civil, fazendo referências à sua cor, utilizando-se das seguintes expressões: "negro corno", "negro maconheiro", "macaco", "negro nojento", dentre outros. (...)"
Decisão de recebimento da denúncia em 18/07/2016, à fl. 60.
A acusada foi citada às fls. 63/64, e apresentou resposta à acusação por meio da Defensoria Pública, às fls. 67.
Oitiva, em Juízo, da vítima E. A. C. (fl. 82), das testemunhas ANDERSON ANDRADE LIMA (fl. 83), SÔNIA LUCIA OLIVEIRA DA SILVA (fl. 84), todos gravados em sistema de áudio e vídeo anexo aos autos.
Ministério Público e defesa desistiram da oitiva das testemunhas Luiz Carlos da Silva e Edilson Albino, o que foi homologado pelo juízo, fl. 86
Interrogatório da ré (fl. 81), gravado em sistema de áudio e vídeo anexo aos autos.
Em alegações finais, o Ministério Público pugnou pela condenação da ré nos exatos termos da exordial acusatória, fls. 87/96.
A DPE, por sua vez, requereu a absolvição, aduzindo que ausência de dolo específico, nos termos do art. 386, III, CP. Subsidiariamente requer seja aplicado o princípio da consunção, fls.97/104.
Certidão de antecedentes criminais da acusada, fls. 45/46, 61/63,
É o relatório.
Decido.

PRELIMINARMENTE:
A Defesa pugna pela aplicação do princípio da consunção, para que o crime de injúria racial seja absorvido pelo crime de desacato.
Porém, para que seja possível o seu reconhecimento e aplicação é necessário que o crime menos grave (desacato) seja meio para a prática do crime mais grave (injúria racial) (TJ-CE - Apelação APL 00289539620138060091 CE 0028953-96.2013.8.06.0091), o que não ocorre no presente caso.
Os delitos em tela não são meio e fim em si mesmos. A acusada não injuriou para poder desacatar. São crimes desconexos que não precisam de ligação para ocorrer.
Assim, superada a preliminar, passo ao mérito.

MATERIALIDADE:
Narra a denúncia que a acusada teria desacatado a vítima no exercício de sua função, bem como teria ofendido sua dignidade em razão de sua cor.
A materialidade dos delitos encontram-se indicadas nas gravações constantes nos CDs de fls. 33 e 58, transcritas às fls. 37/39 e 56/57, respectivamente. Insta frisar que a vítima reconhece a sua voz nas gravações, fls. 21 Os depoimentos prestados em juízo também sinalizam a materialidade.

AUTORIA:
Quanto à autoria, têm-se os seguintes elementos de prova:
Ouvida em juízo, a vítima E. A. C., em síntese, declarou que é Policial Civil; no dia dos fatos estava trafegando em via pública com a viatura da Polícia Civil, quando populares pediram ajuda; verificou que estava ocorrendo uma briga entre a acusada e SÔNIA; a acusada estava com uma faca, tentando furá-la; interveio na briga, como policial, e conduziu as duas para Delegacia; lá a ré começou a xingá-lo e ofendê-lo de "negro macaco", "negro filho da puta", "negro corno", "negro maconheiro", "policialzinho de merda", (transcrição livre do depoimento).
A testemunha ANDERSON ANDRADE, Agente de Polícia Civil, declarou, que a acusada foi conduzida até a delegacia, devido a uma briga; enquanto estava na cela da delegacia a acusada começou a xingar a vítima de "filho da puta", "negro", "maconheiro", "macaco", "policial de merda", "policial bandido"; a vítima estava no exercício da função; . (transcrição livre do depoimento)
A testemunha SÔNIA LUCIA VIEIRA DA SILVA, ouvido na condição de informante, declarou, em síntese, que foi agredida pela acusada; a vítima atendeu a ocorrência e as conduziu para delegacia; na Delegacia ouviu a acusada proferir palavras de baixo calão como "negro filho da puta", "macaco", "corno", "policial bandido", "policial de merda". (transcrição livre do depoimento).
A ré, interrogada em juízo, declarou que a vítima a conhece; nega ter dito que a vítima ia fumar maconha com o filho da depoente, alega ter dito que "quando tu (vítima) vai na casa do meu filho, tu (vítima) me conhece, mas aqui (delegacia) não me conhece"; quanto aos xingamentos, não se recorda do que teria dito, pois havia ingerido bebida alcoólica; acredita que deve ter dito, mas não se recorda; (transcrição livre do depoimento)
Desse modo, as provas aportadas aos autos comprovam as práticas dos delitos de desacato e injúria racial imputados a acusada exatamente como consta na denúncia, o que foi confirmado, em juízo.
Ademais, a ré, apesar de alegar que não se recorda, não nega a prática dos delitos.
A conduta típica do delito previsto no art. 140, § 3º, do CP, consiste em ofender a dignidade ou o decoro, utilizando-se de elementos referentes a cor.
Em sede de alegações finais, a defesa pugnou pela absolvição da ré quanto a esse delito face a ausência de dolo, vez que ela encontrava-se sob efeito de álcool.
É sabido que a embriaguez voluntária não isenta o agente de ser penalmente responsabilizado por seus atos, art. 28, II, CP, em razão disso não se pode afirmar que a ré apenas injuriou por estar bêbada.
As declarações da vítima em juízo somadas ao depoimento das testemunhas comprovam a prática do crime, vide depoimentos acima transcritos. Entendo que existiu dolo específico de injuriar, de ofender a honra subjetiva da vítima em razão de sua cor, xingamentos proferidos para atingir a dignidade da vítima.
Quanto ao delito tipificado no art. 331, CP, descreve a ação de desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela.
A defesa alega ausência de dolo da acusada, asseverando que "houve apenas um comportamento mais exaltado", que se agravou devido ao estado de embriaguez.
Não resta dúvidas que a vítima estava no exercício de sua função, Policial Civil, quando foi desacatada pela acusada. Foram proferidos xingamentos específicos quanto a função que ela desempenhava.
Assim, merece a pretensão punitiva ser julgada procedente.
DISPOSITIVO:
Por todo o exposto, configurada a ocorrência dos crimes de injúria racial e desacato, JULGO PROCEDENTE a pretensão punitiva estatal contida na denúncia para condenar RUTINEIDE NASCIMENTO DA SILVA,

como incurso nas sanções dos arts. 140, §3º, e 331, ambos do CP.
Passo a dosar a pena atento ao princípio constitucional da sua individualização.

Do delito de injúria qualificada - Art. 140, §3º, CP:
Considerando as circunstâncias judiciais do artigo 59 do Código Penal, verifica-se, quanto à culpabilidade, que a ré agiu com dolo normal a espécie, nada havendo a ser valorado. Quanto aos antecedentes, é tecnicamente primária. No concernente à conduta social e à personalidade, não há prova nos autos para valorá-las. Pelo que se depreende dos autos o motivo do delito não a favorece, pois, decorreu do fato da denunciada estar embriagada. As circunstâncias do fato já foram consideradas quando da tipificação dos delitos. Não há demonstração de consequências extrapenais em razão da prática do delito. Não se pode afirmar que o comportamento da vítima tenha contribuído para a prática delituosa.
Considerando as circunstâncias judiciais antes apreciadas, fixo a pena-base em 01 (um) ano de reclusão e 30 (trinta) dias-multa
Presente a atenuante da confissão espontânea, contudo, fica mantida no mínimo na presente fase, por conta do que dispõe a Súmula nº 231, STJ. Sem agravantes.
Não havendo causa de diminuição ou aumento de pena a serem aplicadas, fixo a pena definitivamente em 01 (um) ano de reclusão e 30 (trinta) dias-multa.
Quanto à pena de multa, atento aos parâmetros estabelecidos no artigo 49 do Estatuto Penal, já fixada em 30 (trinta) dias-multa, arbitrando o dia-multa em 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo vigente à época do fato.
Do delito de desacato - Art. 331, CP:
Tenho que as circunstâncias judiciais (CP, art. 59) são as mesmas já dimensionadas acima. Razão pela qual fixo a pena-base em 06 (seis) meses de detenção e 30 (trinta) dias-multa.
Presente a atenuante da confissão espontânea, contudo, fica mantida no mínimo na presente fase, por conta do que dispõe a Súmula nº 231, STJ. Sem agravantes.
Não havendo causa de diminuição ou aumento de pena a serem aplicadas, fixo a pena definitivamente em 06 (seis) meses de detenção e 30 (trinta) dias-multa.
Quanto à pena de multa, atento aos parâmetros estabelecidos no artigo 49 do Estatuto Penal, já fixada em 30 (trinta) dias-multa, arbitrando o dia-multa em 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo vigente à época do fato.
Do concurso de crimes e penas:
É caso de concurso material de crimes (art. 69, CP), por ser crimes com desígnios autônomos.
Porém, em tratando-se de penas de natureza distintas, reclusão e detenção, não é possível somá-las, devendo pois ser executada primeiro a de reclusão e depois a de detenção (art. 69, CP), pois cada uma em seu regime inicial próprio. Fica a ré condenada a 01 (um) ano de reclusão, 06 (seis) meses de detenção e 60 (sessenta) dias-multa. O regime inicial de cumprimento de pena para cada um dos delitos será o aberto, tendo em vista o disposto no art. 33, § 2º, "c",do CP.
Da pena deve ser detraído o tempo que o réu ficou cautelarmente preso, do dia 05 de novembro de 2014 até a sua soltura no dia 11 de novembro de 2014. Logo, devem ser detraídos o total de 7 (sete) dias, conforme cópias acostadas na contracapa dos autos. Detraio da pena de reclusão, restando 11 (onze) meses e 23 (vinte e três) dias de reclusão, mantendo o regime de cumprimento de pena inalterado.
Tenho que a sentenciada faz jus a restritiva de direitos, uma vez atendido o disposto no artigo 44 e seus incisos do Co´digo Penal. Assim, entendo cabi´vel a substituic¸a~o prevista no referido artigo, motivo pelo qual CONVERTO as penas privativas de liberdade aplicadas em RESTRITIVA DE DIREITOS, na modalidade a ser definida em audiência admonitória.
Deixo de fixar indenização a vítima a míngua de pedido expresso. Ademais não há óbice para que a vítima busque a reparação cível, nos termos dos artigos 63 a 68 do Código de Processo Penal.
Concedo ao réu o direito de apelar em liberdade, pois é a condição em que se encontra, e não se encontram presentes os requisitos para decretação de sua custódia preventiva.
Transitada em julgado a sentença, lance-se o nome do réu no rol de culpados, proceda-se às devidas comunicações e adotem-se as providências necessárias para o cumprimento da pena, com designação de audiência admonitória.
Deixo de condenar o réu no pagamento das custas processuais, por ser pessoa financeiramente hipossuficiente, sendo assistido pela Defensoria Pública do Estado.
Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.
Pacaraima/RR, 25 de maio de 2017

Eduardo Messaggi Dias
Juiz Titular
Nenhum advogado cadastrado.

Comarca de Bonfim

Não foi possível estabelecer uma conexão com esta comarca

SEGUNDA VARA DE FAMÍLIA

Expediente de 26/05/2017

MM. Juiz de Direito Titular
PAULO CÉZAR DIAS MENEZES

Escrivã Judicial
Maria das Graças Barroso de Souza

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS

Processo 0827316-50.2016.8.23.0010 – Divórcio Litigioso
Requerente: J.F.de.A.
Defensor Público: OAB 139D-RR - Alessandra Andrea Miglioranza / OAB 257N-RR - Terezinha Muniz de Souza Cruz
Requerido(a): A.S.de.A.
Defensor Público: OAB 311D-RR - Emira Latife Lago Salomao Reis

O JUIZ DE DIREITO PAULO CEZAR DIAS MENEZES – TITULAR DA SEGUNDA VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE BOA VISTA/RR, MANDA PROCEDER A:

CITAÇÃO DE: OKMÉRIA SOUZA DE AMORIM, brasileira, casada, filha de Francisco Avelino de Souza e de Maria Avelina de Souza, demais dados ignorados, estando em lugar incerto e não sabido.

FINALIDADE: CITAÇÃO da pessoa acima para tomar conhecimento dos termos dos autos em epígrafe e ciência do ônus que a partir desta data, correrá o **prazo de 15 (quinze) dias** para apresentar contestação. Na falta de contestação será considerado(a) revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo(a) autor(a). Em caso de revelia será nomeado curador especial (art. 257, IV, CPC).

Segunda Vara de Família - Fórum Adv. Sobral Pinto, 666 - Centro
69.301-380 – Boa Vista – Roraima / Telefone: (95)3198-4726 / E-mail: 2familia@tjrr.jus.br

E, para que chegue ao conhecimento do(a) interessado(a), mandou o MM Juiz, expedir o presente Edital que será publicado e afixado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Boa Vista, Capital do Estado de Roraima, vinte e três de maio de dois mil e dezessete. Eu, J.S.M.S. (Técnico Judiciário) o digitei.

Maria das Graças Barroso de Souza
Diretora de Secretaria

Secretaria Vara / 2ª Vara da Família / Fórum - Fórum Advogado Sobral Pinto / Comarca - Boa Vista

MeB7JPKKm5kaK+YjaOmV6GQ8Hvo=

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS

Processo 0831489-20.2016.8.23.0010 – Reconhecimento / Dissolução
Requerente: J.S.A.
Advogado: OAB 829N-RR - Eumaria dos Santos Aguiar / OAB 1169N-RR - Treyce Atala Rodrigues Ferreira / OAB 1058N-RR - Suzete Carvalho Oliveira
Requerido(a): H.P.da.S. e outro

O JUIZ DE DIREITO PAULO CEZAR DIAS MENEZES – TITULAR DA SEGUNDA VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE BOA VISTA/RR, MANDA PROCEDER A:

CITAÇÃO DE: HANDRYO PAES DA SILVA e KELCYA PAES DA SILVA, brasileiros, filhos de José Wanderlan Aparecido Souza da Silva, demais dados ignorados, estando em lugar incerto e não sabido.

FINALIDADE: CITAÇÃO da pessoa acima para tomar conhecimento dos termos dos autos em epígrafe e ciência do ônus que a partir desta data, correrá o **prazo de 15 (quinze) dias** para apresentar contestação. Na falta de contestação será considerado(a) revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo(a) autor(a). Em caso de revelia será nomeado curador especial (art. 257, IV, CPC).

Segunda Vara de Família - Fórum Adv. Sobral Pinto, 666 - Centro
69.301-380 – Boa Vista – Roraima / Telefone: (95)3198-4726 / E-mail: 2familia@tjrr.jus.br

E, para que chegue ao conhecimento do(a) interessado(a), mandou o MM Juiz, expedir o presente Edital que será publicado e afixado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Boa Vista, Capital do Estado de Roraima, vinte e três de maio de dois mil e dezessete. Eu, J.S.M.S. (Técnico Judiciário) o digitei.

Maria das Graças Barroso de Souza
Diretora de Secretaria

Secretaria Vara / 2ª Vara da Família / Fórum - Fórum Advogado Sobral Pinto / Comarca - Boa Vista

MeB7JPKKm5kaK+YjaOmV6GQ8Hvo=

3º EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DECLARATÓRIA DE INTERDIÇÃO COM PRAZO DE 10 DIAS

Processo 0824382-56.2015.8.23.0010 – Interdição
Requerente: Jocelana Soares de Macedo
Defensora Pública: OAB 139D-RR - Alessandra Andrea Miglioranza
Interditanda: Severina Delmira da Conceição

O JUIZ DE DIREITO PAULO CEZAR DIAS MENEZES - TITULAR DA 2ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

FINAL DE SENTENÇA: **POSTO ISSO**, firme nos fundamentos acima expostos e em consonância com o douto parecer ministerial, **DECRETO** a interdição de **Severina Delmira da Conceição**, declarando-a **RELATIVAMENTE INCAPAZ** de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do art. 4º, inciso III, do Código Civil. De acordo com o art. 1.775, §1.º do Código Civil, nomeio-lhe curadora a Sra. **Jocelana Soares de Macedo**. Limites da curatela: Nos termos da fundamentação supra, considerando o estado de saúde da requerida, a curadora terá poderes de representação, não podendo, todavia, alienar ou onerar bens da incapaz sem autorização judicial nem contrair empréstimos em nome desta, sendo que os rendimentos da incapaz deverão ser destinados unicamente em sua saúde, alimentação e bem estar. Aplica-se, também, ao caso, o disposto no art. 553 do NCPC e respectivas sanções. Expeça-se mandado de registro da interdição, na forma do art. 9.º, III do CC e art. 89 da Lei 6.015/73. Conste no mandado que deverá o oficial de registro civil, em cumprimento ao que determinam os arts. 106 e 107, §1º da Lei 6.015/73, proceder à devida comunicação do registro da interdição ao cartório no qual foi lavrado o assento de nascimento. Proceda-se a publicação da sentença na forma do art. 755, §3.º do NCPC, dispensando-se a publicação na imprensa local por serem as partes beneficiárias da gratuidade da justiça e assistidas pela DPE/RR. Expeça-se o respectivo termo de curatela, constando as observações acima, e proceda-se conforme o art. 759 do NCPC, intimando a curadora para prestar compromisso, no prazo de 05 dias. Assim, extingo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I do CPC. Sem custas, ante a gratuidade da justiça. Sem honorários, ante a natureza de jurisdição voluntária deste procedimento. Após o trânsito em julgado e cumpridas todas as determinações, arquivem-se os autos, com baixa na distribuição. P.R.I. Boa Vista-RR, 13 de março de 2017. (assinado eletronicamente – Lei 11.419/2006) **PAULO CÉZAR DIAS MENEZES** Juiz de Direito Titular 2.ª Vara de Família, Sucessões, Órfãos, Interditos e Ausentes. E, para que ninguém possa alegar ignorância ao MM Juiz, mandou expedir o presente Edital que será publicado 03 (três) vezes pela imprensa oficial, com intervalo de 10 dias e afixado no local de costume na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Boa Vista, Capital do Estado de Roraima, vinte e três de maio de dois mil e dezessete. Eu, J.S.M.S., Técnico Judiciário, o digitei.

Maria das Graças Barroso de Souza
Diretora de Secretaria

Secretaria Vara / 2ª Vara da Família / Fórum - Fórum Advogado Sobral Pinto / Comarca - Boa Vista

MeB7JPKKm5kaK+YjaOmV6GQ8Hvo=

2º EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DECLARATÓRIA DE INTERDIÇÃO COM PRAZO DE 10 DIAS

Processo 0818285-40.2015.8.23.0010 – Interdição
Requerente: Gleiciane Batista de Oliveira
Defensor Público: OAB 139D-RR - Alessandra Andrea Miglioranza
Requerido(a): Joventina Bastos da Silva

O JUIZ DE DIREITO PAULO CEZAR DIAS MENEZES - TITULAR DA SEGUNDA VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

FINAL DE SENTENÇA: **POSTO ISSO**, firme nos fundamentos acima expostos e em consonância com o douto parecer ministerial, **DECRETO** a interdição de **Joventina Bastos da Silva**, declarando-a **RELATIVAMENTE INCAPAZ** de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do art. 4º, inciso III, do Código Civil. De acordo com o art. 1.775, §1.º do Código Civil, nomeio-lhe curadora a Sra. **Gleiciane Batista de Oliveira**. Limites da curatela: Nos termos da fundamentação supra, considerando o estado de saúde da requerida, a curadora terá poderes de representação, não podendo, todavia, alienar ou onerar bens da incapaz sem autorização judicial nem contrair empréstimos em nome desta, sendo que os rendimentos da incapaz deverão ser destinados unicamente em sua saúde, alimentação e bem estar. Aplica-se, também, ao caso, o disposto no art. 553 do NCPC e respectivas sanções. Expeça-se mandado de registro da interdição, na forma do art. 9.º, III do CC e art. 89 da Lei 6.015/73. Conste no mandado que deverá o oficial de registro civil, em cumprimento ao que determinam os arts. 106 e 107, §1º da Lei 6.015/73, proceder à devida comunicação do registro da interdição ao cartório no qual foi lavrado o assento de nascimento. Proceda-se a publicação da sentença na forma do art. 755, §3.º do NCPC, dispensando-se a publicação na imprensa local por serem as partes beneficiárias da gratuidade da justiça e assistidas pela DPE/RR. Expeça-se o respectivo termo de curatela, constando as observações acima, e proceda-se conforme o art. 759 do NCPC, intimando a curadora para prestar compromisso, no prazo de 05 dias. Assim, extingo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I do CPC. Sem custas, ante a gratuidade da justiça. Sem honorários, ante a natureza de jurisdição voluntária deste procedimento. Após o trânsito em julgado e cumpridas todas as determinações, arquivem-se os autos, com baixa na distribuição. P.R.I. Boa Vista-RR, 30 de março de 2017. (assinado eletronicamente – Lei 11.419/2006) **PAULO CÉZAR DIAS MENEZES** Juiz de Direito Titular 2.ª Vara de Família, Sucessões, Órfãos, Interditos e Ausentes. E, para que ninguém possa alegar ignorância ao MM Juiz, mandou expedir o presente Edital que será publicado 03 (três) vezes pela imprensa oficial, com intervalo de 10 dias e afixado no local de costume na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Boa Vista, Capital do Estado de Roraima, vinte e seis de abril de dois mil e dezessete. Eu, J.S.M.S., Técnico Judiciário, o digitei.

Maria das Graças Barroso de Souza
Diretora de Secretaria

Secretaria Vara / 2ª Vara da Família / Fórum - Fórum Advogado Sobral Pinto / Comarca - Boa Vista

MeB7JPKKm5kaK+YjaOmV6GQ8Hvo=

5ª VARA CÍVEL

Expediente de 26/05/2017

EDITAL DE CITAÇÃO DE EVENTUAIS TERCEIROS INTERESSEDOS
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

PROCESSO Nº 0722964-42.2013.8.23.0010

A MMª. Juíza Substituta da 5ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista/RR, Drª Suelen Márcia Silva Alves, no uso de suas atribuições legais e na forma da lei, etc...

FAZ SABER a todos que por este Juízo tramitam os autos sob o nº 0722964-42.2013.8.23.0010, AÇÃO DE USUCAPIÃO, em que figura como autor(a) HERTHA GEOVANNA PEREIRA DE MELO e JEFERSON MOREIRA DOS SANTOS e como requerido(a) DELMAR PENHA MORAIS e outros, tendo por objeto o **Imóvel**, situado na Rua C-23, nº 177, Bairro Cambará, Boa Vista, RR e tem como seus dados característicos: Frente: com a Rua C-23, medindo 15,20 m (quinze metros e vinte centímetros); Fundos: com o Lote 0176, medindo 15,00 m (quinze metros); Linha Direita: com o Lote 0326, medindo 34,00m (trinta e quatro metros); Linha Esquerda: com os Lotes 0253 e 0296 medindo 34,00 m (trinta e quatro metros). Como se encontram desconhecidos possíveis terceiros interessados, expediu-se o presente edital, com o prazo de 30 (trinta) dias, para que estes, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação deste edital, contestem a ação, sob pena de revelia, e, em não o fazendo, presumir-se-ão como verdadeiros os fatos afirmados pelo autor na inicial. E para que chegue ao conhecimento dos eventuais terceiros interessados e ninguém possa alegar desconhecimento no futuro, mandou a MMª. Juíza expedir o presente, que será publicado e afixado na forma da lei. **DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Boa Vista (RR), aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de Maio do ano dois mil e dezessete.**

LUANA ROLIM GUIMARÃES
Diretora de Secretaria

Secretaria Vara / 5ª Vara Cível de Competência Residual / Fórum - Fórum Advogado Sobral Pinto / Comarca - Boa Vista

tk4JVy7YlbdrSU0v/ei5ZDE/pG0=

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

PROCESSO Nº 0836955-63.2014.8.23.0010

A MMª. Juíza Substituta da 5ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista/RR, Drª Suelen Márcia Silva Alves, no uso de suas atribuições legais e na forma da lei, etc...

FAZ SABER a todos que por este Juízo tramitam os autos sob o nº 0836955-63.2014.8.23.0010, AÇÃO DE COBRANÇA CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, em que figura como requerente LUIZ FERNANDO DA SILVA e como requerido MAPFRE SEGUROS. Tendo em vista o falecimento do requerente a MMª Juíza determinou a expedição do presente edital pelo qual ficam o espólio, sucessores ou herdeiros INTIMADOS para que, caso queiram, manifestem-se quanto ao interesse na sucessão processual e promovam a respectiva habilitação, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação deste edital. E para que chegue ao conhecimento da parte exequente e ninguém possa alegar desconhecimento no futuro, mandou a MMª Juíza expedir o presente edital, com prazo de 30 (trinta) dias, que será publicado e afixado na forma da lei. **DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Boa Vista-RR, aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de maio do ano dois mil e dezessete.**

LUANA ROLIM GUIMARÃES
Diretora de Secretaria

Secretaria Vara / 5ª Vara Cível de Competência Residual / Fórum - Fórum Advogado Sobral Pinto / Comarca - Boa Vista

tk4JVy7YlbdrSU0v/ei5ZDE/pG0=

EDITAL DE CITAÇÃO DE EVENTUAIS TERCEIROS INTERESSEDOS
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

PROCESSO Nº 0720496-12.2013.8.23.0010

A MMª. Juíza Substituta da 5ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista/RR, Drª Suelen Márcia Silva Alves, no uso de suas atribuições legais e na forma da lei, etc...

FAZ SABER a todos que por este Juízo tramitam os autos sob o nº 0720496-12.2013.8.23.0010, AÇÃO DE USUCAPIÃO, em que figura como autor(a) CÍCERO JOÃO BATISTA e como requerido(a) ALMIR MORAES SÁ e outros, tendo por objeto a área de terreno situada na Rua São Pedro nº 331, Quadra 317, Bairro Cinturão Verde, com inscrição municipal n° 01.07.317.0331.001.0, com área territorial de 600,00m², Boa Vista/RR. Como se encontram desconhecidos possíveis terceiros interessados, expediu-se o presente edital, com o prazo de 30 (trinta) dias, para que estes, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação deste edital, contestem a ação, sob pena de revelia, e, em não o fazendo, presumir-se-ão como verdadeiros os fatos afirmados pelo autor na inicial. E para que chegue ao conhecimento dos eventuais terceiros interessados e ninguém possa alegar desconhecimento no futuro, mandou a MMª. Juíza expedir o presente, que será publicado e afixado na forma da lei. **DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Boa Vista-RR, aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de maio do ano dois mil e dezessete.**

LUANA ROLIM GUIMARÃES
Diretora de Secretaria

Secretaria Vara / 5ª Vara Cível de Competência Residual / Fórum - Fórum Advogado Sobral Pinto / Comarca - Boa Vista

tk4JVy7YlbdrSU0v/ei5ZDE/pG0=

EDITAL DE CITAÇÃO DE EVENTUAIS TERCEIROS INTERESSEDOS
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

PROCESSO Nº 0832706-98.2016.8.23.0010

A MMª. Juíza Substituta da 5ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista/RR, Drª Suelen Márcia Silva Alves, no uso de suas atribuições legais e na forma da lei, etc...

FAZ SABER a todos que por este Juízo tramitam os autos sob o nº 0832706-98.2016.8.23.0010, AÇÃO DE USUCAPIÃO, em que figura como autor(a) ELIAQUIM DE JESUS OLIVEIRA e como requerido(a) FRANCINALDA BATISTA DA SILVA e outros, tendo por objeto a área de terreno situada na Rua Telma Cavalcante nº 111, Quadra 15, Lote 12, Bairro Santa Luzia, com área territorial de 510,00m², Boa Vista/RR. Como se encontram desconhecidos possíveis terceiros interessados, expediu-se o presente edital, com o prazo de 30 (trinta) dias, para que estes, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação deste edital, contestem a ação, sob pena de revelia, e, em não o fazendo, presumir-se-ão como verdadeiros os fatos afirmados pelo autor na inicial. E para que chegue ao conhecimento dos eventuais terceiros interessados e ninguém possa alegar desconhecimento no futuro, mandou a MMª. Juíza expedir o presente, que será publicado e afixado na forma da lei. **DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Boa Vista-RR, aos 26 (vinte e seis) dias do mês de maio do ano dois mil e dezessete.**

LUANA ROLIM GUIMARÃES
Diretora de Secretaria

Secretaria Vara / 5ª Vara Cível de Competência Residual / Fórum - Fórum Advogado Sobral Pinto / Comarca - Boa Vista

tk4JVy7YlbdrSU0v/ei5ZDE/pG0=

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

PROCESSO Nº 0818922-25.2014.8.23.0010

A MMª. Juíza Substituta da 5ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista/RR, Drª Suelen Márcia Silva Alves, no uso de suas atribuições legais e na forma da lei, etc...

FAZ SABER a todos que por este Juízo tramitam os autos sob o nº 0818922-25.2014.8.23.0010, AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA, em que figura como requerente AYMORE CREDITOS FINANCIAMENTOS E INVESTIMENTOS S/A e como requerido DEUCLEOMAR NOGUEIRA BATISTA. Tendo em vista o a paralização dos presentes autos, a MMª Juíza determinou a expedição do presente edital pelo qual fica o requerente INTIMADO para que que habilite novo advogado nos autos do processo virtual e promova o regular andamento da precatória junto ao juízo deprecado, na forma do art. 261, §2.º do CPC. E para que chegue ao conhecimento da parte exequente e ninguém possa alegar desconhecimento no futuro, mandou a MMª Juíza expedir o presente edital, com prazo de 05 (cinco) dias, que será publicado e afixado na forma da lei. **DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Boa Vista-RR, aos 26 (vinte e seis) dias do mês de maio do ano dois mil e dezessete.**

LUANA ROLIM GUIMARÃES
Diretora de Secretaria

Secretaria Vara / 5ª Vara Cível de Competência Residual / Fórum - Fórum Advogado Sobral Pinto / Comarca - Boa Vista

tk4JVy7YlbdrSU0v/ei5ZDE/pG0=

3ª VARA CÍVEL DE COMPETÊNCIA RESIDUAL

Expediente de 26/05/2017

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 20 DIAS)

O MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível de Competência Residual da Comarca de Boa Vista, faz saber que neste Juízo tramita o seguinte processo:

Autos nº. 0830438-42.2014.8.23.0010 – Execução de Título Extrajudicial
Autor: BANCO BRADESCO
Réu: DISTRIBUIDORA DU LEITE LTDA EPP e MARCIO GONCALVES DE OLIVEIRA

Estando a parte ré em local incerto e não sabido, expediu-se o presente edital com a seguinte finalidade: **CITAÇÃO** da parte ré, **MARCIO GONCALVES DE OLIVEIRA**, brasileiro(a), empresário, CPF nº 537.146.262-04, demais dados ignorados e **DISTRIBUIDORA DU LEITE LTDA EPP**, pessoa jurídica, incrita no CNPJ nº 84.033.539/0001-37, a fim de que, no prazo de 03 (três) dias, contados após 20 (dias) da publicação deste, efetue o pagamento da importância no montante de **R$ 18.963,62** (dezoito mil novecentos e sessenta e três reais e sessenta e dois centavos e **R$ 249,21** (duzentos e quarenta e nove reais e vinte um centavos), cento e cinquenta e cinco reais e dezessete centavos), referente ao valor da causa, 10% de honorários advocatícios e custas processuais respectivamente. Se as partes executadas efetuarem o integral pagamento, no prazo de 03 (três) dias, a verba honorário será reduzida pela metade. Caso sejam opostos embargos, os honorários advocatícios ficam provisoriamente arbitrados em 10% do valor do débito. Acaso transcorra *in albis* o prazo de resposta da promovida citada por edital, tornar-se-á imperiosa a nomeação de Defensor para atuar como curador especial (art. 72, II, do NCPC), com a expedição de ofício ao Defensor Público Geral, para que o nomeie.

SEDE DO JUÍZO: Fórum Advogado Sobral Pinto, Praça do Centro Cívico, 666, Centro, CEP 69.301-069, Boa Vista-RR, Tel: (95) 3198-4727/3198-4728, e-mail: 3civelresidual@tjrr.jus.br

Para que chegue ao conhecimento de todos mandou expedir o presente edital, que será afixado no local de costume, no Fórum local, e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, 26 de maio de 2016.

HÉBER AUGUSTO NAKAUTH DOS SANTOS
Diretor de Secretaria

Secretaria Vara / 3ª Vara Cível / Fórum - Fórum Advogado Sobral Pinto / Comarca - Boa Vista

K3VErSFKexH2YfA71Q+uLPyeYRI=

2ª VARA CRIMINAL

Expediente de 26/05/2017

Processo nº 0001715-75.2016.8.23.0010
Réu: WAGNER BENTES PEREIRA MESQUITA

EDITAL DE CITAÇÃO
Com prazo de 15 (quinze) dias.

O Juiz Substituto Dr. Raimundo Anastácio Carvalho Dutra Filho da 1.ª Vara Criminal da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, na forma da lei, faz saber que neste Juízo tramita processo em que é acusado **WAGNER BENTES PEREIRA MESQUITA**, brasileiro, solteiro, pedreiro, natural de Boa Vista-RR, nascido aos 12.11.1992, portador da Rg nº. 326.962-0 SSP/RR ,CPF nº 928.482.227-23, filho de Edval Pereira de Mesquita e Lúcia Darciley Bentes Pereira, como incurso(a) nas penas **do artigo 157, §2º, I e II, do Código de Penal** e como se encontra atualmente em lugar incerto e não sabido, não sendo possível citá-lo(a) pessoalmente, **CITA-O(A)** para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias; Ficando advertido(a) de que: I- Se forem arroladas testemunhas residentes em outras Comarcas, as mesmas serão ouvidas na Comarca onde residem se, intimadas, afirmarem a impossibilidade de comparecimento e a recusa da defesa em providenciar seu comparecimento espontâneo e, por fim, que certificado o decurso do prazo sem apresentação da resposta escrita, os Autos serão remetidos a Defensoria Pública, nos termos do artigo 396 e 396-A, §2º, ambos do CPP nos termos do artigo 396 e seguintes do Código de Processo Penal; II- Conforme o disposto no artigo 387, IV, do Código de Processo Penal, o Denunciado deverá estar ciente de que, em eventual procedência da ação penal, poderá ser fixado valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração penal, levando-se em conta os prejuízos sofridos pelo ofendido, cabendo ao mesmo manifestar-se a respeito na resposta a acusação; III- Devendo ficar ciente, ainda, de que a partir deste momento, quaisquer mudanças de endereço deverão ser informadas a este Juízo, para que possa ser adequadamente comunicado dos atos processuais.

Boa Vista, RR, 26 de maio de 2017.

Marcos Antônio Demésio dos Santos
Diretor de Secretaria

Secretaria Vara / 1ª Vara Criminal de Competência Residual / Fórum - Fórum Criminal Ministro Evandro Lins e Silva / Comarca - Boa Vista

mJqn3mnlZmK8A+aBsafEfIkObV0=

CARTÓRIO UNIFICADO DOS JUIZADOS ESPECIAIS

Expediente de 26/05/2017

Portaria n.º 001/2017 Boa Vista-RR, 25 de maio de 2017

CONSIDERANDO o grande número de alvarás expedidos na Secretaria dos Juizados Especiais, bem como a necessidade de se adotar medidas que otimizem o trabalho e promovam maior segurança ao jurisdicionado.

RESOLVE:

Art. 1º Determinar que os alvarás somente sejam entregues às partes mediante a apresentação de cópia do documento de identificação, devendo a serventia proceder com a sua juntada aos autos respectivos.

Art. 2º Situações de caráter urgente serão dirimidas por esta Coordenação.

Art.3º Dê-se ciência aos servidores e ao público em geral.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se, publique-se e cumpra-se.

LUIZ ALBERTO DE MORAIS JÚNIOR
Juiz Diretor do Juizado Especial Unificado da Comarca de Boa Vista

Comunicação Social - Presidência

ASZcLwgU2pT6g+R/NRhDl51/LG0=

1º JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Expediente de 26/05/2017

EDITAL DE INTIMAÇÃO
(Prazo de 20 dias)

A Excelentíssima Juíza de Direito, Dra. Maria Aparecida Cury ,Titular do 1º Juizado de Violência Doméstica da Comarca de Boa Vista.

Faz saber a todos que por este Juízo tramitam os autos de:

Autos de Medida Protetiva n.º 0010.16.007672-4
Vítima: TELY MARIA DA SILVA ROQUE
Réu: DANIEL QUEIROZ DA SILVA

FINALIDADE: Proceder a INTIMAÇÃO, como se encontra a parte **DANIEL QUEIROZ DA SILVA** atualmente em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente edital, com o prazo de 20 (vinte) dias, a partir de sua publicação, intimando-o para Pelos fatos e fundamentos jurídicos expostos, em consonância com a manifestação do Ministério Público Estadual atuante no Juízo, ante a falta de elementos que levem à modificação do entendimento inicial, com base nos arts. 487, I, e 490, ambos do CPC, ACOLHO INTEGRALMENTE OS PEDIDOS FORMULADOS pela vítima/requerente e JULGO PROCEDENTE A AÇÃO CAUTELAR, restando CONFIRMADAS AS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA liminarmente concedidas, que vigorarão até ulterior decisão ou declaração de extinção da punibilidade, a ser proferida nos correspondentes autos do Inquérito Policial ou da Ação Penal, sem prejuízo do direito do requerido discutir direitos que entender cabíveis na via ordinária. Após o trânsito em julgado, ARQUIVEM-SE os presentes autos, com as anotações e baixas necessárias. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Boa Vista/RR, 26 de outubro de 2016. MARIA APARECIDA CURY. Juíza de Direito Titular."

E para que chegue ao conhecimento do interessado e ninguém possa alegar ignorância no futuro, mandou a MM. Juíza expedir o presente, que será publicado e afixado na forma da lei.

Sede do Juízo: Fórum Criminal – Min. Evandro Lins e Silva. Av. Cb. PM José Tabira de Alencar Macedo – nº. 602, Caranã - Boa Vista-RR, 26 de maio de 2017.

José Rogério de Sales Filho
Diretor de Secretaria

Secretaria Vara / Jesp vdf c/mulher / Comarca - Boa Vista

wQXijX6yuFGmT+XV8vUZnAzY7mg=

Expediente de 26/05/2017

EDITAL DE INTIMAÇÃO
(Prazo de 20 dias)

A Excelentíssima Juíza de Direito, Dra. Maria Aparecida Cury ,Titular do 1º Juizado de Violência Doméstica da Comarca de Boa Vista.

Faz saber a todos que por este Juízo tramitam os autos de:

Autos de Medida Protetiva n.º 0010.15.001481-8
Vítima: ANDRÉIA RODRIGUES RIBEIRO
Réu: ELIAS DE LIMA

FINALIDADE: Proceder a INTIMAÇÃO, como se encontra a parte **Ronaldo Fiúza da Silvério** atualmente em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente edital, com o prazo de 20 (vinte) dias, a partir de sua publicação, intimando a mesma para tomar ciência da R. Sentença extraída dos autos em epígrafe, cujo seu teor segue conforme a seguir: "(...)**Pelo exposto, ante a falta de elementos que levem à modificação do entendimento inicial, em atenção ao princípio constitucional protetivo, previsto no art. 226, §8.º, da Constituição Federal, ACOLHO as formulações e aduções da parte da vítima/requerente e JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO, no que MANTENHO AS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA liminarmente concedidas, bem como, de outra parte, MANTENHO O INDEFERIMETO DOS DEMAIS PLEITOS, ante a ausência de elementos (de plano não demonstrados) e inadequação da via eleita (visando dilação probatória) para trato aprofundado das questões cíveis e adstritas ao direito de família subjacentes ao conflito, ficando as medidas protetivas ora confirmadas mantidas, até ulterior decisão ou declaração de extinção da punibilidade, a ser proferida nos correspondentes autos do Inquérito Policial ou da Ação Penal, sem prejuízo do direito do requerido discutir às questões cíveis na via ordinária.** Após o trânsito em julgado, certifique-se e ARQUIVEM-SE os presentes autos, com as anotações e baixas devidas. Boa Vista/RR 21 de fevereiro de 2017. SISSI MARLENE DIETRICH SCHWANTES - Juíza de Direito respondendo pelo Juízo

E para que chegue ao conhecimento do interessado e ninguém possa alegar ignorância no futuro, mandou a MM. Juíza expedir o presente, que será publicado e afixado na forma da lei.

Sede do Juízo: Fórum Criminal – Min. Evandro Lins e Silva. Av. Cb. PM José Tabira de Alencar Macedo – nº. 602, Caranã - Boa Vista-RR, 26 de maio de 2017.

José Rogério de Sales Filho
Diretor de Secretaria

Secretaria Vara / Jesp vdf c/mulher / Comarca - Boa Vista

wQXijX6yuFGmT+XV/8vUZnAzY7mg=

COMARCA DE MUCAJAÍ

Expediente de 26/05/2017

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO DE 20 DIAS

Processo Nº 0800371-29.2017.8.23.0030
Ação: DIVORCIO
Requente: **JOSIVAN LIMA DA SILVA**
Requerido: **GIOVANNA MUNIZ DA SILVA LIMA**

O Dr. Cláudio Roberto Barbosa de Araújo , MM. Juiz de Direito Titular desta Comarca de Mucajaí/RR, no uso de suas atribuições legais, na forma da lei, etc...
FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele tomarem conhecimento, que por este Juízo e Cartório se processam os autos supracitados no qual figura como requerido **GIOVANNA MUNIZ DA SILVA LIMA,** inscrito no CPF, RG ignorados pela parte, estando atualmente em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente edital de citação, com o prazo de 20 (vinte) dias a partir de sua publicação, ficando pelo presente **CITADO** por todo conteúdo da petição inicial (art. 238, CPC), e para que querendo apresente contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos dos arts. 334 e 335, do NCPC. E para o devido conhecimento de todos, mandou o MM. Juiz de Direito expedir o presente Edital que será afixado no local de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico. Decorrido o prazo sem apresentação de contestação, nomeio membro da DPE competente como curador especial da requerida, devendo os autos serem remetidos à DPE; CUMPRA-SE. Observadas as prescrições legais. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Mucajaí-Roraima, ao 25 (Vinte) dias do mês de maio do ano de 2017. Eu, Emerson Diego Lourenço, Técnico Judiciário, o digitei e que vai subscrito pela Diretora de Secretaria de ordem do MM. Juiz de Direito desta Comarca.

Erlen Maria da Silva Reis
Diretora de Secretaria

Secretaria Vara / 1ª Vara Criminal / Fórum - Fórum Juiz Antônio de Sá Peixoto / Comarca - Mucajaí

pCRAXTr0hqaOx/s4Yq6i/NkXpic=

COMARCA DE SÃO LUIZ

Expediente de 26/05/2017

EDITAL DE LEILÕES

O Dr. Air Marin Júnior, MM. Juiz de Direito Titular da Vara Cível da Comarca de São Luiz, Estado de Roraima, na forma da Lei etc.

FAZ SABER a todos, que será levado à arrematação em primeiro ou segundo leilão, os bens penhorados nos autos nº 0800171-63.2016.8.23.0060 Carta Precatória / AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL, em que é exequente o IBAMA e executado DURVAL DE MELO UCHOA, na seguinte forma:

PRIMEIRO LEILÃO: dia 03/07/2017, às 09h:15 min, para venda por preço não inferior ao da avaliação.

SEGUNDO LEILÃO: dia 17/07/2017, às 09h:15min, para quem mais der, não sendo aceito preço vil.

LOCAL: Corredor do Fórum Juiz Umberto Teixeira, Avenida Ataliba Gomes de Laia, 100 – Centro – São Luiz

DESCRIÇÃO DO(S) BEM(S): 54 (cinquenta e quatro) cabeças de gado bovino de propriedade do senhor DURVAL DE MELO UCHOA, sendo: 05 machos e 07 fêmeas de 4 a 12 meses; 25 fêmeas acima de 36 meses; 12 fêmeas e 02 machos de 24 e 36 meses; e 03 fêmeas de 12 a 24 meses. Avaliados em 68.500,00 (sessenta e oito mil e quinhentos reais), nos seguintes termos: 05 machos e 07 fêmeas de 4 a 12 meses, no valor individual de R$ 1.000,00 e R$ 800,00 respectivamente; 25 fêmeas acima de 36 meses, no valor de R$ 1.500,00 cada; 12 fêmeas de 12 e 02 machos de 24 a 36 meses, no valor individual de R$1.200,00 e R4 1.500,00 respectivamente; e 03 fêmeas de 12 a 24 meses, no valor de R$ 1.000,00 cada.

DEPÓSITO: Em poder do executado DURVAL DE MELO UCHOA.

TOTAL DA AVALIAÇÃO: R$ 68.500,00 (sessenta e oito mil e quinhentos reais conforme avaliação feita em 01/10/2014.

INTIMAÇÃO: Fica desde logo intimado a parte executada DURVAL DE MELO UCHOA., se não for encontrado, para intimação pessoal. E, para que chegue ao conhecimento de todos, mandou expedir o presente edital, que será publicado e afixado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de São Luiz, Estado de Roraima, 26 de Maio de 2017. Eu, Renata Targino Rego (Técnica Judiciária), que o digitei e, Francisco Jamiel A. Lira (Diretor de Secretaria), o assina de ordem.

Francisco Jamiel A. Lira
Diretor de Secretaria
Mat. 3010480

Secretaria Vara / 1ª Vara Cível / Fórum - Fórum Juiz Maximiliano da Trindade Filho / Comarca - São Luiz

Jl25LoD9ivTYYMsvNgFeeKHFmkc=

Expediente de 26/05/2017

EDITAL DE LEILÕES

O Dr. Air Marin Júnior, MM. Juiz de Direito Titular da Vara Cível da Comarca de São Luiz, Estado de Roraima, na forma da Lei etc.

FAZ SABER a todos, que será levado à arrematação em primeiro ou segundo leilão, os bens penhorados nos autos nº 0800006-21.2013.8.23.0060 AÇÃO DE EXECUÇÃO POR TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL, em que é exequente o BANCO BRADESCO S/A e executado J BUENO SILVA ME, na seguinte forma:

PRIMEIRO LEILÃO: dia 03/07/2017, às 08:00h, para venda por preço não inferior ao da avaliação.

SEGUNDO LEILÃO: dia 17/07/2017, às 08:00h , para quem mais der, não sendo aceito preço vil.

LOCAL: Corredor do Fórum Juiz Umberto Teixeira, Avenida Ataliba Gomes de Laia, 100 – Centro – São Luiz

DESCRIÇÃO DO(S) BEM(S): Imóvel comercial, localizado no centro de São Luiz/RR, na rua Paiva Brasil, próximo à praça da cidade, com área total de 684,40 m² construídos, contendo os seguintes compartimentos: uma área de loja, um escritório, um depósito, dois banheiros, uma cozinha, dois dormitórios, um depósito/tubos e uma sala de estar.

DEPÓSITO: Em poder da executada Juscilene Bueno Silva.

TOTAL DA AVALIAÇÃO: R$ 344.200,00 (trezentos e quarenta e quatro mil e duzentos reais), conforme avaliação feita em 03/09/2014.

VALOR DA DÍVIDA: R$ 16.379,18 (Dezesseis mil, trezentos e setenta e nove reais e dezoito centavos) atualizado em 25/10/2013

INTIMAÇÃO: Fica desde logo intimado a parte executada J BUENO SILVA ME, por intermédio da pessoa - Juscilene Bueno Silva., se não for encontrado, para intimação pessoal. E, para que chegue ao conhecimento de todos, mandou expedir o presente edital, que será publicado e afixado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de São Luiz, Estado de Roraima, 26 de Maio de 2017. Eu, Diego Dutra (Técnico Judiciário), que o digitei e, Francisco Jamiel A. Lira (Diretor de Secretaria), o assina de ordem.

Francisco Jamiel A. Lira
Diretor de Secretaria
Mat. 3010480

Secretaria Vara / 1ª Vara Cível / Fórum - Fórum Juiz Maximiliano da Trindade Filho / Comarca - São Luiz

JI25LoD9ivTYYMsvNgFeeKHFmkc=

Expediente de 26/05/2017

EDITAL DE LEILÕES

O Dr. Air Marin Júnior, MM. Juiz de Direito Titular da Vara Cível da Comarca de São Luiz, Estado de Roraima, na forma da Lei etc.

FAZ SABER a todos, que será levado à arrematação em primeiro ou segundo leilão, os bens penhorados nos autos nº 0060.14.000425-4 ,AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL, em que é exequente a UNIÃO e executado M.S.G. FERREIRA, na seguinte forma:

PRIMEIRO LEILÃO: dia 03/07/2017, às 10:00h, para venda por preço não inferior ao da avaliação.

SEGUNDO LEILÃO: dia 17/07/2017, às 10:00h , para quem mais der, não sendo aceito preço vil.

LOCAL: Corredor do Fórum Juiz Umberto Teixeira, Avenida Ataliba Gomes de Laia, 100 – Centro – São Luiz

DESCRIÇÃO DO(S) BEM(S): Imóvel rural, de título definitivo nº 4(15)82(03)2.243, emitido pelo INCRA, adquirido por escritura pública, lavrada no Tabelionato de Caracaraí-RR, livro nº 03, fls. 14/148, registrada no Cartório de Registro de Imóveis da mesma comarca, em 25 de março de 1991.

DEPÓSITO: Em poder do executado M.S.G. FERREIRA ME.

TOTAL DA AVALIAÇÃO: R$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais), conforme avaliação feita em 31/10/2015.

INTIMAÇÃO: Fica desde logo intimado a parte executada M.S.G.FERREIRA - ME, se não for encontrado, para intimação pessoal. E, para que chegue ao conhecimento de todos, mandou expedir o presente edital, que será publicado e afixado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de São Luiz, Estado de Roraima, 26 de Maio de 2017. Eu, Diego Dutra (Técnico Judiciário), que o digitei e, Francisco Jamiel A. Lira (Diretor de Secretaria), o assina de ordem.

Francisco Jamiel A. Lira
Diretor de Secretaria
Mat. 3010480

Secretaria Vara / 1ª Vara Cível / Fórum - Fórum Juiz Maximiliano da Trindade Filho / Comarca - São Luiz

JI25LoD9ivTYYMsvNgFeeKHFmkc=

Expediente de 26/05/2017

EDITAL DE LEILÕES

O Dr. Air Marin Júnior, MM. Juiz de Direito Titular da Vara Cível da Comarca de São Luiz, Estado de Roraima, na forma da Lei etc.

FAZ SABER a todos, que será levado à arrematação em primeiro ou segundo leilão, os bens penhorados nos autos nº 0060.07.020636-6, AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, em que move o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA em face de MARINO BARRETO CALDAS, na seguinte forma:

PRIMEIRO LEILÃO: dia 03/07/2017, às 09:00h, para venda por preço não inferior ao da avaliação.

SEGUNDO LEILÃO: dia 17/07/2017, às 09:00h , para quem mais der, não sendo aceito preço vil.

LOCAL: Corredor do Fórum Juiz Umberto Teixeira, Avenida Ataliba Gomes de Laia, 100 – Centro – São Luiz

DESCRIÇÃO DO(S) BEM(S): Imóvel urbano, lote 249, setor 01, quadra 63, bairro Ayrton Senna, situado no município de São Luiz do Anauá/RR, confrontando-se frente com Av. José Rocha, fundos com o lote 176, lado direito 289/10/20, lado esquerdo rua Gilvan Tavares, com área total de 1.290 (mil duzentos e noventa) m². O Imóvel se encontra próximo à zona rural da cidade. Não possui quaisquer benfeitorias. No âmbito do terreno, além de vasta vegetação, parcialmente queimada, encontram-se rochas.

DEPÓSITO: Em poder de MARINO BARRETO CALDAS.

TOTAL DA AVALIAÇÃO: R$ 19.350,00 (dezenove mil trezentos e cinquenta reais), conforme avaliação feita em 02/03/2016.

INTIMAÇÃO: Fica desde logo intimado o senhor MARINO BARRETO CALDAS, se não for encontrado, para intimação pessoal. E, para que chegue ao conhecimento de todos, mandou expedir o presente edital, que será publicado e afixado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de São Luiz, Estado de Roraima, 26 de Maio de 2017. Eu, Diego Dutra (Técnico Judiciário), que o digitei e, Francisco Jamiel A. Lira (Diretor de Secretaria), o assina de ordem.

Francisco Jamiel A. Lira
Diretor de Secretaria
Mat. 3010480

Secretaria Vara / 1ª Vara Cível / Fórum - Fórum Juiz Maximiliano da Trindade Filho / Comarca - São Luiz

JI25LoD9ivTYYMsvNgFeeKHFmkc=

Expediente de 26/05/2017

EDITAL DE LEILÕES

O Dr. Air Marin Júnior, MM. Juiz de Direito Titular da Vara Cível da Comarca de São Luiz, Estado de Roraima, na forma da Lei etc.

FAZ SABER a todos, que será levado à arrematação em primeiro ou segundo leilão, os bens penhorados nos autos nº 0800788-57.2015.8.23.0060 Carta Precatória/ autos de Origem nº 79196520124014200 – AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL, em que move o IBAMA em face de JOSÉ NITO DE MOURA, na seguinte forma:

PRIMEIRO LEILÃO: dia 03/07/2017, às 08h:15min, para venda por preço não inferior ao da avaliação.

SEGUNDO LEILÃO: dia 17/07/2017, às 08h:15min, para quem mais der, não sendo aceito preço vil.

LOCAL: Corredor do Fórum Juiz Umberto Teixeira, Avenida Ataliba Gomes de Laia, 100 – Centro – São Luiz

DESCRIÇÃO DO(S) BEM(S): 01 (uma) motocicleta, placa: NAJ 3508, UF RR, Marca /Modelo: Honda/CG 125 Titan, avaliado em R$ 2.8000,00 (dois mil e oitocentos reais).

DEPÓSITO: Em poder de JOSÉ NITO DE MOURA.

TOTAL DA AVALIAÇÃO: R$ 2.800,00 (dois mil reais), conforme avaliação feita em 28/08/2014.

INTIMAÇÃO: Fica desde logo intimado o senhor JOSÉ NITO DE MOURA, se não for encontrado, para intimação pessoal. E, para que chegue ao conhecimento de todos, mandou expedir o presente edital, que será publicado e afixado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de São Luiz, Estado de Roraima, 26 de Maio de 2017. Eu, Diego Dutra (Técnico Judiciário), que o digitei e, Francisco Jamiel A. Lira (Diretor de Secretaria), o assina de ordem.

Francisco Jamiel A. Lira
Diretor de Secretaria
Mat. 3010480

Secretaria Vara / 1ª Vara Cível / Fórum - Fórum Juiz Maximiliano da Trindade Filho / Comarca - São Luiz

JI25LoD9ivTYYMsvNgFeeKHFmkc=

Secretaria Vara / 1ª Vara Cível / Fórum - Fórum Juiz Maximiliano da Trindade Filho / Comarca - São Luiz

Expediente de 26/05/2017

EDITAL DE LEILÕES

O Dr. Air Marin Júnior, MM. Juiz de Direito Titular da Vara Cível da Comarca de São Luiz, Estado de Roraima, na forma da Lei etc.

FAZ SABER a todos, que será levado à arrematação em primeiro ou segundo leilão, os bens penhorados nos autos nº 0800521-85.2015.8.23.0060 Carta Precatória/ autos de Origem nº 626344201040142000 – AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL, em que move o FNDE em face de GERALDO FRANCISCO DA COSTA, na seguinte forma:

PRIMEIRO LEILÃO: dia 03/07/2017, às 09h:30min, para venda por preço não inferior ao da avaliação.

SEGUNDO LEILÃO: dia 17/07/2017, às 09h:30min, para quem mais der, não sendo aceito preço vil.

LOCAL: Corredor do Fórum Juiz Umberto Teixeira, Avenida Ataliba Gomes de Laia, 100 – Centro – São Luiz

DESCRIÇÃO DO(S) BEM(S): 01 (um) Imóvel no município de São Luiz, próximo a BR-210, ao lado do parque de vaquejada deste município, com 14,4399 ha. Apesar de constar como área rural, pode ser considerada área urbana, estando bem localizado, há 1.000 metros, aproximadamente, do centro da cidade. Possui área com pasto, com cerca danificada.

DEPÓSITO: Em poder de GERALDO FRANCISCO DA COSTA .

TOTAL DA AVALIAÇÃO: R$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais), conforme avaliação feita em 03/12/2014.

INTIMAÇÃO: Fica desde logo intimado o senhor GERALDO FRANCISCO DA COSTA , se não for encontrado, para intimação pessoal. E, para que chegue ao conhecimento de todos, mandou expedir o presente edital, que será publicado e afixado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de São Luiz, Estado de Roraima, 26 de Maio de 2017. Eu, Diego Dutra (Técnico Judiciário), que o digitei e, Francisco Jamiel A. Lira (Diretor de Secretaria), o assina de ordem.

Francisco Jamiel A. Lira
Diretor de Secretaria
Mat. 3010480

JI25LoD9ivTYYMsvNgFeeKHFmkc=

Ministério Público

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA

Expediente de 26MAI17

PROCURADORIA GERAL

PORTARIA Nº 476, DE 26 DE MAIO DE 2017.

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais; e de acordo com art. 2º, II, da Resolução PGJ nº 006, de 30 de novembro de 2016;

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça, Dr. **LUIS CARLOS LEITÃO LIMA**, 02 (dois) dias de folga em razão de plantões ministeriais, a serem usufruídos no período de 25 a 26MAI2017. Conforme Requerimento, de 16MAI2017, sisproweb nº 1422521751.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ELBA CHRISTINE AMARANTE DE MORAES
Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 477, DE 26 DE MAIO DE 2017.

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça, Dr. **ZEDEQUIAS DE OLIVEIRA JÚNIOR**, para responder, sem prejuízo de suas atuais atribuições, pelo 1º Titular da Promotoria de Defesa do Meio Ambiente, no período de 25 a 26MAI2017.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ELBA CHRISTINE AMARANTE DE MORAES
Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 478, DE 26 DE MAIO DE 2017.

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais; e de acordo com art. 2º, I, da Resolução PGJ nº 006, de 30 de novembro de 2016;

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça, Dr. **EDSON DAMAS DA SILVEIRA**, 10 (dez) dias de folga em razão de plantões ministeriais, a serem usufruídos no período de 05 a 14JUN2017. Conforme o Requerimento, de 17MAI2017, sisproweb nº 1422861755.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ELBA CHRISTINE AMARANTE DE MORAES
Procuradora-Geral de Justiça

bXl/rZXrfPtVJLyS4s7W6oB+xNQ=

Ministério Público

PORTARIA Nº 479, DE 26 DE MAIO DE 2017.

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Designar a Procuradora de Justiça, Dra. **ROSELIS DE SOUSA** , para responder, sem prejuízo de suas atuais atribuições, pela 3ª Procuradoria de Justiça Cível, no período de 05 a 14JUN2017.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ELBA CHRISTINE AMARANTE DE MORAES
Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 480, DE 26 DE MAIO DE 2017.

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Interromper, **ad referendum** do Conselho Superior do Ministério Público, por interesse do serviço, as férias do Promotor de Justiça, Dr. **RICARDO FONTANELLA**, anteriormente deferidas pela Portaria nº 228/2017, publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 5937, de 15MAR2017, a partir de 29MAI2017, ficando o período restante para ser usufruído oportunamente.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ELBA CHRISTINE AMARANTE DE MORAES
Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 481, DE 26 DE MAIO DE 2017.

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E :

Cessar os efeitos da Portaria nº 595/2015, publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 5542, de 08JUL2015, a partir de 1ºJUN2017.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

PORTARIA Nº 482, DE 26 DE MAIO DE 2017.

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o teor da Portaria nº. 594, de 07 de julho de 2015;

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça, Dr. **ZEDEQUIAS DE OLIVEIRA JÚNIOR,** para chefiar o **Núcleo de Apoio Cível (NAP-CÍVEL) - Infância e Juventude, das pessoas com deficiência, idosos e direito à educação, saúde, meio ambiente, patrimônio público, consumidor e das minorias étnicas**, sem prejuízo de suas atuais atribuições, a partir de 1ºJUN2017, até ulterior deliberação.

bXl/rZXrfPtVJLyS4s7W6oB+xNQ=

Ministério Público

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ELBA CHRISTINE AMARANTE DE MORAES
Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 483, DE 26 DE MAIO DE 2017.

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais e considerando as disposições da Resolução CPJ n.º 01, de 06 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre a aprovação, execução, coordenação, gestão e revisão do Plano Estratégico do Ministério Público do Estado de Roraima, bem como do Ato Normativo nº 02, de 19 de maio de 2017,

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar, com efeitos a partir da data de publicação, os servidores abaixo nominados, sem prejuízo de suas atribuições, para compor o **Núcleo de Apoio Executivo ao Comitê Gestor do Planejamento Estratégico** do Ministério Público do Estado de Roraima:

SANDRA MARA CORDEIRO PINTO
LÍVIA JUCIENE SILVA DE SOUZA MATOS
LIDIANE TEIXEIRA SILVA BUTIERREZ
LUCAS EMANUEL CARVALHO RODRIGUES
MARCOS ANTÔNIO SILVA DA COSTA
VON ROMMEL DE MAGALHÃES PAMPLONA

Art. 2º. O Núcleo será coordenado pela servidora **SANDRA MARA CORDEIRO PINTO** e secretariado pela servidora **LÍVIA JUCIENE SILVA DE SOUZA MATOS.**

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ELBA CHRISTINE AMARANTE DE MORAES
Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 484, DE 26 DE MAIO DE 2017.

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder *ex-officio*, com efeitos a partir de 1° de junho de 2017, até ulterior deliberação, a servidora **ARIANE GRISOLIA FARIA SILVA**, ocupante do cargo de Assessor Jurídico, código MP/DAS-3, gratificação de produtividade no percentual de **10% (dez por cento)**, sobre sua remuneração, enquanto permanecer o interesse e a necessidade da Administração Superior, nos termos dos arts. 5º e 7º, § 1ª, da Resolução nº 001, de 29 de fevereiro de 2016.

Art. 2º. Considerando que a servidora encontra-se lotada na **3ª Procuradoria de Justiça Criminal**, cujo titular, com acúmulo de atribuições também integra o **Conselho Superior** do Ministério Público do Estado de Roraima, cujas atividades junto ao colegiado ensejam para a servidora funções extraordinárias, aumentando as responsabilidades e carga horária, justifica-se a concessão do benefício pecuniário.

Art. 3º. A servidora deverá manter relatório mensal de suas atividades e quadrimestralmente encaminhar a Procuradoria-Geral de Justiça para avaliação do interesse da Administração.

bXl/rZXrfPtVJLyS4s7W6oB+xNQ=

Ministério Público

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ELBA CHRISTINE AMARANTE DE MORAES
Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 485, DE 26 DE MAIO DE 2017.

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder *ex-officio*, com efeitos a partir de 1° de junho de 2017, até ulterior deliberação, ao servidor **HEMERSON ALLAN CARVALHO CUNHA**, ocupante do cargo de Assessor Jurídico, código MP/DAS-3, gratificação de produtividade no percentual de **10% (dez por cento)**, sobre sua remuneração, enquanto permanecer o interesse e a necessidade da Administração Superior, nos termos dos arts. 5º e 7º, § 1ª, da Resolução nº 001, de 29 de fevereiro de 2016.

Art. 2º. Considerando que o servidor foi designado pela Portaria nº 298, de 06 de maio de 2016 (DJE 5736, de 09.05.2016), para compor a **Comissão de Legislação e Normas** do Ministério Público do Estado de Roraima, além de estar lotada na **2ª Procuradoria de Justiça Cível**, cujas atividades geram funções extraordinárias, ensejando responsabilidades e carga horária adicional, justifica-se a concessão do benefício pecuniário.

Art. 3º. O servidor deverá manter relatório mensal de suas atividades e quadrimestralmente encaminhar a Procuradoria-Geral de Justiça para avaliação do interesse da Administração.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ELBA CHRISTINE AMARANTE DE MORAES
Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 486, DE 26 DE MAIO DE 2017.

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder *ex-officio*, com efeitos a partir de 1° de junho de 2017, até ulterior deliberação, a servidora **MARILENE SANSÃO DA SILVA MORAES**, ocupante do cargo de Assessor Jurídico, código MP/DAS-3, gratificação de produtividade no percentual de **10% (dez por cento)**, sobre sua remuneração, enquanto permanecer o interesse e a necessidade da Administração Superior, nos termos dos arts. 5º e 7º, § 1ª, da Resolução nº 001, de 29 de fevereiro de 2016.

Art. 2º. Considerando que a servidora encontra-se lotada na **3ª Procuradoria de Justiça Cível**, cujo titular, com acúmulo de atribuições também integra o **Conselho Superior** do Ministério Público do Estado de Roraima, cujas atividades junto ao colegiado ensejam para a servidora funções extraordinárias, aumentando as responsabilidades e carga horária, justifica-se a concessão do benefício pecuniário.

Art. 3º. A servidora deverá manter relatório mensal de suas atividades e quadrimestralmente encaminhar a Procuradoria-Geral de Justiça para avaliação do interesse da Administração.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ELBA CHRISTINE AMARANTE DE MORAES
Procuradora-Geral de Justiça

bXl/rZXrfPtVJLyS4s7W6oB+xNQ=

Ministério Público

PORTARIA Nº 487, DE 26 DE MAIO DE 2017.

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder *ex-officio*, com efeitos a partir de 1° de junho de 2017, até ulterior deliberação, a servidora **MARTA JULIANA DOS PRAZERES DA SILVA**, ocupante do cargo de Assessor Jurídico, código MP/DAS-3, gratificação de produtividade no percentual de **10% (dez por cento)**, sobre sua remuneração, enquanto permanecer o interesse e a necessidade da Administração Superior, nos termos dos arts. 5º e 7º, § 1ª, da Resolução nº 001, de 29 de fevereiro de 2016.

Art. 2º. Considerando que a servidora encontra-se lotada na **5ª Procuradoria de Justiça Criminal**, cuja titular, com acúmulo de atribuições também integra o **Conselho Superior** do Ministério Público do Estado de Roraima, cujas atividades junto ao colegiado ensejam para o servidor funções extraordinárias, aumentando as responsabilidades e carga horária, justifica-se a concessão do benefício pecuniário.

Art. 3º. A servidora deverá manter relatório mensal de suas atividades e quadrimestralmente encaminhar a Procuradoria-Geral de Justiça para avaliação do interesse da Administração.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ELBA CHRISTINE AMARANTE DE MORAES
Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 488, DE 26 DE MAIO DE 2017.

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder *ex-officio*, com efeitos a partir de 1° de junho de 2017, até ulterior deliberação, ao servidor **SERGUEI AILY FRANCO DE CAMARGO**, ocupante do cargo de Assessor Jurídico, código MP/DAS-3, gratificação de produtividade no percentual de **10% (dez por cento)**, sobre sua remuneração, enquanto permanecer o interesse e a necessidade da Administração Superior, nos termos dos arts. 5º e 7º, § 1ª, da Resolução nº 001, de 29 de fevereiro de 2016.

Art. 2º. Considerando que o servidor encontra-se lotada na **3ª Procuradoria de Justiça Cível**, cujo titular, com acúmulo de atribuições também integra o **Conselho Superior** do Ministério Público do Estado de Roraima, cujas atividades junto ao colegiado ensejam para o servidor funções extraordinárias, aumentando as responsabilidades e carga horária, justifica-se a concessão do benefício pecuniário.

Art. 3º. O servidor deverá manter relatório mensal de suas atividades e quadrimestralmente encaminhar a Procuradoria-Geral de Justiça para avaliação do interesse da Administração.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ELBA CHRISTINE AMARANTE DE MORAES
Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 489, DE 26 DE MAIO DE 2017.

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

bXl/rZXrfPtVJLyS4s7W6oB+xNQ=

Ministério Público

Art. 1º. Conceder *ex-officio*, com efeitos a partir de 1° de junho de 2017, até ulterior deliberação, ao servidor **SIDNEI DE LIMA FERREIRA**, ocupante do cargo de Assessor Jurídico, código MP/DAS-3, gratificação de produtividade no percentual de **10% (dez por cento)**, sobre sua remuneração, enquanto permanecer o interesse e a necessidade da Administração Superior, nos termos dos arts. 5º e 7º, § 1ª, da Resolução nº 001, de 29 de fevereiro de 2016.

Art. 2º. Considerando que o servidor encontra-se lotada na **3ª Procuradoria de Justiça Criminal**, cujo titular, com acúmulo de atribuições também integra o **Conselho Superior** do Ministério Público do Estado de Roraima, cujas atividades junto ao colegiado ensejam para o servidor funções extraordinárias, aumentando as responsabilidades e carga horária, justifica-se a concessão do benefício pecuniário.

Art. 3º. O servidor deverá manter relatório mensal de suas atividades e quadrimestralmente encaminhar a Procuradoria-Geral de Justiça para avaliação do interesse da Administração.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ELBA CHRISTINE AMARANTE DE MORAES
Procuradora-Geral de Justiça

DIRETORIA GERAL

PORTARIA Nº 661 - DG, DE 24 MAIO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA, com fulcro no artigo 54 e 55 da Lei 053, de 31 de dezembro de 2001 e Resolução nº 14, de 16 de setembro de 2008,

R E S O L V E:

Autorizar o afastamento do servidor **ARMANDO ALVES DE SOUZA FILHO**, Motorista, em face do deslocamento para o município de Bonfim-RR no dia 29MAIO17, sem pernoite, para conduzir veículo com membro para audiência. Processo Nº444/17 – DA. De 24 de maio de 2017. SisproWeb:081906038911730.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ANTÔNIO CLÉSIO MOTTA DE ROSSO
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 662 - DG, DE 24 DE MAIO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA, com fulcro no artigo 54 e 55 da Lei 053, de 31 de dezembro de 2001 e Resolução nº 14, de 16 de setembro de 2008,

R E S O L V E:

I - Autorizar o afastamento do servidor **ANTÔNIO CLÁUDIO DA SILVA FAVELA FILHO,** Auxiliar de Limpeza e Copa, em face do deslocamento para os municípios de Mucajaí e Rorainópolis-RR, no dia 29MAI17, com pernoite, para realizar limpeza nas promotorias dos referidos municípios.
II - Autorizar o afastamento do servidor **GELCIMAR ASSIS DO NASCIMENTO**, Motorista, em face do deslocamento para os municípios de Mucajaí e Rorainópolis-RR, no dia 29MAI17, com pernoite, para conduzir veículo com o servidor que executará serviços descrito acima. Processo nº 445/17 – DA de24 de maio de 2017. SisproWeb:081906038921701.

bXl/rZXrfPtVJLyS4s7W6oB+xNQ=

Ministério Público

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ANTÔNIO CLÉSIO MOTTA DE ROSSO
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 663 - DG, DE 24 MAIO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA, com fulcro no artigo 54 e 55 da Lei 053, de 31 de dezembro de 2001 e Resolução nº 14, de 16 de setembro de 2008,

R E S O L V E:

Autorizar o afastamento do servidor **ARMANDO ALVES DE SOUZA FILHO**, Motorista, em face do deslocamento para o município de Bonfim-RR no dia 30MAI17, sem pernoite, para conduzir veículo com Promotor de Justiça que responde pela promotoria de Justiça de Bonfim-RR. Processo Nº446/17 – DA. De 24 de maio de 2017. SisproWeb:081906038931765.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ANTÔNIO CLÉSIO MOTTA DE ROSSO
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 664 - DG, DE 24 MAIO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA, com fulcro no artigo 54 e 55 da Lei 053, de 31 de dezembro de 2001 e Resolução nº 14, de 16 de setembro de 2008,

R E S O L V E:

Autorizar o afastamento do servidor **ARMANDO ALVES DE SOUZA FILHO**, Motorista, em face do deslocamento para o município de Bonfim-RR no dia 31MAI17, sem pernoite, para conduzir veículo com Promotor de Justiça que responde pela promotoria de Justiça de Bonfim-RR. Processo Nº447/17 – DA. De 24 de maio de 2017. SisproWeb:081906038941728.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ANTÔNIO CLÉSIO MOTTA DE ROSSO
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 665 - DG, DE 26 DE MAIO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Conceder 03 (três) dias de férias ao servidor **ANTÔNIO CLÁUDIO DA SILVA FAVELA FILHO,** a serem usufruídas no período de 31MAI a 02JUN17, conforme Processo nº 318/2017 – SAP/DRH/MPRR, de 22/05/2017, SISPROWEB Nº 081906038791734.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ANTÔNIO CLÉSIO MOTTA DE ROSSO

Diretor-Geral

bXl/rZXrfPtVJLyS4s7W6oB+xNQ=

Ministério Público

PORTARIA Nº 666 - DG, DE 26 MAIO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA, com fulcro no artigo 54 e 55 da Lei 053, de 31 de dezembro de 2001 e Resolução nº 14, de 16 de setembro de 2008,

R E S O L V E:

Autorizar o afastamento do servidor **ELIONE DONATO DOS SANTOS**, Chefe de Segurança e Transporte de Gabinete, em face do deslocamento para o município de Pacaraima-RR no dia 26MAIO17, sem pernoite, para conduzir veículo com Procurador de Justiça à Maloca indígena, São Marcos no referido município. Processo Nº448/17 – DA. De 26 de maio de 2017. SisproWeb:081906039101782.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ANTÔNIO CLÉSIO MOTTA DE ROSSO
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 667 - DG, DE 26 DE MAIO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA, com fulcro no artigo 54 e 55 da Lei 053, de 31 de dezembro de 2001 e Resolução nº 14, de 16 de setembro de 2008,

R E S O L V E:

Autorizar o afastamento do policial militar **TENENTE CEL. PM CÉSAR LEÔNCIO RIBEIRO,** em face do deslocamento para os municípios de Mucajaí-RR e Caracaraí-RR no dia 25MAIO17, com pernoite, para realizar visitas aos Promotores de Justiça dos referidos município, fiscalizar e avaliar a missão de segurança aproximada dos mesmos, como também acompanhar a atuação dos policiais militares da Assessoria de Segurança e comunicar por relatórios posteriormente. Processo Nº449/17 - DA, de 26 de maio de 2017. Sispro web:081906039111745.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ANTÔNIO CLÉSIO MOTTA DE ROSSO
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 670 - DG, DE 26 DE MAIO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Conceder ao servidor **RENISSON ROBERTO DE SOUZA VERAS**, 07 (sete) dias de férias, anteriormente suspensas pela Portaria nº 578-DG, de 08MAI17, publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 5971, de 09MAI17**,** a serem usufruídas no período de 08 a 14JUN17, conforme Processo nº 323/2017 – SAP/DRH/MPRR, de 25/05/2017, SISPROWEB Nº 081906038961753.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ANTÔNIO CLÉSIO MOTTA DE ROSSO

Diretor-Geral

bXl/rZXrfPtVJLyS4s7W6oB+xNQ=

Ministério Público

PORTARIA Nº 671 - DG, DE 26 DE MAIO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Conceder 05 (cinco) dias de férias ao servidor **MARCELO VIVIAN,** a serem usufruídas no período de 19 a 23JUN17, conforme Processo nº 324/2017 – SAP/DRH/MPRR, de 25/05/2017, SISPROWEB Nº 081906038971716.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ANTÔNIO CLÉSIO MOTTA DE ROSSO

Diretor-Geral

PORTARIA Nº 672 - DG, DE 26 DE MAIO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Conceder 13 (treze) dias de férias ao servidor **MARCELO VIVIAN,** a serem usufruídas no período de 10 a 22JUL17, conforme Processo nº 324/2017 – SAP/DRH/MPRR, de 25/05/2017, SISPROWEB Nº 081906038971716.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ANTÔNIO CLÉSIO MOTTA DE ROSSO

Diretor-Geral

PORTARIA Nº 673 - DG, DE 26 DE MAIO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando o disposto § 3º, do art. 2º da Resolução CPJ nº 004, de 14/11/2014, publicada no DJE nº 5396, de 19/11/2014,

R E S O L V E :

Conceder folga compensatória, as servidoras abaixo relacionadas, por terem trabalhado durante o período de Recesso Forense.

Nome	Quantidade de dias	1º Período	2º Período	SISPROWEB Nº
Ana Acácia Mendes Coelho	05	29/05 a 02/06/17	-	1424841717
Sylvia Ibiapino Cirqueira	03	12 a 14/06/17	-	1428711755

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ANTÔNIO CLÉSIO MOTTA DE ROSSO
Diretor-Geral

bXl/rZXrfPtVJLyS4s7W6oB+xNQ=

Ministério Público

PORTARIA Nº 674 - DG, DE 26 DE MAIO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Designar o servidor **FRANCISCO RAFAEL RAMOS RABELO**, para responder pela Divisão de Tecnologia da Informação, no período de 05 a 14JUN2017, durante o afastamento do titular, conforme documento SISPROWEB nº 1428841713.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ANTÔNIO CLÉSIO MOTTA DE ROSSO
Diretor-Geral

ERRATA:

- Na Portaria nº 629/17 – DG, publicada no DJE nº 5979, de 19 de maio de 2017:
Onde se lê: **"…Designar o servidor MANUEL FERNANDES DE SOUSA FILHO..."**
Leia-se: **"...Designar o PM Requisitado MANUEL FERNANDES DE SOUSA FILHO..."**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 150 - DRH, DE 26 DE MAIO DE 2017

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA, com fulcro na Resolução nº 14, de 16 de setembro de 2008 e atendendo o art. 98 da Lei Federal nº 9.504, de 30 de setembro de 1997,

R E S O L V E :

Conceder dispensa por serviços prestados à Justiça Eleitoral, à servidora abaixo relacionada:

Nome	Quantidade de dias	Período	SISPROWEB Nº
Sylvia Ibiapino Cirqueira	02	19 a 20/06/2017	1428731791

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

MARIA IVONEIDE DA SILVA COSTA
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	
PROCESSO:	415/2017 – D.A.
OBJETO:	Pagamento de despesas com a realização do Curso de "Técnicas para Investigação dos Crimes Digitais", a ser realizado no dia 26/5/2017, no Auditório do MPE/RR, com carga horária de 8h/aula
FUND. LEGAL:	art. 25, II c/c art. 13, VI, da lei 8.666/1993

bXl/rZXrfPtVJLyS4s7W6oB+xNQ=

CONTRATADO:	GUILHERME CASELLI DE ARAÚJO (CPF nº 057.505.537-52)
VALOR:	R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)
RATIFICAÇÃO:	Elba Christine Amarante de Moraes Procuradora-Geral de Justiça
DATA DA ASSINATURA:	22 de maio de 2017

DANIEL ARAÚJO OLIVEIRA
Presidente da CPL/MPE/RR

Ministério Público

bXl/rZXrfPtVJLyS4s7W6oB+xNQ=

TABELIONATO DO 2º OFÍCIO

Expediente de 26/05/2017

EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem-se casar **DYEGO AUGUSTO LOPES RODRIGUES** e **JÉSSICA ALMEIDA SANTOS,** para o que apresentarem os documentos exigidos pelo artigo 1.525 incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro.

O Contraente, **DYEGO AUGUSTO LOPES RODRIGUES,** brasileiro, solteiro, encarregado de supermercado, com 20 anos de idade, nascido em Boa Vista-RR, no dia aos dezesseis dias do mês de julho do ano de um mil e novecentos e noventa e seis, domiciliado na Av. Major Williams, 1798 - Bairro São Francisco - Boa Vista-RR, filho de **FRANCISCO DAS CHAGAS MACIEL RODRIGUES** e **MADALENA DAS CHAGAS LOPES**.

A Contraente, **JÉSSICA ALMEIDA SANTOS**, brasileira, solteira, estudante, com 22 anos de idade, nascida em Boa Vista-RR, aos onze dias do mês de julho do ano de um mil e novecentos e noventa e quatro, residente e domiciliada na Rua Capitão Francisco Ferreira,182 - Mecejana - Boa Vista-RR, filha de **CARLOS ALEXANDRE SANTANA SANTOS** e **ROSIMEIRE ALMEIDA DA SILVA**.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.
Lavro o presente Edital de Proclamas para ser fixado em Cartório em local próprio, e publicado no Diário da Justiça Eletrônico.

Boa Vista-RR, 22 de maio de 2017.

EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem-se casar **RAIMUNDO NASCIMENTO ALVES e IRANEIDE MENDES DA SILVA,** para o que apresentarem os documentos exigidos pelo artigo 1.525 incisos **I, III, IV e V,** do Código Civil Brasileiro.

O Contraente, **RAIMUNDO NASCIMENTO ALVES,** brasileiro, divorciado, pastor, com 61 anos de idade, nascido em Vitória do Mearim-MA, no dia aos oito dias do mês de junho do ano de um mil e novecentos e cinquenta e cinco, domiciliado na Rua Moacir Silva Mota, 1333, Tancredo Neves, Boa Vista-RR, filho de **SEBASTIÃO ALVES** e **ANTONIA NASCIMENTO ALVES**.

A Contraente, **IRANEIDE MENDES DA SILVA,** brasileira, solteira, professora, com 37 anos de idade, nascida em Itaituba-PA, aos doze dias do mês de fevereiro do ano de um mil e novecentos e oitenta, residente e domiciliada na Rua Moacir Silva Mota, 1333, Tancredo Neves, Boa Vista-RR, filha de **ANTONIO MENDES DA SILVA** e **MARIA RAIMUNDA DA SILVA E SILVA**.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.
Lavro o presente Edital de Proclamas para ser fixado em Cartório em local próprio, e publicado no Diário da Justiça Eletrônico.

Boa Vista-RR, 22 de maio de 2017.

Tabelionato 2º Ofício
MtK07It+12LyOBTSDhsfrDN+5Xw=

Tabelionato 2º Ofício

EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem-se casar **CARLOS SANTOS MORAIS DA CONCEIÇÃO** e **ARIENE PIMENTEL VIANA,** para o que apresentarem os documentos exigidos pelo artigo 1.525 incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro.

O Contraente, **CARLOS SANTOS MORAIS DA CONCEIÇÃO,** brasileiro, divorciado, Atendente Comercial, com 34 anos de idade, nascido em Turiaçu-MA, no dia aos dez dias do mês de outubro do ano de um mil e novecentos e oitenta e dois, domiciliado na Rua João Evangelista Pereira de Melo, 210 - Tancredo Neves, Boa Vista-RR, filho de **RAIMUNDO DA CONCEIÇÃO** e **RAIMUNDA SANTANA MORAIS DA CONCEIÇÃO**.

A Contraente, **ARIENE PIMENTEL VIANA**, brasileira, solteira, empresária, com 25 anos de idade, nascida em Boa Vista-RR, aos seis dias do mês de dezembro do ano de um mil e novecentos e noventa e um, residente e domiciliada na Rua João Evangelista Pereira de Melo, 210 - Tancredo Neves, Boa Vista-RR, filha de **ALDEMIR PIMENTEL BARBOSA** e **MARILENE VIANA GARCIA**.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.
Lavro o presente Edital de Proclamas para ser fixado em Cartório em local próprio, e publicado no Diário da Justiça Eletrônico.

Boa Vista-RR, 23 de maio de 2017.

EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem-se casar **GILVAN SILVA CARNEIRO** e **DANIELE CRISTINA ROVERE,** para o que apresentarem os documentos exigidos pelo artigo 1.525 incisos I, III e IV e V do Código Civil Brasileiro.

O Contraente, **GILVAN SILVA CARNEIRO,** brasileiro, divorciado, Motorista, com 45 anos de idade, nascido em Viana -MA, no dia aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de um mil e novecentos e setenta e um, domiciliado na Rua Jorge Fraxe, 859, Caimbé, Boa Vista-RR, filho de **ANTONIO MUNIZ CARNEIRO** e **IVANILDE DA CONCEIÇÃO SILVA CARNEIRO**.

A Contraente, **DANIELE CRISTINA ROVERE,** brasileira, solteira, do Lar, com 19 anos de idade, nascida em Boa Vista-RR, aos dezenove dias do mês de agosto do ano de um mil e novecentos e noventa e sete, residente e domiciliada na Rua Jorge Fraxe, 859, Caimbé, Boa Vista-RR, filha de **ERLIANE CRISTINA SOUSA ROVERE**.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.
Lavro o presente Edital de Proclamas para ser fixado em Cartório em local próprio, e publicado no Diário da Justiça Eletrônico.

Boa Vista-RR, 23 de maio de 2017.

MtK07It+12LyOBTSDhsfrDN+5Xw=

Tabelionato 2º Ofício

EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem-se casar **JANDERSON CRISTIANO DA SILVA GARCIA** e **EDJANE SILVA DO NASCIMENTO,** para o que apresentarem os documentos exigidos pelo artigo 1.525 incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro.

O Contraente, **JANDERSON CRISTIANO DA SILVA GARCIA,** brasileiro, solteiro, Serralheiro, com 29 anos de idade, nascido em Boa Vista-RR, no dia ao primeiro dia do mês de março do ano de um mil e novecentos e oitenta e oito, domiciliado na Avenida dos Imigrantes, 9 - Asa Branca, Boa Vista-RR, filho de **COSME SOUZA GARCIA** e **MARIA AUXILIADORA CRISTINA DA SILVA**.

A Contraente, **EDJANE SILVA DO NASCIMENTO**, brasileira, solteira, técnica em enfermagem, com 28 anos de idade, nascida em Boa Vista-RR, aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de um mil e novecentos e oitenta e oito, residente e domiciliada na Avenida dos Imigrantes, 9 - Asa Branca, Boa Vista-RR, filha de **JACIMAR DO NASCIMENTO** e **MARIA JUARINEIDE DE SENA SILVA**.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.
Lavro o presente Edital de Proclamas para ser fixado em Cartório em local próprio, e publicado no Diário da Justiça Eletrônico.

Boa Vista-RR, 23 de maio de 2017.

EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem-se casar **THIAGO COSTA ROCHA** e **ODETE OLIVEIRA DA SILVA,** para o que apresentarem os documentos exigidos pelo artigo 1.525 incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro.

O Contraente, **THIAGO COSTA ROCHA,** brasileiro, solteiro, autônomo, com 27 anos de idade, nascido em Itaituba-PA, no dia aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano de um mil e novecentos e noventa, domiciliado na Rua Jacy de Souza Cruz, 12 - Senador Hélio Campos, Boa Vista-RR, filho de **OSVALDO DA SILVA ROCHA** e **LÚCIA ARAÚJO COSTA**.

A Contraente, **ODETE OLIVEIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, autônoma, com 23 anos de idade, nascida em São Luiz do Anauá-, aos trinta dias do mês de julho do ano de um mil e novecentos e noventa e três, residente e domiciliada na Rua Jacy de Souza Cruz, 12 - Senador Hélio Campos, Boa Vista-RR, filha de **ARNALDO OLIVEIRA WAI WAI DA SILVA** e **TEREZA OLIVEIRA DA SILVA**.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.
Lavro o presente Edital de Proclamas para ser fixado em Cartório em local próprio, e publicado no Diário da Justiça Eletrônico.

Boa Vista-RR, 23 de maio de 2017.

MtK07It+12LyOBTSDhsfrDN+5Xw=

Tabelionato 2º Ofício

EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem-se casar **WASHINGTON IZAQUE DE SOUZA CAETANO** e **MYTHELLE DOS SANTOS SILVA,** para o que apresentarem os documentos exigidos pelo artigo 1.525 incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro.

O Contraente, **WASHINGTON IZAQUE DE SOUZA CAETANO,** brasileiro, solteiro, estudante, com 23 anos de idade, nascido em Boa Vista-RR, no dia aos vinte e cinco dias do mês de julho do ano de um mil e novecentos e noventa e três, domiciliado na Travessa Rio Quino, 865 - Professor Aracelis, Boa Vista-RR, filho de **HUMBERTO SANDER CAETANO** e **ARGENTINA PEREIRA DE SOUZA**.

A Contraente, **MYTHELLE DOS SANTOS SILVA**, brasileira, solteira, funcionária pública, com 28 anos de idade, nascida em Boa Vista-RR, aos trinta e um dias do mês de maio do ano de um mil e novecentos e oitenta e oito, residente e domiciliada na Rua Cecilia Brasil, 141 - Centro, Boa Vista-RR, filha de **RAIMUNDO DOS SANTOS SILVA** e **FRANCINETE FERREIRA DA SILVA**.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.
Lavro o presente Edital de Proclamas para ser fixado em Cartório em local próprio, e publicado no Diário da Justiça Eletrônico.

Boa Vista-RR, 23 de maio de 2017.

EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem-se casar **ALEX ANTONIO DE SOUZA e THAIS CARNEIRO PIRES,** para o que apresentarem os documentos exigidos pelo artigo 1.525 incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro.

O Contraente, **ALEX ANTONIO DE SOUZA,** brasileiro, solteiro, militar, com 19 anos de idade, nascido em Boa Vista-RR, no dia aos vinte e um dias do mês de julho do ano de um mil e novecentos e noventa e sete, domiciliado na Rua Canário, 463, São Bento, Boa Vista-RR, filho de **ARLENE ANTONIO DE SOUZA.**

A Contraente, **THAIS CARNEIRO PIRES,** brasileira, solteira, do lar, com 18 anos de idade, nascida em Cuiabá-MT, aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de um mil e novecentos e noventa e oito, residente e domiciliada na Rua Canário, 463, São Bento, Boa Vista-RR, filha de **GUIOMAR MIGUEL PIRES** e **NORMA CELIA SANTIAGO CARNEIRO**.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.
Lavro o presente Edital de Proclamas para ser fixado em Cartório em local próprio, e publicado no Diário da Justiça Eletrônico.

Boa Vista-RR, 24 de maio de 2017.

MtK07It+12LyOBTSDhsfrDN+5Xw=

Tabelionato 2º Ofício

EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem-se casar **MACELO MELÃO FREITAS e TALITHA GLENDA TAVARES DA SILVA,** para o que apresentarem os documentos exigidos pelo artigo 1.525 incisos I, II, III e IV, do Código Civil Brasileiro.

O Contraente, **MACELO MELÃO FREITAS,** brasileiro, solteiro, balconista, com 19 anos de idade, nascido em Zé Doca-MA, no dia aos cinco dias do mês de outubro do ano de um mil e novecentos e noventa e sete, domiciliado na Rua Jorge Dias Carneiro, 217, Alvorada, Boa Vista-RR, filho de **JOSÉ ANTONIO SOUSA DE FREITAS** e **SHEILIANE DOS SANTOS MELÃO.**

A Contraente, **TALITHA GLENDA TAVARES DA SILVA,** brasileira, solteira, estudante, com 16 anos de idade, nascida em Boa Vista-RR, aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e um, residente e domiciliada na Av. Corretores de Imóveis, 552, Alvorada, Boa Vista-RR, filha de **JOELDSON MONTEIRO DA SILVA** e **CLAUDIA GRIUCEIA TAVARES.**

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.
Lavro o presente Edital de Proclamas para ser fixado em Cartório em local próprio, e publicado no Diário da Justiça Eletrônico.

Boa Vista-RR, 24 de maio de 2017.

EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem-se casar **ODILIO PEREIRA DA SILVA JÚNIOR** e **CAMILA DE FREITAS SILVA,** para o que apresentarem os documentos exigidos pelo artigo 1.525 incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro.

O Contraente, **ODILIO PEREIRA DA SILVA JÚNIOR,** brasileiro, solteiro, estudante, com 25 anos de idade, nascido em Boa Vista-RR, no dia aos dois dias do mês de outubro do ano de um mil e novecentos e noventa e um, domiciliado na Rua Tambaqui, 1726 - Santa Tereza, Boa Vista-RR, filho de **ODILIO PEREIRA DA SILVA** e **MARIA VILANI SANTOS SILVA**.

A Contraente, **CAMILA DE FREITAS SILVA**, brasileira, solteira, estudante, com 21 anos de idade, nascida em Brejo dos Santos-PB, aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de um mil e novecentos e noventa e cinco, residente e domiciliada na Rua Tambaqui, 1726 - Santa Tereza, Boa Vista-RR, filha de **CARLOS CESAR DA SILVA** e **VANUZA MARIA DE FREITAS SILVA**.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.
Lavro o presente Edital de Proclamas para ser fixado em Cartório em local próprio, e publicado no Diário da Justiça Eletrônico.

Boa Vista-RR, 24 de maio de 2017.

MtK07It+12LyOBTSDhsfrDN+5Xw=

Tabelionato 2º Ofício

EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem-se casar **TYAYRO ALVES DE LIMA** e **LAUANA RODRIGUES LIMA,** para o que apresentarem os documentos exigidos pelo artigo 1.525 incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro.

O Contraente, **TYAYRO ALVES DE LIMA,** brasileiro, solteiro, auxiliar de cozinha, com 27 anos de idade, nascido em Medicilândia-PA, no dia aos quatro dias do mês de julho do ano de um mil e novecentos e oitenta e nove, domiciliado na Rua Neuso Salomão, 115 - Cidade Satélite, Boa Vista-RR, filho de **RAIMUNDO ALVES DE LIMA** e **MARIA ZILDA DA CONCEIÇÃO LIMA**.

A Contraente, **LAUANA RODRIGUES LIMA**, brasileiro, solteira, atendente, com 21 anos de idade, nascida em Colméia-TO, aos oito dias do mês de agosto do ano de um mil e novecentos e noventa e cinco, residente e domiciliada na Rua Morada do Sol, 106, Quadra 713, Lote 106 - Cidade Satélite, Boa Vista-RR, filha de **VALDECY ALVES DE LIMA** e **VALMIZORIA RODRIGUES BOTELHO**.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.
Lavro o presente Edital de Proclamas para ser fixado em Cartório em local próprio, e publicado no Diário da Justiça Eletrônico.

Boa Vista-RR, 24 de maio de 2017.

EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem-se casar **ARLISSON RODRIGUES DE SOUZA** e **ANA CRISTINA BARROS CAPUXU,** para o que apresentarem os documentos exigidos pelo artigo 1.525 incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro.

O Contraente, **ARLISSON RODRIGUES DE SOUZA,** brasileiro, solteiro, vendedor, com 27 anos de idade, nascido em Boa Vista-RR, no dia aos sete dias do mês de fevereiro do ano de um mil e novecentos e noventa, domiciliado na Rua Armando Nogueira, 1386 - Asa Branca, Boa Vista-RR, filho de **JOSÉ CARLOS RODRIGUES DE SOUZA** e **SILVIA MABEL ALVES DE SOUZA**.

A Contraente, **ANA CRISTINA BARROS CAPUXU**, brasileira, solteira, vendedora, com 20 anos de idade, nascida em Centro Novo do Maranhão-MA, aos três dias do mês de junho do ano de um mil e novecentos e noventa e seis, residente e domiciliada na Rua Armando Nogueira, 1386 - Asa Branca, Boa Vista-RR, filha **ANA CLEUDE BARROS CAPUXU**.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.
Lavro o presente Edital de Proclamas para ser fixado em Cartório em local próprio, e publicado no Diário da Justiça Eletrônico.

Boa Vista-RR, 25 de maio de 2017.

MtK07It+12LyOBTSDhsfrDN+5Xw=

Tabelionato 2º Ofício

EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem-se casar **CRISTIANO DA SILVA SANTANA** e **YARA CONCEIÇÃO BEZERRA DA SILVA,** para o que apresentarem os documentos exigidos pelo artigo 1.525 incisos I, III, IV, V, do Código Civil Brasileiro.

O Contraente, **CRISTIANO DA SILVA SANTANA,** brasileiro, divorciado, fiscal de monitorador externo, com 29 anos de idade, nascido em Boa Vista-RR, no dia aos doze dias do mês de março do ano de um mil e novecentos e oitenta e oito, domiciliado na Rua Jurineia,145. 13 de setembro- Boa Vista-RR, filho de **GERALDO SANTANA** e **SEBASTIANA OLIVEIRA DA SILVA**.

A Contraente, **YARA CONCEIÇÃO BEZERRA DA SILVA**, brasileira, solteira, secretária, com 26 anos de idade, nascida em Peixoto de Azevedo-MT, aos vinte e quatro dias do mês de julho do ano de um mil e novecentos e noventa, residente e domiciliada na Rua Jurineia, 145, 13 de setembro, Boa Vista-RR, filha de **JOSÉ VITALINO DA SILVA** e **MARIA DA PAIXÃO BEZERRA**.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.
Lavro o presente Edital de Proclamas para ser fixado em Cartório em local próprio, e publicado no Diário da Justiça Eletrônico.

Boa Vista-RR, 25 de maio de 2017.

EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem-se casar **EDUARDO FRANK MONTEIRO** e **ALRILENE RODRIGUES SANTOS,** para o que apresentarem os documentos exigidos pelo artigo 1.525 incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro.

O Contraente, **EDUARDO FRANK MONTEIRO,** brasil, solteiro, técnico em informática, com 23 anos de idade, nascido em Boa Vista-RR, no dia aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de um mil e novecentos e noventa e três, domiciliado na Av. Parque Céu Azul, quadra 815, lote 246, Jardim Tropical - Boa Vista-RR, filho de **NELSON DA SILVA MONTEIRO** e **NELCI FRANK MONTEIRO**.

A Contraente, **ALRILENE RODRIGUES SANTOS**, brasileira, solteira, analista de tecnologia de informação, com 26 anos de idade, nascida em Boa Vista-RR, aos treze dias do mês de fevereiro do ano de um mil e novecentos e noventa e um, residente e domiciliada na Av. Parque Céu Azul, quadra 815, lote 246, Jardim Tropical - Boa Vista-RR, filha de **MANOEL MESSIAS PEREIRA SANTOS** e **ALDA MARIA RODRIGUES SANTOS**.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.
Lavro o presente Edital de Proclamas para ser fixado em Cartório em local próprio, e publicado no Diário da Justiça Eletrônico.

Boa Vista-RR, 25 de maio de 2017.

MtK07It+12LyOBTSDhsfrDN+5Xw=

Tabelionato 2º Ofício

EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem-se casar **ELIOMAR DA SILVA PEIXOTO** e **ELIZABETE SOUSA GOMES,** para o que apresentarem os documentos exigidos pelo artigo 1.525 incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro.

O Contraente, **ELIOMAR DA SILVA PEIXOTO,** brasileiro, divorciado, vendedor, com 38 anos de idade, nascido em Boa Vista-RR, no dia aos cinco dias do mês de dezembro do ano de um mil e novecentos e setenta e oito, domiciliado na Av. Padre Jose de Anchieta, 1124, Jardim Primavera, Boa Vista-RR, filho de **ELIO MENDES PEIXOTO** e **MARIA DA SILVA PEIXOTO.**

A Contraente, **ELIZABETE SOUSA GOMES,** brasileira, solteira, Cozinheira, com 40 anos de idade, nascida em Joselândia-MA, aos três dias do mês de maio do ano de um mil e novecentos e setenta e sete, residente e domiciliada na Av. Padre Jose de Anchieta, 1124, Jardim Primavera, Boa Vista-RR, filha de **RAIMUNDO ALVES GOMES** e **INÊS ALVES DE SOUSA GOMES**.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.
Lavro o presente Edital de Proclamas para ser fixado em Cartório em local próprio, e publicado no Diário da Justiça Eletrônico.

Boa Vista-RR, 25 de maio de 2017.

EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem-se casar **JORGE LUIS CAVALCANTE DE SOUZA** e **RAIZA PÂMELA SOUZA FROTA,** para o que apresentarem os documentos exigidos pelo artigo 1.525 incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro.

O Contraente, **JORGE LUIS CAVALCANTE DE SOUZA,** brasileiro, solteiro, servidor público, com 23 anos de idade, nascido em Atalaia do Norte-AM, no dia aos seis dias do mês de janeiro do ano de um mil e novecentos e noventa e quatro, domiciliado na Rua Izidio Galdino da Silva, Boa Vista-RR, filho de **FRANCISCO JESUINO DE SOUZA** e **MARIA VALDECI RODRIGUES CAVALCANTE**.

A Contraente, **RAIZA PÂMELA SOUZA FROTA**, brasileira, solteira, estudante, com 23 anos de idade, nascida em Boa Vista-RR, aos vinte e nove dias do mês de janeiro do ano de um mil e novecentos e noventa e quatro, residente e domiciliada na Rua Izidio Galdino da Silva, Boa Vista-RR, filha de **ANTENOR DA CONCEIÇÃO FROTA** e **MARIA ROSENI DE SOUZA**.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.
Lavro o presente Edital de Proclamas para ser fixado em Cartório em local próprio, e publicado no Diário da Justiça Eletrônico.

Boa Vista-RR, 26 de maio de 2017.

MtK07It+12LyOBTSDhsfrDN+5Xw=

Tabelionato 2º Ofício

EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem-se casar **VALDIMIR PINTO DE OLIVEIRA** e **GERCIANE OLIVEIRA DE ARAÚJO,** para o que apresentarem os documentos exigidos pelo artigo 1.525 incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro.

O Contraente, **VALDIMIR PINTO DE OLIVEIRA,** brasileiro, solteiro, pedreiro, com 25 anos de idade, nascido em Boa Vista-RR, no dia aos vinte e sete dias do mês de janeiro do ano de um mil e novecentos e noventa e dois, domiciliado na Rua Canada, 338 - Cauamé, Boa Vista-RR, filho de **VALDENILDO PEREIRA DE OLIVEIRA** e **DORALICE PINTO**.

A Contraente, **GERCIANE OLIVEIRA DE ARAÚJO**, brasileira, solteira, autônoma, com 26 anos de idade, nascida em Manaus-AM, aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de um mil e novecentos e noventa e um, residente e domiciliada na Rua Canada, 338 - Cauamé, Boa Vista-RR, filha de **CICERO FERREIRA DE ARAÚJO** e **SUELI OLIVEIRA DE ARAÚJO**.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.
Lavro o presente Edital de Proclamas para ser fixado em Cartório em local próprio, e publicado no Diário da Justiça Eletrônico.

Boa Vista-RR, 26 de maio de 2017.

MtK07It+12LyOBTSDhsfrDN+5Xw=